



No Conselho Superior, temos nos esforçado para que o Arquivo cresça e se estruture cada vez mais. Contribuímos com a minuta de criação do Conselho de Patrimônio, em moldes contemporâneos e sem o ranço que apavorava os proprietários de imóveis de valor histórico, mas ainda não vimos na administração atual interesse por esse tema.

Precisamos cuidar de nossa história, ela pode nos ensinar a sermos cidadãos, a cuidar da vida de todos aqueles que nos cercam. Sem esse espírito de companheirismo social, não iremos conseguir fazer os contratos que os tempos atuais nos pedem, pois as mudanças estão nos atropelando.

Cumprimento a equipe do Arquivo e posso dizer que estar no Conselho Superior tem sido uma experiência que me completa como pessoa, como professora e como cidadã.

Em tempos difíceis como os agora vividos, com cortes de verbas e ajustes orçamentários, o Arquivo se esforça para sempre nos apresentar uma novidade boa, aquela que nos enche de alegria e certeza de que a administração pública pode fazer um trabalho de qualidade e deixar marcas produtivas para todos.

Hélia M. F. Gimenez Machado



Arquivo Público e Histórico de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó"

Rua 6, nº 3265, Alto do Santana - 13504-009. Rio Claro-SP
Atendimento ao público: de segunda a sexta, das 13h15 às 16h45
Contatos: (19) 3522.1948 | arquivo@aphrioclaro.sp.gov.br

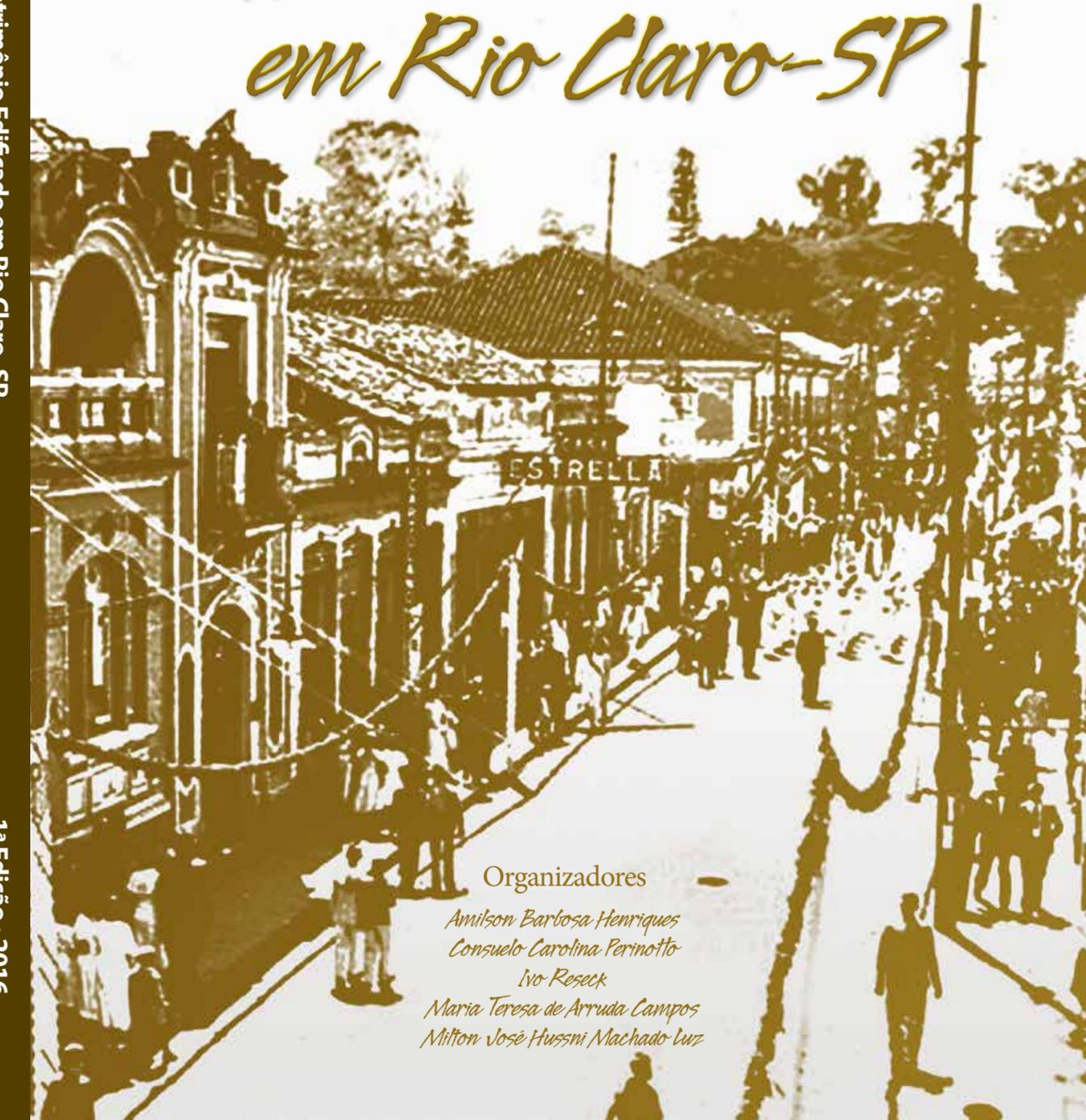
www.aphrioclaro.sp.gov.br | www.memoriaviva.sp.gov.br



Patrimônio Edificado em Rio Claro-SP

1ª Edição • 2016

Patrimônio Edificado em Rio Claro-SP



Organizadores

*Amilson Barbosa Henriques
Consuelo Carolina Perinotto
Ivo Reseck
Maria Teresa de Arruda Campos
Milton José Hussni Machado Luz*

É com alguma tristeza e grande alegria que mais uma obra do Arquivo vem a público.

Tristeza porque com ela pude lembrar-me de minha infância e juventude e da beleza que eram os prédios antigos que enfeitavam o entorno das praças da cidade. Prédios, estacionamentos, bancos, farmácias em formato de caixotes, mudaram a paisagem que nos remetia ao século XIX e início do XX. Como professora de História que sou, sempre andava por suas ruas e avenidas e conseguia identificar os prédios e mostrar aos alunos, ao vivo, a história que nossa cidade podia contar.

Agora, somente as fotografias e as obras de arte podem nos apresentar o que foi Rio Claro. Nossa memória do que por ali acontecia vai-se conosco que já passamos dos 60 anos.

Alegria, porque o Arquivo tem conseguido registrar o presente de nossa cidade de forma a deixar esses registros organizados ou, pelo menos, com mais possibilidades de acesso para os pesquisadores e essa preocupação de facilitar-lhes as pesquisas para que o município fique conhecido por seus municípios é de fundamental importância.

Quicá possamos ter mais e mais obras que nos contem mais fatos de nossa cidade para que as futuras gerações reconheçam em nós, o quanto lutamos para que a história não fosse enterrada com o entulho das demolições.



Arquivo Público e Histórico de Rio Claro
“Oscar de Arruda Penteado”

Patrimônio Edificado em Rio Claro-SP

Organizadores

Amilson Barbosa Henriques

Consuelo Carolina Perinotto

Ivo Reseck

Maria Teresa de Arruda Campos

Milton José Hussni Machado Luz

1ª Edição

2016

Rio Claro - SP

Phábrica

Sumário

6	Apresentação	108	Residência da família José Ribeiro de Almeida Santos Filho
10	Introdução	110	Cine Theatro Variedades
22	Praça da Matriz	114	Escola do Quilombo - 3º Grupo Escolar de Rio Claro
26	Horto Florestal de Rio Claro	118	Residência da Família Bilac e Instituto Comercial de Rio Claro
28	Residência do Barão de Piracicaba	120	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro, Portão de Entrada e Maternidade
30	Sede da Fazenda Santa Gertrudes	122	Maternidade Antiga/Clínica São Lucas
32	Residência dos Trabalhadores (Sobrado Amarelo)	124	Igreja Matriz de São João Batista
34	Capela Santo Antônio	126	Seminário Claretiano
36	Igreja Santa Cruz e Colégio Santa Cruz	130	Fábrica Matarazzo
40	Igreja Santuário Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção	132	Grupo Escolar Municipal “Barão de Piracicaba”
42	Cemitério Alemão	134	Residência da Família Fontes
44	Solar do Barão e Baronesa de Dourado	136	Cine Excelsior
48	Residência do Barão de Porto Feliz	138	Maternidade Sant’Ana
52	Residência do Barão de São João de Rio Claro	140	Aeroporto “Adhemar de Barros”
56	Residência de Siqueira Campos	142	Sociedade Feminina de Instrução e Caridade Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado
60	I Igreja Presbiteriana de Rio Claro	144	Racionalismo Cristão
62	Cemitério São João Batista	146	Colégio Alem
64	Estação Ferroviária	148	Residência da Família Vilmo Rosada
68	Deutsche Schule	150	Cinema Tabajara
72	Cervejaria Rio Claro	152	Instituto Joaquim Ribeiro
74	Igreja Evangélica de Confissão Luterana	154	Caixa Econômica do Estado
76	Matadouro Municipal	156	Igreja Nossa Senhora Aparecida
78	Largo do Teatro e Largo da Matriz	158	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
82	Gabinete de Leitura	160	Grupo Escolar Vila Indaiá
86	Residência da Família Emílio Nociti	162	Escola Estadual Chanceler Raul Fernandes
88	Igreja São Benedito de Culto ao Senhor	164	Igreja do Senhor Bom Jesus
90	Casa das Bombas	166	Banco Mercantil
92	Mercado Municipal	168	Moradias Urbanas Rio-clarenses (1936-1960)
94	Residência de Dona Luisa Botão	194	Legislação
98	Escola Coronel Joaquim Salles	200	Créditos
102	Loja Maçônica Estrela do Rio Claro		
104	Colégio Puríssimo Coração de Maria		

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772p

Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.

Patrimônio edificado em Rio Claro / Arquivo Público e Histórico de Rio Claro ; organizadores Amilson Barbosa Henriques... [et al.]. – Rio Claro (SP): Phábrica, 2016.
204 p. : il. ; 21 x 25 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-69369-01-1

1. Edifícios históricos – Rio Claro (SP). 2. Rio Claro (SP) – Patrimônio histórico e cultural. I. Título.

CDD-363.69

Apresentação

Maria Teresa de Arruda Campos

Prof. Sérgio Desiderá

Para o Arquivo Público e Histórico de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó” publicar este livro é uma tarefa que não poderia mais ser adiada. Entendemos que cuidar dos prédios históricos da cidade é mais do que manter vivas as imagens do seu passado. Cuidar dos prédios históricos é trazer para os dias de hoje os costumes, a economia, as formas como os primeiros rio-clarense viviam. Trata-se de uma aula de História ao ar livre e aprendida ao vivo, sem necessidade figurativa e ilustrações. O Arquivo de Rio Claro não poderia deixar de atender a essa demanda, como tem sido descrito por pesquisadores renomados da área de estudos de organização e funcionamento dos Arquivos:

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa.¹

A valorização de outros povos para com sua história demonstra o quanto aprendem com o vivido, experiência que a América Latina e, em especial o Brasil, ainda têm dificuldade de assimilar.

Há descuido e pouca valorização dos aspectos que fizeram nossa história e que podem contribuir para que sentimentos de pertencimento e bem querer sejam incorporados em seus moradores ou visitantes. Quase uma antropofagia, como diria Oswald de Andrade. Precisamos dessa antropofagia no sentido de colocar para dentro de nós aquilo de que precisamos para construir uma cidade para todos, uma cidade toda, uma cidade onde todos se sintam nela.

Só se cuida daquilo que se conhece, daquilo que faz sentido. É da nossa experiência com as coisas que podemos aprender e cuidar.

Aqui cabe bem o pensamento de Jorge Larrosa: “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça.”²

A maneira como temos tratado nossas experiências desvalorizando a História, menosprezando as memórias e deixando ruir as construções, nos apresentam para as novas gerações como vulneráveis e descartáveis. Como querer que a juventude seja responsável por seus compromissos, que preze suas relações, que mantenha suas amizades, se nós mesmos não fazemos isso com nossos antecessores? Que mudanças responsáveis estamos propondo para nossa cidade? Que desenvolvimento é esse que troca um equipamento construído há cem anos por um chão batido e concretado que se torna um estacionamento? Uma riqueza construída há cem anos vale nada diante do cofre de um banco. A picareta que destrói coloca abaixo os tijolos construídos no sacrifício de nossos primeiros moradores. A modernidade desloca os valores para o que rende mais em lugar do que vale mais. O metro quadrado ocupa o lugar da história e da memória.

Este livro faz a tentativa de trazer para nossa população o que ainda existe. O que não foi ao chão. Pode ser que, ao sair da gráfica, alguns desses prédios já tenham virado entulho e, novamente, um grupo de pessoas faça uma manifestação contrária, mas em vão. Essa foi a história dos casarões do entorno do Jardim, da Casa dos Azulejos, do Phoenix, da Prefeitura, da Casa dos Picolli, da Toca e de tantos outros. Desde que o Arquivo e a Secretaria de Cultura começaram essa investida, ainda por ser mais bem aprofundada em outras pesquisas e publicações, alguns prédios foram ao chão. Falamos aqui dos dois casarões gêmeos da Avenida 1 entre ruas 10 e 11, num dos quais viveu o casal Victorino e Ilara Machado, e que tão bem abrigaria a nossa Pinacoteca, especialmente por ter ali, o cheiro bom das tintas e da arte, o casarão dos Ungaretti e depois da família Pires, na Rua 4, o histórico Hotel Stein que tantos viajantes interessados no comércio local investiram na cidade, a casa da Rua 1 com avenida 16 e por último, o prédio da Cesp, fruto de momento de glória e pujança da cidade azul que cada vez vai ficando mais descaracterizada.

Nossa cidade vai ficando sem estilo, sem história a céu aberto. Uma pena não termos tido força para motivar os novos proprietá-



Acervo do APH

Antiga vista do Solar dos Machado



Google Maps

Antiga residência situada à R.1 c/ Av. 16 - Centro.



Jornal Cidade de Rio Claro

Hotel Pedro Stein - construído no século XIX e inaugurado em 1870.

¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 227

² BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr 2002 Nº 19.



Casa da Rua Quatro - óleo s/ tela. Pintura de Maria Helena Lerco Pires de Oliveira - 2015.

rios desses prédios que encontraram, pela omissão do apoio político, a ausência legal de restrições que os ajudassem a não olhar apenas para os cifrões que a demolição poderia favorecer. Outros ganhos, talvez menos imediatos poderiam ter sido valorizados. Tentativa vã de alguns setores desprestigiados nessa questão.

A tentativa do Arquivo Público atendendo à Diretoria de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura consolida-se, neste projeto de salvaguarda, sem a preocupação de aprofundar a história de cada prédio, sem esgotar o que ainda está por ser pesquisado, e muita coisa há para ser feita nesse sentido. Esta publicação consolida a preocupação daqueles que querem que a cidade tenha sua história viva, presente na vida da cidade e que nossas crianças possam aprender que têm história só de olhar e contemplar a beleza de cada um desses prédios. Apresentamos 57 prédios históricos, registro cultural de Rio Claro que ainda sobrevivem em 2016.

Muitas foram as mãos para esta produção aqui apresentada: as estagiárias, Camila Cordeiro Cherfen e Marcela Brasil Bueno, o servidor da Secretaria de Cultura Pedro Prado, os servidores do Arquivo, Carolina Hirai, Consuelo Carolina Perinoto e Amilson Barbosa Henriques, a assessora do Gabinete Marcela Pires de Oliveira, o servidor da Sepladema Eder Rodrigo Varussa, contando com a revisão da pesquisa por Milton José Hussni Machado Luz, conselheiro do Arquivo, Ivo Reseck, diretor de patrimônio e Amilson

Barbosa Henriques, historiador da Autarquia e dessa superintendente. A supervisão das descrições arquitetônicas dos edifícios ficou a cargo de arquitetos urbanistas, professores da ASSER-Rio Claro, Mônica Cristina Brunini Frandi Ferreira e Marcelo Cachioni e do arquiteto Nelson França, todos devidamente identificados em cada edifício onde contribuíram.

Doaram suas fotografias: Giorgi Bastos Coelho, Vitor Pavan, Ivo Reseck, Eder Varussa, Edmar Batista de Assis.

Os desenhos a bico de pena são do Percy, e os desenhos a bico de pena aquarelados são do Luiz Miotto, ambos membros do Conselho Superior do Arquivo. As obras que integram o livro foram obras inscritas nos Salões de Arte Novos Olhares, organizados pelo Arquivo desde 1997 e as obras do acervo da Pinacoteca Municipal Nicola Petti.

O levantamento fotográfico e das obras de artes no acervo do Arquivo e na Pinacoteca contou com o esforço de Ilídia Faneco, Carolina Hirai e Macela Pires de Oliveira.

O artigo apresentado pela doutoranda Mônica Cristina Brunini Frandi Ferreira, arquiteta urbanista e membro do Conselho Superior do Arquivo, é fruto de sua pesquisa para o mestrado pela FAU/USP, em 2002, intitulada "A edificação residencial urbana pau-

lista. Estudo de caso: Rio Claro, 1936-1960" onde analisa questões formais e funcionais do espaço arquitetônico que contribuem para a definição da moradia urbana construída na cidade de Rio Claro/SP, em meados do século XX. Em sua pesquisa, a autora privilegiou fontes originais, com destaque para a legislação municipal sobre construções e a série documental disponível no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.

A pesquisa sobre esses edifícios aqui tratados, para quem deseja aprofundar-se em cada um deles, e isso se faz necessário, está por ser feita e no Arquivo Público e Histórico "Oscar de Arruda Penteado" há bibliografia para tal.

Aqui apresentamos um projeto singelo: apontar o que temos na cidade ainda em pé, o que sobrou de uma época em que a cidade se instalou e pôde projetar os dias de hoje. É pela memória que se conhece um povo, e os prédios históricos contam o que se passou e como se viveu. Quem sabe, observando a beleza que é essa história viva, que desponta sozinha só pelo nosso olhar, que nos faz viajar no tempo e imaginar o que ali dentro se passava, as conversas, as festinhas comemorando aniversários, as reuniões políticas, as brigas em família, os romances e tudo o que nossa criatividade puder construir, consigamos ter mais respeito, mais coragem de deixar para trás o que o dinheiro pode comprar para valorizar o que a vida tem a brindar.

As pesquisas podem resultar em Trabalhos de Conclusão de Curso, mestrados e doutorados. Podem produzir exposições sobre as mudanças daquele bem ao longo do tempo, documen-

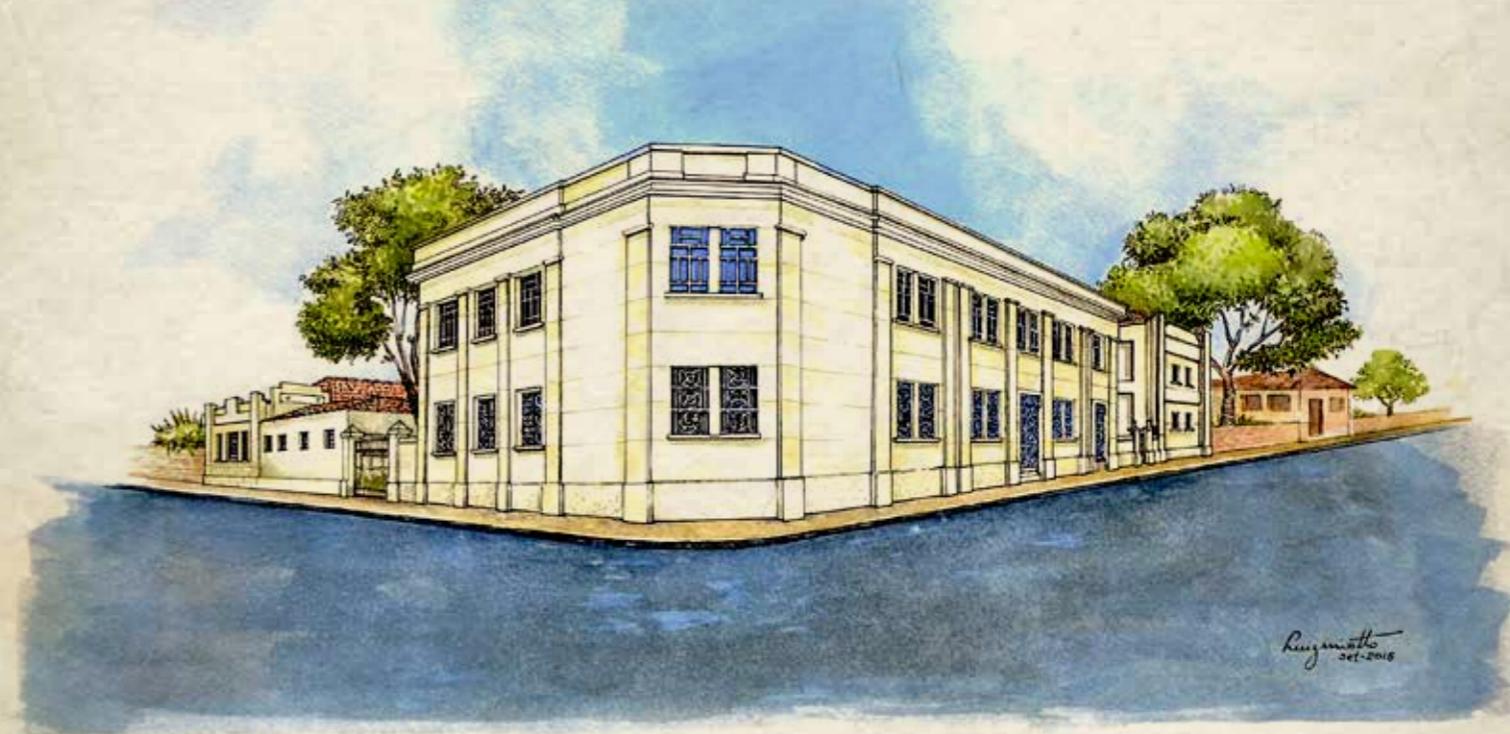
tários, programas informativos para rádio e TV, contos, gibis para programas de educação patrimonial nas escolas, mapas, seminários entre outras possibilidades.

Priorizar questões que, muitas vezes, incomodam interesses particulares em detrimento de interesses coletivos, tem sido uma diretriz que caminha contra a política de conservação e preservação dos bens que se enquadram na categoria históricos.

Nossa publicação tem essa intenção. Deixar o registro de 2016 do patrimônio cultural e material de valor histórico existentes no Município de Rio Claro. Aqui não estão elencados aqueles que já foram demolidos ou completamente descaracterizados. Temos, sim, aqueles que estão em pé, que contam por si uma história.

Alguns podem levantar questões sobre a não inclusão nessa publicação das Fazendas de nosso município, ou de estações de trem e outros bens localizados na zona rural. Esclarecemos que não tivemos condições de incluir a zona rural nesse momento, mas adiantamos que será motivo de nova publicação, cuja pesquisa está em curso com uma equipe de professores doutores da UNESP-Rio Claro, alunos e interessados que procuraram o Arquivo e foram incluídos na pesquisa que, quiçá, conseguiremos promover para publicar futuramente.

Viva nossa história e lutemos para garantir a nossa memória! Um povo sem memória é um povo sem história. E sem conhecer nossa história não compreendemos nosso presente e muito menos nosso futuro.



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto. 2015

Introdução

Ivo Reseck

Maria Teresa de Arruda Campos

Entre os propósitos de vivermos em sociedade estão o de termos o registro de nossa história com as diferentes épocas e formas de funcionamento, os avanços de sua organização e os problemas que esse viver trouxe. Um povo civilizado valoriza sua história, cuidando de sua arte, de sua memória e de seu patrimônio.

O direito à cidade e, conseqüentemente, as discussões em torno da preservação do patrimônio aproximam os cidadãos da própria cultura, conhecendo sua história e sua cidade, tendo acesso aos bens patrimoniais que compõem o caldo de elementos que produzem identidade e pertencimento.

Ao definirmos a política cultural como Cidadania Cultural e a cultura como direito, estamos operando com os dois sentidos da cultura: como um fato ao qual temos direito como agentes ou sujeitos históricos; como um valor ao qual todos têm direito numa sociedade de classes que exclui uma parte de seus cidadãos do direito à criação e à fruição das obras de pensamento e das obras de arte. (CHAUI, 1992, p. 39)

Diferentemente do que ocorre na Europa, nós, influenciados pela cultura americana, fomos educados a consumir e descartar, substituindo com certa rapidez o velho (que às vezes, nem velho é), pelo novo, pela novidade. Temos descartado o valor que a memória poderia ter em nossa sociedade, o que nos ajudaria a não cometer os erros de percurso que, de forma semelhante, foram sendo colocados com “novos” elementos, levando a equívocos autoritários e alienantes. O que conseguimos manter, os monumentos históricos e os restos arqueológicos, nos dão pistas, trazem mensagens que temos a obrigação de utilizar para materializar nossos modos de vida em sociedade,

construir nossa identidade e perceber o quão diferentes fomos ao longo de nossa história, levantando o quanto somos muitos nesse conjunto que chamamos Brasil. Nossa diversidade está ali, apresentando nossas diferenças na fachada dos prédios, na sua localização, na distribuição dos cômodos de seu interior, nos afrescos, nos detalhes dos batentes, das portas, dos arremates...

Bertoletti (2008), assim aborda os Arquivos:

Arquivos ditos históricos possuem nas caixas, nos maços, nos códices, um pouco de tudo: modos de governar, de educar, de viver, enfim, aqui e alhures, informações que ultrapassam em muito o interesse dos pesquisadores/historiadores. São de interesse de todos: políticos e pessoas comuns. Não é sem razão que a UNESCO recentemente criou o PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO, em nível documental, pois muitos desses papéis interessam a toda a humanidade. Seja a Carta de Pero Vaz de Caminha (Memória do Mundo/Portugal, existente nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa), seja o conjunto de mais de 20.000 fotografias da Coleção Teresa Cristina (Memória do Mundo/Brasil, um impressionante conjunto de fotografias doadas à Fundação Biblioteca Nacional (Brasil) pelo Imperador D. Pedro II) são hoje memória do mundo, o que significa que esses documentos de interesse comum para a História luso-brasileira hoje devem ser preservados em sua integralidade informacional pois qualquer cidadão do mundo pode querer, a qualquer momento, debruçar-se sobre eles e estudá-los... São, pois, Memória de todos os Homens!

Assim também podemos pensar os nossos prédios. Dizem por si, contam sua vida, sua história, o que neles se passou. Contam a história de homens e mulheres que ali trabalharam, que ali viveram, que ali construíram sua história pessoal, de sua família e, por que não, a história da cidade.

A vivência do homem em sociedade, as suas lutas pela liberdade, os seus sonhos de paz,

tudo pode ser encontrado nos arquivos, assim como o testemunho de sua existência. Cada um de nós viveu e comungou com os seus contemporâneos, seja no plano de vida familiar, seja no social, com maior ou menor intensidade, conforme o nosso compromisso e a responsabilidade do elo de uma corrente, que come-



Rua 1 c/ Av. 10, Centro



Av. 13 c/ Rua 12, Jd. Don'Angela



Rua 1, entre Avs 16 e 18, Centro



Rua 2 c/ Av. 7, Centro



Av. 3 c/ Rua 8, Centro



Vagner Alexandre

Av.1 c/ Rua 9, Centro

çou há milhões de anos... Mas onde encontrar os referenciais das experiências, das vivências que nos ajudarão a melhor entender o presente, a participar com mais dedicação para melhorar a compreensão entre os homens? (BERTOLETTI, 2008)

Só se cuida do que se conhece, do que apresenta alguma marca em nossa vida, do que nos produz sentidos. Com a cidade também é assim. Cuidar da cidade, pensar uma cidade, perguntar-se “que cidade queremos?” não é tarefa simples e superficial. Exige que analisemos como estamos nos organizando, o que estamos priorizando, como nossa vida está sendo vivida em conjunto com as outras pessoas daquela cidade, daquele Estado, do nosso país.

O que é, afinal, a Educação Patrimonial? Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato**

direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**. (HORTA, 2006, p. 6, grifo do autor)

Essa forma de proteção, expondo sua realidade e importância para a cidade, pode produzir um sentido de bem comum a ser incorporado e cuidado. Não seria preciso criar leis de proteção, se esse cuidado tivesse sido incorporado à vida da cidade, não seriam necessárias normas jurídicas exigindo que a memória fosse preservada. Deveríamos ter essas questões incorporadas em nossa vida coletiva, social a vida em cidade.

A necessidade de o aparato do Estado exercer esse controle aponta para a função de regulação que só ele ou primordialmente ele pode cumprir. A cidade continua a ser, desde sua origem, um espaço em disputa por seus usos, pela sua ocupação, pela sua estética, por aquilo que se define como o que deve ou não permanecer diante de nossos olhos.



Ivo Reseck

Av. 4, entre Ruas 5 e 6, Centro



Ivo Reseck

Rua 1 c/ Av. 20, Centro

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Fundamentalmente a preservação se faz através de ato do Poder Público, impondo limitação a direitos individuais em função do interesse público.

Limitações assim impostas se mostram absolutamente necessárias ao convívio social, porquanto não é admissível que a prática indiscriminada de uma atividade ou de um direito pessoal traga prejuízos ao bem-estar social.

Daí a compreensão de que o exercício dos direitos de cada indivíduo estará sempre condicionado à convivência e ao interesse do grupo.

As limitações administrativas visam, então, especificamente, restringir a prática dos direitos individuais, condicionando-os ao interesse público. Neste conceito está inserido o direito de propriedade sobre coisas móveis e imóveis.

A função social da propriedade é preconizada no Art. 160, I, da Constituição Federal. Não pode o proprietário de um imóvel deixar que este, por descaso na conservação e manuten-

Não é diferente a tensão para a definição entre aquilo que deve ser considerado ou não digno de se manter, para além dos critérios técnicos da arquitetura, da história, da geografia. Das relações políticas dos grupos presentes na sociedade e de outras tantas relações é que se define o legado que a cidade sustentará em pé e quais ícones podem ser erguidos ou não para povoar nosso olhar.

Por isso, se precisamos de normas jurídicas para dar respaldo institucional à preservação da nossa história, precisamos assumir a necessidade do tombamento, mecanismo que o Poder Público determina, e a sociedade cumpre.

Conforme Funari (2015), desde a

[...]Constituição de 1934 em que se introduziu, pela primeira vez, a prerrogativa do Poder Público à proteção aos bens culturais brasileiros. Hoje, na Constituição em vigor, o Art. 180**, Parágrafo único, dispõe que a proteção dos bens culturais não é só uma prerrogativa como também um dever do Poder Público.

O Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, que continua em vigor, normatizou na esfera federal a atividade de preservação e é um dos instrumentos legais básicos dos órgãos do

ção, chegue eventualmente a ameaçar o interesse público relativo à segurança e higiene.

Nesses casos, o Poder Público exigirá do proprietário ou do detentor do imóvel providências no sentido de melhorar as condições de habitabilidade do bem, a fim de que fique resguardado o bem-estar público.

Da mesma forma, quando o Poder Público reconhece, através do ato administrativo, e após estudos técnicos, que determinado bem, móvel ou imóvel, tem valor cultural, torna-se imperiosa a sua preservação tendo em vista o interesse social. Como consequência deste fato, o proprie-

tário do bem, que continuará a exercer todos os seus direitos de usar, fruir e dispor, deverá, no entanto, observar certas regras especiais, de modo a evitar a descaracterização do valor cultural do objeto protegido. Enfim, o bem declarado de valor cultural não poderá ser danificado ou destruído, pois isto caracterizaria, em última análise, uma agressão ao interesse público e social que o objeto representa.

Assim, a legislação federal que regula a proteção do nosso patrimônio cultural responde a um anseio cada vez mais presente em nossa sociedade e vem consolidar e viabilizar a preservação da memória nacional. Sem retirar do



Edmar B. de Assis

Rua 8 c/ Av 10, Sta Cruz



Vitor Pavan

Rua 4 c/ Av 5, Centro



Ivo Reseck

Rua 5 c/ Av. 5, Centro



Ivo Reseck

Rua 1A c/ Av. 26, Centro



Luiz Miotto

Rua 4, entre Avs 6 e 8, Centro



Ivo Reseck

Rua 8 c/ Av 3, Centro

domínio do proprietário o bem cultural, confere-lhe, no entanto, uma característica especial, que determina a obrigatoriedade de sua conservação e manutenção como dever de toda a comunidade, visando sempre ao interesse público geral.

Como podemos observar, legislação para a preservação e conservação dos bens patrimoniais, há. Precisamos que o Poder Público garanta sua proteção fazendo cumprir esse papel de guardião da História de nosso município e de nossa gente. Fratini (2009), ao discutir a educação patrimonial que pode ser realizada a partir dos Arquivos, cita autores da área que estão

preocupados com a função desses Arquivos para além da guarda documental:

Fonseca (2005, p. 30) também argumenta nesse sentido e fala da democratização nesse campo, que implica ações visando “desprivatizar” o patrimônio e a cultura, adequar perspectivas e “(...) tentar vislumbrar possibilidades de participação social ainda não exploradas”. A educação patrimonial pode contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e ao acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade – não

somente por alguns –, e para a formação de cidadãos capazes de se reconhecer como parte desse patrimônio histórico-cultural. (FRATINI, 2009, p. 41)

Apontamos, ainda, nessa introdução, os cuidados que empresas responsáveis e cidadãos proprietários de imóveis têm tido na preservação de fachadas de prédios históricos. Sabemos que é preciso encontrar o meio-termo que permita preservar

a memória, mas que dê utilidade ao bem, contempladas suas necessidades atuais. Essa tendência tem contado com o compromisso de alguns rio-clarenses ou de alguns investidores, empresários cuidadosos com nossa história, que apresentamos abaixo como alguns dos exemplos, sem a preocupação de esgotar todos. Deles é possível observar aqueles que preservaram totalmente suas características originais, em estados de conservação diversos, assim como os que dão toques de contemporaneidade que também não abandonam a sua história.



Avenida V. do Rio Claro / Rua 8



Rua 4 / Av. 9



Camila Cordeiro Cherfen

Rua 3, c/ Av. 10, Centro



Camila Cordeiro Cherfen

Rua 4, entre Avs 6 e 8, Centro



Ivo Reseck

Rua 5 c/ Av. 4, Centro



Ivo Reseck

Av. 2, c/ Rua 5, Centro



Edmar B. de Assis

Av. 1, entre Ruas 1 e 2, Centro



Luiz Miotto

Av. 1 c/ Rua 7, Centro

Outro ponto importante a ser ressaltado é a questão do patrimônio dos clubes sociais da cidade. Pouco ou quase nada foi mantido de algumas de suas fachadas originais. A falsa impressão de modernidade que, para se fixar, altera completamente suas plantas originais descharacterizando-as, nada mais contam de nossa história

social e cultural. Mantiveram a estrutura original os dois clubes negros, Tamoyo e José do Patrocínio, construídos em mutirões voluntários da comunidade aos finais de semana, o Clube de Campo e Floridiana que conservaram a sede da fazenda que os originou, o SDD Cidade Nova e a ACD Nipo Brasileiro.



Associação Beneficente Cultural e Recreativa Tamoyo



Sociedade Beneficente Recreativa José do Patrocínio



Clube de Campo de Rio Claro



Floridiana Tênis Clube



Sociedade Dramática Dançante Cidade Nova



Associação Cultural e Beneficente Nipo-Brasileira de Rio Claro

No entanto, os demais clubes, Grêmio Recreativo, Clube Ginástico, Filarmônica e Veteranos, embora sejam instituições

que viveram intensamente o século XX, ou mudaram completamente a proposta original ou construíram novos prédios.



Grêmio Recreativo dos Empregados da Cia Paulista



Grupo Ginástico Rio-clarense



Acervo APH

Sede Original Sociedade Philarmônica de Rio Claro, Rua 5 c/ Av. 5. Imagem de 1910



Ivo Reseck

Sociedade Beneficente Cultural Dançante Veteranos de Rio Claro

Dessa forma, esperamos contribuir para que daqui a 100 anos, como temos salientado quando falamos do registro da história do presente, tenhamos muita história para contar a partir da perspectiva da cidade, seus prédios, sua forma de organização, seu respeito para com as pessoas e suas formas de

convivência na família, no trabalho, nos espaços públicos, na sua fé, na produção do conhecimento e no lazer.

Que nossos descendentes possam se orgulhar do que iremos deixar para que a memória desta cidade permaneça!

Bibliografia

BERTOLETTI, E. C. **Arquivo – escaninho das memórias**. Disponível em: <http://www2.ict.pt/?idc=102&idi=11716> Acesso em: 12 nov. 2008.

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In:

CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **O direito à memória: patrimônio cultural e cidadania**. São Paulo: DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

FRATINI, Renata. Educação Patrimonial em Arquivos. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, 2009

FUNARI, Pedro Paulo A. ; MENEZES, L. . Desafios para a preservação do patrimônio arqueológico no Brasil. In: Yussef Daibert Salomão

de Campos. (Org.). **Patrimônio Cultural Plural**. 1ed. Belo Horizonte: Arraes, 2015, v. 1, p. 135-143.

HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Educação Patrimonial : Manual de aplicação**: Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

Legislação

Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Portaria Federal nº 11/1986/sphan

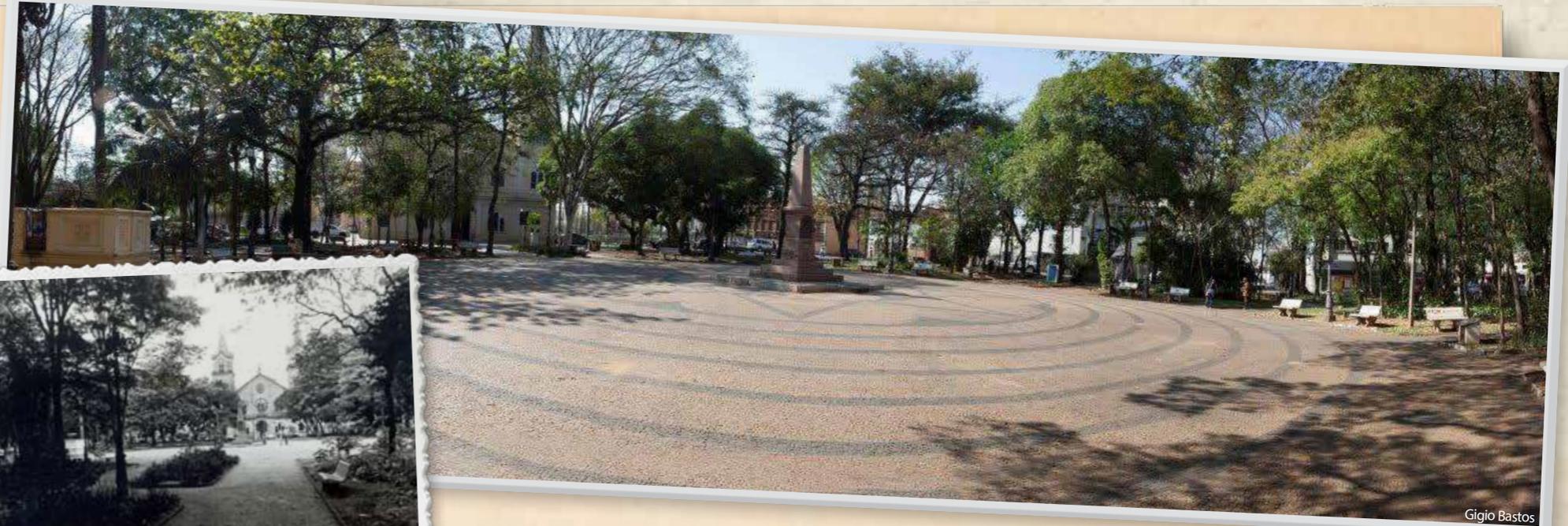
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 - Título VIII

Praça da Matriz

Atual: Praça da Liberdade

Endereço: Ruas 6 e 7, entre Avenidas 3 e 5,
s/ número - Centro

Data da construção: desde 1827



Gigio Bastos



Acervo do APH



Marcelo Ramos Ribeiro

No Balanço... (Movimentos IV)



Acervo do APH

Histórico

Antigamente, era comum os espaços públicos terem denominações dos marcos importantes que havia em seu entorno. Dessa forma, o primeiro nome da Praça da Liberdade foi "Praça da Matriz", justamente a partir de 1827, quando da elevação do povoado à hierarquia de "Capela Curada".

Em dezembro de 1889, um mês depois da Proclamação da República, a Câmara Municipal mandou plantar uma "árvore da liberdade" em frente ao Paço Municipal e a Cadeia ali existentes. Em fevereiro de 1890, a Câmara mudou o nome da praça para Liberdade.

Essa praça foi "local a que a comunidade negra tinha livre acesso, uma vez que o Jardim Público era reservado para as famílias mais abastadas, com acesso limitado pela comunidade (...)". (CAMPOS, p. 75, 2014)

A Praça tem muitos marcos que contam parte da história da cidade, em seus vários momentos: a Matriz de São João Batista, a Residência de D. Luiza Botão, o Colégio Puríssimo Coração de Maria, o Casarão da família de Antonio Mônico de Lucca, a Residência da Família Fontes e a Residência de Siqueira Campos. Infelizmente, o edifício da Câmara Municipal e Cadeia Pública foi demolido nos anos 1960 para construção do atual Fórum.



Acervo do APH



Acervo do APH



Marcelo R. Ribeiro

Nossa Natureza... (Movimentos III)

Coluna comemorativa da República (Obelisco Republicano)

É um monumento de cimento sendo a coluna sustentada por uma base quadrada e tem em uma das faces o emblema da República e nas outras três o Cruzeiro do Sul. Foi nesse lugar que no dia 13 de dezembro de 1891, os rio-clarenses republicanos arriscaram suas vidas para restabelecer a Constituição da República, violada a 3 de novembro de 1891, registrado com os inscritos: "Tudo Pela Pátria" e "Tudo Pela República".



Ivo Reseck

Obelisco comemorativo 1º Centenário Fundação de Rio Claro

Localizado no Centro da Praça da Liberdade, é o Marco da Fundação, construído em 1927, em comemoração ao primeiro centenário de Rio Claro. Sua construção é em granito, possuindo duas placas de ferro com inscrições:



Ivo Reseck



Ivo Reseck



Ivo Reseck

Placas Confeccionadas na Escola Profissional

Busto Dr. Vasco da Silva Mello. Autor da obra: Vilmo Rosada – Ano: 1962. Placa colocada atrás da escultura com as inscrições: Homenagem dos funcionários do Centro de Saúde Dr. Vasco da Silva Mello



Ivo Reseck

Busto de Ulysses Silveira Guimarães localizado na face da Avenida 3, trata-se de homenagem em granito natural. Autor da obra: Joel A. Ferreira



Ivo Reseck



Gijó Bastos

Árvore da Liberdade, plantada em dez. de 1889



Ivo Reseck

Busto de José Bonifácio de Andrade e Silva. Localização: Praça da Liberdade pela Rua 6, esquina da Avenida 3. Fundida na Escola Profissional. Autor da obra: Gustavo Biancalana – Ano: 1922

Referências Bibliográficas:

ARISA, Francisco; BUZZATTO, Rodrigo Luiz. Monumentos históricos. Disponível em: <http://www.visitrioclaro.com.br/interna.php?idm=1&coract=1&id=20&mnu=cultura&mat=32>. Acesso em: 27 março 2015.
CAMPOS, Maria Teresa de Arruda et al. **Implantação da Lei 10.369/2003:** Roteiros. Rio Claro - SP: Panda Pix Editora, 2014, p.75.
SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária.** Rio Claro, 1978
SELINGARDI, Jr. Anselmo Ap. Praça da Liberdade: marcada por manifestações. Diário do Rio Claro. Rio Claro, 24 junho 2006. Local, p. 19.



No seu aniversário I



Por Luiz Miotto. Técnica mista, 2011 No seu aniversário II



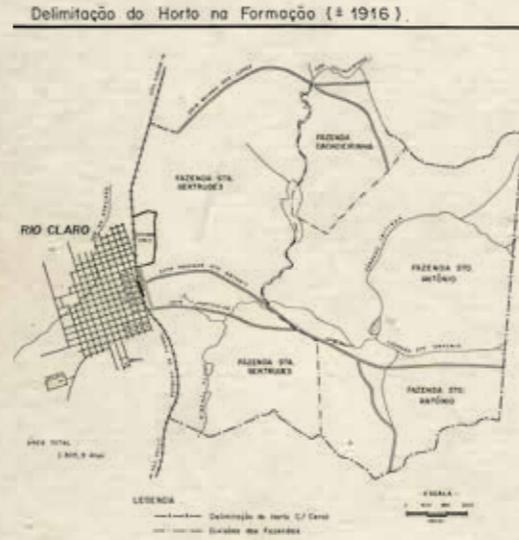
No seu aniversário III

Horto Florestal de Rio Claro

Atual: Floresta Estadual "Edmundo Navarro de Andrade"
Endereço: Av. Navarro de Andrade, s/n. Vila Paulista
Ordem: Público
Data da construção: 1833
Área do terreno: 2.230,53 hectares



HORTO FLORESTAL - PONTE SOBRE O RIBEIRO CLARO



Wladimir J. Anunciato



Acervo do APH



Edson Facuri



Acervo do APH

Vista aérea da Área de Uso Público da FEENA.



Acervo do APH

Trilhas da FEENA



Neusa Inforzato, óleo s/ tela, 2003

Residência do Barão de Piracicaba

Atual: Solar Navarro de Andrade (1916-1941)

Endereço: Av. Navarro de Andrade, s/n

Vila Paulista

Tipologia: Casa de moradia sobre porão não habitável

Ordem: Público

Data da construção: 1833

Área construída: 608,33 m²

Fachada: Laterais com alpendres adornados com guarda corpo e lambrequins, parte frontal com cobertura para entrada de veículos.

Cobertura: Telha francesa com calhas.

Envasadura: Vergas retas em madeira.

Esquadrias: De madeira com venezianas que se abrem para fora e janelas guilhotina.

Mérito: Edifício de notável valor histórico e mérito arquitetônico.

Técnicas Construtivas: Paredes largas construídas com tijolos, alvenaria autoportante, revestidas com argamassa e pintura protetora. Pisos de taco, assoalho e ladrilho hidráulico. Parte do forro da casa tipo "saia e blusa".

Observações: Recebeu em suas reformas alguns detalhes neoclássico, como cornija, e bossagem. Também foram incorporadas ao prédio arandelas externas. Quando Edmundo Navarro se mudou para o imóvel realizou algumas adaptações. Na fachada sul, ampliou o alpendre e construiu rampa de acesso para veículos. Nas fachadas leste e oeste anexou varandas. Na parte superior, construiu dois sanitários também nas fachadas leste e oeste.



Acervo do APH



Luiz Miotto

Nos cantos das paredes da parte assobradada existem dentes ou dentilhões que é o efeito de tijolos cruzados.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado, Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior



Acervo do APH

Fundos do Casarão do Barão de Piracicaba

Histórico

O Solar Navarro de Andrade, como hoje é conhecido, foi inicialmente a "casa grande" da Fazenda Santo Antônio, pertencente ao Capitão Antônio Paes de Barros, titulado, no período do Império, como 1º Barão de Piracicaba. Foi residência, também, do seu filho, Raphael Tobias Paes de Barros, 2º Barão de Piracicaba, que foi casado com Maria Joaquina de Oliveira, filha do Visconde de Rio Claro, José

Estanislau de Mello Oliveira. O Solar ficava ao lado de um pomar banhado por um açude, que hoje é o lago do Horto Florestal.

Após longa trajetória, com a saída de Raphael Tobias Paes de Barros, da Fazenda, mudando-se para São Paulo, esta foi vendida. O grande impulso dado a ela pela Ferrovia vinha de uma nova preocupação, principalmente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro: a necessidade de madeira, para lenha e para a fabricação de dormentes. Foi assim que, em 1909, essa Companhia comprou muitas das terras que circundavam a linha férrea. Era preciso encontrar uma planta que substituísse a madeira proveniente das matas nativas. Edmundo Navarro de Andrade, engenheiro recém-formado, apoiado pelo seu padrinho Comendador Antônio Prado, foi escolhido para chefiar essa empreitada. Em 1916, escolheria morar na "casa grande" da Fazenda Santo Antônio, fazendo daquele lugar o centro de suas pesquisas. O prédio recebeu, então, ampliações servindo como sua residência até 1941, quando do seu falecimento.

Em 1998, teve início o processo de privatização das Ferrovias, sendo esse patrimônio, através do acerto de contas entre o Governo do Estado e a FEPASA, transferido o Horto Florestal para o controle

da Secretaria do Meio Ambiente, ficando, a partir do ano 2000, por força de Decreto Estadual, como Unidade de Conservação e, mais adiante, sob a administração da Fundação Florestal de São Paulo. Nem mesmo essa situação significou um impulso à conservação e restauração da área. O desrespeito ao tombamento continuou. O Estado limitou-se a manter certa proteção ao patrimônio, destacando alguns funcionários administrativos e contratando guardas para evitar uma depredação total em face do abandono a que foi submetido.

Hoje, por força de Convênio entre a Fundação Florestal e a Prefeitura, assinado em 2009, muitas ações foram desenvolvidas para, pelo menos, cuidar da manutenção da Área de Uso Público do Horto. Uma delas é a manutenção do Solar, com a recuperação de seu telhado, da parte elétrica, da pintura, das janelas, parte hidráulica, além do paisagismo.

O prédio ainda mantém as características da época de Edmundo Navarro de Andrade, móveis de escritório e de uso do Solar e parte da Biblioteca sem ter, no entanto, um tratamento museológico como seria de se esperar.



Acervo do APH

Casa do Horto Florestal. Artista Maria Enide B. Penteado, 2005

Sede da Fazenda Santa Gertrudes

Atual: Sede da Fundação Florestal em Rio Claro
Endereço: Av. Navarro de Andrade, s/n Vila Paulista
Tipologia: Casa de moradia sobre porão não habitável
Ordem: Público
Data da construção: início do século XIX

Fachada: Laterais com alpendres adornados com guarda corpo e lambrequins, parte frontal com cobertura para entrada de veículos.

Cobertura: Telha francesa com calhas.

Envasadura: Vergas retas em madeira.

Esquadrias: De madeira com venezianas que se abrem para fora e janelas guilhotina.

Mérito: Edifício de notável valor histórico e mérito arquitetônico.

Técnicas Construtivas: Paredes largas construídas com tijolos, alvenaria autoportante, revestidas com argamassa e pintura protetora. Pisos de taco, assoalho e ladrilho hidráulico. Parte do forro da casa tipo "saia e blusa".

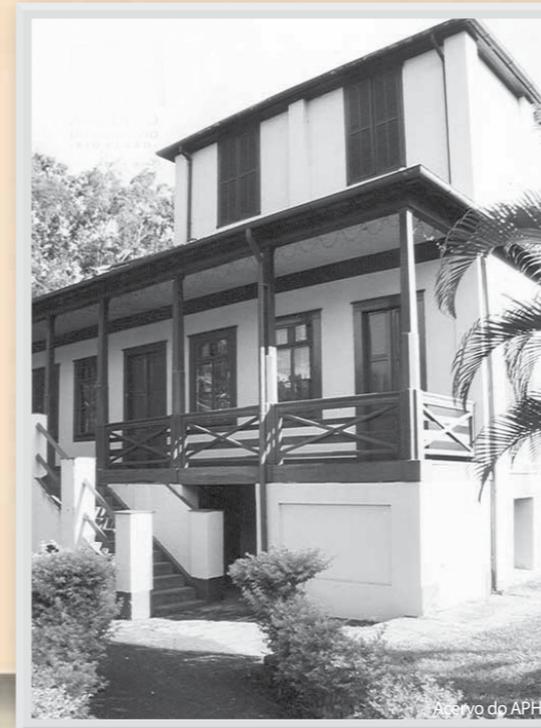
Observações: Piso de assoalho sobre vigamento. Portas com bandeiras fixas de vidro incolor, beirais bastantes tímidos pelo porte do imóvel. A tipologia do imóvel expressa-se igualmente num rígido classicismo exprimindo um arcaísmo. A parte superior, podemos classificá-la como Camarinha, pequeno corpo elevado utiliza-

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado, Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior

dos originalmente como quarto ou mirante.

A estrutura dos guarda-corpos apresenta o tipo Cruz de Santo André .

A escada situada na fachada norte é um acréscimo, pois a estrutura em arco e corrimão em varões destoam do conjunto.



Histórico

O prédio que atualmente abriga o centro administrativo da FEE-NA foi a sede da Fazenda Santa Gertrudes de propriedade do Major Mariano A. Guimarães, adquirida pela Cia Paulista em 1909, sendo incorporada ao seu patrimônio. Em 1916 o prédio foi transformado no escritório do Serviço Florestal da Companhia. Em 1961 a empresa foi estatizada sendo incorporada a FEPASA em 1971, consolidando as ferrovias paulistas. O prédio abrigou o Ginásio Vocacional no período de 1963 a 1968.

Em 2010 o prédio passou a sediar a Diretoria de Manejo Florestal, da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, em uso compartilhado com a administração da FEENA. A parceria encerrou-se no final de 2013, estando o local atualmente ocupado somente pelo órgão estadual.



Residência dos Trabalhadores (Sobrado Amarelo)

Atual: Sobrado Amarelo

Endereço: Av. Navarro de Andrade, s/n Vila Paulista

Tipologia: Casa de moradia sobre porão não habitável

Ordem: Público

Área construída: 1040 m²

Data da construção: início do século XX

Cobertura: Telha francesa com calhas.

Envasadura: Vergas retas em madeira.

Esquadrias: De madeira com venezianas que se abrem para fora e janelas guilhotina.

Mérito: Edifício de notável valor histórico e mérito arquitetônico

Técnicas Construtivas: Paredes largas construídas com tijolos e alvenaria autoportante

Observações: Os porões podem ter sido utilizados como senzala e galpão para implementos agrícolas. Acredita-se que a parte superior pode ter sido edificada durante o período da imigração europeia quando a mão de obra em sua maioria Italiana foi acomodado em pequenos apartamentos.

Possui característica rústica, sem ornamento, onde o tijolo como sistema construtivo foi apenas pintado com cal.

As casas perfiladas dos dois lados de um caminho formando um aspecto de avenida foram na verdade edificadas para moradias dos funcionários administrativos subordinados ao Serviço Florestal da Cia Paulista.

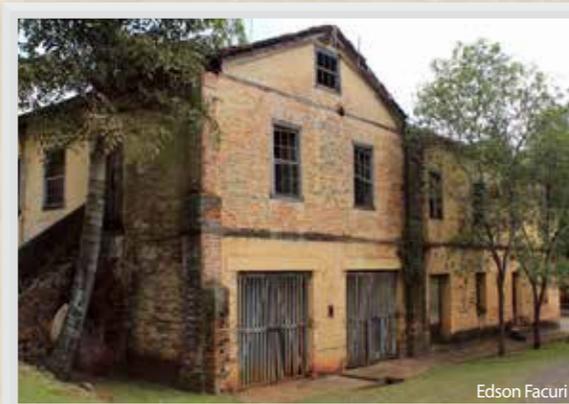
A configuração dos imóveis revelam terem sido edificadas entre as décadas de 20 e 30 do século passado.



Acervo do APH



Edson Facuri



Edson Facuri



Acervo do APH



João Paulo Corrêa

Memória Afetiva

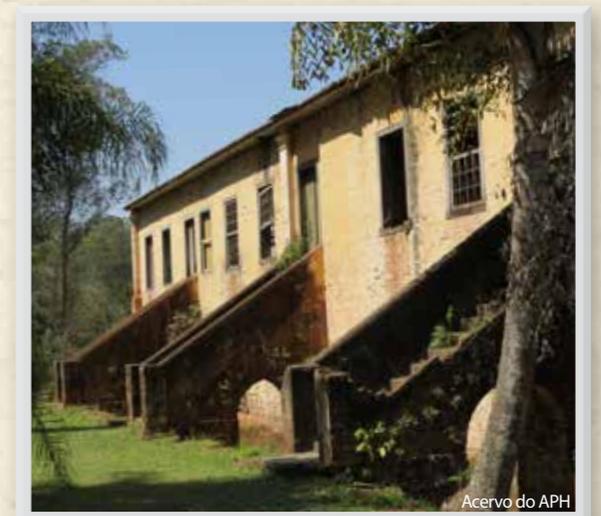
Histórico

Pouco se sabe sobre esse grande prédio histórico, a não ser que foi a colônia principal da Fazenda Santo Antônio, com 8 unidades, com uma média de 130 metros quadrados, somando uma área total de 1.040 metros quadrados.

A construção é do início do século XX.



Acervo do APH



Acervo do APH

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado, Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior

Capela Santo Antônio

Atual: Capela Santo Antônio

Endereço: Av. Navarro de Andrade, s/n Vila Paulista

Tipologia: Capela com nave simples e abside com duas saletas laterais, distribuídas em plantas retangulares

Ordem: Público

Data da construção: 1955

Área do terreno: 2.230,53 hectares

Área construída: 150 m²



Rafael Alexandre Prado

Histórico

A Capela Santo Antônio foi construída em sistema de mutirão pelos funcionários do Serviço Florestal da Companhia Paulista, em 1955, apresentando características tipicamente europeias, com telhado em duas águas íngremes, torre com pináculo e as janelas em arco. Em 1992, foi construída a passarela de madeira com luminárias, para facilitar o acesso aos turistas e, principalmente, em função das chuvas nos meses de verão, quando as águas alagam toda a várzea próxima. De 2002 a 2004, a Capela passou por uma reforma coordenada pela Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade, para sua revitalização e recuperação. Essa Capela, ligada à Paróquia de Nossa Senhora da Saúde, teve sua reabertura no dia 10 de julho de 2004, com missa celebrada pelo Padre Geraldo Maurício da Silva.

Fachada: Torre centralizada de quatro faces, com duas aberturas em arco ogival e um óculo. O topo da torre possui cobertura com formato piramidal. Frontão sobre cornija e friso ornamental sob a mesma.

Cobertura: Telhado em duas águas e telhas capa e canal

Envasadura: Portas e janelas em arco ogival. Porta em madeira com almofada entalhada.

Esquadrias: Com vitrôs basculantes encimadas por bandeiras envidraçadas, e ao centro possuem cruces ortogonais compostas por painéis de vidro em formato quadrado na cor vermelha.

Técnicas Construtivas: Alvenaria de tijolos, com pisos constituídos de mosaicos e forro de madeira.

Observações: Passou por restaurações em seu interior em 2002. Seu estilo pode ser classificado como Neogótico porque suas portas e janelas são em arcos ogivais.

Sua construção é de meados da década de 60 do século passado.



Acervo do APH



Luiz Miotto

Foi construída em regime de mutirão pelos funcionários após o expediente.

A passarela de madeira foi construída em 1992 contornando situações esporádicas de alagamentos em seu entorno por ser esta uma área de várzea.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Nelson Martins de. **Álbum de Rio Claro**. Documentário Histórico e Ilustrativo do Município de Rio Claro. Rio Claro, SP: Estabelecimento Tipográfico Pantaleão, 1951.

ALVES, Ueslei Domingos; Perinotto, Consuelo Carolina. **Antônio Paes de Barros**. O importante personagem histórico que fundou a Fazenda Santo Antônio e protagonizou o desenvolvimento da cidade de Rio Claro. Revista do Arquivo, Rio Claro, n.9, p. 75-78, junho, 2012

Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Agenda do Arquivo. 2011

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro**: aspectos políticos. São Paulo: Pioneira, 1977.

DEAN, Warren. **Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura – 1820-1920**. Trad. Waldívnia Portinho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 170-171.

FERRAZ, R. J. **História do Rio Claro**. (A vida, seus costumes e seus homens) 1821-1827-1922. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1922, p. 93.

NORIEL, RONEI e JOSÉ EDUARDO. **Leitura, Diagnóstico e Proposta de Intervenção do "Solar Navarro de Andrade"**. ASSER Rio Claro, SP, 2012

PEREIRA, Flávia Alessandra de Souza. **Organizações e espaços da raça no oeste paulista**: movimento negro e poder local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960). Tese (Doutorado em Sociologia). São Carlos: UFSCar, 2009.

PÉREZ, Filemón. **Álbum Ilustrado da Companhia Paulista de Estradas de Ferro**. 1918.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. **Rio Claro: Uma cidade em transformação, 1850-1906**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História Econômica. Campinas, SP: UNICAMP, 2000. (página 46).

SELINGARDI, Jr Anselmo Ap. **Levantamento arqueológico-histórico de áreas de interesse do município de Rio Claro e região**. Rio Claro, 1999

ZAMBELO, Marco Henrique. **História do sindicalismo ferroviário paulista** (1930-1961).



Acervo do APH



Acervo do APH

Sto Antônio dos Eucaliptos. Artista Maria Helena L. P. de Oliveira. Óleo s/ tela, 2001

Igreja Santa Cruz e Colégio Santa Cruz

Atual: Igreja Matriz de Santa Cruz e Colégio Santa Cruz

Endereço: Avenida 12, nº 811 Entre Ruas 8 e 9, Santa Cruz

Tipologia: Edifício institucional dotado de uma cúpula e uma longa torre de tamanho retangular

Ordem: Privado Religioso

Data da construção: década de 1940-1960

Área do terreno: 2.344,00 m²

Área construída: 1.522,00 m²

Estilo Arquitetônico: Românico

Fachada: A fachada é composta por um portal, com características do estilo românico, apresenta arquivolta, três colunas de cada lado, de fuste liso, com capitel com folhas de acanto e uma roseta. Em cada lado desse portal há um portal menor, em arco pleno com uma coluna de cada lado. Essa forma se repete na janela superior e no nível acima dessa, um conjunto de duas janelas em arco pleno ladeada por três colunas. No centro da fachada, no último pavimento, estão cinco janelas em arco pleno, sendo que três delas estão entre duas colunas e pares de colunas formando um arco românico. Logo acima, uma platibanda que segue o caimento do telhado, é dotada por lesena e, por fim, uma cruz ocupando o topo. A enorme torre capanária que mais se destaca, é composta por três grandes janelas sendo a terceira em forma de arco pleno, por seguir um contorno em alto relevo. Acima dela, um conjunto de dois pares de janelas que, por sua vez, são ladeadas por colunas com fuste com folhas de acanto. As duas últimas janelas também estão em forma de arco pleno por seguir o desenho das colunas

Histórico

Em 1853, um dos fundadores de Rio Claro, o Padre Delfino da Silva Barbosa, verificando a necessidade de atendimento religioso aos moradores, construiu, em terreno da sua propriedade, uma Capela que se convencionou chamar "Santa Cruz". O Padre começou a obra sem autorização eclesiástica, todavia, no meio do trabalho, resolveu regularizá-la e, com anuência da Câmara que atestou estar a Igreja sendo levantada "em terreno apropriado e seco", conseguiu a Provisão de Aprovação em 20/10/1854. (CHRISTOFOLETTI, 1992, p. 8)

Segundo Christofolletti (1992), desde 1895 a Capela da Santa Cruz esteve sob a responsabilidade da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, com dificuldade de padres para realizarem os cultos, preocupando sobremaneira o Padre Francisco Botti, de origem também italiana, que providenciou, em 1910, a vinda dos Missionários da Congregação de São Carlos, que aqui chegaram para dar início, principalmente, à tarefa de cuidar dos patrícios. Tendo a diretoria da Irmandade do Carmo concordado, estabeleceram-se os novos missionários nas dependências da própria capela com mais de meio século, atendendo fazendas, sítios, colonos e mantendo uma escola de catequese. Ficaram aqui até 1914/1915, sendo testemunhas do lançamento da pedra fundamental da torre da Capela.



Acervo do APH



Acervo do APH

Cobertura: Telhas de capa e canal.

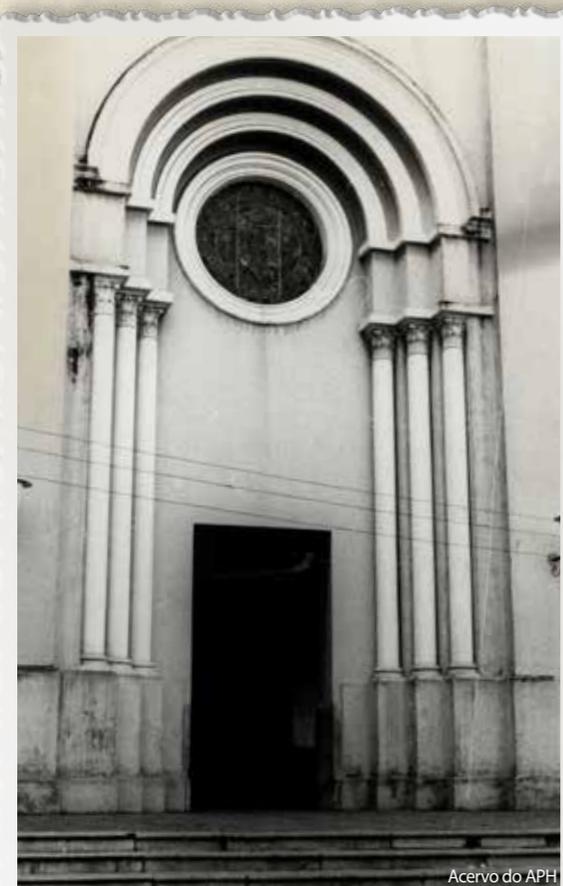
Esquadrias: Porta de madeira de duas folhas, janelas basculantes envidraçadas, algumas nas cores azul e verde.

Mérito: A Instituição existe desde a segunda metade do século XIX, o edifício possui grande valor histórico e arquitetônico para o município.

Estado de Conservação: Bom

que formam um arco. Logo acima, um relógio e, por último, o campanário dotado de três colunas todas formando arcos. A torre também é coroada por uma lesena e possui uma cruz de ferro no topo.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Acervo do APH

Detalhe da entrada do Colégio Sta Cruz

Christofolletti (1992) afirma que, por essa ocasião, a Igreja já se tornara um ponto de referência obrigatória para os colonos italianos de Rio Claro e de toda a redondeza, propiciando a formação, ao seu redor, de um bairro marcado pela cultura italiana, robustecida alguns anos depois, com a vinda dos padres ou irmãos estigmatinos.

Conforme Christofolletti (1992, p. 18), o padre Luiz Benedetti "projetou a atual Igreja em estilo romano, com pedra fundamental lançada em 1º de maio de 1939. Na Igreja, há um baú enterrado, com uma ata, os jornais e dinheiros então circulantes, a pedra fundamental que levou as assinaturas dos presentes, além dos planos da construção, meios e afins. No dia 3 de agosto do mesmo ano, terminou a demolição da primeira parte da velha Capela do Padre Manoel Rosa, nascendo no dia 31 do mesmo mês, os alicerces da nova obra. A partir daí, o Padre Benedetti cercou-se de vultos valiosos, pedindo ajuda, fazendo campanhas, para acabar a sua Igreja, que demorou dez anos e ficou sem pintura interna, até um ano depois de terminada a construção, tal melhoramento, só sendo possível graças à atuação do Padre Mário Chiandussi, que contratou os pintores Miguel e Nicanor Hebling, orientando e dando-lhes, diariamente, assistência até o acabamento final do trabalho, ainda hoje admirado.



Luiz Miotto



Acervo do APH

Nesta época, na igreja recém-terminada, faltou o lugar para os sinos, retirados da Capela inicial. Alguns marianos, liderados por Reynaldo Capretz e Luiz Messetti, levantaram uma torre com quatro suportes de madeira roliça de eucaliptos para sustentá-los ao lado da bela construção, mas apesar da boa vontade deles e dos outros que colaboraram, a imagem rústica destoava da imponência do templo, aparecendo, então, outro Padre - Simeão di Lenardo - que tomou a sério compromisso de levantar uma torre condigna, de cinquenta metros, furando as nuvens. Esse trabalho foi iniciado em 15 de março, sob a direção de um engenheiro de Ribeirão Preto, cujo projeto original foi ligeiramente modificado no final, colocando em vez de telhado em seu topo, uma plataforma com grades que seguraria a cruz de ferro de cinco metros de altura. (CHRISTOFOLETTI, 1992, p. 18)

No dia 12 de outubro de 1966, ocorreu a elevação da Santa Cruz à Paróquia, instalada em 30 de novembro pelo então Bispo Dom Aníger Francisco Maria de Melilo, a partir de então, sofrendo a Igreja alterações para melhor, dinamizando a vida da Igreja e propiciando o afloramento de líderes que em muito vieram movimentar todos os seus setores.

Conforme Christofolletti (1992), o arco do relógio da torre tem um mostrador de dois metros de circunferência e foi construído, assim como a máquina toda, por firma especializada de São Paulo, no Bom

Retiro, contatada, pessoalmente, pelo Padre Simeão. Custou, em parcelas, o valor de Cr\$ 10.580,00 também, hoje, insignificante e tem lá num dos cômodos da torre, o andar inteiro à disposição da incrível máquina artesanal de mais de 15 metros cúbicos em cobre, tudo feito com lima e capricho.

Localizado no mesmo espaço, há o Colégio Santa Cruz sob a direção dos padres Estigmatinos. Em 1927, foi criado o Ginásio Municipal Santa Cruz, anexo ao Colégio. No período de 1971 a 1991 o Colégio Santa Cruz abrigou a unidade da Rede Escolar SESI. A unidade escolar do SESI passou ao edifício e instalações próprias no bairro Floridiana apenas no ano de 1992.

Colégio dos Estigmatinos

No início do século XX, a Irmandade de Nossa Senhora do Monte Carmo, a entidade que gerenciava a Capela de Santa Cruz, preocupada que estava com a formação de sacerdotes, elaborou a vinda dos estigmatinos em outubro de 1915 para Rio Claro. Os padres ficaram estabelecidos em uma residência na Rua 9 com a Avenida 12.

Em 11 de dezembro de 1921, os padres consideraram a residência muito pequena para os planos de servir de escola ou seminário. Sendo assim, nessa data foi lançada a pedra fundamental para a ereção do prédio onde funcionaria o Seminário Estigmatino da Santa Cruz.

Na verdade, hoje pode ser vislumbrado apenas um prédio. Porém, no projeto original havia dois prédios para servir de seminário, onde a Igreja deveria ficar no meio dos dois prédios. Pela falta de dinheiro, ficou resolvido e foi construído apenas um edifício com traços de engenharia dos próprios padres, segundo informa Midiel Christofolletti, que pode ser contemplado por quem passa pela rua 8 (CHRISTOFOLETTI, 1992, p. 16)

Para poder estudar no seminário concorriam jovens de várias partes do Estado, do Brasil e até mesmo do exterior. De suas salas saíram eminentes sacerdotes como José Lambert, Antônio de Souza e Moacir Vitti, entre tantos outros.



Desenho a bico de pena e aquarelado. Por Luiz Miotto. 2015

A Tragédia da Torre

No dia 9 de outubro de 1965, a torre, ainda em acabamento, já quase concluída e toda altaneira, seria palco do terrível acidente que vitimaria os Padres Simeão di Lenardo e Constantino Tognoni e também o Presidente da Associação Antoniana, Joaquim Rodrigues de Camargo, o Quinzinho. Os três não subiram pela precária escada, porque a série interminável de degraus poderia prejudicar o Padre Constantino que tinha uma deficiência cardíaca, tomando, então, o elevador de serviço da obra. Ao retornarem pelo mesmo caminho, depois de alguns segundos de descida, o nó soltou-se do cabo de aço de uma altura de 40 metros, quebrando-se a trava e precipitando-se ao solo, com enorme estrondo. A queda vitimaria instantaneamente os três ocupantes do precário elevador, causando espanto e tristeza em toda a comunidade.



Acervo do APH



Acervo do APH

Referências Bibliográficas:

- BORGES, Marta Poggi e. **Plano de desenvolvimento turístico de Rio Claro** – SP: Rio Claro: Strategia, 2014.
- CHRISTOFOLETTI, Midiel. **Paróquia de Santa Cruz Rio Claro** – SP: Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município, 1992.
- KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- SELINGARDI, Jr Anselmo Ap. **Levantamento arqueológico-histórico de áreas de interesse do município de Rio Claro e região**. Rio Claro, 1999.
- <http://www.canalrioclaro.com.br/antigo/index1.php?s=canalrc&p=predio.inc.php>
- Acesso em junho de 2014
- Revista JC Magazine. Ano 6, Edição No. 12, Dez a maio de 2012, p. 70.



A Stª Cruz - Céu da Cid. Azul. Artista Vânia M.L. Duarte. Óleo s/ tela. 2012

Igreja Santuário Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção

Atual: Igreja Santuário Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção

Endereço: Rua 10 nº735, entre Avenidas 7 e 9, Boa Morte

Tipologia: Edifício institucional isolado, de volume retangular, composto por altar-mor, torre central e dois anexos laterais

Ordem: Privado Religioso

Data de construção: 1856

Área do terreno: 7.837 m²

Área construída: 3.324 m²



Acervo do APH

Histórico

Em 1854, surgiu um movimento para a construção de um templo, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. Esse movimento desenvolvia-se, simultaneamente, em Piracicaba, Limeira e Rio Claro.

Em 1856, a Câmara Episcopal de São Paulo permitiu a construção da nova Igreja. Foi decidido que seria construída a 1ª Igreja na entrada do Jardim Público e, em julho do mesmo ano, a Diretoria das Obras da nova Matriz indicou à Câmara, diante das vantagens do local, que seria melhor construir no terreno destinado à Boa Morte. Somente em 1858, definiram para a Igreja Boa Morte um terreno dentro do Patrimônio de São João entre as atuais Ruas 10 e 11 e Avenidas 7 e 9, permanecendo assim até hoje. Nesse ano, o projeto já estava mais

Fachada: Simétrica, composta primeiramente pela torre do sino, que dá entrada para a igreja. Sua entrada era feita por três portais com verga reta em arco abatido. Nas extremidades havia dois portais também em arco abatido. A torre ainda era dotada de uma pequena rosácea e duas grandes janelas com verga reta em arco abatido. Por fim, no topo, a torre do campanário, cercada por balaustrada, sendo possível visualizar o sino. Acima da torre, elementos esféricos enfeitam a cobertura. O edifício ainda é contornado por lesena (elemento em arco pleno, típico do estilo neorromânico).

Esquadrias: Portas de madeira almofadada com duas folhas, janelas metálicas envidraças, basculantes.

Cobertura: Duas águas, telhas capa e canal.

Mérito: Grande valor histórico e arquitetônico para o Município de Rio Claro

amadurecido. Os entusiastas e devotos organizados em irmandade obtiveram a aprovação do estatuto da associação, em julho de 1858.

Se considerarmos o ano de 1858 como o do início das obras — em apenas sete anos concluiu-se a primeira parte dos trabalhos: a capela-mor. Em oito de agosto de 1865, D. Sebastião Pinto do Rego autorizou a bênção da Capela. A Capela-mor deveria ser somente a primeira etapa, mas tornou-se a definitiva. Conforme o projeto original — construída a nave, em continuidade à capela-mor — a frente da igreja ficaria no alinhamento da Rua 10. A torre atual, inaugurada em agosto de 1936, modificou a fachada antiga, despojada e disponível para o prosseguimento do que não se deu.

Nessa Capela, estabeleceu-se, em 1885, a nascente Irmandade de São Benedito — que se transferiu para a sua própria capela, em 1904. Dois anos depois de sua saída, lá mesmo, surgiu a irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Essa última permaneceu zelando pelo velho templo, durante catorze anos — migrando, em 1920, para a Igreja de São Benedito — já que, no ano anterior, ressurgira a tradicional Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, de direito, padroeira da Capela.

Em 1940, quando o Pe. Martins assumiu a paróquia, como vigário, a semente de novos movimentos já estava lançada. O desenvolvimento da Associação de Caridade Santa Rita de Cássia sugeriu a construção



Largo e Igreja da Boa Morte, Rio Claro

Observação: Inicialmente era uma capela, porém os dados que aqui foram descritos e analisados, dizem respeito à Igreja. Estrutura de alvenaria, forro de madeira e piso cerâmico. O edifício sofreu algumas alterações como o fechamento das portas e janelas que se encontravam nas extremidades.

Estado de Conservação: Bom

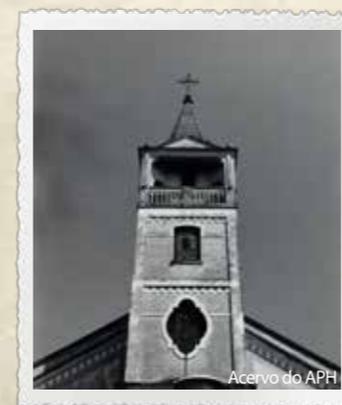
Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Referências Bibliográficas:

ABIB, Jamil Nassif. **Subsídios para a História das Instituições Religiosas em Rio Claro**. Separata do Tomo XXIV dos Anais do Museu Paulista. São Paulo, 1970.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária**. Rio Claro, 1978



Acervo do APH



Acervo do APH



Acervo do APH

Artista: Nicola Petti. Óleo s/ tela, 1925

Cemitério Alemão

Atual: Cemitério Evangélico

Endereço: Avenida 23, nº721, entre Ruas 6 e 7, Cidade Jardim

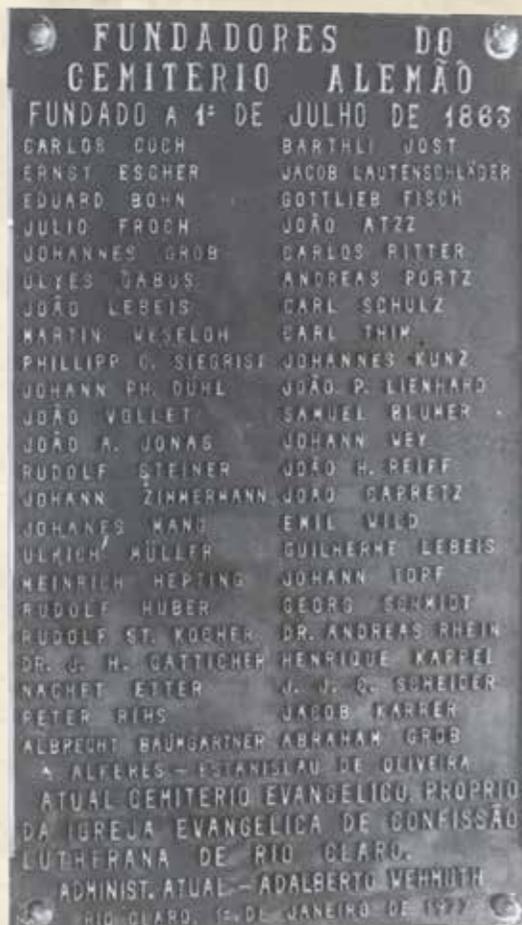
Tipologia: Edifício alinhado com a calçada, de volume retangular

Ordem: Privado Religioso

Data de construção: 1865

Área do terreno: 8.759,00 m²

Área construída: 8.759,00 m²



Estilo Arquitetônico: Neoclassicista

Fachada: A fachada é composta por uma Portela la-deada por duas pilastras de fuste liso e capitel que remete ao estilo dórico, embasadas por em pedestal em base ática em alto relevo. Logo acima, uma e um frontão triangular com uma epigrafe no tímpano com os dizeres "Giehe, mir leben" traduzindo de maneira literal signifc. "Eis que vivemos". Acima do frontão triangular uma cruz.

Esquadrias: Portão de ferro fundido com alguns ornamentos, vitrôs basculantes.

Cobertura: Cobertura quatro águas, telhas de capa e canal.

Mérito: Valor histórico para os descendentes de alemães no Município.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Observações: O edifício passou por uma reforma, tendo sido acrescentado um muro de pedra na altura dos pedestais das pilastras.

Estado de Conservação: Bom

Histórico

A construção do Cemitério Evangélico foi uma iniciativa dos imigrantes alemães radicados em Rio Claro, a fim de sepultarem seus mortos "uma vez que não era permitido aos protestantes sepultar (...) no Cemitério dos cristãos católicos" (KRÜGER, 2008, p. 20).

Em 1863, Eduard Bohn, um comerciante radicado na cidade, preocupado com as condições constrangedoras a que eram submetidos os evangélicos, dirigiu-lhes um apelo em prol da construção de um Cemitério próprio. Quarenta e quatro pessoas, entre as quais também se encontravam alguns católicos, comprometeram-se a contribuir com dinheiro para a construção do cemitério e sua inauguração aconteceu na manhã do dia 12 de julho de 1865.

Até hoje o Cemitério Evangélico é bem cuidado, resguardado por muros altos e sempre limpos, uma referência para os cristãos dessa denominação.



Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen. Orientação Técnica: Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Corredores internos do Cemitério Evangélico

Referências Bibliográficas:

KOCH, Wilfried. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
 KRÜGER, Eldo; KAPPEL, Mauri; BEIG, Darwin. *125 anos de história da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Rio Claro* - Estado de São Paulo. Rio Claro: IECLB, 2008.

Solar do Barão e Baronesa de Dourado

Atual: Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga"

Endereço: Avenida 2, nº 572, Esquina da Rua 7, Centro

Tipologia: Edifício sobrado com porão e volume retangular construído no alinhamento da calçada

Ordem: Privado

Data da construção: 1863

Área do terreno: 2.301 m²

Área construída: 965 m²



Acervo do APH

José Luiz Borges, Barão de Dourados



Acervo do APH

Amália Carolina de Mello de Oliveira Borges, Baronesa de Dourados

Estilo Arquitetônico: Transição do colonial para o imperial

Fachada: O edifício possui simetria. O que mais se destaca da fachada é o portal de madeira com verga em arco pleno. No nível inferior há oito grandes janelas com verga; logo acima, permanece uma sacada, sustentada por um conjunto de consolos com ornamentos. Seguindo para o segundo pavimento, há nove grandes portais de madeira com verga que tem abertura para essa sacada, sendo cada portal composto por um fino ornamento em ferro fundido. Nas extremidades da fachada, é possível perceber um tipo de bossagem; no nível inferior, elas têm o mesmo tamanho e no superior o tamanho delas é intercalado. Por fim, a fachada é coroada por um beiral.

Esquadrias: Porta almofada de madeira de duas folhas, com bandeira ornamentada em ferro fundido. Janelas guilhotina, de madeira e envidraçadas. Portas envidraçadas de duas folhas com bandeiras também envidraçadas.



Vida, 1938



Acervo do APH

Casarão construído no século XIX. Abrigou também o antigo Colégio Minervino

Cobertura: Telhado com quatro águas; e telhas capa e canal (antes do último restauro, em 2012).

Mérito: Construção da segunda metade do século XIX, uma das únicas em Rio Claro com esse estilo. Possui alto valor histórico e arquitetônico para o Município.

Técnicas Construtivas: Taipa de pilão no térreo e taipa de mão no pavimento superior; forro de madeira; alvenaria de tijolos; piso de madeira.

Estado de Conservação: Passa por restauro



Imagem do site Visitarioclaro

Observações: Passou por obra de restauro durante os anos de 1967 e 1968 (piso, paredes e divisórias). Em 2008, o museu teve sua fachada completamente restaurada, verba do Ministério da Cultura. Em 21 de junho de 2010, um incêndio, até hoje não esclarecido, consumiu a parte interna do Museu, suas divisórias e o telhado. Foram consumidos pelas chamas do incêndio: uma carruagem do final do século 19, que pertenceu à Fazenda Santa Gertrudes, um carro pipa que, na década de 50, era utilizado para distribuir água potável à população rio-clarense e uma réplica da Pietá, feita para ser colocada no Cemitério Municipal e três móveis em madeira. A perda não foi maior pelo fato de que o acervo estava em sua grande parte na Reserva Técnica do Museu, localizada na Rua 1. Por ser um bem tombado, hoje (2014) passa por grande obra de restauro.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Histórico

O Solar foi construído pelo fazendeiro José Luiz Borges, nascido em Mogi Mirim em 1824, filho de Luiz Borges de Almeida e D. Maria Joaquina de Jesus. Casou-se em 1847, na Matriz de São João Batista, com a filha do Visconde de Rio Claro, Amália Carolina de Mello Oliveira, com quem teve onze filhos, todos nascidos e batizados em Rio Claro (PENTEADO, 1977, p.130). Foi proprietário das fazendas "Covetinga" e "Canta Galo", situadas no bairro de Santa Cruz das Invernadas (hoje Ipeúna).

Foram pessoas marcantes na vida rio-clarense, pois participaram ativamente da vida política da cidade. José Luiz Borges foi eleito vereador pelo partido Conservador Monarquista, em 1861. Foi fundador e tesoureiro da "Irmandade do Santíssimo Sacramento", associação organizada nesta cidade em quatro de abril de 1847. Foi o fabricante da Matriz São João Batista, isto é, o administrador dos bens da paróquia. (idem, p. 131). Em 1885, juntamente com mais trinta e seis pessoas, fundou a Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro, (PENTEADO, 1982, p. 52). Assim, por todos os serviços à causa pública, recebeu do Imperador D. Pedro II o honroso título de "Barão de Dourados", em 1889.



Desenho a bico de pena e aquarelado. Por Percy Oliveira. 1987

Em 1863, José Luiz Borges decidiu construir uma residência no centro da cidade de Rio Claro (Rua 7, com a Avenida 2) uma casa assobradada de dois pavimentos, com paredes de taipa de oitenta centímetros de espessura e com 560 m² de construção em cada pavimento. A obra teve um grande número de trabalhadores, entre artesãos e escravos e toda a madeira utilizada, madeiras de lei, foi retirada de suas próprias fazendas. (PENTEADO, 1977, p. 132).

Terminada a construção, não pretendendo deixar a fazenda, alugou o prédio aos senhores Guilherme Lebeis Junior e Pedro Alexandre Lebeis, que ali instalaram o "Hotel d'Oeste" que foi o maior e melhor hotel do Estado, no seu tempo.

Em 1874, José Luiz Borges e toda sua família foram habitar a mansão que construíra e onde permaneceu até o seu falecimento, em 1893. A Baronesa continuou ali residindo com seus filhos até o ano de 1908, quando se mudou para São Paulo, onde faleceu em 1910. (PENTEADO, 1977, p. 132).

A mansão permaneceu habitada por descendentes do Barão, até 1916. Durante os anos de 1922 a 1924, seus herdeiros alugaram o sobrado ao Colégio Minervino, que "funcionou junto à Escola de

Comercio de Rio Claro, também dirigida pelo professor José Minervino³ e, no ano seguinte, o venderam ao educador Joaquim Ribeiro dos Santos, que nele fez funcionar o "Instituto Joaquim Ribeiro" entre os anos de 1926 a 1936. Depois desse período, a mansão foi desapropriada amigavelmente pela Prefeitura.

Em decorrência da desapropriação, funcionou ali de 1937 a 1939 o Ginásio Municipal "Joaquim Ribeiro". De 1940 a 1950, estando aquele estabelecimento de ensino sob o regime estadual, continuou no mesmo prédio com a denominação de "Ginásio Estadual Joaquim Ribeiro".

Por último, nos anos de 1951 a 1963, o antigo solar serviu de sede do Tiro de Guerra. Naquele último ano, "(...) o prédio foi tombado como Patrimônio da União, para receber o Museu que integrou a rede de Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo, cuja fundamentação em lei releva seus itens".

Em 1964, o prédio já havia sido tombado, tendo sido autorizada a instalação do Museu, mas, somente em 1967, a Prefeitura iniciou sua restauração. Essa parte da restauração foi até o ano de 1968. O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional man-

dou para vistoriar o serviço o Sr. Armando Rebolo que fez relatório detalhado das providências que deveriam ser tomadas para a consecução da restauração. Essa situação, no entanto, durou até 1971, quando a situação do prédio ficou lastimável. (MACHADO LUZ, 1978, p. 357).

Em 2010, o Museu Histórico, quando passava por uma outra reforma, houve um incêndio durante a madrugada, em circunstâncias misteriosas. Foram consumidos pelas chamas do incêndio: uma carruagem do final do século 19, que pertenceu à Fazenda Santa Gertrudes e foi doada ao Museu em 1980, um carro-pipa que na década de 50 era utilizado para distribuir água potável à população rio-clarense, e uma réplica da Pietá, feita para ser colocada no Cemitério Municipal e que, em 1973, fora doada pela família Muniz, ao Museu e três móveis em madeira. A perda só não foi maior pelo fato de que o acervo estava, em sua maior parte, na Reserva Técnica, localizada na Rua 1. A Prefeitura imediatamente providenciou

uma nova restauração com verba do Governo Federal. Por ser um bem tombado, atualmente, o Museu passa por grande obra de restauro com acompanhamento do Estúdio Sarasá.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcos. **Prédio do Museu não contava com vigilante**. Disponível em: <<http://www.guiarioclaro.com.br/materia.htm?serial=140017585>>. Acesso em: 25 de fevereiro, 2015.

ARRUDA CAMPOS, Maria Teresa de. **ACIRC, 90 anos de história**: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro – SP: 1922-2012. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

MACHADO LUZ, Milton José Hussni. **Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga"**, in: Rio Claro Sesquicentenária. Rio Claro: SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/IMESP, 1978

PENTEADO, Oscar de Arruda. **Rio Claro: Coletânea Histórica**. Piracicaba: Editora Franciscana, 1977.

_____. **Vultos da História Rioclarense**. Piracicaba: Editora Franciscana, 1982, 2ª ed.



Vista da região central de Rio Claro, com detalhes do Solar dos Dourados à esquerda



Ruínas do museu



Detalhe da ruína do museu - e a parede de taipa exposta após o incêndio.



Acervo do APH

Iray Denzin P. Mouro - Foi Notícia; Incêndio no Museu. Técnica mista, 2013

Residência do Barão de Porto Feliz

Atual: Estúdio Aliança

Endereço: Av. 2 nº 501, esquina Rua 6, Centro

Tipologia: Residência sobre porão, composta basicamente por um grande volume retangular

Ordem: Privado

Data da construção: 1864

Área do terreno: 837 m²

Área construída: 371 m²

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: Simétrica com destaque para um portal, centralizado, com verga em arco pleno.

No nível inferior, encontra-se um porão dotado de óculos. A fachada ainda exhibe quatro pilastras, sendo que duas estão localizadas nas laterais do portal e duas estão nas suas extremidades. As pilastras possuem fuste liso e capitéis detentores de uma ornamentação tipicamente eclética, sendo embasadas por um pedestal e uma base ática, ambos em alto relevo. Acima das vergas das janelas, é possível encontrar um pequeno frontão, em cujo centro repousa um pequeno frontão, em cujo centro repousa um busto em estilo clássico. No nível superior, há uma cornija com relevos, chamados denticulos e, logo acima dela, encontra-se ainda uma platibanda tripartida com uma balaustrada em sua seção central, encimadas por urnas e pequenas estátuas acima dela.

Esquadrias: Porta de duas folhas de madeira almofadas com ornamentos sobressalentes, também em madeira, e com bandeira ornamentada com motivos orgânicos. O edifício ainda possui janelas de abrir envidraçadas, com folhas de madeira.



Acervo do APH



Luiz Miotto

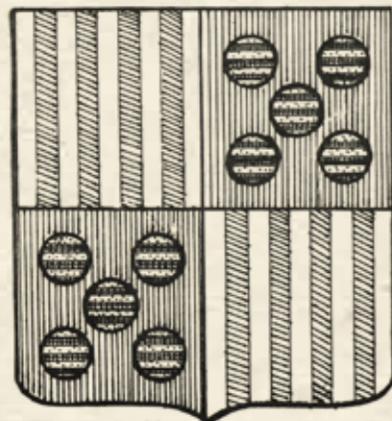
Cobertura: Telhas francesas

Mérito: Edifício de notável valor histórico, arquitetônico e cultural, considerado um importante exemplar arquitetônico de seu período.

Estado de Conservação: Regular

Observações: É um dos últimos edifícios de tipologia residencial do século XIX, ainda existente na cidade de Rio Claro. Foram retirados os vasos e as esculturas, e sua pintura está totalmente descaracterizada.

Pesquisa: Douglas Ramos, amila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



BRASÃO

dos Barões de Cascalho e de Porto Feliz

Escudo esquartelado: o primeiro e o quarto quartel, de prata com quatro palas verdes; no segundo e terceiro quartel de goles, cinco moedas de ouro postas em aspas, cada uma das moedas com três faixas pretas. Encimando o escudo, a coroa de Barão

52

Histórico

Cândido José de Campos Ferraz, Barão de Porto Feliz, filho de José de Campos Ferraz, Barão de Cascalho, nasceu em agosto de 1830, na Vila de São Carlos, hoje cidade de Campinas. Em 1864, transferiu-se para São João do Rio Claro e aqui se fixou com fazenda de café – a Fazenda Ibitinga. Posteriormente, veio morar na cidade, na residência que foi construída por seu cunhado Francisco de Assis Negreiros, O Chico-Mor, casado com sua irmã, Teolinda Ferraz de Campos. Recebeu o título de Barão de Porto Feliz do Imperador D. Pedro II, em 1867. Faleceu aos 49 anos de idade em outubro de 1879, e foi sepultado no jazigo da família, existente no Cemitério São João Batista da cidade. Teve quatro filhos, entre eles Zulmiro Ferraz de Campos, que foi vereador da Câmara de Rio Claro de 1902 a 1908, tendo sido, também, criador do Brasão de Armas do Município, convertido em Lei pelo Decreto nº. 13 do então Prefeito Municipal Benedito Pires Joly, em 24 de fevereiro de 1932. (PENTEADO, 1982, 117). Nos anos de 1902 a 1906 dirigiu o Clube dos Lyricos



Fabiola Deiust Custódio



Casarão visto a partir da Rua 6



que abrihantava a cidade com desfiles carnavalescos pelo centro da cidade, partindo do Hotel Chegadoinho, situado na Avenida Um entre as Ruas Cinco e Seis.

Essa edificação, construída em anos próximos à elevação de São João Batista de Rio Claro à categoria de Cidade pela Lei Provincial nº. 44, de 30 de abril de 1857, apresenta algumas particularidades que merecem ser destacadas: as varandas passam a ser voltadas para o interior do edifício e dando para um jardim que ostentava uma pequena fonte de água; a cozinha integrava-se ao corpo da residência, marcando um período de transição, pois, geralmente, eram construídas fora do prédio principal. Do seu quintal, partia um curioso túnel que se estende em direção ao lado sul da propriedade, provavelmente fosse uma interligação com outras residências da família Negreiros que, possivelmente, trabalhavam com comércio de valores e também, para abrigar os escravos que atendiam a residência.

Infelizmente, o casarão está com a fachada lateral alterada por janelas modernas que ferem sua arquitetura original, e está à espera de ação consciente de restauro e preservação. Atualmente é alugado para uma loja comercial de foto e filmagem, a *Estúdio Aliança*.



Referências Bibliográficas

CAMPOS, Zulmiro Ferraz de. **Centenário de Rio Claro**. Conferência sobre a história de Rio Claro pronunciada no Theatro Variedades desta cidade em 20 de junho de 1927. Rio Claro; Typ. Conrado, 1929.

CAMPOS, Marisa. **Patrimônio preservado e patrimônio destruído**. Revista do Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro, nº 05, junho/2010.

GUILHERME, Vivian. **Mistérios envolvem o antigo Casarão do Barão de Porto Feliz**. Disponível em: <<http://defender.org.br/noticias/nacional/rio-clarosp-misterios-envolvem-o-antigo-casarao-do-barao-de-porto-feliz/>>. Acesso em: 17 dezembro 2014.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

PENTEADO, Oscar de Arruda Penteado. **Rabiscos**. Rio Claro: Arquivo do município, 1988.

_____. **Vultos da História de Rioclarense**. Piracicaba: Editora Franciscana, 1982, 2ª Edição.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. **Rio Claro: Uma cidade em transformação, 1850-1906**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História Econômica. Campinas: UNICAMP, 2000.



Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira



Casarão do Barão de Porto Feliz. Av. 2, c/ Rua 6. Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto. 2015

Residência do Barão de São João de Rio Claro

Atual: Escola Municipal Marcello Schmidt
Endereço: Avenida 1 nº352, Esquina Rua 5, Centro
Tipologia: Edifício com porão utilizável e pátio interno, volume retangular e alinhado com a calçada
Ordem: Público
Data da construção: 1865
Área do terreno: 1.635 m²
Área construída: 1.159 m²

Histórico

O prédio, construído em 1865, foi residência da família de Amador Rodrigues Lacerda Jordão, o Barão de São João do Rio Claro, um dos maiores acionistas da Cia Paulista. Com a morte do Barão, sua viúva vendeu o imóvel para José Estanislau de Oliveira, o Visconde de Rio Claro que, por sua vez, o alugou para ser transformado no Hotel Castelo.

Em 1875, José Estanislau passou a morar no prédio, onde ficou até sua morte em 1884. Durante esse período, o Visconde cedeu salas para a Câmara Municipal e ali também hospedou o Imperador Dom Pedro II, quando este visitou Rio Claro, pela primeira vez, em 20 de setembro de 1878.

Em 1892, por testamento, a casa ficou para a neta do Visconde, Clementina Eugênia de Oliveira, casada com Marcello Schmidt. Entre os anos de 1898 e 1903, Schmidt cedeu o casarão para o funcionamento do segundo Grupo Escolar da cidade, e em 1911, a escola foi definitivamente instalada no local.

Com a morte de Marcello Schmidt, em 1929, a escola recebeu seu nome, tornando-o patrono, passando a denominar-se Grupo Escolar Marcello Schmidt. A partir de 1976, o então Grupo Escolar mudou para Escola Estadual de Primeiro Grau Marcello Schmidt. Em 1º de agosto de 2005, a escola foi municipalizada, passando então, a chamar-se Escola Municipal Marcello Schmidt.

Estilo Arquitetônico: Colonial (original), atualmente sem estilo definido

Fachada: Simétrica livre de ornamentos. A fachada pela Avenida Um era composta por um portal com verga reta em arco pleno. A quantidade de janelas é distribuída igualmente de cada lado, com cinco grandes janelas com verga reta. As extremidades possuíam pilastras com fuste liso e capitel sem ornamentos. Por fim um beiral com cimalha coroa todo o edifício.

Esquadrias: Porta de madeira almofadada com duas folhas, bandeira metálica envidraçada. Janelas guilhotinas de madeira com folha escura, atualmente (2014) vitrôs basculantes.

Cobertura: Quatro águas; com beiral simples; telhas de capa e canal.



Acervo do APH



Tiago Pinto

Mérito: Edifício construído na segunda metade do século XIX. Possui valor histórico para o Município além de ter abrigado diversas personalidades políticas importantes de Rio Claro. Recebeu D. Pedro II e sua comitiva na sua primeira viagem a essa cidade.

Estado de Conservação: bom

Observações: Uma reforma posterior definiu um chanfrado na esquina, adequando o alinhamento do edifício às normas posteriores para a execução das calçadas. O prédio passou por algumas descaracterizações como a retirada da bandeira na portada principal o arco pleno, a retirada das janelas em guilhotina, colocando em seu lugar vitrôs basculantes metálicos.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Acervo do APH

Av. 1 da rua 4 para a rua 6 vendo-se a Escola Marcello Schmidt



Acervo do APH

Vista da Avenida um, com rua 4. lado direito Casarão do Barão de São João do Rio Claro.



Ivo Reseck

Escola Marcello Schmidt

JOSÉ ESTANISLAU DE OLIVEIRA, nasceu em 1803 em São Paulo e faleceu em Rio Claro em 1884, aos 81 anos de idade. Em 1836, transferiu-se para a Freguesia de São João Batista do Ribeirão Claro – comprou terras dos irmãos Pereira e estabeleceu-se, formando a fazenda agrícola que denominou 'São José (PENTEADO, 1977). Junto com outros fazendeiros, em 1845, Rio Claro tornou-se Município autônomo e José Estanislau foi eleito Presidente e Intendente da primeira Câmara. Foi um dos fundadores da Estrada de Ferro Rio Claro-São Carlos do Pinhal; prestou serviços à Província por conta da Guerra com o Paraguai e pelos seus serviços prestados recebeu, em 1867, o título de "Barão de Araraquara" e, em 1870, pelo Decreto Imperial foi "elevado à honraria de 'Visconde do Rio Claro'". Morou neste prédio até falecer, em 1884.

MARCELLO NERY SCHMIDT, filho do engenheiro Andréas Schmidt e de Ornélia de Sá Lobato, o Coronel Marcello Nery Lobato Schmidt nasceu em Valença (RJ), em 5 de maio de 1861, e

morreu em Rio Claro em 11 de abril de 1929. Estudou Humanidades em Campinas, no Colégio Internacional, diplomando-se mais tarde em Pintura na Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Aos 20 anos, veio para Rio Claro, e casou-se com Clementina Eugenia de Oliveira, neta do Visconde do Rio Claro. Recebeu do Visconde a fazenda Tanquinho, como presente de casamento, dedicando-se durante muitos anos às atividades de agricultor e criador de gado. Foi um dos fundadores do Partido Republicano em Rio Claro, exerceu funções públicas em diversas ocasiões: Vice-Presidente da Câmara (1892-1895 e 1917-1919), Vereador (1899-1901, 1902-1904 e 1908-1910), Presidente da Câmara (1904-1905) e Prefeito Municipal (1911-1914). Assumiu a gerência do Banco Noroeste do Estado de São Paulo, Agência de Rio Claro, de 1922 a 1924. Em 1927, foi eleito Deputado Estadual, mas faleceu antes de terminar seu mandato. O casal teve quatro filhos.

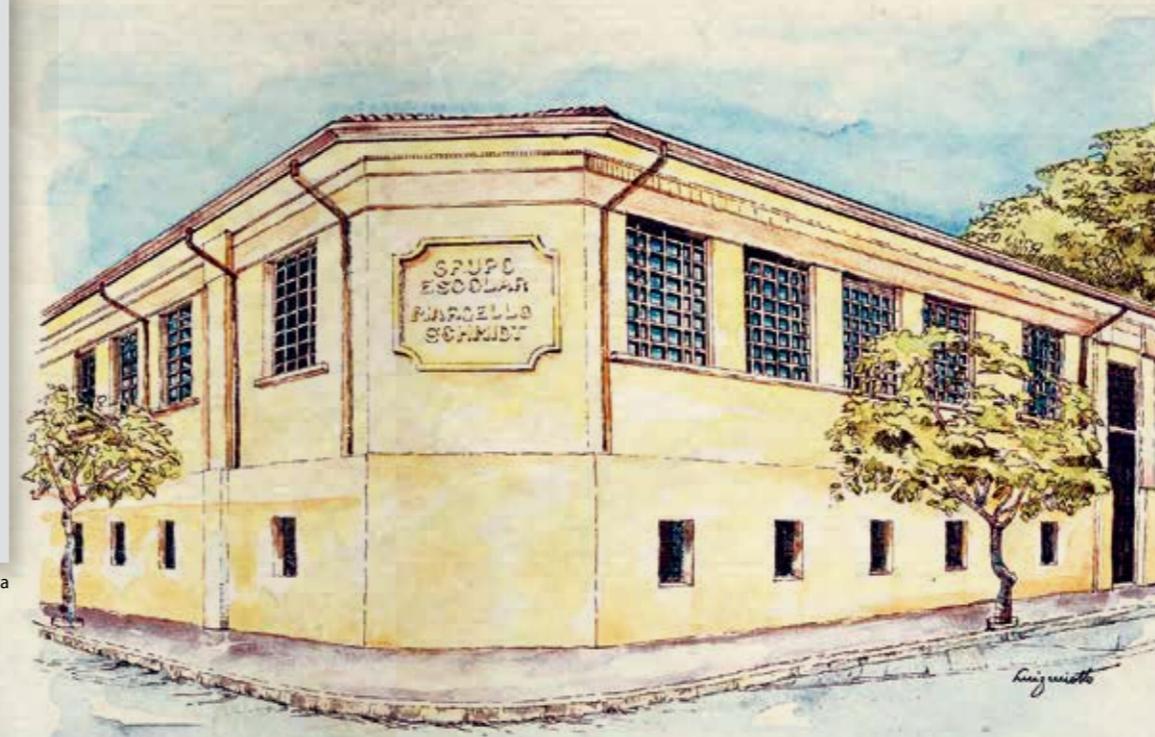


Tiago Pinto



Ivo Reseck

Pátio interno da escola



Grupo Escolar Marcelo Schmidt, por Luiz Miotto



Referências Bibliográficas

- PENTEADO, Oscar de Arruda. **Vultos da História Rioclarense** (Resumos Bibliográficos). Piracicaba: Franciscana, 1977.
- BALDONI, Marco Antonio. **Destruição e tombamentos no centro de Rio Claro**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.072/1943>>. Acesso em: 16 dezembro 2014.
- PAGNOCCA, A.M.Pet al. Crônica dos prefeitos de Rio Claro: 1908-1983. Rio Claro: **Arquivo Público e Histórico do Município**, 1983.
- CAMPOS, Marisa. Patrimônio preservado e patrimônio destruído. **Revista do Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro**, nº 4, outubro/2009
- DUARTE, Vânia Maria Luccas. **Escola Marcelo Schmidt: um espaço histórico e de conhecimento sob o olhar de uma professora de Arte**. Revista do Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro, nº 14, outubro/2014.
- KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária**. Rio Claro, 1978
- GRANDI, Guilherme. **Estado e capital ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre 1930 e 1961**. 2010, 267 f. Tese Pós – Graduação em História Econômica. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

Residência de Siqueira Campos

Atual: Casarão da Cultura

Endereço: Avenida 3, nº 568, Esquina da Rua 7, Centro

Tipologia: Casarão de esquina chanfrado com porão utilizável, alinhado calçada

Ordem: Privado

Data da construção: 1868

Área do terreno: 731 m²

Área construída: 479 m²



Acervo do APH

Residências localizada na rua 7 av. 3_028.2

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: Fachada assimétrica composta por cinco grandes janelas com verga reta, duas do lado esquerdo e três do lado direito de um pórtico. Pórtico em arco pleno ladeado por pilastras com capitel com volutas e folhas de acanto. Logo acima do pórtico e dos demais componentes da fachada uma cornija interrompida sustentada por um par de mísulas. Ainda, sob a cornija que fica na entrada, de cada lado havia uma concha (atualmente permanece apenas a concha do lado esquerdo) e um pouco acima, no centro, um ornamento com uma estrela cinco pontas.

Por fim, na cobertura platibanda que apresenta componentes retangulares almofadados, cujos componentes se repetem na parte inferior das janelas.

Envasadura: Porta de madeira almofadada de duas folhas, bandeira metálica envidraçada. Janela bandeira de madeira de duas folhas.



Acervo do APH

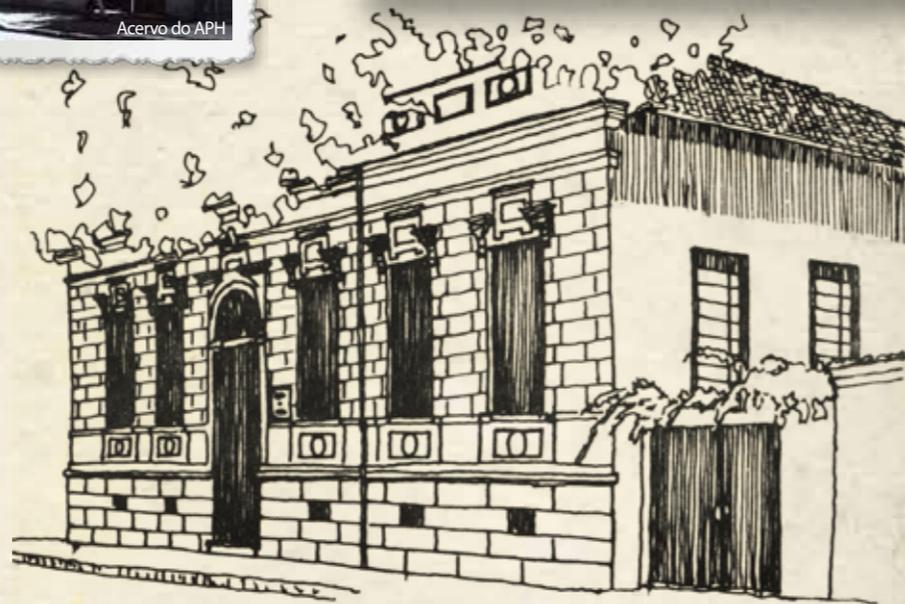


Gigio Bastos

Cobertura: Telha de capa e canal em quatro águas
Mérito: Valor histórico arquitetônico para o município, além de já ter abrigado o Imperador D. Pedro II em sua segunda visita à cidade.

Estado de Conservação: Regular

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira, 1989

Histórico

No dia 6 de novembro de 1886, em sua segunda visita a Rio Claro, D. Pedro II, a Imperatriz Da. Thereza Christina e sua comitiva hospedaram-se na residência de Manoel Pessoa de Siqueira Campos.

"Antes do jantar SS. Majestades chegaram às janelas para receberem as saudações do povo que lotava toda a Praça da Matriz e não se cansava de dar vivas ao Imperador!" (PENTEADO, 1977, p. 65)

Em 1979, foi criado o Arquivo Público e Histórico de Rio Claro e em 1984 instalou-se no local, ali permanecendo até 2004.

Desde junho de 2006, abriga o espaço cultural "Casarão da Cultura", equipamento da Secretaria Municipal de Cultura, onde está o acervo da Pinacoteca Municipal Pimentel Júnior. Recentemente, o prédio foi tombado pelo Condephaat.



Acervo do APH

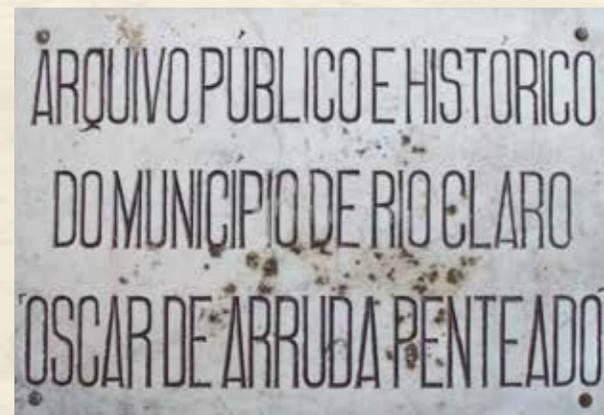
“Esse casarão, felizmente preservado, é de propriedade particular, porém sua proprietária tem a preocupação de que sua função seja sempre de interesse cultural. Elogiável essa escolha, pois, nem sempre encontramos pessoas que respeitam o passado; algumas destroem casarões para em seu lugar construir um edifício, outras simplesmente transformam o espaço em estacionamento ou dão a ele uma função qualquer.” (CAMPOS, 2010, p. 42)

A Família Köelle, proprietária do local mantém as condições de uso preservando a originalidade do prédio.



Acervo do APH

Antiga res. de Antonio Monaco (de Luca), rua 7 av. 3



Luiz Miotto

Detalhes

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Maria Teresa de Arruda. **ACIRC, 90 anos de história**: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro-SP: 1922-2012. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012.

CAMPOS, Marisa. **Patrimônio preservado e patrimônio destruído**. Revista do Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro, nº 05, junho/2010.

CAMPOS, Zulmiro Ferraz de. **Centenário de Rio Claro**. Conferência sobre a história de Rio Claro pronunciada no Theatro Variedades desta cidade em 20 de junho de 1927. Rio Claro; Typ. Conrado, 1929.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

PENTEADO, Oscar de Arruda. **Rio Claro**: Coletânea Histórica. Piracicaba: Franciscana, 1977.

PENTEADO, Oscar de Arruda. **Vultos da História Rioclarense** (resumos biográficos). Piracicaba: Franciscana, 1977.

PEREIRA, Aloysio. **Coisas da nossa história**. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do município, 1985.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. **Rio Claro: Uma cidade em transformação, 1850-1906**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História Econômica. Campinas: UNICAMP, 2000.

SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária**. Rio Claro, 1978.



Gigio Bastos



Solar Siqueira Campos. Artista: Maria Helena Pires de Oliveira. Óleo s/ tela, 2010

I Igreja Presbiteriana de Rio Claro

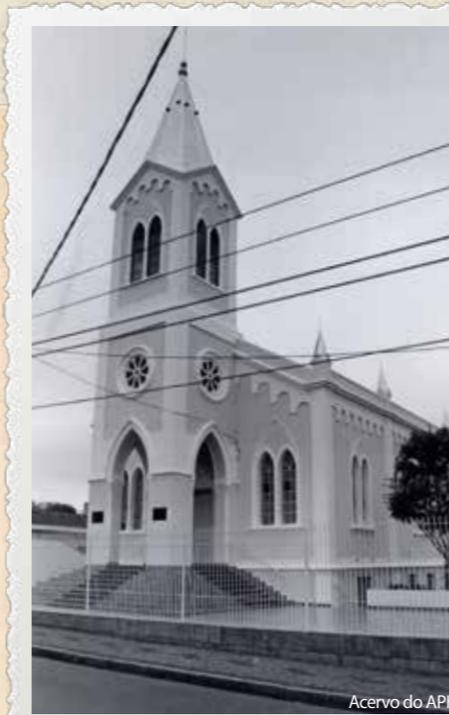
Atual: I Igreja Presbiteriana de Rio Claro
Endereço: Rua 5, nº1445 Entre avenidas 6 e 8
Tipologia: Edifício institucional composto por uma única torre ao centro apresenta volume retangular
Ordem: Privado
Data de construção: 1928
Área do terreno: 1073,20 m²
Área construída: 283,30 m²

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: O edifício possui uma fachada simétrica, constituído por uma torre central de formato predominantemente retangular. No nível inferior da fachada uma escadaria de entrada que segue para uma varanda composta por um pórtico em arco ogival, ainda na varanda, um portal de madeira em verga, acima dele uma bossagem em argamassa.

As laterais idênticas são compostas por um conjunto de duas janelas emolduradas em arco ogival. Em cada lado da fachada permanece uma lesena (faixa de parede vertical semelhante ao pilar, mas sem base e sem capitel). Acima da lesena, seguindo a queda do telhado: cornija e platibanda. A cornija é dotada de uma faixa em relevo vertical em forma de arco pleno; no final da platibanda há um pequeno coruchéu octogonal.

O centro da torre é dotado de uma rosácea. Logo acima, o último nível, é composto também por duas janelas emolduradas em arco ogival e



Acervo do APH



Luiz Miotto

pelo elemento em relevo vertical em forma de arco pleno. Por fim a torre é coroada por um coruchéu octogonal.

Cobertura: Duas águas

Mérito: Edifício construído no final do século XIX, grande valor histórico para o município

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos

Estado de Conservação: Bom

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Histórico

A primeira pregação presbiteriana do Evangelho, em Rio Claro, deu-se pelo ano de 1860 e o atendimento regular, iniciou-se com o Reverendo João Fernandes da Gama, em 1873. Pastor português, nasceu em Ilha da Madeira, em 1830. Casou-se com D. Eulália da Gama, nascida em 1831, e a primeira Presidente da organização feminina da Igreja Presbiteriana de Rio Claro.

Após funcionar em sucessivos locais provisórios, o templo definitivo passou a ser edificado em 1884, na Avenida Seis. Ali permaneceu quarenta e seis anos.

Com o crescimento da comunidade, novo e maior templo foi construído, em 1928, e se encontra em funcionamento até hoje, na Rua Cinco, número 1445.

Este templo, em 22 de outubro de 1950, passou a chamar-se Primeira Igreja Presbiteriana de Rio Claro. Criou-se nessa época a Segunda Igreja e, hoje, já desdobrada na Terceira Igreja.

Referências Bibliográficas

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária**. Rio Claro, 1978.

CAMARGO, Pérola Rodrigues. **Primeira Igreja Presbiteriana de Rio Claro**. Centenário de sua sociedade auxiliadora feminina (8.1.1885 – 8.1.1985).



Acervo do APH

Dia de Escola Dominical 1929



Luiz Miotto



Cemitério São João Batista

Atual: Cemitério Municipal São João Batista
Endereço: Rua 16, nº0, Avenida da Saudade, Consolação
Tipologia: Edifício de volume retangular, alinhado com a calçada
Data de construção: 1875
Área do terreno: 74.052,00 m²
Área construída: 74.052,00 m²

Estilo Arquitetônico: Art déco (1922)

Fachada: Simétrica composta por uma marquise na entrada, intercalada por seis pilastras; as extremidades são marcadas por três janelas retangulares; um crucifixo no centro da fachada.

Envazadura: Portões com ornamento metálico, janelas com verga, envidraçada com ornamento metálico;

Cobertura: Duas águas, telhas de capa e canal;

Mérito: Valor histórico para o Município

Técnicas construtivas: Alvenaria

Estado de Conservação: Bom



Acervo do APH



Edmar B. de Assis

Histórico

O primeiro cemitério do município de Rio Claro, no começo de sua fundação, localizava-se onde hoje se encontra o Primeiro Grupo Escolar Joaquim Sales, na Rua 7 entre Avenidas 5 e 7. Naquele tempo, cemitérios eram sempre demarcados próximos a capelas ou igrejas, para sepultamento dos mortos.

Com o processo de urbanização que São João do Ribeirão Claro estava passando, começaram a surgir as epidemias. Em 1862, ocorreu um surto de varíola, sendo necessário o enterro dos falecidos em áreas distantes do centro da vila. Apenas "em 1874 a Câmara autorizou o enterro dos mortos por doenças epidêmicas no cemitério municipal" (SANTOS, 2000, p. 61), com a exigência de que fossem sepultados em cova de dez palmos de profundidade. Por conta dessas epidemias, começaram discussões a respeito da necessidade de mudança do cemitério.

(...) mais evidente nos debates sobre a mudança do cemitério encontra-se na emergência gradativa das epidemias que passavam a cada vez mais a assolar as cidades, (...) e ao exíguo conhecimento sanitário então, que tinha o ar e água como principais veículos transmissores das doenças. Por isso que os cemitérios eram vistos como focos de disseminações à medida que podiam contaminar o solo e provocar a exalação de odores prejudiciais à saúde. (...) Num outro lado da questão, a transferência do cemitério guardava implicações claramente imobiliárias (...) antiga localização do cemitério, que não mais guardaria o "nefasto" abrigo dos mortos e das possíveis causas das epidemias, incidindo diretamente na valorização dos terrenos da zona central da cidade. (SANTOS, 2000, p. 61-62).

O novo cemitério foi inaugurado no dia 1 de novembro de 1875 e construído pelo agrimensor Manoel José de Carvalho, que veio a falecer no dia seguinte ao da inauguração, sendo o primeiro a ser sepultado no cemitério que ficava localizado a dois quilômetros de distância do centro.

Em 1922, Irineu Penteado desapropriou de Joaquim Teixeira das Neves uma nova área, anexando-a ao Cemitério e ampliando-o. Segundo Selingardi (2006), as principais obras de ampliação, reforma e outros cuidados do Cemitério ocorreram por etapas, a partir de 1922.

Selingardi (2006) destaca que, em 1935, a entrada do Cemitério foi escolhida para receber o Monumento ao Soldado Constitucionalista, belíssima escultura em bronze, sobre uma lápide rosa, obra prima da autoria do artista Vilmo Rosada, projeto solicitado pelo então Prefeito Humberto Cartolano.

Referências Bibliográficas

SANTOS, Fabio Alexandre dos. **Rio Claro: Uma cidade em transformação, 1850-1906**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História Econômica. Campinas: UNICAMP, 2000.

SELINGARDI, Jr. Anselmo Ap. **Antigo Cemitério São João Batista**. *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 2 novembro 2006. Local, p. 13.



Acervo do APH



Luiz Miotto



TÚMULO DO VISCONDE DO RIO CLARO

Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira, de 1989



Estação Ferroviária

Atual: Secretaria Municipal de Turismo
Endereço: Rua 1, nº1100 Avenida 1, Centro
Tipologia: Estação Ferroviária Paulista início do século XX, volume retangular
Data da construção: 1911 (prédio atual) (1876 a estação antiga)
Área do terreno: 55.834 m²
Área construída: 9.458 m²



TEREÇA - OFICINA RIO CLARO - PÁTIO DE MANEIRAS

Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira.1989

Fachada: O edifício possui uma fachada simétrica que se divide em três volumes, sendo o volume central o de maior destaque. Toda a fachada é dotada de um embasamento horizontal com acabamento rustificado. Os volumes laterais possuem quatro pilastras devidamente embasadas por uma base ática e um pedestal, sendo este conjunto totalmente em alto relevo. Acima do capitel das pilastras, encontra-se um friso todo ornamentado, dotado de uma cornija, e acima dele repousa uma platibanda. No topo do centro das alas laterais, pode-se observar a existência de um frontão em arco abatido, sendo que na ala esquerda pode-se encontrar no centro deste frontão, um medalhão com uma inscrição indicando o ano de inauguração da construção (1910) e na ala direita um segundo medalhão, que exibe o logotipo da Companhia Paulista das Estradas de Ferro. No centro de toda a fachada há um pórtico com cobertura metálica, dotado de duas colunas retangulares que ladeiam a entrada principal. Este pórtico possui o grande elemento característico de toda a fachada, um frontão eclético, composto por um conjunto de elementos decorativos de argamassa em alto relevo. No centro desse frontão, existe uma pequena seção



Estação de Rio Claro 1910

retangular que, em suas extremidades, ostenta duas pequenas pilastras com fuste canelado e um capitel eclético, tendo, em seu centro, um relógio, em destaque, comumente encontrado em estações ferroviárias ao longo do mundo. Acima dessa pequena seção retangular, há um frontão aberto, que remete à arquitetura maneirista do século XVI, e à arquitetura do grande mestre italiano Michelangelo, um dos prováveis inventores desse tipo de frontão.



Gigjo Bastos

Acervo do APH

Esquadrias: Esquadrias: Três portões duplos de ferro trabalhado, quatro janelas de abrir envidraçadas e com vergas retas e bandeiras retangulares e dois pares de janelas geminadas, separadas por uma pequena coluna cilíndrica, sendo que as vergas desses pares de janelas são em arco pleno.

Cobertura: No centro: cobertura de duas águas; nas laterais da fachada: cobertura de quatro águas e na gare cobertura de duas águas.

Mérito: Edifício de notável valor histórico e mérito arquitetônico

Técnicas Construtivas: Alvenaria

Estado de Conservação: Bom

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Acervo do APH



Acervo do APH



Gigjo Bastos

Histórico

A questão do transporte foi vital para o desenvolvimento da cidade de Rio Claro, no final do século XIX, sobretudo quando a cultura cafeeira invadiu a região. "Por volta de 1850 e 1860, São João do Rio Claro constituía-se no último limite do cultivo do café. Transpondo esses limites o cultivo tornava-se oneroso demais já que o transporte absorvia uma parcela significativa de seu lucro (...) o café tinha que ser transportado em lombo de mula (...) a distância de Rio Claro ao porto de Santos levava de 10 a 15 dias para ser transposta." (GARCIA, 2001, p. 135-136).

Nesse contexto, a ferrovia apresentou-se como única alternativa para o escoamento da produção cafeeira da área denominada "oeste paulista", que tinha em Rio Claro importante ponto de distribuição regional. Visando implementar o sistema ferroviário que conduzisse a produção até Santos, fazendeiros e capitalistas da região, notadamente conhecidos como os "barões do café", formaram, em 1868, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A primeira iniciativa da Companhia foi o prolongamento da linha férrea de Jundiaí a Campinas, manifestando na assembleia inaugural, o interesse em estender os seus trilhos até Rio Claro. Em 1873, a referida Companhia assinou com o governo da Província o contrato para a construção do prolongamento da linha de Campinas a Rio Claro, inaugurado em 11 de agosto de 1876.



Danilo C. Bernardes

Em 1880, formou-se a Companhia Rio Claro, uma sociedade que girou com o nome de “Empresa Barão do Pinhal & Cia”, a qual, com o engenheiro Antônio de Paula Souza, iniciou no dia 4 de abril de 1881, a abertura da ferrovia com destino a São Carlos. A estrada partiu de Rio Claro em 1881 e chegou a São Carlos em 1883, sendo ali inaugurada em 1884 e atingiu a cidade de Araraquara em 1885. A primeira locomotiva da Cia. Rio Claro denominava-se “Francisco de Assis Negreiros”, em homenagem ao seu acionista “Chico Mor”, filho do falecido Capitão Mor Estevam Cardoso de Negreiros, um dos fundadores da cidade de Rio Claro.

Com o aporte da ferrovia, a cidade de São João do Ribeirão Claro deixou a condição de “cidade da fronteira” e passou à condição de “ponta de trilho” (SANTOS, 2000, p. 90). A ferrovia alterou direta e indiretamente o cotidiano urbano. “Com a instalação da Estação da Cia. Paulista de Estrada de Ferro à Rua 1, suas imediações passaram a atrair uma gama de atividades e serviços. (...) o largo da Estação passou a ser ponto de partida desse meio de comunicação e o horários de saídas frequentemente acompanhavam os horários de chegadas

dos trens, (...)” (SANTOS, 2000, p. 94). O famoso “apito da Paulista” regia a vida cotidiana segundo lógicas do tempo do trabalho e da produção. (CAMPOS, 2012). “Diversos hotéis, lojas, casas de comércio, botecoquins, etc., foram instalados na proximidade da Estação, conferindo-lhes uma referência privilegiada na localização urbana (...)” (SANTOS, 2000, p. 95).

Rio Claro ganhou “novos ares” e novos ritmos, transformando as relações do trabalho, do lazer e da festa. A população local adquiriu um novo sentido de mobilidade. O espaço urbano como um produto social foi ganhando racionalidade e ficou cada vez mais normatizado.

Em 1885, depois de os nomes das ruas terem passado por nomes vinculados a santos da Igreja Católica, pontos de referência da cidade e por nomes de pessoas representativas e figuras históricas, as ruas passaram a ser numeradas, definitivamente, tendo como referência de sua organização numérica a Estação Ferroviária. Essa mudança teve um significado muito importante para cidade, pois foi um marco de referência da passagem de uma cidade antiga para uma cidade moderna. (CAMPOS, 2012, p. 85-86)

Em 1889 a Cia. Rio Claro foi vendida para a uma companhia inglesa passando a chamar-se The Rio Claro Railway Company, que deu início a diversos melhoramentos que já se encontravam muito adiantados, quando, em 1892, foi adquirida pela Companhia Paulista, sendo esta transação de grande importância para sua expansão e desenvolvimento.

Após a demolição da antiga estação ferroviária em 1910, procedeu-se à construção da estação conhecida atualmente, em seu aspecto externo, tendo, porém sofrido modificações em seu espaço interno. Nessa época, com a expansão de suas linhas a Companhia Paulista já ostentava a imagem de empresa modelo quanto à sua organização e pontualidade nos serviços prestados, sendo também pioneira em importantes melhoramentos ferroviários, como a implantação de carros restaurantes, carros “pullman” e carros dormitório-

rios nos trens de passageiros.

Tonini (2006, p. 16) afirma que o fato de “Rio Claro ser um centro ferroviário, em virtude de seu entroncamento férreo, fez com que se instalassem na cidade, no ano de 1892, as Oficinas da Companhia Paulista. Assim, elas foram responsáveis pela grande concentração de ferroviários na cidade, impulsionando ainda mais o desenvolvimento econômico local devido uma ampliação da oferta de bens e serviços como um todo”.

CURIOSIDADES

Entre 1870 e 1930, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na cidade de Rio Claro, teve papel marcante na difusão do futebol no Município. Segundo Tonini (2006, p. 46),

Quando da origem do Rio Claro Futebol Clube, a Cia. Paulista, através de seus mais altos funcionários, cedeu inicialmente a sede e o campo de futebol do Grêmio para livre utilização por parte dos diretores e jogadores deste clube. Conforme o tempo foi passando e a importância do Rio Claro F. C. foi aumentando, os dirigentes da ferrovia, além de ajudarem na compra do material esportivo e na não cobrança dos bilhetes do trem (quando jogos eram disputados em outras cidades), passaram a liberar os ferroviários dos seus serviços nas Oficinas para jogarem as partidas de futebol ou mesmo treinarem para elas.



Beto Colangelo



Rogério L. Gomes



Acervo do APH

Vista aérea da FEPASA, 1998.

Referências Bibliográficas

- GARCIA, L. B. dos R. **São João do Rio Claro. A aventura da colonização**. Rio Claro: UNESP, IGCE, 2001 (livre docência).
- CAMPOS, Maria Teresa de Arruda. **ACIRC, 90 anos de história**. Associação Comercial e Industrial de Rio Claro – SP: 1922-2012. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012.
- KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Rio Claro: Uma cidade em transformação, 1850-1906**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História Econômica. Campinas: UNICAMP, 2000.
- SILVA, Ana Lúcia Arantes da. **A Arquitetura da Companhia Paulista de Estradas de Ferro: Tipologia de Remanescentes de seu Tronco Oeste**. 2014. 240 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2014.
- TONINI, Marcel Diego. **Ferrovia e futebol: o caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro na cidade de Rio Claro, 1870-1930**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – Campus de Araraquara, 2006.



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Mioitto. 2002

Deutsche Schule

Atual: Colégio Koelle

Endereço: Rua 5, nº1827, entre Avenidas 16 e 14, Zona Central

Tipologia: Edifício institucional com dois pavimentos de volume retangular

Data de construção: 1883

Área do terreno: 4.213,00 m²

Área construída: 3.538,00 m²

Estilo Arquitetônico: Moderno

Fachada: Simétrica composta por um portal com verga reta, ladeado por duas janelas. Nas extremidades do primeiro pavimento uma janela que ilumina as salas. O segundo pavimento é dotado de um volume retangular centralizado que se destaca, composto por três janelas. Nas extremidades desse pavimento, as janelas são combinadas com uma pequena sacada com elemento almofadado. Na cobertura, um beiral que coroa quase toda a fachada.

Esquadrias: Porta metálica com verga reta, janelas basculantes metálicas envidraçadas, janelas de madeira almofadada com venezianas com quatro folhas.

Cobertura: Telhas de capa e canal.

Mérito: Uma das primeiras escolas alemãs do Estado de São Paulo, construída juntamente com a comunidade evangélica luterana.



Fachada do Colégio Koelle - Maio de 1994



Ivo Reseck

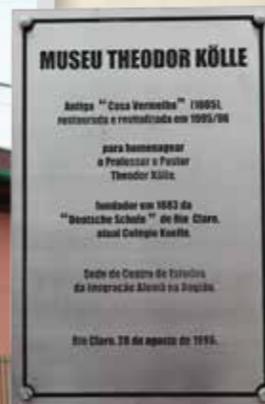
Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Bom

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Ivo Reseck



Acervo do APH

Piscina de Saltos Olímpicos do Ginásio Koelle

Histórico

“Em 1882 o pastor Zink lança as primeiras bases para implantação de uma escola alemã em Rio Claro, designado como professor o tecelão Adam Zink, seu irmão”. A tentativa não foi positiva e o pastor Zink anunciou em jornal evangélico na Alemanha que necessitava de um jovem professor que pudesse permanecer cinco anos em Rio Claro. Assim, com 19 anos de idade, Theodor Köelle, chegou a Rio Claro dia 02 de dezembro de 1883, e dia 03 assumiu uma classe com 15 alunos, com idade entre 7 e 15 anos (Koelle, 2010, p.43).

A escola teve várias denominações ao longo de sua história: Deutsche Schule (1883-1910); Deutsch-evangelisches Internat (1910-1917); Escola Particular de Theodor Kölle (1917-1918); Escola Evangélica de Rio Claro (1918-1938); Instituto Köelle (1939-1945); Ginásio Koelle (1945-1985); Colégio Koelle Educação Infantil, 1º. e 2º. Graus (1985-1998) e Colégio Koelle a partir de 1998 (ibid).

Durante a 1ª Guerra Mundial, em 1917, o delegado de polícia local, Dr. Carlos Pimenta, recebeu ordens superiores para fechar a Escola Alemã. Como o Dr. Pimenta era um admirador do trabalho realizado pela família Köelle, essa crise pôde ser administrada de forma sensata. O delegado fechou a escola no dia 31 de outubro



Edmar B. de Assis



Acervo do APH

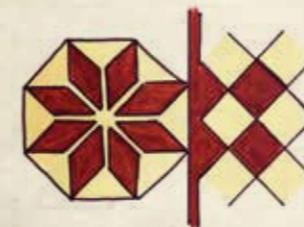


Acervo do APH

Fachada de um dos Pavilhões do Colégio Koelle



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto. 2014



Ladrilhos, por René Mainardi

de 1917, já previsto como recesso, por ser o Dia da Reforma. Seguiram-se os dias 1 e 2 de novembro, Dia de Todos os Santos e Dia de Finados, ambos feriados naquela época. Em seguida, vieram os dias 3 e 4 de novembro (sábado e domingo). Dr. Pimenta considerou cumprida a ordem superior, que não determinava por quanto tempo a escola deveria permanecer fechada, e ordenou que suas atividades fossem reiniciadas na segunda-feira, dia 5 de novembro, porém com a denominação da escola modificada para "Escola Particular de Theodor Koelle. (Koelle, 2010, p. 44)

Theodor Koelle contou com a ativa colaboração de sua esposa D. Julia Zink e dos filhos que já haviam concluído suas formações pedagógicas na Alemanha. Em 1918, os cursos do Colégio Koelle foram reconhecidos pelo Departamento de Educação do Estado de São Paulo. Em 1932, a direção do estabelecimento ficou a cargo de seu filho mais velho, o Dr. Paulo Koelle que, com sua esposa e mais cinco irmãs, passaram a dirigir aquele importante educandário.

No período entre 1910 e 1989, manteve o internato, recebendo alunos de vários Estados brasileiros, especialmente filhos de políticos e artistas.

Cria-se em 1910, um internato para alunos de ambos os sexos (...). Estabelece-se o ensino primário e complemen-

tar, com 8 anos consecutivos (...). A instrução é ministrada (...) pelo aprendizado ativo e individual, e por meio de exercícios adaptados ao adiantamento intelectual e ao desenvolvimento mental dos alunos. Aos trabalhos de classe acrescentam-se atividades extracurriculares que completam e aperfeiçoam o treino escolar dos estudantes, tais como: audições lítero-musicais; conferências com projeções luminosas; atividades literárias e jornalísticas; realizações de campeonatos esportivos; comemorações cívicas; desfiles e excursões escolares, mantendo-se, outrossim, para maior desenvolvimento à cultura geral dos alunos: biblioteca; discoteca; cinema educativo; orfeão escolar e diversas revistas. (ALMEIDA, 1951, s/p)

A escola sempre se destacou por sua participação esportiva, sendo vencedora de muitas competições, em várias modalidades. Com um bem equipado parque esportivo, a escola inclusive é detentora de recordes mundiais. Na década de 1950, ocupou as manchetes dos jornais pelas vitórias alcançadas por seus alunos na natação cuja prática era na época bastante incentivada. Entre eles, João Gonçalves Filho, vencedor em 5 olimpíadas de natação e de polo aquático, uma delas em Helsink.

Atualmente, o Colégio atende crianças a partir de 18 meses, até o ensino médio. Conta com cerca de mil alunos procedentes de toda a região.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Nelson Martins de. **Álbun de Rio Claro**. Documentário Histórico e Ilustrativo do Município de Rio Claro. Rio Claro: Estabelecimento Tipográfico Pantaleão, 1951
- BORGES, Marta Poggi e. **Plano de desenvolvimento turístico de Rio Claro – SP**. Rio Claro: Strategia, 2014.
- KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- KOELLE, Gunar Wilhelm. **Colégio Koelle: breve história de uma instituição centenária**. Revista do Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro, nº 6, outubro/2010.

Cervejaria Rio Claro

Atual: Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro (ASSER)
Endereço: Ruas 7 e 8, nº 1193, entre as avenidas 2 e 4, Centro
Tipologia: Complexo de edifícios com função industrial
Ordem: Privado
Data de construção: 1919
Área construída: 7.900 m²



Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira. 1989

Histórico

A Cervejaria Rio Claro foi fundada em 1886, pelo Cel. Carlos Pinho. Por volta de 1902, a fábrica de cerveja foi vendida para Júlio Stern que, em 1910, transformou-a em Sociedade Anônima, com a denominação de "Cervejaria Rio Claro – Companhia Industrial".

Em 1919, por carta de arrematação, Oscar Baptista da Costa tornou-se proprietário da fábrica de cerveja, tendo formado, em sociedade com sua mulher, a "Cervejaria Rio Claro Ltda".

Em 1929, atingida pela crise econômica mundial, a empresa chegou à beira da falência, ocasião em que o industrial de Sorocaba, Comendador Nicolau Scarpa, assumiu sua direção.

Nos meses seguintes, o Comendador Scarpa comprou todas as quotas da cervejaria, assumindo integralmente a propriedade, sendo o responsável por sua grande expansão industrial e comercial.

Em 1942, com o falecimento do Comendador Nicolau Scarpa, seus filhos assumiram a direção da cervejaria, dando grande impulso nos negócios, especialmente à marca "Caracu", que passou a dominar o mercado de cervejas pretas em todo o Brasil.

Estilo Arquitetônico: Art Decó e Modernista

Fachada: Composta basicamente por ornamentos Art Decó e modernistas

Esquadrias: Do tipo basculante em ferro e vidro fantasia

Cobertura: Telhas de Barro. Telha de Fibrocimento e metálicas

Mérito: Pioneirismo Industrial na Cidade

Técnicas construtivas: Alvenaria e concreto armado

Estado de Conservação: Ruim / Razoável

Observações: O imóvel situado na esquina da Avenida 4 com Rua 7 pode ser classificado como ArtDeco devido aos detalhes sobre a platibanda e todos os relevos produzidos com argamassa.

Quanto ao complexo construído posteriormente (provavelmente na década de 40 e 50 do século passado) podemos classificá-lo como sendo modernista, principalmente quando se observa a fachada da Rua 8 entre as Avenidas 2 e 4.

Em 30 de janeiro de 1945, ocorreu a transformação da sociedade por quotas para sociedade anônima, passando a empresa a denominar-se "Companhia Cervejaria Rio Claro".

Mais tarde, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de setembro de 1957, a denominação social foi alterada para "Companhia Cervejaria Caracu", naturalmente devido à grande identificação da cervejaria com a sua principal marca. Nessa época, a cervejaria, com a matriz em Rio Claro, já possuía fábricas associadas em Londrina, Rio de Janeiro e Santos.

Em 1967, a Caracu vendeu o controle acionário de suas associadas "Maltaria e Cervejaria Londrina S/A", de Londrina, e "Companhia Cervejaria Cayru", do Rio de Janeiro, para a Skol International que, dessa forma, ingressou no mercado brasileiro.

Em dezembro de 1969, a Skol incorporou a Companhia Cervejaria Caracu, que foi transformada em Regional Rio Claro, subordinada à matriz no Rio de Janeiro, com outras fábricas pelo Brasil e sob a denominação de "Cervejarias Reunidas Skol Caracu S/A". Logo após, a unidade de Rio Claro lançou a primeira cerveja brasileira em lata, com enorme sucesso.

Em 1975, a Skol International, cuja sede era em Portugal, com ramificação na África Portuguesa, sofreu grande abalo devido aos movimentos de independência de Moçambique e Angola e à própria revolução em Portugal, que derrubou a ditadura salazarista. Em vista das dificuldades, o Grupo Português vendeu as ações da Skol



Acervo do APH



Acervo do APH

Pesquisa: Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior

brasileira ao grupo canadense Brascan. Em 27 de abril de 1980, a Brascan vendeu todo o controle acionário para a Companhia Cervejaria Brahma, empresa brasileira.

Ao longo de sua história, a Cervejaria conquistou diversos prêmios: Medalha de Ouro na Feira de Bulding Modern Homes Industrial Exposition de Londres em 1933; Medalha de Ouro: Grande prêmio na Exposizione Mostra Campionare Firenze, 1934; Medalha de Ouro na 1ª Feira de Amostras de Santos Granée; Diploma de Honra conferido à cerveja Caracu na 1ª Feira das Indústrias Agrícolas no Brasil; Medalha de Ouro para as cervejas e refrescos na 1ª Feira de Amostras de São Paulo e Diploma de Honra na exposição Industrial de Rio Claro.

Após a fase como cervejaria, o local ficou sem uso. Após alguns anos passou a ser a sede do Colégio Anglo. Atualmente abriga a Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro, mantida pela Associação de Escolas Reunidas – ASSER, onde são oferecidos diversos cursos de graduação, pós-graduação e extensão.

Referências Bibliográficas

A Cervejaria Rio Claro na mostra sobre o "Comércio, Indústria e Publicidade". Diário do Rio Claro. Rio Claro, 29 junho 1985. 2º caderno.

Instalações – Introdução. Disponível em: <http://www.asser.edu.br/rioclaro/instituicao/instalacoes_introducao.asp> Acesso em: 05 setembro 2015.



Acervo do APH

Panorâmica da Cia. Cervejaria Caracu



Acervo do APH

Igreja Evangélica de Confissão Luterana

Atual: Igreja Evangélica de Confissão Luterana
Endereço: Avenida 14 nº 466, esquina da Rua 5, Centro
Tipologia: Edifício institucional recuado assobrado, dotado por três volumes e uma longa torre horizontal
Ordem: Privado
Data de construção: 1924
Área do terreno: 1.014,00 m²
Área construída: 635,00 m²

Histórico

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana foi fundada como uma modesta capela, simples e de baixo custo, cujo objetivo inicial era um espaço para acomodar os fiéis, uma vez que antes da Proclamação da República (1889) os evangélicos não tinham total liberdade religiosa no país.

Em março de 1884, os evangélicos luteranos estavam reunidos para a cerimônia de inauguração do primeiro “templo” da Igreja Alemã construído no Estado de São Paulo, a “Deutsche Evangelische Kirche” – Igreja Evangélica Alemã.

De acordo com Krüger (2008, p. 30), embora a Comunidade já pudesse contar com local para a realização de cultos, o seu sonho ainda não estava realizado, uma vez que faltava um campanário para abrigar seus sinos. Todavia, isto só foi possível após a Proclamação da República, quando foi concedida plena liberdade religiosa aos protestantes no Brasil.

Sem grande dificuldade, a torre e os sinos foram construídos com o dinheiro arrecadado pela comunidade. Conforme Krüger (2008, p. 34), o Templo construído nos anos 1883/1884, serviu aos seus propósitos por 33 anos, quando começou a apresentar indícios de sua degradação física, além de ocupar um espaço muito pequeno e simples. Além disto, em abril de 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, os aliados espalharam a mentira de que um submarino alemão havia torpedeado o navio brasileiro “Paraná”. Um grupo de pes-



Museu da Imigração Acervo Digital

Estilo Arquitetônico:

Eclético (com referências do neogótico)

Fachada: O edifício possui fachada assimétrica. O segundo volume localiza-se no topo de uma escadaria, sendo dotado de uma varanda balaustrada com arcada em arco abatido e de capitel retangular; dentro da varanda, ainda, há dois portais de madeira e quatro janelas em arco pleno. À esquerda, o primeiro volume que se sobressai, composto por três janelas em um arco abatido acima da janela uma cornija. O último volume, ao centro, é composto por um grupo de três janelas em arco pleno do lado direito o símbolo da igreja com os dizeres “Igreja Evangélica de Confissão Luterana”, esse também contornado por uma cornija. À direita, uma única e longa torre campanária de caráter retangular se destaca. Em cada andar da torre uma janela em arco pleno, acima das quais há uma cornija, e entre a segunda janela da torre há duas pilastras. A entrada é composta por um portão, rodeado por duas pilastras, inseridas logo à frente da calçada.

soas se inflamou de tal maneira que, em abril daquele ano, invadiu o Templo, a escola e o internato destruindo vidraças, venezianas, portas e demolindo a cerca que o circundava. Somente após providências enérgicas das autoridades brasileiras, foi possível evitar que uma desgraça maior acontecesse.

Porém, foi somente no ano de 1923 que a comunidade decidiu, na sua Assembleia anual, pela construção de um templo maior, com entrada pela Avenida 14 e que incluísse o aproveitamento da torre com os sinos. O projeto de construção, elaborado pelo arquiteto Rudolf Fehr (1918), foi aprovado por unanimidade. (KRÜGER, 2008, p. 35)

A capela foi demolida e em seu lugar foi construído um novo templo, com capacidade para acomodar quinhentas pessoas. A inauguração festiva aconteceu no dia 9 de março de 1924. Noventa anos se passaram e o templo continua servindo como espaço onde a Comunidade luterana de Rio Claro se reúne para a prática de sua religiosidade.

Referências Bibliográficas

KOCH, Wilfried. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
 KRÜGER, Eldo; KAPPEL, Mauri; BEIG, Darwin. *125 anos de história da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Rio Claro* – Estado de São Paulo. Rio Claro: IECLB, 2008.



Acervo do APH



Luiz Miotto

Esquadrias: Porta de duas folhas almofadadas, janelas basculantes envidraçadas coloridas, janelas com venezianas de madeira.

Cobertura: Telhado de água cortada, telhas de capa e canal.

Mérito: Valor histórico, além de ser a Primeira Igreja Luterana a ser construída no Estado de São Paulo.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Observação: Primeira construção demolida em 1917.

Estado de Conservação: Bom

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Macello N. Abreu



Luiz Miotto

Matadouro Municipal

Atual: Abandonado

Endereço: Avenida João Polastri, Jardim Itapuã

Tipologia: Edifício com três volumes retangulares. Abatedouro Municipal

Ordem: Público

Data de construção: 1886

Área construída: 7.900 m²

Histórico

O primeiro matadouro público em Rio Claro foi construído em 1850, por solicitação do Vereador Gonçalves Lima. Em 1863, foi feita uma requisição assinada pelos cidadãos, para que o matadouro fosse transferido para outro local, e em dezembro do mesmo ano, José Elias indicou por escrito que “se levante o matadouro no fim do terreno de S. João unido a chacara de Joaq.m Teix.a [Joaquim Teixeira] e abaixo do Hospital dos lazarus, sendo primeiram.e esta indicação affecta á Comissão de obras publicas p.a dar seu parecer a resp.to” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO, 1863, p. 185).

Na sessão da Câmara Municipal, em 8 de fevereiro de 1875, pelo Vereador José Antonio Benedicto foi feita a seguinte indicação:

Em vista do máo estado do matadouro publico desta Cidade, que se acha collocado no pantano, indico que a Camara trate de construir outro em terreno mais proprio para esse fim, vendendo-se o actual (...). (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO, 1875, p. 92)

Foi apenas em 1884, com uma requisição feita por Francisco da Costa Pinho, que se começou a considerar, realmente, a construção de um novo matadouro:

(...) que esta Camara atteste se é conve-niente aos interesses Municipaes a concessão de privilegio ao supplicante para a construcção, e uso do Matadouro para abater gado vaccum, suino e lanigero para o abastecimento do mercado desta Cidade, durante sessenta annos, mediante as condições que forem estipuladas em contracto com esta Camara, para documentar o seo pedido de privilegio a Assembléa Provincial. Ao Snr Prezidente para dar parecer, por indicação do Snr Candido Valle.(ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO, 1884, p. 84).

Além da proposta feita por Francisco da Costa Pinho, o Agrimensor Gregorio Gonçalves de Castro Mascarenhas, morador de Campinas, também fez uma proposta para a construção de um matadouro.

Estilo Arquitetônico: Neorromânico

Fachada: Simétrica composta por dois volumes laterais com três janelas em arco pleno cada e por um volume central com um portal em arco pleno de entrada. Acima do portal uma faixa, em alto relevo, com os dizeres PRESIDENTE DR. M. PESSOA DE SIQUEIRA CAMPOS 22 DE AGOSTO DE 1886. CÂMARA MUNICIPAL. A fachada é contornada por lesena. Por fim, a cobertura é composta três urnas acima da platibanda.

Esquadrias: Portas e janelas em arco pleno; janela bandeira com duas folhas.

Cobertura: Na entrada, duas águas; nas laterais, quatro águas.

Mérito: Valor histórico e arquitetônico para o Município, além de ter recebido a visita do Imperador D. Pedro II no ano de sua inauguração.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolo.

Estado de Conservação: Péssimo

A comissão, é por tanto de parecer que seja acceita a ultima pproposta, do cidadão Francisco da Costa Pinho por ser incomparavelmente mais ventajosa, do que as duas primeiras. Rio Claro, 4 de Julho de 1885. Manoel Pessoa de Siqueira Campos – Benedicto Leite de Freitas Junior – Entrando em discussão o parecer foi unanimemente aprovado. (Idem, p. 169)

Na proposta feita por Francisco “pede privilegio por 30 annos, findos os quaes, entrega à municipalidade todas as obras sem indemnização. Não ha por tanto nenhuma dificuldade na escolha destas propostas; tal é a vantagem desta ultima sobre as duas primeiras”. (Idem, p. 168)

Em julho de 1886, Francisco da Costa Pinho, “Empesario do Matadouro, communicando que se acha concluida a obra, e pede que a Camara designe dia e hora para a inauguração. Foi deznignado o dia 8 do corrente ás 4 horas da tarde”. (Idem, p. 18)

Porém, a inauguração foi adiada para o dia 15 de setembro, visto que os carroções que fariam o transporte da carne ainda não estavam prontos. Em 23 de agosto, foi feito um comunicado à Câmara de que as carroças de condução de carne já estavam prontas:

O Snr Prezidente communica que se achão prontos as carroças para conducção da carne do matadouro para esta cidade, por isso indica que seja o referido matadouro inaugurado amanhã as trez horas da tarde, devendo o Fis-



Acervo do APH



Luiz Miotto

Observações: O edifício passou por algumas des-caracterizações como as janelas em arco pleno que foram removidas, trocadas por janelas com vergas retas basculantes. Foi abandonado desde 1965. Atualmente abrigada animais de grande porte.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

cal fechar o velho matadouro, para não se receber de hoje em diante, mais gado ali. Aprovado.

O mesmo Snr Prezidente indicou que a Camara mande convidar para assistir a inauguração do matadouro todas as autoridades desta cidade. Aprovado. (idem, p. 145)

Em 1886, o Imperador D. Pedro II fez sua segunda visita a São João Batista do Ribeirão Claro. No dia 7 de novembro “(...) em carruagens postas a sua disposição, visitou o novo Matadouro Municipal, obra recém-inaugurada pelo Intendente Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos. (...) (SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978, p. 154)

O Matadouro, que teve seu funcionamento regulamentado pelo poder local, por meio do decreto de 5/08/1893, representa a fase “pioneira” da indústria local. Suas operações expressavam as técnicas rudimentares de abate e tratamento da carne que caracterizavam o período em tela e, com o decorrer do tempo, sua inadequação foi se tornando mais patente a cada dia.

Em 1933, o Matadouro passou por reformas numa tentativa de adequá-lo às normas vigentes da Saúde Pública, porém não foram suficientes para garantir-lhe boas condições de funcionamento. Em 1964 “(...) Serviço de Inspeção Federal (S.I.F) verificando a continuidade de suas precaríssimas instalações, determinou seu fechamento, que perdura até o presente. (SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978, p. 154).

Atualmente, o prédio permanece no local (ao sul da cidade, atrás do Aeroclube municipal) desocupado, abandonado, semien-coberto por vegetação.



Antigo Matadouro. Artista: Maryzilda C. Campos. Óleo s/ tela, 2011

Referências Bibliográficas

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO. Rio Claro. **Ata da reunião realizada no dia 5 de abril de 1850.** Livro 1, p. 138.
 ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO. Rio Claro. **Ata da reunião realizada no dia 30 de dezembro de 1863.** Livro 5, Vol. 4, p. 185.
 ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO. Rio Claro. **Ata da reunião realizada no dia 8 de fevereiro de 1875.** Livro 9, p. 92.
 ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO. Rio Claro. **Ata da reunião realizada no dia 17 de agosto de 1884.** Livro 13, p. 84.
 ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO. Rio Claro. **Ata da reunião realizada no dia 29 de julho de 1886.** Livro 14, p. 18.
 CAMPOS, Maria Teresa de Arruda. **ACIRC, 90 anos de história:** Associação Comercial e Industrial de Rio Claro – SP: 1922-2012. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012.
 KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
 SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”. **Rio Claro Sesquicentenária.** Rio Claro, 1978.
 SELINGARDI, Jr. Anselmo Ap. **Levantamento arqueológico-histórico de áreas de interesse do município de Rio Claro e região.** Rio Claro, 1999.

Largo do Teatro e Largo da Matriz

Atual: Jardim Público - Praça 15 de Novembro e
Praça Otoniel Marques Teixeira

Endereço: Ruas 3 e 4. Avenidas 3 e 2

Ordem: Público



Daniela de Mello Martins

Coreto



Gigio Bastos



Diana, a caçadora.



Gigio Bastos



Gigio Bastos



José Francisco de Faria Jr

Construção do Jardim Público, Av. 1, Ruas 3 e 4

Histórico

Por volta do início da década de 1880, a área que constitui atualmente o Jardim Público de Rio Claro era ocupada pelos chamados Largo do Teatro e Largo da Matriz Nova.

O Largo do Teatro referia-se à quadra compreendida entre as Avenidas 1 e 2 e Ruas 3 e 4. A quadra oposta, entre as Avenidas 1 e 3 constituía o Largo da Matriz Nova, já que ali se localizavam as obras do edifício destinado a ser a nova igreja matriz da cidade. Essa construção se manteve naquele local por muitos anos, sendo demolida pelo seu precário estado de conservação, por volta de 1888. Com a Proclamação da República, a quadra do Largo da Matriz Nova passou a denominar-se Largo 15 de Novembro. Ainda em 1888, foram realizadas obras de ajardinamento da quadra correspondente ao Largo do Teatro e, em dezembro, o jardim foi franqueado ao público.

Como marco comemorativo à inauguração do Jardim Público, foi construído, em meio a um tanque d'água, uma gruta de pedras com as inscrições "Câmara Municipal" e "1888". No seu topo foi colocado um mastro com vistas ao hasteamento da Bandeira Nacional em solenidades cívicas.

No trecho do jardim situado na esquina da Avenida 1 com Rua 3, foi construído um quiosque com finalidades comerciais, sendo demolido no final da década de 1950, por perder sua

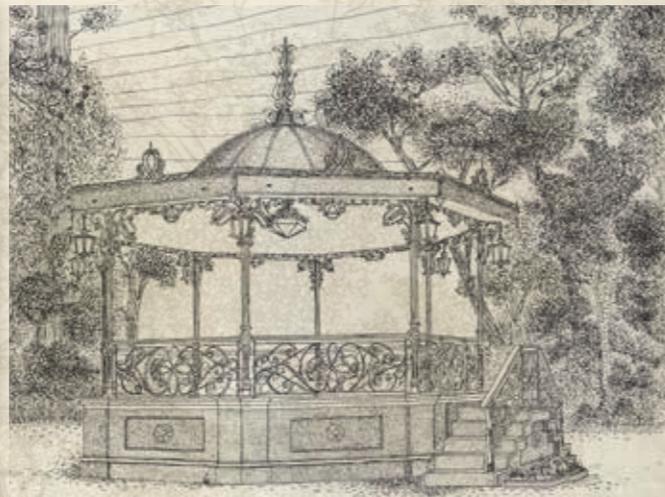
função. De início, o jardim era cercado por grades de madeira, possuindo vários portões que permaneciam abertos da 6:00 da manhã às 9:00 da noite. Em 1895, uma calçada de tijolos foi construída ao redor do jardim.

Entre 1900 e 1901, o Jardim Público sofreu remodelações, com a anexação da quadra 15 de Novembro, serviços de reforma e prolongamento como: a substituição da grade de madeira, bem como de todos os pilares e portões existentes por grades de ferro e ainda o prolongamento do jardim até a Avenida 3, cercando toda área não ajardinada da Praça 15 de Novembro por grades iguais. Prevista ainda a construção do chafariz do índio (o chafariz foi contruído numa homenagem aos índios que, naquela época, ainda viviam no município de Rio Claro. Inicialmente o índio, numa posição de paz, carregava uma flecha na mão esquerda e, na mão direita, levantada, um arco).

Na Avenida 1 com as Ruas 3 e 4 situavam-se imponentes pórticos de ferro. Ao lado de cada pórtico existiam dois portões menores, também de ferro, havendo ainda diversos portões secundários aos público, que eram fechados no início da noite. Por ocasião dessa reforma do início do século XX, foi construído um coreto no jardim, para a apresentação de bandas de música que se realizavam normalmente nos fins de semana, diante de grande agrupamento popular.



Praça



Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira, 1987



Carlos de Carvalho, 1961.



Siqueira Campos, 1964.



Gigjo Bastos

Anjo da Concórdia

Em 1922, o Jardim passou por outra reforma, sendo retirada a grade de ferro; até a década de 1920, o jardim possuía um grande número de árvores frutíferas e uma densa vegetação que servia de abrigo natural a uma infinidade de pássaros. Em 1927, foi oferecido ao jardim o "Anjo da Concórdia", pela colônia italiana da cidade, obra em mármore branco da autoria do escultor Vilmo Rosada.

Até 1932 não havia pavimentação e, nesse ano, um pequeno trecho do jardim recebeu a "calçadinha portuguesa", sendo em 1935 feita a pavimentação do jardim todo. Em 25 de agosto de 1932, pelo Ato n. 31 da Câmara Municipal, resolveu homenagear com o nome de Otoniel Marques Teixeira, um rio-clarense que serviu como voluntário e morreu em combate na causa constitucionalista (Revolução Constitucionalista de 1932) o antigo Largo do Teatro, compreendido entre as Avenidas 1 e 3 com as Ruas 3 e 4.

Entre 1960 e 1961, por ocasião do alargamento das ruas que o circundavam, o jardim sofreu profundas transformações. Nesse período, dezenas de árvores, muitas delas seculares, foram colocadas abaixo. Estima-se que cerca de 130 árvores tenham sido cortadas, a maioria delas à noite. Além do corte indiscriminado de árvores, foi demolida a gruta de pedras e o tradicional coreto o que descaracterizou bastante o Jardim Público.

Na década de 1960, várias personalidades ligadas a Rio Claro, como Carlos de Carvalho, Siqueira Campos e Arthur Bilac, foram homenageadas com monumentos no Jardim Público.

Em dezembro de 1971, era completada a construção do novo coreto, em estilo oriental, que, em junho de 1973, recebeu o nome de "Fabio Marasca", em homenagem ao conhecido maestro e compositor rioclarense.

A década 1980 não registra grandes transformações no jardim. Somente em 1990 é que viriam a acontecer modificações significativas, com a instalação das novas luminárias, inauguradas no dia 24 de junho daquele ano.



José Maria da Silva Paranhos Júnior, 1914.



Alfredo Ellis, 1954.



Luís Vaz de Camões (Herma de Camões), 1967.

Panorama Jardim Público

Atualmente, o Jardim Público conta com um parque bem arborizado, um coreto e também com espaço para o denominado 'Recanto da Saudade', onde todos os domingos integrantes do grupo de Seresteiros da cidade se apresentam com um repertório variado. Diversas barracas, onde são localizados itens variados, estão instaladas no Jardim Público, que também abriga a Feira de Artesanato.

O Jardim Público de Rio Claro agora é oficialmente patrimônio histórico do Estado de São Paulo. O Condephaat confirmou, no início de agosto de 2014, o tombamento do traçado e dos elementos culturais e arquitetônicos da praça que é um dos principais marcos do centro histórico rio-clarense, por onde diariamente circulam milhares de pessoas de todas as regiões da cidade e de outros municípios.

Com o tombamento, ficam proibidas quaisquer intervenções que descaracterizem o Jardim Público e toda obra a ser feita no local precisa de autorização prévia do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat).

A Praça XV de Novembro está situada nas Ruas 3 e 4, entre as Avenidas 1 e 2 e a Praça Otoniel Marques Teixeira nas Ruas 3 e 4, entre as Avenidas 1 e 3.

Referências Bibliográficas

BORGES, Marta Poggi e. **Plano de desenvolvimento turístico de Rio Claro – SP**. Rio Claro: Strategia, 2014.

CAMPOS, Maria Teresa de Arruda. **Acirc, 90 anos de história**: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro – SP: 1922-2012. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012.

FITIPALDI, Fernando Cilento. **O Jardim Público. Agenda rio-clarense**. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, 1994.



Arthur Bilac, 1964.

Gabinete de Leitura

Atual: Biblioteca Municipal "Lenyra Camargo Fracarolli"

Endereço: Avenida 4, nº 427, Centro

Tipologia: Edifício de dois pavimentos, com planta retangular, com porão não habitável

Ordem: Público

Data de construção: 1890

Área do terreno: 385 m²

Área construída: 343 m²

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: Frisos horizontais em baixo relevo; porta em arco pleno, bandeira em madeira e vidro em formato de leque; a porta e as janelas do primeiro pavimento contêm frisos de cornija; mísulas que sustentam a cornija; portão de ferro à esquerda; meias colunas com capitel, contendo folhas de acanto e volutas; guirlanda; ornamento com folhas de acanto; possui dois vasos acima da platibanda.

Esquadrias: Escuros em madeira pintada e folha de vidro.

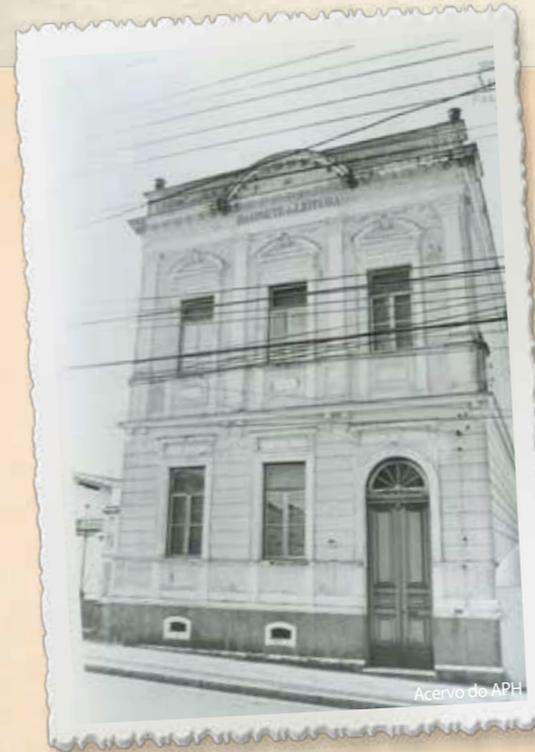
Cobertura: Telha de barro.

Mérito: Edifício de notável valor histórico e mérito arquitetônico.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Satisfatório

Observações: Forro de madeira, piso tabuas.

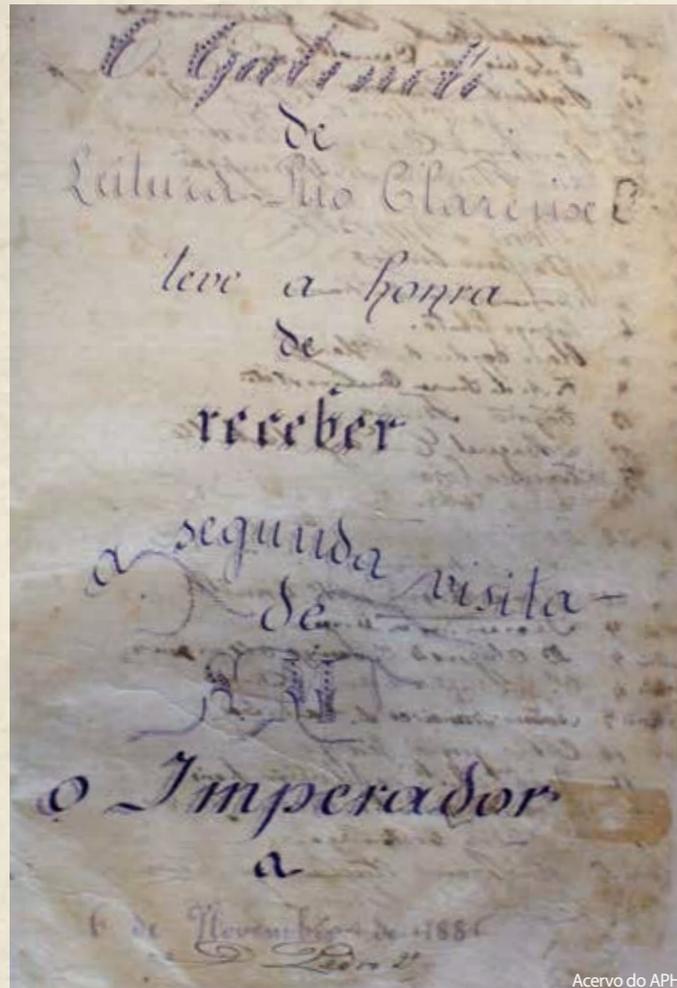


Acervo do APH



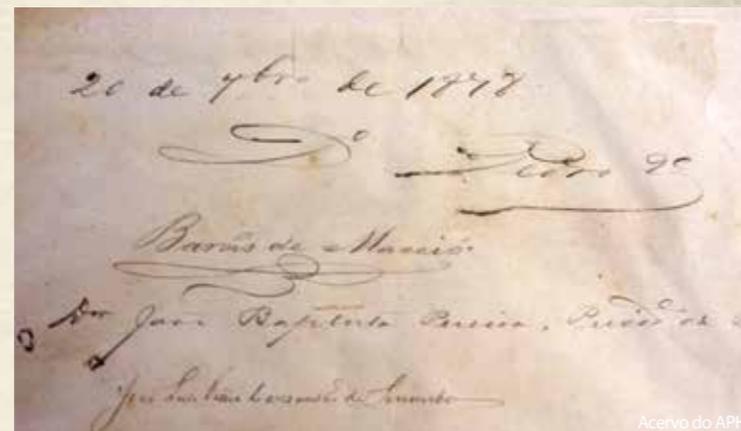
Acervo do APH

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado.



Acervo do APH

Página com assinatura de D. Pedro II em 2ª visita a Rio Claro



Acervo do APH

Página com assinatura de D. Pedro II em 1ª visita a Rio Claro

Histórico

O Gabinete de Leitura foi fundado em 1876, pelo Padre Flaminio Álvares de Vasconcelos e por João Theodoro de Souza Leão e por iniciativa dos cafeicultores do município, com o intuito de fundar uma casa de leitura em Rio Claro. Foi criado com propósito de servir à vida cultural da cidade e de suprir a carência escolar do município, desenvolvendo, neste sentido, várias atividades que consistiram na manutenção de uma biblioteca e de uma escola noturna gratuita.



Acervo do APH

Capa do Livro de Registro de Visitas ao Gabinete de Leitura



Acervo do APH

1827-Junho-1927. Gabinete de Leitura

Segundo Abreu (2013), no Gabinete realizavam-se saraus, leituras de poemas e encontros literários. Era um local de reuniões e de encontros da sociedade rio-clarenses; segundo seus fundadores, espaços para a educação cultural do povo rio-clarenses.

A sede definitiva foi concluída em 1889, mas a inauguração deu-se no ano seguinte, sob a República. Durante esse período, o Gabinete foi administrado por diferentes diretorias e passou por diversas crises. De acordo com Abreu (2013, p. 142), as crises financeiras eram constantes. Por isso, as diretorias, de forma recorrente, noticiavam nos jornais da cidade a situação do caixa da entidade e solicitavam auxílio para a manutenção da biblioteca renomada da cidade. Ainda segundo Abreu (2013, p. 143), em 1920, por consequência da falta de recursos financeiros, passou a responsabilidade da escola noturna masculina para o Estado.

Restaurado em 1997, abriga parte do acervo da Biblioteca Municipal, sendo o único exemplar no Estado de São Paulo que funciona com a mesma finalidade para a qual foi criado. Tombado pela Secretaria do Estado da Cultura – Condephaat, em 1987.

Atualmente, oferece aulas de xadrez, clube da leitura e o Centro Literário de Rio Claro (CLIRC). Há também espaço destinado a palestras, reuniões e eventos em geral. Seu acervo conta com periódicos, livros atualizados, obras raras da literatura e toda a biblioteca infanto-juvenil Lenyra Fraccaroli.

Pelo Gabinete passaram diversas figuras ilustres, como: Visconde do Rio Branco, Gastão de Orleans e Prudente de Moraes. Consta no livro de registro de visitantes ao Gabinete de Leitura a visita que o Imperador D. Pedro II fez por duas vezes em Rio Claro (1876 e 1886).

A arquitetura desse edifício é um exemplar do ecletismo republicano que caracterizou o urbanismo do fim do século passado, opondo-se à arquitetura vigente, ao introduzir o tijolo e utilizando mão de obra livre.



Gigio Bastos



Gigio Bastos

Estantes do acervo raro do Gabinete de Leitura

Abaixo, segue o artigo 1º retirado do livro “Estatutos do Gabinete de Leitura” (1920) que mostra o que é um Gabinete de Leitura e qual a sua finalidade e, na sequência, um trecho das Atas da Câmara (1889) que apresenta a importância da construção do prédio para a cidade, na época em que estava prestes a ser concluído:

“Art. 1 – O Gabinete de Leitura é uma Sociedade composta de indivíduos de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidade, com o fim exclusivo de desenvolver o estudo e cultura das letras e ciências”.

“O Gabinete de Leitura Rio Clarence não é mais uma utopia, o seu magestoso edifício em vias de conclusão ahi está atestando os esforços dos homens de boa vontade e amantes do progresso e da educação do povo; edifício que hoje é a gloria desta cidade e o único em seu genero em toda a Provincia”. (Ata da Câmara Municipal, 1889)



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto. 2014

Referências Bibliográficas

- ABREU, Daniela Cristina Lopes de. **As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro – São Paulo (1889-1920)**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2013.
- BORGES, Marta Poggi e. **Plano de desenvolvimento turístico de Rio Claro – SP**. Rio Claro: Strategia, 2014.
- KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- PENTEADO, Oscar de Arruda. **Rio Claro: Coletânea Histórica**. Piracicaba: Franciscana, 1977.
- SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”. **Rio Claro Sesqui-centenária**. Rio Claro, 1978.
- SELINGARDI, Jr. Anselmo Ap. **Levantamento arqueológico-histórico de áreas de interesse do município de Rio Claro e região**. Rio Claro, 1999.
- Estatutos do Gabinete de Leitura. Rio Claro: Typ. Conrado, 1920.
- Biografia da patronesse Lenyra Fraccaroli. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/lenyrafaccaroli/index.php?p=5143>. Acesso em 09 janeiro 2015.
- ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO. Rio Claro. **Ata da reunião realizada no dia 11 de novembro de 1889**. Livro 15, p. 168.

Residência da Família Emilio Nociti

Atual: Sociedade Italiana - Edifício Societ
Endereço: Rua 4, nº 1332, entre avenidas 4 e 6, Centro
Tipologia: Edifício institucional com porão e volume retangular
Ordem: Privado
Data de construção: 1891
Área do terreno: 1171,84 m²
Área construída: 339 m²



Acervo do APH

Convite Reinauguração



Acervo do APH

Fachada da antiga Sociedade Italiana em 2015

Histórico

O prédio histórico onde está instalada a Sociedade Italiana foi a residência do fundador e seu primeiro presidente, Emilio Nociti, em 1891.

A "Società Italiana di Beneficenza", mais conhecida como Sociedade Italiana, está entre as quatro mais antigas do país, juntamente com a Sociedade Japonesa, hoje, as únicas de não brasileiros que restaram no Município.

Nascida da necessidade compulsiva de manter unidos os italianos imigrados sob um teto que, para eles, representava um

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: A fachada do edifício possui simetria. É composta por seis gateiras em ferro fundido com as iniciais SI. Sobre cada gateira há grandes janelas com verga dotadas abaixo delas por balaustradas e acima frontões triangulares sustentados por um par de mísulas. A fachada é ladeada por quatro pilastras com fuste liso e capitel em estilo coríntio (composto por volutas e folhas de acanto). O que mais se destaca da fachada é o portal centralizado, apresentando verga com arco pleno acima dele, decorado por folhas em alto relevo e logo depois dessa composição um frontão interrompido. Acima desse conjunto, pode-se encontrar ainda uma platibanda dotada de um conjunto de balaustradas e com um delicado ornamento em forma de flor, apoiada sobre outra cornija sustentada por uma faixa com dentículos. No topo da platibanda ainda é possível observar a existência de quatro urnas e uma água.



Acervo do APH

Foto de 1957



Acervo do APH

Frente Sociedade Italiana

Esquadrias: Porta de madeira almofadada de duas folhas, bandeira também de madeira e envidraçada com ornamentos em ferro fundido. Janelas de bandeira envidraçadas de duas folhas.

Cobertura: Duas águas, telhas de capa e canal.

Mérito: A instituição surgiu no final do século XIX. O prédio tem grande valor histórico e arquite-

tônico para o Município e para a memória dos descendentes italianos.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos

Estado de Conservação: Em reforma

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

pedaço da terra natal, a Sociedade Italiana foi fundada por Ato Constitutivo, no dia 10 de outubro de 1894. A primeira sede foi numa modesta sala na Rua 3, em frente à antiga Casa Castellano, cedida por um de seus fundadores, Raffaele Minervino. Em seguida, mudaram para um casarão do século XIX, localizado na Rua 8, entre as Avenidas 10 e 12.

A Sociedade cresceu e seus dirigentes compraram um terreno na Rua 3, entre as Avenidas 3 e 5, onde construíram sua sede que recebeu nos seus salões parte da sociedade rio-clarense para atividades culturais, sociais e de lazer. Em 1928, emprestou sua sede ao Fasci Italiani All'Estero e para o Movimento Água Branca (integralista), ambos com clara definição ideológica, tendo, como consequência, por determinação do governo de Getúlio Vargas, no período de fevereiro de 1942 a dezembro de 1950, a requisição da sede para nela funcionar a Escola Alem, o Tiro de Guerra e a Legião Brasileira de Assistência. Readquiriram a sede em 1950 e ali permaneceram até 1957. A última (e, se podemos dizer, atual) Sede da Sociedade Italiana na Rua 4, entre as avenidas 4 e 6, foi resultado da compreensão e consentimento dos italianos, no tocante aos problemas da cidade. Quando a Câmara Municipal decidiu propor à Sociedade Italiana que cedesse os domínios do ponto na Rua 3, para a construção do Paço Municipal, a Sociedade Italiana aceitou e recebeu, em termos de doação, o casarão onde até o ano de 2007 abrigava sua Sede.

Hoje, no local, foi construído o Edifício "Sociedade Italiana", preservando-se a fachada da Sede Social e, nos fundos, fez-se um salão de festas para a continuidade de seu uso social.

Outra grande contribuição da Comunidade Italiana foi, em 1927, a doação na Praça "XV de Novembro", da escultura em mármore denominada "Concórdia" (Anjo da Concórdia) - uma homenagem da Colônia Italiana ao Centenário da cidade de Rio Claro, produção do artista escultor ítalo-brasileiro, Vilmo Rosada, morador em Rio Claro, vindo de Udine na Itália.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Maria Teresa de Arruda. **ACIRC, 90 anos de história:** Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - SP: 1922-2012. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

PIGNATARO, Licia Capri. **Imigrantes italianos em Rio Claro e seus descendentes.** 1: Castellano, Giglio, Piccoli, Zanardi. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico, 1982.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. Rio Claro: Uma cidade em transformação, 1850-1906. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História Econômica. Campinas: UNICAMP, 2000.

Società Italiana di Beneficenza di Rio Claro e Scuola. Disponível em: <<http://www.societa-deitaliana.com.br/lasocieta.htm>>. Acesso em: 27 março 2015.



Sociedade Italiana

Igreja São Benedito de Culto ao Senhor

Atual: Igreja São Benedito de Culto ao Senhor

Endereço: Avenidas 13 e 15, nº1000, entre as Ruas 9 e 10, São Benedito

Tipologia: Edifício constitucional, de volume retangular composto por uma pequena torre avulsa

Ordem: Privado Religioso

Data de construção: 1905

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: O edifício possui simetria. A fachada é ladeada por quatro pilastras com seteiras em formato octogonal. Possui portada com verga em arco ogival com uma pilastra retangular com ponta em forma de triângulo isósceles, de cada lado que sustentam a verga. Em cada lado do portal percebe-se a existência duas grandes janelas em arco ogival, sobre as quais há uma janela menor em formato retangular emoldurada em argamassa. Logo acima dessa janela uma faixa com denticulos que contornam toda a igreja, é possível notar a presença de seis rendilhados em quadrilóbulo (quatro lados arredondados) e de uma fina faixa em relevo em forma de arco ogival. No centro da fachada, acima do portal, temos a presença de uma rosácea e um óculo em relevo.

Na fachada, temos ainda uma torre, provavelmente campanária, de volume retangular. O portal de entrada em argamassa tem seu formato em arco ogival. Na parte superior, uma cornija que se localiza logo acima de um elemento em forma de flor. É possível notar um conjunto de duas janelas em forma de arco ogival, entre



elas duas pilastras em relevo, dotadas, cada uma, de um pedestal e uma base. Por fim, o nível superior da torre é composta por dois pequenos óculos.

Esquadrias: Porta de madeira duas folhas almofadadas, janelas basculantes envidraçadas. Na torre, porta de madeira, janelas de madeira com venezianas.

Cobertura: Duas águas, telhas de capa e canal.

Mérito: Igreja criada e mantida pela Comunidade Afro.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Bom

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Vista aérea da Igreja e Praça São Benedito

Entre 1922 e 1939, a Igreja passou por reformas como a troca do telhado, pinturas interna e externa, troca do piso de madeira pelo de mosaico e instalação de grades na mesa de comunhão. De 1948 a 1960, os caixilhos foram substituídos por vitros e o altar-mor foi modificado. Nesse período, as paredes laterais foram ornamentadas com uma série de nichos.

A década de 1960 registrou o rápido declínio que tomou conta da irmandade, que sempre participou das procissões mais importantes da Igreja Católica, com seus estandartes e santos trazidos nos ombros dos fiéis (...). Com a decadência da irmandade, a ausência de uso e a falta de conservação, o templo deteriorou-se bastante. Após 82 anos de exercício, a irmandade foi declarada extinta.

Em janeiro de 1975, foi novamente reformada e em 2015, a Igreja de São Benedito comemora 110 anos de sua fundação.

Referências Bibliográficas

SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária**. Rio Claro, 1978



Igreja e Largo São Benedito. Artista: Lucia C. Lima. Óleo s/ tela, 1923

Histórico

A Irmandade de São Benedito foi fundada em 1885, por escravos libertos, presidida pelo Padre Elisiário Paulin Bueno. Em 1889, chegaram as pedras para os alicerces da capela-mor e a administração da obra ficou sob o comando de Luís Corazza.

O lançamento da pedra fundamental ocorreu em 24 de julho de 1892. Em 1905, a Igreja foi inaugurada pela irmandade.



Casa das Bombas

Atual: Antigo Auto Clube de Rio Claro
Endereço: Avenida Visconde do Rio Claro, nº 290, Centro
Tipologia:
 Edifício de volume retangular, inserido em uma praça
Data de construção: 1900
Área do terreno: 2401 m²
Área construída: 74 m²

Histórico

Antes do ano de 1886, a população de Rio Claro abastecia-se de água potável dos poços domiciliares e de nascentes existentes ao longo das margens do Córrego da Servidão. Com o objetivo de resolver o problema do abastecimento de água na cidade, a Câmara pediu, em 1882, ao Presidente da Província de São Paulo, que o engenheiro Euzébio Estevam viesse a Rio Claro para “estudar e resolver o serviço de água da cidade”. No entanto, o engenheiro estava ocupado com o mesmo serviço na Capital. Ficou resolvido que o engenheiro Andréas Schmidt, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, ficaria responsável pelo estudo e execução das obras. Após minucioso estudo, o engenheiro desistiu de aceitar a incumbência. (SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978, p. 56)

Apenas em 1884, foi proposto e aceito um contrato para abastecer a cidade, entre o Presidente da Câmara Municipal, Manoel Pessoa Siqueira Campos, e o agrimensor Gregório Gonçalves de Castro Mascarenhas.

Propunha-se o Sr. Mascarenhas captar a água do Córrego, quatrocentos metros acima da confluência do mesmo com a Rua Visconde do Rio Claro; dali, por meio de bombas hidráulicas e encanamentos de ferro, levá-las para três ou quatro reservatórios e, por fim, a uma caixa de duzentos e vinte mil litros feita de tijolos e cimento, cuja pedra fundamental foi assentada em cinco de março de 1885. Dessa caixa, a água era distribuída aos diversos “Chafarizes” da Cidade e às derivações domiciliares sujeitas ao metro do tubo de “penas d’água”. (...). No entanto, o agrimensor (...), transferiu o seu contrato aos senhores Ferreira da Silva & Armbrust, que executaram a obra até o seu término; foi inaugurada no dia quinze de maio de 1886, com animada festa no Largo da Matriz, onde se localizava um dos

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: A fachada é composta por duas portas com verga reta. Acima de cada porta uma cimalha sustentada por duas mísulas; as laterais apresentam pilastras. Do lado esquerdo da fachada nota-se uma varanda em arco ogival (essa varanda abriga a entrada do edifício). Na cobertura há duas janelas uma das quais é dotada de um telhado de calota (torre íngreme, em forma de pirâmide) com um ornamento na ponta.

Esquadrias: Portas de madeira de duas folhas, janelas metálicas retangulares envidraçadas.

Cobertura: Telhado de pavilhão com telhas do tipo shingles de alumínio.

principais “Chafarizes”. Naquele dia, perante enorme massa popular e todas as autoridades do Município, aos acordes da banda de música, o Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos abriu as torneiras fazendo jorrar a água sob aclamações do povo que ali se acotovelava. (SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1978, p. 57-58).

No entanto, com o crescimento populacional da década de 1890, o abastecimento tornou-se insuficiente. Foi necessária a realização de novas obras para regularizar o abastecimento de água. A principal delas foi a de conseguir um novo manancial para aumentar o fluxo de água para a população, o que foi obtido após inúmeros estudos realizados pela Comissão de Saneamento do Estado, sob a supervisão do engenheiro Salles Queiroga em 1895. Assim, optou-se pelo aproveitamento de uma nascente de água situada no final da Rua 2, na margem direita do Córrego da Servidão, no local hoje da Avenida 26, no antigo Posto “Getulinho”. (Idem, p. 57)

Os trabalhos, sob a administração da municipalidade, foram entregues à engenharia do Estado.

O reservatório tinha capacidade de receber um milhão de litros de água, que eram levados pelas bombas, à razão de vinte litros por segundo, trabalhando quinze horas diárias. A casa onde ficavam as bombas era o “Chalet”, que ali se encontra ainda hoje. No local, havia uma placa de mármore e os dizeres: “Novo Abastecimento de Água – Inaugurado a 6 de janeiro de 1900 pela Câmara: Claudio Luiz da Silva Braga, Leopoldo da Rocha Junqueira, Mariano Guimarães, Francisco Santa



“Castelinho”, Av. Vis. do Rio Claro



Acervo do APH

Automóvel Clube

Mérito: O edifício possui grande valor histórico e arquitetônico para o Município por se tratar da primeira bomba d’água que abasteceu a cidade.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Bom

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni

Cruz Negreiros, Manoel D’Ávila Carneiro, Marcello Schmid, Dr. Joaquim Teixeira das Neves Junior e Joaquim de Almeida Camargo. (Idem, p. 57-58)

O local desse reservatório ficou conhecido pela população como “Castelinho”.

A partir de 1988, passou a sediar o Auto Clube de Rio Claro, que conta com mais de 50 sócios que mantêm a tradição e a paixão pelas quatro rodas. Fundado em 28 de março de 1988, a primeira sede da entidade foi em uma sala do Ginásio Municipal de Esportes, cedida pela Prefeitura. “O atual presidente da entidade, Vagner Luiz Letizio, fala que o AACRC conta, hoje, com 64 associados, os quais, duas vezes por semana (às terças e sextas), se encontram na atual sede para confraternizar e discutir sobre restauração de veículos, além da programação de eventos do gênero no Brasil.” (NAVAS, 2014, p. 98.)



Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira. 1989

Referências Bibliográficas

- CAMPOS, Maria Teresa de Arruda. **ACIRC, 90 anos de história:** Associação Comercial e Industrial de Rio Claro – SP: 1922-2012. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012.
- CAMPOS, Marisa. Patrimônio preservado e patrimônio destruído. **Revista do Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro**, nº 05, junho/2010.
- GARCIA, Líliliana Bueno dos Reis. **São João do Rio Claro:** a aventura da colonização. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2009.
- NAVAS, Sidney. Carros antigos: raridades que valem ouro. **JC Magazine**. Ano 10, n. 20, 2014, p. 94-98.
- KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”. **Rio Claro Sesquicentenária.** Rio Claro, 1978.

Mercado Municipal

Atual: Mercado Municipal

Endereço: Rua 8, nº1345, entre Avenida Visconde do Rio Claro e Avenida 6, Ruas 8 e 9, Zona Central

Tipologia: Edifício público composto por um pátio interno ladeado por espaços dedicados à atividade comercial

Ordem: Público

Data de construção: 1897

Área do terreno: 5.161,00 m²

Área construída: 1.748,00 m²

Histórico

"Considerando que esta cidade, pelo seu grande desenvolvimento commercial necessita absolutamente de um mercado que abasteça dos generos de primeira necessidade que devem para commodidade da população ser encontrados reunidos em lugar determinado a exemplo de todas as cidades importantes e até de outras manifestamente inferiores a nossa; Que o que actualmente existe com o nome de mercado (...) está longe de prehencher os fins a que é destinado; (...) Que já uma das camaras passadas adquiriu um terreno para o fim de nelle se edificar um mercado; Que esse terreno situado na avenida 6 entre as ruas 8 e 9, é o mais apropriado possível ao fim a que foi destinado, pela sua excellente collocação e distancia dos diversos pontos da cidade, formando alem d'isso um bom bebedouro para as tropas e porcadas que vieram, digo, que vierem ter no mercado; Que já existe uma planta feita pelo engenheiro Lobo Pessanha, aparentemente boa e economica, podendo ser modificado no que representa a parte posterior do predio, que segundo a planta forma um quadrado; Que esse terreno em forma de triangulo esquadrejado a partir da ponte da rua numero 8, poderá ainda nos fundos offerecer espaço sufficiente para a praça de porcos que já lá existe;" (ATA DA CÂMARA, 1890, p. 41)

As feiras livres na cidade de Rio Claro eram realizadas em terrenos abertos em determinados locais, conhecidos como "Praças de Mercado", até que em meados de 1897, foi erguido um edifício destinado a tornar-se Mercado Municipal. A obra de Luiz Corazza, com planta do Engenheiro Frederico Adams, em área de 6.500m², teve início em 1885 e ficava localizada ao lado do Córrego da Servidão.

"Parecer sobre a planta-projecto para Mercado.

A Comissão de obras abaixo assignada, examinando a planta apresentada para mercado, acham que ella

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: A fachada principal do edifício, na Rua 8, é composta por um pórtico, cuja entrada se dá por um grande portal com verga em formato de arco com sutil ogiva. Nas extremidades desse portal, encontra-se uma pilastra de fuste liso, embasada por um pedestal em alto relevo. O topo dessas pilastras é dotado de um capitel ameadado. Logo acima do portal, ainda se vê uma platibanda tripartida ameadada que ostenta em seu centro o brasão de armas da República dos Estados Unidos do Brasil.

Esquadrias: Portão de ferro duplo e vitrôs basculantes envidraçados com bandeiras em formato de arco pleno, também envidraçadas, sendo os vitrôs e suas respectivas bandeiras recobertos por uma tela metálica.

pode ser in totum aceita, visto ter sido projectada de conformidade com as construcções modernas e com todas as regras de hygiene. O projecto está elaborado de modo a poder ser aplicado em qualquer ponto onde se queira executal-o e tendo a grande vantagem de poder ser executado em parte somente, sem que d'isso resulte uma aparência de obra incompleta. Sua extensão total é de 260 metros e foi orçado em Rs 210:000 que corresponde a 800/760 por metro.

Não comportando a municipalidade essa despeza e não exigindo as condições do Rio Claro, presentemente, um edificio n'essa escala, a comissão é de parecer que a sua construção seja feita em secções, a proporção que o augmento de população ou as circunstancias exigirem.

Rio Claro, 21 de Fevereiro de 1895

A Comissão de obras Publicas.

Marcelo Schmidt

Francisco de Arruda Campos". (GARCIA, 2009, p. 173)

No mesmo ano de 1895, foi firmado um contrato entre a Câmara Municipal e os empreiteiros Sr. Luiz Corazza e Co. para dar início às obras do mercado, sendo o Frederico Adams o engenheiro civil encarregado da sua fiscalização. As obras ficaram prontas em 1897, conforme atestam as cláusulas do contrato entre a Câmara Municipal e Silvio Corazza. O referido documento foi assinado em 8 de fevereiro de 1897. (Idem, p. 173). O prédio era suntuoso para sua época. Apresentava três entradas, duas para o povo e uma para abastecimento. Tinha um pátio interno com um chafariz de água potável rodeado de salas servidas de água encanada e esgoto que eram alugadas para diversos ramos de negócio: secos e molhados, açougues, verduras e legu-

Cobertura: Telhas francesas, e em sua maioria de queda única.

Mérito: O Edifício é de alta relevância histórica e cultural, sendo um dos grandes exemplares arquitetônicos de sua época.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Bom

Observações: Em 1841, encerram-se as obras do Mercado da Candelária, no Rio de Janeiro. Projetado pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, esse edifício, que seguiu o projeto clássico de mercado que remete ao átrio romano antigo, tornar-se-ia um modelo para a construção de mercados com pátio aberto em diversas cidades brasileiras, incluindo Rio Claro.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Imagem de 1986



Imagem de 2011

Edson Facuri

mes, e até botequins. Possuía amplos balcões para o comércio de verduras e hortaliças em geral e dependências para aves e animais para abate (leitões, cabritos, coelhos e carneiros).

Em 1918, porém, teve seu uso mudado para Quartel do Exército, e tal ocupação resultou na demolição do chafariz. Em 1924, voltou à sua atividade comercial de origem.

Como parte das festividades do Primeiro Centenário da Fundação de Rio Claro, em 1927, foi realizada nas dependências do Mercado uma grande Exposição Industrial de Produtos aqui manufaturados, que atraiu visitantes de todo o Estado.

Em 1929, devido às precárias condições e à má frequência, o Mercado foi fechado pela Câmara Municipal. "A 16 de janeiro de 1929, a Câmara Municipal de Rio Claro, apresentava o seu Projeto de Lei n.º 1, relacionado com o fechamento do mercado municipal, considerando que o prédio em que funcionava, não correspondia ao fim destinado, dada as suas condições de ruína e absoluta falta de higiene, além de que as despesas para a sua manutenção se apresentavam superiores às arrecadações verificadas." (ALMEIDA, 1951, p. 54). Voltou, novamente, à função original somente em 1949, quando reinaugurado pelo governo Adhemar de Barros.

Passou por várias reformas e manutenções, a última em 2009, que contou com troca de fiações elétricas, calhas e condutores; pintura interna e externa do prédio; iluminação; instalação do sistema central de gás e de corrimão na escadaria. As modificações geradas apresentaram resultados positivos. Tome-se como referência, por exemplo, o aumento verificado no número de visitantes, que passou de 100 para mais de 500 visitantes diariamente, atingindo picos de 2.000 em alguns sábados.

A partir de 2011, com investimento de empreendimentos culinários e pequenos serviços, o local se tornou ponto de en-

contro de jovens e famílias que se divertem ao som de música ao vivo e se deliciam com os quitutes servidos pelos boxes. Atualmente, conta com barracas de hortifrutigranjeiros, açougues, bares, restaurantes e outros serviços, como alfaiataria. No período noturno, são frequentes as apresentações musicais no local.

Um incêndio, em meados de 2015, causou danos a alguns boxes, com prejuízo para seus donos. No entanto, as chamas foram debeladas e após pequeno período fechado para os reparos devidos, voltou o Mercado às suas noites musicais e ao seu comércio diário.

Referências Bibliográficas

GARCIA, Lílilana Bueno dos Reis. **São João do Rio Claro: aventura da colonização**. Rio Claro IGCE/UNESP, 2009.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO. Rio Claro. **Ata da reunião realizada no dia 15 de fevereiro de 1890**. Livro 16.

CAMPOS, Maria Teresa de Arruda. **ACIRC, 90 anos de história: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro – SP: 1922-2012**. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012.

ALMEIDA, Nelson Martins de. **Álbum de Rio Claro**. Documentário Histórico e Ilustrativo do Município de Rio Claro. Rio Claro: Estabelecimento Tipográfico Pantaleão, 1951.

BORGES, Marta Poggi e. **Plano de desenvolvimento turístico de Rio Claro – SP**. Rio Claro: Strategia, 2014.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.



Mercado Municipal
Artista: Vivian P. da Silva . Lápis s/ papel. 2014

Residência de Dona Luísa Botão

Atual: Escola de Ensino Técnico Professor Armando Bayeux da Silva

Endereço: Avenida 5, nº 445, entre ruas 6 e 5, Centro

Tipologia: Edifício sobradado do final do século XIX com portão e possui volume retangular

Data de construção: 1899

Área do terreno: 5.095 m²

Área construída: 3.497 m²



Luíza Gomes Botão

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: O edifício apresenta bossagem. O primeiro volume é composto por um portal com verga reta em arco abatido ladeado por duas pilastras com fuste com caneluras e capitel de estilo coríntio (com volutas e folhas de acanto) em cada lado. O segundo volume, ao fundo, é composto por duas grandes janelas com verga reta, acima de cada janela um frontão cimbrado, sustentado por uma cornija as quais são sustentadas por duas mísulas. Acima delas, duas cornijas contornam toda a fachada, algumas mísulas em formato de pata de animal fazem a transição de uma cornija para outra. Por fim, no primeiro volume, um frontão triangular coroa a fachada, seguido nas laterais por uma platibanda e, acima dela, em cada extremidade, uma urna ou estátua. Gradis de ferro.

Esquadrias: Porta com verga reta em arco pleno, de madeira almofadada com duas folhas. Janelas com persiana de madeira com duas folhas.

Mérito: Grande valor histórico arquitetônico para o Município.



Acervo do APH



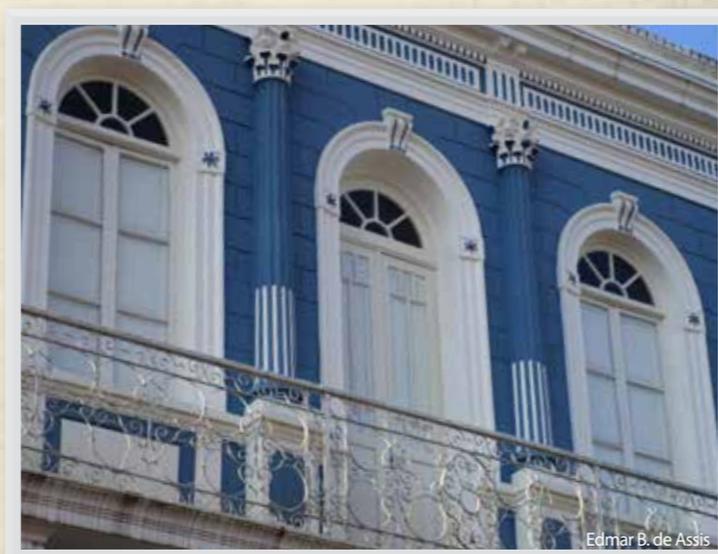
Acervo do APH

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Bom

Observações: Inicialmente o edifício possuía um portão lateral em arco pleno com pilastras de fuste liso e uma urna no topo.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Edmar B. de Assis



Edmar B. de Assis

Histórico

Esse prédio é típico dos tempos de opulência da cultura cafeeira. Pertenceu ao Capitão Francisco Gomes Botão, casado com Dona Luíza Botão, passando para a história como casarão da Dona Luíza Botão. Com o falecimento do Capitão, em 1879, D. Luíza casou-se novamente. Após o falecimento de seu terceiro marido, Paschoal Affonso Rinaldi, em 1889, Luíza Botão terminou a construção de sua casa que foi considerada um verdadeiro palácio, agregando tudo o que havia de melhor e mais fino na época. Segundo Penteado (1977, p. 83-84), ao lado, a entrada principal por um reforçado portão de ferro que ostentava no cimo de seus pilares, dois cães galgos, esculpidos em granito negro reluzente, obras valiosas que desapareceram.

D. Luíza, com dificuldades financeiras, vendeu sua mansão ao Dr. Egor van Frankemberger, gerente da Central Elétrica, que morou no local até 1912. Em 1914, o imóvel foi à hasta pública como uma herança do Dr. Frankemberger e rematado pelo Sr. José Ribeiro de Almeida Santos Filho. Este último tinha intenções de destinar o prédio à Escola Normal, a ser criada pelo Governo do Estado. Os debates políticos foram frequentes para saber onde a Escola Normal iria se instalar, no entanto, a cidade de Pi-

racicaba foi a escolhida para construção desta modalidade de ensino. Dessa forma, o imóvel foi transferido ao Município com a condição de ser nele instalada outra instituição de ensino. D. Luiza faleceu na Santa Casa de Rio Claro, na mais completa miséria em 15 de dezembro de 1918.

No período de 1914 a 1915 a Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo funcionou em Rio Claro nesse prédio. A estadia foi curta, tendo em vista as exigências para o seu funcionamento. Dentre elas o número de alunos matriculados igual ou superior a 25. Como não foi possível atender a essa e outras demandas a escola fechou em 1915. Posteriormente a essa ocupação, o espaço foi destinado à sede da "Linha de Tiro" – organização criada pelo Governo Federal em todo País, em consequência da Primeira Guerra Mundial.

Em 1918, foi criada a Escola Profissional pelo Presidente Altino Arantes e instalada pelo educador Professor Armando Bayeux da Silva, por meio da Lei Estadual nº. 1635, de 31/12/1918 com a denominação de Escola Profissional Masculina, inaugurada em 6/12/1919 com início das aulas em 13/09/1920. Nos anos seguintes, a escola passou por diversas denominações, no entanto, sempre na área industrial.

Em 1943, atendendo à legislação nacional promulgada em 1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial - Decreto Lei 4073/42 – organizou-se como escola industrial, de ensino profissional secundário de primeiro ciclo e passou a ser designada Escola Industrial de Rio Claro.

Em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei 4024/61), organizou-se como Ginásio Industrial. Nessa época, adotou como patrono o professor Armando Bayeux da Silva, que fora o primeiro diretor da Instituição. Em 1971, com a promulgação da Lei 5692/71, que reformou o ensino primário e médio, criando o primeiro e o segundo graus e obrigando a profissionalização desse último, a instituição organizou-se como Escola Técnica de Segundo Grau. Da fundação até 1991, a escola permaneceu vinculada administrativamente à Secretaria da Educação.

Em 1992, iniciou-se um processo de mudança administrativa que resultou na incorporação da Instituição, em 1994, ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. A ETEC encontra-se numa área construída de 15 mil m².



Ladrilhos, por René Mainardi

Referências Bibliográficas

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
 PENTEADO, Oscar de Arruda. **Rio Claro: Coletânea Histórica**. Piracicaba: Franciscana, 1977.
 SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária**. Rio Claro, 1978
<http://www.etecbayeux.com.br/>. Consulta em 01.09.2015



Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira, 1989



Edmar B. de Assis



Edmar B. de Assis



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto



Luiz Miotto



Escola Coronel Joaquim Salles

Atual: Escola Estadual Cel. Joaquim Salles
Endereço: Rua 7 nº 793, esquina da Avenida 7, Centro
Tipologia: Escola Estadual com dois pavimentos.
Ordem: Público
Data de construção: 1900
Área do terreno: 6.452 m²
Área construída: 1.102 m²

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: Platibanda com frontão triangular, cornija, bossagem, envasaduras em arco no pavimento térreo e com vergas retas no pavimento superior, porão, jardim frontal, portão e gradis de ferro.

Esquadrias: Vitrôs basculantes

Cobertura: Aparentemente possui quatro águas (vista *Google Earth*).

Mérito: Alto valor histórico na evolução educacional, prédio escolar de arquitetura com valor principalmente ambiental.

Estado de Conservação: Bom

Observações: Passou por reforma em 1996.



Acervo do APH



Acervo do APH

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Joaquim Augusto de Salles



Acervo do APH



Acervo do APH

O Coronel Joaquim Augusto de Salles nasceu em Campinas (1857-1923) e transferiu-se, ainda jovem, para Rio Claro, onde manteve as fazendas Botafogo e Cafezal. A tradição conta de seu pomposo casamento, em 1882, na Philarmônica. Político atuante, foi eleito pelo partido Republicano por três legislaturas, de 1898 a 1910, período em que acumulou, também, a administração da cidade (1902/1904). Vinha de família poderosa, fundadora do Partido Republicano, em 1873. Entre seus irmãos, destacaram-se João Alberto, representante Federal do 6º Distrito Eleitoral aqui sediado, Deputado Federal por dois mandatos, coproprietário do Jornal "A Província de São Paulo", hoje, "O Estado de São Paulo"; Manoel Ferraz de Campos Salles que foi governador de São Paulo, senador, Ministro da Justiça e Presidente da República e o Coronel Diogo Eugenio, vítima do famoso crime "Longaretti", no qual foi assassinado pelo seu empregado na cidade de Analândia, interior do Estado de São Paulo, no início do século XX. Até mesmo a Praça da Liberdade chamou-se "Praça Campos Salles", retornando à antiga denominação com a queda daquele partido.

Em 1900, fundou-se o primeiro Grupo Escolar de Rio Claro, organizado pelo professor João Von Atzingen, o qual ocupou o cargo de diretor em comissão nos primeiros meses da escola que, em 1908, recebeu a denominação de "Coronel Joaquim Salles". O prédio definitivo tem projeto arquitetô-



Acervo do APH



Marcela B. Bueno

nico de José van Humbeck, arquiteto da Superintendência de Obras Públicas, subdivisão da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Segundo Sant'Ana (1993), a origem da escola se deu no período de supremacia política da família Salles no comando das políticas nacional e municipal.

Oficialmente, a Escola foi inaugurada em 26 de junho daquele mesmo ano. Presentes à solenidade estavam o Presidente do Estado de São Paulo e futuro Presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues; o Deputado por Rio Claro, Coronel Joaquim Augusto de Salles, dentre outras ilustres autoridades convidadas. As festividades realizadas pelo Major Mariano Guimarães foram prestigiadas pela população rio-clarense.

O Primeiro Grupo Escolar esteve instalado provisoriamente na Avenida Cinco, número 59, no largo da Matriz, cujo prédio era velho e alugado do Capitão Antônio Pedro da Glória. A escola mantinha precariamente três salas de aulas e duas extensivas que funcionavam na rua dois e, nas eleições, as salas eram transformadas em seções eleitorais. Em 1902, o então Diretor da Escola, Joaquim Antônio Ladeira,

solicitou à Câmara Municipal providências para que fossem realizadas melhorias no Grupo ou, até mesmo, sua transferência do local para instalações mais adequadas. O Presidente da Câmara, Coronel Joaquim Salles, através de convênio estadual, naquele mesmo ano, alugou e reformou o prédio localizado na Avenida Um com a Rua Cinco, de propriedade da Família Schmidt.

Com a proposta de construção de um prédio escolar naquele mesmo ano, restou ao Município a doação do terreno. De acordo com Sant'ana (1993), a doação do terreno ficava por conta do Município e a obra, seria competência do Estado. Os engenheiros do Estado, Ataliba Valle e Francisco de Paula Ramos, que implantavam as redes de água e esgoto na cidade, prontificaram-se a elaborar o projeto. O terreno escolhido foi o do antigo cemitério (localizado na rua sete, antiga Rua Boa Vista), desocupado desde 1875 — quando os túmulos e ossadas foram removidos para onde se encontra hoje o Cemitério São João Batista. Conforme Sant'ana (1993), notícias de uma possível utilização da área que servira para enterramentos mobilizaram a opinião pública e impulsionaram a coleta de cento e setenta e três assinaturas de rio-clarenses desfavoráveis à construção do prédio naquele local. Ainda que estudos garantissem a qualidade do terreno, o Inspetor Sanitário do Estado de São Paulo, Dr. Emilio Ribas, oficiou à Câmara Municipal, comunicando a necessidade de desinfecção da área antes das obras, por medida de segurança. As obras foram iniciadas em 1903, e a escola transferida em 1904.

Inicialmente, as classes masculinas e femininas funcionavam separadas — as meninas em prédio estadual, na Rua 2, número 9, e os meninos na Praça da Liberdade, número 59, em prédio particular. Em 26 de janeiro, foram reunidas em uma só unidade, no prédio da Avenida 1, número 10. Mais tarde, em 22 de abril de 1904, terminadas as obras do edifício próprio, na Rua 7, e marcada a inauguração solene para o dia 3 de maio, as classes foram transferidas para o novo edifício, com capacidade para acomodar 10 classes.

Seguem trechos do relatório da Delegacia Regional do Ensino, referentes ao ano de 1937, que mostram um pouco como era a rotina das atividades pedagógicas realizadas com os alunos.

A seção feminina do grupo escolar 'Cel. Joaquim Salles' de Rio Claro, teve, com regularidade, aulas de gymnastica proporcionadas de manhã, pela professora Hertha Rehder (...). "É de se lamentar (...), que a secção masculina não aproveite as aulas dessa professora. São aulas interessantes, movimentadas e muito apreciadas pelas creanças". (...) Continuando a Directoria do Ensino a louvavel iniciativa de instruir professores para o ensino de educação physica, nas escolas do Estado, conseguirá fortalecer o physico das nossas creanças, elevando, consequentemente o seu nivel intellectual". (DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE RIO CLARO, 1937, s/p)

Todas as 24 classes (...) fizeram excursões de accordo com



Acervo do APH

instruções desta Directoria, que foram: 1º Escolhido o local, ia o professor colher informações e dados para organizar o seu plano e assim preparar os alunos para a excursão: 2º Feito o plano e visado este pelo director, seguia a classe para a excursão, levando, alumnos, o material para aproveitar a aula e ja umas questões a resolver: 3º Nos dias seguintes, a excursão era o centro de interesse sobre a qual gyravam todas as aulas e os alumnos faziam trabalhos escriptos; os melhores foram enviados á Delegacia: 4º Finalizando, a professora entrega o relatorio ao director. (DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE RIO CLARO, 1937, s/p)

A escola é uma das integrantes do conjunto de 126 escolas públicas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 e 1930 que compartilham significados cultural, histórico e arquitetônico. Essas edificações expressam o caráter inovador e modelar das políticas públicas educacionais que, durante a Primeira República, reconheceram como inerente ao papel do Estado a promoção do Ensino Básico, dito Primário, e a formação de professores para tal função. Quanto às políticas de construção de obras públicas, são representativas pela estruturação racional de se instalar edificações adequadas ao programa pedagógico por todo o interior e capital do Estado.

Destaca-se a qualidade do conjunto caracterizado pela técnica construtiva simples, consolidando o uso de alvenaria de tijolos e por uma linguagem estilística que simplificou os atributos da tradição clássica acadêmica. A organização espacial era concebida incorporando preceitos e recomendações de higiene, insolação e ventilação previstos na cultura arquitetônica que vinha se firmando desde o século XIX. O programa pedagógico distribuía essencialmente salas de aulas ao longo de eixos de circulação em plantas simétricas. Aos poucos, firmaram-se em projetos arquitetônicos padronizados que se repetiam com pouca ou nenhuma variação em mais de um município.



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto

Referências Bibliográficas

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO. Rio Claro. **Ata da reunião realizada no dia 30 de janeiro de 1902**, p. 43, frente.

DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE RIO CLARO. **Relatório da Delegacia Regional do Ensino**. Rio Claro, 1937. Rio Claro: Núcleo Regional de Tecnologia Educacional.

E.E. CEL. JOAQUIM SALLES. São Paulo: CONDEPHAAT. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e-2308ca077vgnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&id=18d-c27064a737410VgnVCM1000008936c80a>> acesso em: 29 jan. 2015.

FERREIRA, Christiano Eduardo. **O caso Longaretti: crime, cotidiano e imigração no interior paulista**. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

SANTANA, José Roberto. **A Educação em Rio Claro no Século XIX: apontamentos históricos do ensino elementar no antigo Oeste Paulista**. Monografia de graduação. Rio Claro: UNESP, 1993.

SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária**. Rio Claro, 1978.

SELINGARDI, Jr. Anselmo Ap. **O primeiro Grupo Escolar Rioclarense "Grupo Escolar Cel. Joaquim Salles"**. Disponível em: <<http://www.visiterioclaro.com.br/interna.php?idm=10&coract=1&mat=634>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

Loja Maçônica Estrela do Rio Claro

Atual: Loja Maçônica Estrela do Rio Claro
Endereço: Rua 4, nº 708, Centro
Tipologia: Edifício recuado composto por volume maciço cúbico
Ordem: Privado
Data de construção: 1903

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: O edifício possui fachada simétrica. Há a presença de um volume retangular sobresalente, dotado de um pórtico sustentado por duas colunas e ladeado por janelas retangulares, que detêm em seu topo um pequeno frontão ornamental de formato triangular.

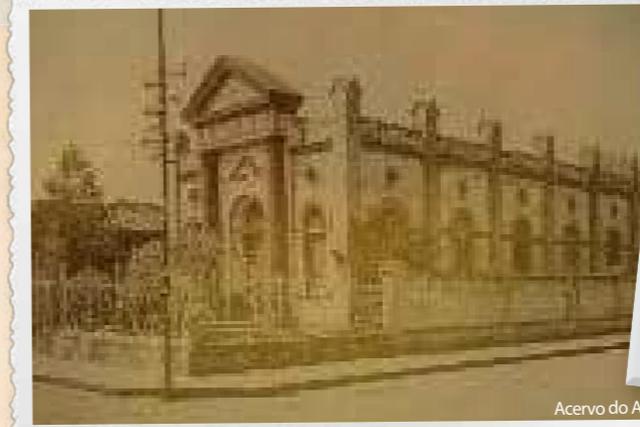
Esquadrias: Metálicas com vidros fantasia e coloridos.

Cobertura: Telhas ocultadas por platibanda em toda a sua fachada

Mérito: Valor histórico e arquitetônico para o Município.

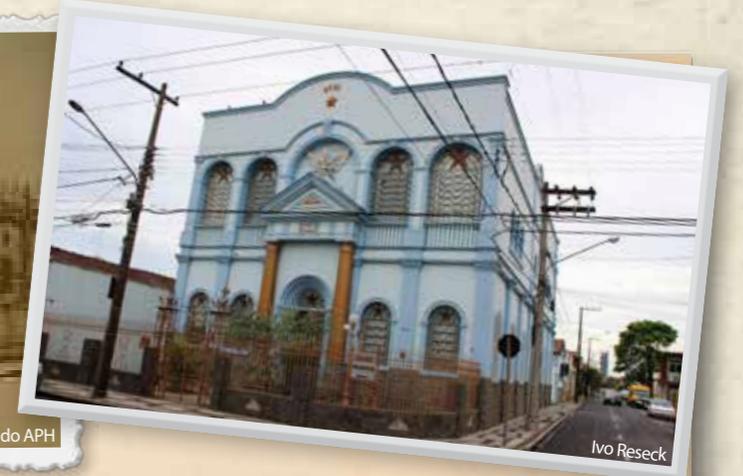
Técnicas construtivas: Alvenaria estrutural

Estado de Conservação: Bom



Acervo do APH

Prédio maçãria antes da reforma



Ivo Reseck

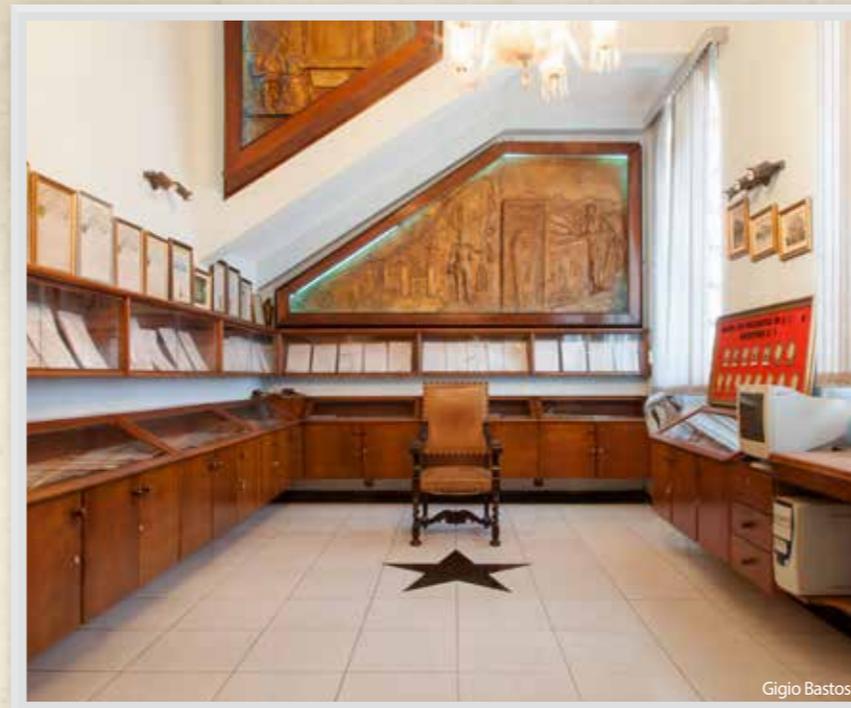
Observações: A restauração realizada em 2001 foi realizada a com bastante eficácia e critério.

Pesquisa: Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Juniors.

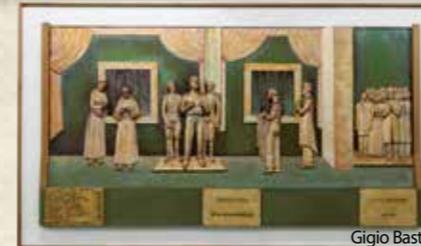
Histórico

A Loja Maçônica "Estrela do Rio Claro" foi fundada em 7 de dezembro de 1895. A Loja instalou-se, inicialmente, num prédio da Rua 5, entre Avenidas 4 e 6, hoje demolido. Em 27 de abril de 1903, foi adquirido o terreno na Rua 4, esquina da avenida 9 e iniciada a construção do templo próprio que foi concluído em 1907. Segundo Sant'Ana (2014), "nos primeiros 50 anos, passou por duas reformas. Na segunda, recebeu as grades e portões de ferro que cercavam o Jardim Público, para substituir as grades de madeira." Em 1946, a Loja iniciou uma reforma e ampliou suas dependências, cujas obras terminaram em 1956. O prédio passou a ter dois andares, sendo, hoje, considerado um dos mais belos da Maçonaria Brasileira e possuidor de apreciável acervo artístico: esculturas e alto relevos de autoria do premiado escultor Vilmo Rosada (1905-1987). Ainda de acordo com Sant'Ana (2014), "em 2001 o edifício ganhou restauração exemplar".

Conforme Santos (1995, p. 11), "a Loja foi sempre atuante em sociedades recreativas e beneficentes: fundou a Casa das Crianças, por longos anos cuidou do Gabinete de Leitura Rio-clarense e criou, em 1963, o Clube do Pelicano, congregando as esposas dos maçons, ideia que depois se estendeu a todo o Brasil". Além disso, a Loja atua junto a diversas entidades como: Sociedade Beneficente São João Escócia, Guarda Mirim, Sociedade Amigos da Cidade, Grupo Ginástico rRio-clarense, União Amigos do Menor, Clube de Campo, ACIRC, Creche Comecinho de Vida e Santa Casa de Misericórdia.



Gigio Bastos



Gigio Bastos



Gigio Bastos



Gigio Bastos

Obras de Vilmo Rosada

Referências Bibliográficas

História da Loja. Disponível em: <<http://www.estreladorioclaro.com.br/index.php?pagina=historia>>. Acesso em: 08 setembro 2015.

Diário do Rio Claro. **Loja Maçônica "Estrela do Rio Claro":** 85 anos de existência. Rio Claro, 07 dezembro 1980.

SANTANA, José Roberto. Maçonaria em Rio Claro – Parte I. Disponível em: <<http://www.guiarioclaro.com.br/materia.htm?serial=206005184>>. Acesso em: 8 set. 2015.

SANTOS, Luzo dos. A Loja Maçônica "Estrela do Rio Claro" completa 100 anos. Diário do Rio Claro. Rio Claro, 7 dezembro 1995. Gerais, p. 11.



Gigio Bastos

Colégio Puríssimo Coração de Maria

Atual: Colégio Puríssimo Coração de Maria

Endereço: Rua 7, nº 881, entre Avenidas 3 e 5, Centro

Tipologia: Escola Religiosa com dois pavimentos; capela anexa

Ordem: Privado

Data de construção: 1909

Área do terreno: 5.767 m²

Fachada: Portão de entrada com poucos ornamentos em ferro; janelas com grades posteriores.

Esquadrias: Madeira e vidro

Cobertura: 4 águas com chanfro.

Mérito: Grande valor histórico arquitetônico.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Bom

Observações: O edifício encontra-se conservado e aplica-se à mesma função desde sua construção.



Acervo do APH



Gigio Bastos

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Acervo do APH

Histórico

A criação da Escola Puríssimo, em março de 1909 esteve sob a direção das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que iniciaram suas atividades instalando uma pequena escola primária.

Segundo os arquivos da escola, no dia 17 de maio foi iniciado o trabalho apostólico. No dia 18, foram abertas as matrículas. A escola manteve curso gratuito noturno para as pessoas mais pobres, mas, basicamente, correspondia à expectativa das elites que buscavam a qualidade do ensino particular na forma de externato ou internato.

Para Abreu (2013), a escola sempre utilizou os jornais da época para publicar seus anúncios. No mesmo ano de sua fundação (1909), publicou durante diversos meses no Alpha o programa do colégio.

Programa do Externato "Puríssimo Coração de Maria"

Primeira Parte

1 e 2 anos

Doutrina, História Sagrada, Leitura, Aritmética, Lições de cousas, Escrita, Canto, Trabalho com Agulha.

Mensalidade 3\$000

3 e 4 anos

Doutrina, História Sagrada, Leitura, Aritmética, Gramática, Composição, Desenho, Caligrafia, Geografia, Canto, Geometria, Trabalho com Agulha.

Mensalidade 5\$000

5 e 6 anos

Doutrina, História Sagrada, Leitura, Aritmética, Gramática, Composição, História da Pátria, Desenho, Caligrafia, Geometria, História Natural, Pysica, Trabalhos.

Mensalidade 10\$000

Horário das aulas: das 10 e ½ às 3 e ½ .

Segunda Parte

FRANCEZ E ALLEMÃO

Instrumentos – Piano, Harmonium, Bandolin, Volino e Cythara. Trabalho com Agulha.

Aceitam-se meninos até 10 anos de idade.

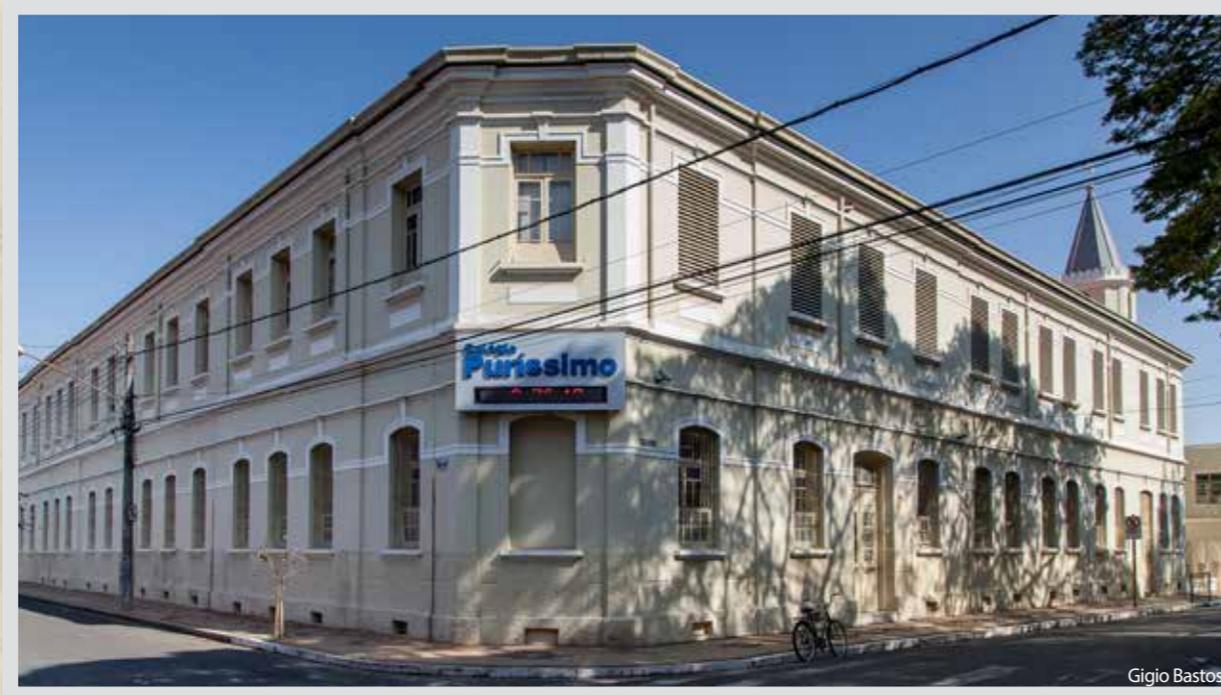
As matrículas podem ser feitas na casa n.10 da Avenida 3 ou na Avenida 7, n. 21. Em sala separada, há uma aula grátis para as crianças reconhecidamente pobres.

Nota: O ensino de segunda parte é particular e leciona-se com prévio ajuste.

A Diretora – Irmã Juliana de S. S. Sacramento (O ALPHA, 02/06/1909, p.3).

Segundo os dados apresentados no anúncio, a escola tinha uma preocupação frequente com a Doutrina Cristã e História Sagrada, além dos trabalhos com agulha. Aceitava meninos somente até os 10 anos de idade.

Para Leonardi (apud Abreu,2013), a fundação do Puríssimo foi mais um dos símbolos que construíram as representações do progresso da cidade, e, especialmente, das famílias de elite. A elite rioclarenses precisava ser vista e reconhecida como estimu-



Gigjo Bastos



Arquivo do APH

ladora da cultura, empreendedora e defensora do progresso. A fundação do Colégio servia a esse fim e supria a necessidade de escolarização para as meninas dessas famílias.

Logo nas primeiras décadas, o magistério tornou-se prioridade no Município, tornando-se instrumento para profissionalização de professores para o ensino primário. Por Decreto de 16 de fevereiro de 1928, foi criado o Curso Normal, sendo a sua instalação oficial em 9 de junho de 1928, passando o estabelecimento por radical reforma, a fim de atender aos objetivos de suas funções.

Para Abreu (2013), somente um grupo muito restrito tinha acesso ao ensino no Colégio Puríssimo Coração de Maria. Em 1911, no livro de matrículas da escola, estão registrados 32 alunos, enquanto o Grupo Escolar Joaquim Salles, por exemplo, atendia a 571 crianças.

Considerando os anúncios dos jornais e os programas de ensino neles contidos, é possível dizer que o Colégio tinha a função de formar as meninas, filhas da elite rio-clarense. Um de seus grandes momentos foi a mobilização para a confecção de fardamento durante a Revolução de 1932.

Dos visitantes ilustres que ali fizeram palestras destacam-se o educador Fernando Azevedo, o jurista Miguel Reale, o poeta Guilherme de Almeida e o escritor Malba Tahan.

O conteúdo do ensino religioso pode ser verificado, especialmente, no discurso de Monsenhor Botti, ao paraninfar a primeira turma de formandos, em 1930. Ele enfatizou que “O mundo é perigoso... é falso nas suas insinuações... Lembrai-vos sempre que a vossa formação intelectual a recebestes numa

casa de religiosas, debaixo das luzes da fé, à sombra dos ensinamentos do Evangelho e da cruz”.

Por muitos anos, sua maior força estava em seu Internato que recebia as moças filhas de fazendeiros da região e até de locais mais distantes, tal a excelência do seu trabalho. As jovens internas tinham dias de saída, uniformizadas para passeio, acompanhadas das Irmãs religiosas, e passeavam na Praça da Liberdade – que ficava em frente do Colégio, indo até a Padaria Zoéga para um lanche ou compras que traziam para saborearem mais tarde. Eram recebidas visitas dos pais aos domingos.

O colégio também criou o Grupo Melo-Rítmico formado por 28 ex-alunas do Puríssimo com a regência da irmã Hermínia Maria Zago. Inicialmente, o repertório do grupo era constituído por obras folclóricas, tendo incorporado ao longo dos anos grandes títulos da música popular brasileira.

Referências Bibliográficas

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. **As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro - São Paulo (1889-1920)**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação/USP. São Paulo: 2013.

ALMEIDA, Nelson Martins de. **Álbum de Rio Claro**. Documentário histórico ilustrativo do município de Rio Claro 1817-1951. Rio Claro – SP, 1951.

BORGES, Marta Poggi e. **Plano de desenvolvimento turístico de Rio Claro – SP**. Rio Claro: Estratégia, 2014.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

SANTANA, José Roberto. **A Educação em Rio Claro no Século XIX**: apontamentos históricos do ensino elementar no antigo Oeste Paulista. Monografia de graduação. Rio Claro: UNESP, 1993.

AUGUSTI, Irmã Inez Terezinha. **Colégio Puríssimo Coração de Maria 1909 – 2009**. Rio Claro: Conquista Formaturas, 2009.



Camila Cherfen



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto



Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira. 1989

Residência da família José Ribeiro de Almeida Santos Filho

Atual: Clínica Odontológica Dr. Hugo José Moraes

Endereço: Avenida 3 nº 615, Esquina da Rua 7 (Inclui Avenida 3 nº 609), Centro

Tipologia: Residência de esquina com porão utilizável, alinhando a calçada e com jardim de entrada

Ordem: Privado

Data de construção: anterior a 1910

Área do terreno: 341 m²

Área construída: 500 m²



Acervo do APH



Marcelo Cerri Rodini

"Casas Históricas", R. 7 av. 3

Estilo Arquitetônico: Eclético com influência da Art Nouveau.

Fachada: Entrada composta por um portal centralizado ladeado por duas grandes janelas. Possui uma sacada com ornamentos em ferro e cobertura de vidro, escadaria feita do lado esquerdo do edifício. As janelas possuem, logo abaixo, um elemento almofadado. A fachada da Rua Sete possui entrada lateral com sacada, no mesmo estilo da entrada principal. Nota-se a presença de quatro gateiras que seguem o formato das janelas. Acima das gateiras, há três janelas, duas pequenas e a centralizada maior. A fachada pela Avenida Três é composta por uma janela e uma gateira. Há bossagem em ambas as fachadas, todas as janelas são contornadas, em seu arco, uma cornija. Por fim, na cobertura, composta por uma platibanda dotada dos mesmos elementos abaixo das janelas.



Aline Soares de Carvalho



Acervo da APH



Luís Miotto

Esquadrias: Porta de madeira almofadada com duas folhas, com bandeira de madeira, envidraçada, em arco Tudor. Janelas com venezianas de madeira com duas folhas, com bandeira de madeira em arco Tudor.

Cobertura: Telhas de barro.

Mérito: Grande valor arquitetônico.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Bom

Observações: O edifício encontra-se em ótimo estado de conservação, incluindo algumas pinturas, as portas e maçanetas.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni

Histórico

Antonio Mônico chegou ao Brasil, ainda criança, órfão de pai. Sua mãe uniu-se a Vincenzo de Lucca. "O menino Antonio foi criado por Vincenzo de Lucca e, como gratidão pelo carinho recebido, passou a usar o sobrenome do padrao" (SELINGARDI, 2006, p. 8). "Como a maioria dos imigrantes, a família foi encaminhada para as fazendas do interior de São Paulo" (SELINGARDI, 2006, p. 8) e então a família Mônico de Lucca veio para Rio Claro. Aqui, compraram a Fazenda Ribeirão Claro, onde se localiza o Clube de Campo. Trabalharam com gado, fornecendo leite para Rio Claro e cidades vizinhas e, aos poucos, foram progredindo. Segundo Seligardi, Antonio Mônico de Lucca, já adulto, comprou a casa construída antes de 1910, do Engenheiro José Ribeiro de Almeida Santos Filho (neto do Barão de Grão Mogol). Casou-se com Maria Pereira, com quem teve treze filhos, dentre os quais, Maria Tereza, Belmira, Palma e José.

O edifício guarda pinturas (murais) elaboradas pelo renomado escultor rio-clarense Vilmo Rosada, genro de Antonio de "Lucca" e José Rosada, seu pai.

Durante alguns anos o prédio abrigou a Delegacia de Ensino de Rio Claro.



Giglio Bastos

Referências Bibliográficas

FERRAZ, J. Romeu. **História do Rio Claro:** a vida, seus costumes e seus homens. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1922

SELINGARDI, Jr Anselmo Ap. **As pinturas murais do Casarão da Família Mônico (de Lucca).** Diário do Rio Claro. Rio Claro, 8 de junho de 2006, p.8.

SELINGARDI, Jr Anselmo Ap. **Exemplos que arrastem...** Diário do Rio Claro. Rio Claro, 8 de maio de 2006, p.7.

Cine Theatro Variedades

Atual: Supermercado Dia
Endereço: Avenida 1, nº487, esquina da Rua 6, Centro
Tipologia: Casa de espetáculos com dois pavimentos
Ordem: Privado
Data de construção: 1912/1914 (c.d.)
Área do terreno: 740 m²
Área construída: 846 m²



Fabiana Garcia Munhoz



Acervo do APH

Rua 6, Av. 1. Cine Variedades

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: Três portas de entrada em arco pleno; no pavimento acima pintura das três Musas Gregas e varanda à esquerda; guarda corpo de balaústres; ornamento em ramo, e rostos dos artistas Verdi e Carlos Gomes; uma janela em semicírculo no topo duas cabeças de leão; vergas retas e arcos plenos. Frisos horizontais em baixo relevo.

Esquadrias: Janelas superiores com vidros basculantes e formato em arco pleno.

Cobertura: Várias águas, originalmente telha capa e canal, sendo substituída por telhas de fibrocimento.

Mérito: Edição de 26 de fevereiro de 1914, o Diário do Rio Claro considerava o Variedades como a melhor, a mais moderna, e a mais bela casa de espetáculos do interior de São Paulo.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Péssimo



Acervo do APH

Vista Interna



Acervo do APH

Cine Variedades com bar na Esquina



Edmar B. de Assis

Observações: Piso era de taco; Descaracterizado pela eliminação de vãos inferiores, troca de portas, instalação de marquise, e cobertura sobre a varanda, retirada das pinturas das musas da Tragédia, Comédia e Dança. Algumas portas foram modificadas e outras retiradas.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Histórico

Em 1914, foi inaugurado o Teatro Variedades, resultado dos esforços de uma sociedade anônima onde se destacavam José Castellano, Heliodoro Antônio da Costa Ferreira e Antônio Porto. O edifício continha vasta plateia para 400 cadeiras, uma ordem para 32 frisas, e uma segunda ordem de arquibancadas, as chamadas "gerais" para cerca de 500 espectadores; era muito bem iluminado, ventilado e com ótimas condições de acústica. O saguão de entrada, assim como todo o interior do teatro, era decorado com pinturas de Felício Rossini e Aladino Divani. Havia também três quadros existentes na fachada do prédio retratando as musas da tragédia, comédia e dança: Melpômene, Tália e Terpsícore.

O teatro foi inaugurado com a apresentação da ópera "Aida", de Verdi, pela Cia. Lyrica Italiana da Empresa de Maio & Pagliucci. O elenco teatral da Companhia era composto por dois sopranos, dois contraltos, três meio-sopranos, três tenores, três barítonos, dois baixos, cinco coadjuvantes, vinte e quatro coristas, oito bailarinas, vinte e quatro músicos e os maestros Francisco Murino e



Acervo pessoal de Milton H. M. Luz



Ivo Reseck



Edmar B. de Assis



Luiz Miotto



Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira. 1987

Luiz Andorfi. Apresentaram vários espetáculos de gala nas tradicionais óperas: Aida, Tosca, Trovador, Cavalaria Rusticana, Palhaço, Rigoletto, Boêmia, Guarani e Carmem.

A inauguração do Variedades propiciou uma fase de memoráveis temporadas líricas. Rio Claro recebeu, orgulhosamente, companhias famosas como as de Clara Weiss, Elvira Beneventi e outras.

Os ingressos esgotavam-se rapidamente; todas as noites o Teatro lotava e, para melhor atender ao público, as entradas eram vendidas no Hotel Chegadinho e, à noite, eram vendidos nas bilheterias do teatro. Naquela época, a elite se vestia de maneira luxuosa para comparecer ao Variedades; desse modo a Cia. Lírica, preocupada em perder seus frequentadores, precisou divulgar para o público que não existia necessidade de usar trajes de luxo, mas estar decentemente vestido.

Na década de 1920, diminuíram as atividades teatrais e, em virtude de suas precárias condições, o Variedades paralisou suas

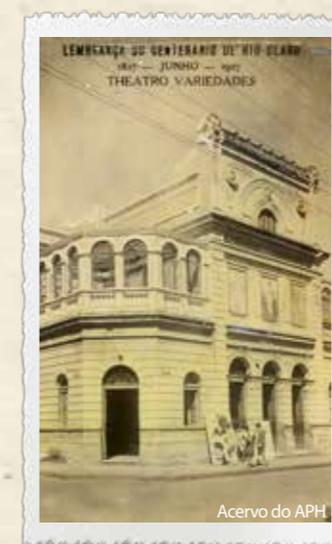
atividades durante todo o ano de 1952. Em princípios de 1953, o velho teatro passou por completa reforma, reabrindo as portas em 4 de março de 1953 com a exibição do filme "Mais forte que o amor". A antiga casa de diversões ressurgiu, então, como moderno cinema, praticamente abandonando seu caráter teatral. Entre os anos de 1990 e 2004, o Variedades passou a ser dance-teria, sede da Igreja Universal do Reino de Deus e, por fim, foi adaptado internamente para ser o Supermercado Dia.

Referências Bibliográficas

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária**. Rio Claro, 1978
PENTEADO, Oscar de Arruda. **Rio Claro: Coletânea Histórica**. Piracicaba: Franciscana, 1977.



Acervo do APH



Acervo do APH



Acervo do APH

Escola do Quilombo - 3º Grupo Escolar de Rio Claro

Atual: Sede da Diretoria de Ensino da Região de Limeira - subsele Rio Claro

Endereço: Rua 1, nº 1982, esquina com a Avenida 18, Centro

Tipologia: Edifício sobradado sobre porão, formado exclusivamente por blocos retangulares dispostos ao longo do lote, sendo a fachada principal composta por três volumes, um grande centralizado e dois menores, localizados nas laterais

Ordem: Público

Data de construção: 1919

Área do terreno: 2273 m²

Área construída: 1808 m²

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: Prédio de simetria bilateral, que se divide em três volumes. Assim como em grande parte dos edifícios brasileiros da segunda metade do século XIX e início do século XX, este possui em seu nível inferior, um porão dotado de sete gateiras. Logo acima, no primeiro pavimento do grande bloco implantado no centro da fachada, pode-se observar a existência de seis grandes janelas com verga em arco abatido, sendo três de cada lado desse bloco. Em seu centro, localiza-se uma balaustrada muito simples, que se insere logo à frente de um pórtico, cuja abertura possui o formato de um elegante arco pleno. O segundo pavimento deste bloco é semelhante ao primeiro, onde a única grande diferença está em uma varanda, que possui uma porta e uma balaustrada iguais às que se encontram no pórtico localizado logo abaixo. Acima ainda há um generoso beiral, que coroa toda a composição.

A fachada principal, de modo geral, é dotada de uma ornamentação muito contida, embora eclética. Sobre o já citado pórtico, há um conjunto de ornamentos em alto-relevo e um fecho decorado, logo acima do arco do pórtico do primeiro pavimento. Os dois volumes laterais possuem uma grande janela no centro, um beiral e um frontão,



Acervo do APH



Luiz Miotto

semelhante aos que podem ser encontrados em edifícios barrocos e neocoloniais. Esses dois volumes estão cada um ao lado de uma porta que, por sua vez se localiza no topo de uma escadaria acessível através de um portão amparado por duas pilastras, inserido logo à frente da calçada.

Esquadrias: Portas de duas folhas de madeira almofadas, com bandeiras em arco pleno, sendo ambas

envidraçadas. O edifício ainda possui grandes vitrôs basculantes também envidraçados. A frente dos volumes laterais há portões duplos e baixos, feitos em ferro trabalhado.

Mérito: Mérito: Edifício de grande importância histórica, cultural e educacional, sendo um dos grandes exemplares arquitetônicos de sua tipologia ainda remanescentes na cidade.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Acervo do APH

Irineu Penteadado



Acervo do APH

Alunos da escola do Quilombo



Acervo do APH

Irineu Penteadado, 3º G. Esc. de RC

Histórico

O imponente prédio situado na Rua 1, esquina da Avenida 18, no lugar que à época era conhecido como Bairro do Quilombo, fez parte de um conjunto de obras de institucionalização de escolas do Governo do Estado de São Paulo. Foi construído em 1919, com projeto de Mauro Álvaro. Foi denominada Escola do Quilombo, provavelmente por situar-se próximo ao Quilombo da Cabana do Mato, nome dado ao quilombo situado na região, conforme depoimentos colhidos pelo Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.



Acervo do APH

Irineu Penteadó, ao centro

Destaca-se, ainda, que a Escola do Quilombo era uma escola isolada e, segundo Abreu (2013), ela funcionou como escola masculina no período de 1912-1919, ano em que foi construído o novo prédio, sob a regência do professor José A. de Souza Costa. Com a construção do prédio outras escolas isoladas foram reunidas nesse estabelecimento.

Foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, que assim se expressou no Processo 24.929/86, registrado no Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 377, p. 103 a 110, 05/09/2011:

É uma das integrantes do conjunto de 126 escolas públicas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 e 1930, que compartilham significados cultural, histórico e arquitetônico. Essas edificações expressam o caráter inovador e modelar das políticas públicas educacionais que, durante a Primeira

República, reconheceram como inerente ao papel do Estado a promoção do ensino básico, dito primário, e a formação de professores bem preparados para tal função. Quanto às políticas de construção de obras públicas, são representativas pela estruturação racional de se instalar edificações adequadas ao programa pedagógico por todo o interior e capital do Estado.

Destaca-se a qualidade do conjunto caracterizado pela técnica construtiva simples, consolidando o uso de alvenaria de tijolos e por uma linguagem estilística que simplificou os atributos da tradição clássica acadêmica. A organização espacial era concebida incorporando preceitos e recomendações de higiene, insolação e ventilação previstos na cultura arquitetônica que vinha se firmando desde o século XIX. O programa pedagógico distribuía essencialmente salas de aulas ao longo de eixos de circulação em plantas simétricas. Aos poucos, firmaram-se em projetos arquitetônicos padronizados que se repetiam com pouca ou nenhuma variação em mais de um município. (CONDEPHAAT)

A escola recebeu o nome do rio-clarense Irineu Penteadó, após sua morte em 1935. Nascido em Rio Claro em 17 de agosto de 1884, foi duas vezes Prefeito de Rio Claro: de 22/12/1921 a 11/07/1924; e de 28/07/1924 a 25/10/1930. Foi na sua gestão que se deu, em 29 de janeiro 1925, a anexação das Escolas Reunidas de São Vicente e do Bairro do Quilombo, criando-se o 3º Grupo Escolar de Rio Claro.



Ivo Reseck



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto

Conforme biografia escrita pelo historiador Oscar de Arruda Penteadó, seu irmão, Irineu Penteadó diplomou-se em Farmácia pela Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, em 1905. Trabalhou inicialmente na “Farmácia Rio-clarense” de João Evangelista Maciel. Dois anos depois comprou a “Farmácia Aurora” em Analândia – antes denominada Anápolis – que pertencia a Rio Claro, tendo residido ali até 1911, quando também foi vereador pela cidade. Voltou a Rio Claro para ocupar – se da “Farmácia Penteadó”, onde permaneceu até 1925.

A convite do Coronel Marcello Schmidt, ingressou no Partido Republicano Histórico, fazendo parte do seu diretório de 1924 a 1930. Voltou a ser vereador de 1916 a 1929. Em 15 de janeiro de 1922 foi empossado como Prefeito, tendo já exercido o cargo deixado por Esperidião Prado como Vice-prefeito em exercício, desde 22 de dezembro de 1921. Deixou a Prefeitura em 25 de outubro de 1930 quando da Revolução de 1930. Durante o Movimento Constitucionalista de 1932, foi o presidente da Junta de Alistamento de Voluntários. Faleceu em Rio Claro em 25 de dezembro de 1935.

Em 1998, o prédio passou a abrigar o Núcleo Regional de Tec-

nologia Educacional (NRTE), jurisdicionado à Diretoria de Ensino da região de Limeira, passando a funcionar como polo de capacitação pedagógica, atendendo professores de 87 escolas estaduais provenientes de 10 municípios da região: Artur Nogueira, Cordeirópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Ipeúna, Iracemápolis, Jaguariúna, Rio Claro, Santa Gertrudes e Limeira.

Referências Bibliográficas

- Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. **Agenda Rio-Clarense, 2012**
- ABREU, Daniela Cristina Lopes de. As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro - São Paulo (1889-1920). Tese de Doutorado, Faculdade de Educação/USP. São Paulo: 2013.
- CAMPOS, Maria Teresa de Arruda. **ACIRC, 90 anos de história**: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro - SP: 1922-2012. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012.
- SELINGARDI, Jr Anselmo Ap. A “Pharmacia Penteadó” e o Casarão da Família Negreiros. **Revista do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro**, nº13, p. 50-52, junho. 2014.
- PENTEADEO, Oscar de Arruda. **Vultos da História Rioclarense** (Resumos Biográficos). Franciscana, Piracicaba - SP: 1977.
- CONDEPHAAT disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210vgnVCM1000002e03c80aRCRD&id=18dc27064a737410vgnVCM1000008936c80a_____> acesso em: 29 jan. 2015

Residência da Família Bilac e Instituto Comercial de Rio Claro

Atual: Sem uso

Endereço: Rua 2, nº 1041 e Rua 3, 1046, Zona Central

Tipologia: Edifício institucional, dois pavimentos, volume retangular, alinhado a calçada

Ordem: Privado

Data de construção: 1921

Área do terreno: 780,00 m²

Área construída: 876,00 m²



Residência dos Bilac

Histórico

O Casarão Azul dos Bilac

Alguém me pergunta sobre o ano em que o casarão Azul, (hoje verde) onde viveram dois dos principais poetas da Cidade, foi construído. Não sei. Ninguém sabe. Infelizmente não há registro histórico. Pelo que ouvia Cida Bilac contar imagino que tenha sido no começo do século passado. O casarão tem detalhes que revelam isto. Lembro-me bem, isto sim, algumas vezes sentado com ela no terraço fronteiro, da visão bucólica do Jardim Público, da paixão que tinha pelo casarão e, em especial, pela torre do lado esquerdo da casa onde tantas vezes subi como se revivesse histórias de escritores realistas para ter vista privilegiada e estar entre livros da Biblioteca do Colégio guardados ali. Neste espaço descobri o universo de

Estilo Arquitetônico: Moderno

Fachada: Ausência de ornamentação; térreo: tijolo à vista, pilastra, marquise, portão, pequeno canteiro, primeiro pavimento: composto por doze janelas idênticas, igualmente distribuídas, possuindo um elemento em concreto armado entre cada janela.

Esquadrias: Metálicas, janelas basculantes, portão de correr.

Cobertura: Platibanda, N águas.

Mérito: Foi uma das escolas importantes do Município de Rio Claro.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos e concreto armado.

Estado de Conservação: Péssimo

Guimarães Rosa e senti fundo a razão de Cida Bilac dizer que amava tanto a cidade, "tanto que impossível fora saber quanto!" Houve transformações internas no casarão Azul dos Bilac, mas jamais Cida Bilac permitiu qualquer intervenção na sua aparência, fazendo dele marco importante na história da Cidade que tem, em seu pai, seu grande poeta e nela o espírito guardião de tanto amor. (José Antônio Carlos David Chagas, professor e jornalista).

Instituto Comercial de Rio Claro foi o nome dado por seu idealizador, o Prof. Arthur Lucchini Bilac, em 03 de maio de 1921.

Sua inauguração se processou no antigo prédio da Sociedade Italiana, onde funcionou até a sua definitiva transferência para o edifício próprio em que se instala, atualmente, com frentes para a Rua 2 e Rua 3, dispondo de 14 confortáveis salas de aulas, secretaria, biblioteca e outras dependências" (ALMEIDA, 1951).

Foram muitas as modificações, construções de sala em sala, mostrando que o prédio crescia conforme era necessário. No Arquivo, são muitas as fichas, a partir de 1943, que registram esse crescimento. Muitos também foram os engenheiros conhecidos e já falecidos responsáveis por esses projetos.



Acervo do APH



Edmar B. de Assis

ICRC

Observações: No térreo existem os brises com elementos pré-moldados de concreto. O edifício apresenta ainda suas características originais; no entanto, está abandonado e depredado, com pichação e janelas quebradas.

A casa da Rua 3 possui em estilo em que o bloco principal e a torre tornam-se antagônicos. En-

quanto a casa pode ser classificada como eclética, a torre remete ao estilo Neoclássico.

As bandeiras triangulares são elementos marcantes da fachada e enfatizados através de outras aberturas como as portas e janelas do sótão.

O telhado em duas águas com beiral realça ainda mais a figura triangular.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Nelson Martins de. **Album de Rio Claro**. Documento Histórico Ilustrativo do Município de Rio Claro. Rio Claro, 1951

CAMPOS, Maria Teresa de A; FERREIRA, Monica B. F. **Agenda Rio-Clarense 2012**. Editora Seta Regional. Rio Claro, novembro 2011

CHRISTOFOLETTI, Midiel. **Bilac completa 83 anos no município de RC**. Diário do Rio Claro. Rio Claro, 6 e 7 junho 2004. Local, p. 11.

SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária**. Rio Claro, 1978

Amigos da família afirmam que as duas primeiras salas de aula construídas nesse terreno ficavam próximas da residência da família que, aos poucos, se foi expandindo em direção à Rua 2, o que é confirmado em Almeida (1951).

O Prof. Arthur Lucchini Bilac ocupou ainda o cargo de secretário do Partido Republicano Paulista e foi Presidente da Câmara Municipal (1939). Escritor e poeta, casou-se com Semiramis Oriçanga Bilac. Faleceu em 1941, deixando um filho e as filhas Maria Aparecida e Terezinha.

A Escola Bilac foi sempre um empreendimento familiar, tanto que as filhas do casal Terezinha Oriçanga Bilac e Maria Aparecida Bilac Jorge cuidaram com desvelo e permaneceram na direção do estabelecimento educacional até o seu fechamento.

Segundo Christofolletti (2004), desde os primeiros tempos o estabelecimento projetou-se pela seriedade do seu ensino, ministrado sempre com o ideal alevantado de contribuir para a formação de técnicos idôneos e eficientes, não só para o ensino profissional, mas também na sua mais perfeita integração com a sociedade.

No dia 16 de agosto de 1964, foi inaugurado no Jardim Público um monumento em homenagem ao educador Arthur Bilac, uma obra do escultor Vilmo Rosada.



Casa D. Cida Bilac, Rua 3 entre Av.1 e 3. Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro, Portão de Entrada e Maternidade

Atual: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro

Endereço: Avenida 15, nº297, entre Ruas 1 e 3, Bairro da Saúde

Tipologia: Edifício sobradado sobre porão, formado por um grande corpo horizontal, dotado de um volume central flanqueado por duas alas simétricas

Ordem: Privado

Data de construção: 1913 a 1922

Área do terreno: 36.307,00 m²

Área construída: 9.156,00 m²



Histórico

A Santa Casa de Misericórdia, foi fundada em 1885, funcionou inicialmente em um terreno, cedido por Francisco de Assis Negreiros, localizado na Rua 2 com a Avenida 3, onde fica a quadra esportiva do Grupo Ginástico Rioclarense. Uma das preocupações para a criação do hospital era cuidar e conter as epidemias vindas do porto de Santos, trazidas pelos imigrantes que desembarcavam nas vias férreas do município. A entidade católica baseou-se nos moldes da primeira Misericórdia fundada no mundo, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, Portugal.

Até essa época, o Município contava com hospitais de isolamento mantidos pela Prefeitura Municipal e pela Irmandade São Roque.

A Santa Casa chegou a receber D. Pedro II em 1886: "Sua majestade percorrendo todas Enfermarias e mais commodos do Estabelecimento, mostrou-se muito contente, e achando em boa condições o estado da Caza" (ARQUIVO, p 9, 1985). Ainda em 1886, foi aceita uma proposta da Viscondessa do Rio Claro

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: O edifício possui fachada simétrica, composta por um conjunto de duas partes laterais junto com o volume central. Os volumes laterais se constituem basicamente por um porão com aberturas retangulares, sobre ele encontra-se um conjunto composto por três pares de janelas cuja divisão de cada par é feita por três pilastras simples, desprovidas de capitel, que atingem o topo da platibanda, de modo que esta repousa sobre uma cornija. Em cada extremidade das alas laterais, há um volume retangular sobressalente, que possui uma composição formada por um par de grandes janelas com verga em arco pleno, duas pilastras que flanqueiam essas janelas, uma pequena porta retangular e um frontão triangular que está no centro de todo este volume. A ala central é dotada de um pórtico sustentado por duas colunas, que está conectado a duas rampas de acesso, uma em cada extremidade. Essa ala possui em seu nível intermediário, um portal retangular simples que é ladeado por janelas retangulares, que detêm em seu topo um pequeno frontão ornamental de formato triangular. O nível superior possui quatro janelas, cujas vergas são em arco pleno e um frontão triangular dotado de um tímpano ornamentado, embasado por uma platibanda com cornija.

Esquadrias: venezianas de madeira sobrepostas a janelas envidraçadas de abrir sem bandeira e janelas também venezianas de madeira e também sobrepostas a janelas envidraçadas de abrir, de modo que este segundo

de dotar a Santa Casa de uma nova Capela. O edifício passou por reformas em 1887: "abertura do óculo nas paredes, na parte baixa, para melhorar a ventilação; calefação do assoalho da casa; remoção do papel das paredes das enfermarias, (...)" (ARQUIVO, p 9, 1985), e em dezembro daquele ano foi inaugurada a nova Capela. Em 1894, foi discutido pela Mesa sobre tomar providências para ampliar o edifício do Hospital.

Em 1913, foi comunicado o assentamento da primeira pedra do novo edifício da Santa Casa. O terreno em frente às obras do novo Hospital foi doado por Miguel Arcanjo Rinaldi, cuja área estava destinada a um parque.

Em 1922, foi inaugurado o novo edifício, sem que estivessem ainda concluídas todas as dependências projetadas; por conta disso, os doentes só foram transferidos para o novo hospital no



tipo de janela possui bandeiras em arco pleno, com chave decorada.

Cobertura: Telhas francesas

Mérito: Edifício de significativa relevância histórica e arquitetônica para a cidade, sendo que por tal motivo, é considerado um dos grandes exemplares arquitetônicos de sua época.

Estado de Conservação: Bom

Observações: A Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro é uma descendente direta da primeira Santa

Casa de Misericórdia, inaugurada em Lisboa, em 1498, criada pela então rainha portuguesa D. Leonor de Lencastre, viúva do rei D. João II, em parceria com Frei Miguel Contreiras. Algum tempo depois, no ano de 1539, instala-se em Olinda a primeira Santa Casa de Misericórdia do Brasil, sendo a responsável por perpetuar por todo o país, incluindo a cidade de Rio Claro, um modelo de hospital caritativo e, posteriormente, filantrópico, destinado à população desprovida de grandes recursos financeiros.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

ano seguinte.

Ao lado do antigo edifício, com projeto de Andreas Schmitt, em 1887, a Viscondessa de Rio Claro mandara construir uma capela consagrada à Nossa Senhora da Conceição. Após a inauguração do novo prédio da Santa Casa, houve a benção para a nova capela em 18 de dezembro de 1922 (ABIB, 1978, p.340).

Não se pode deixar de registrar o trabalho das "freiras", irmãs de caridade, que cuidavam da limpeza, da cozinha e das salas cirúrgicas por aquelas que tinham formação profissional para auxiliar o trabalho do cirurgião.

Por muitos anos a gestão da Santa Casa contou com o provedor Raphael Raya, que verificava zelosamente pelo bom andamento da Santa Casa.

Hoje, o Pavilhão Raya Júnior homenageia seu filho primogênito, que o sucedeu, trabalhando com igual competência e carinho. Embora seja uma instituição privada, é filantrópica, ou seja, não tem fins lucrativos, o que a credencia para o atendimento gratuito aos pacientes através do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2015, a Santa Casa completou 130 anos de trabalhos em prol da saúde pública da cidade e microrregião.

O portão localizado na entrada da Santa Casa foi retirado do Jardim Público em 1922. Ele era um marco da Câmara Municipal, na época a estrutura de governança da cidade. O arco foi colocado na entrada da Santa Casa, uma parte do gradil constitui os portões da Loja Maçônica Estrela do Rio Claro, outra parte foi para a Igreja Luterana e o restante foi vendido a particulares.

Maternidade Antiga/Clinica São Lucas

Atual: : Clínica São Lucas
Endereço: Rua 3, nº 375 entre ruas avenidas 15 e 19
 Bairro da Saúde
Tipologia: Edifício institucional recuado, com topografia plana, de volume retangular com porão
Ordem: Público
Data de construção: 1930
Área do terreno: 36.307,00 m²
Área construída: 78,00 m²

Estilo Arquitetônico: Eclética

Fachada: Simétrica, composta por quatro janelas com verga, acima de cada janela uma cornija. A entrada feita pelo meio é composta por uma escadaria central e duas rampas laterais. Portela com verga reta. Na platibanda, na parte central os escritos, em alto relevo, Clínica São Lucas. Possui também frontão triangular.

Esquadrias: Porta de madeira almofada com duas folhas, bandeira envidraçada. Janelas venezianas com duas folhas escuras.

Cobertura: Duas águas, telhas de capa e canal.

Mérito: Valor histórico para o município

Técnicas construtivas: Estrutura e paredes em alvenaria de tijolos, revestimento com reboco, piso cerâmico.

Estado de Conservação: Bom



Maternidade Antiga



Acervo do APH

Clínica São Lucas

Observações: As extremidades foram alteradas, acrescentando uma janela metálica basculante.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Histórico

O prédio da Clínica São Lucas foi um dos pavilhões que a Santa Casa construiu, quando se transferiu para o atual edifício. Desde 1905, havia discussões da Mesa para a construção de um pavilhão para tuberculosos, devido ao grande número de casos que existiam na época, contudo o projeto foi adiado por não ter recursos suficientes.

Em 1923, foi lançada a pedra fundamental da obra do pavilhão, confiada ao construtor Aquiles Stancati, sendo inaugurado em 1930 com a benção do Bispo Diocesano. O prédio, porém, não chegou a ser utilizado até março de 1934, quando uma Comissão de senhoras propôs a transformação do edifício em maternidade.

Por decisão unânime da mesa administrativa em 1943, a Maternidade da Santa Casa recebeu o nome de "Maternidade Rio Claro", dando-se a sua inauguração no ano seguinte.

Em 1957 foi realizada uma cerimônia de lançamento da pedra fundamental do novo prédio da Maternidade, inaugurado em 1965.

Em 1969, o Pronto Socorro Municipal e o Ambulatório Médico Municipal do Departamento da Promoção Social, e uma ala de clínica médica da Santa Casa de Misericórdia passaram a funcionar neste prédio.



Acervo do APH

Referências Bibliográficas

ARQUIVO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. Crônica da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro. Rio Claro, 1985, 59 p.

ABIB, Jamil Nassif. *Subsídios para a História das Instituições Religiosas em Rio Claro*. MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO "AMADOR BUENO DA VEIGA" SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Rio Claro Sesquicentenária*. Rio Claro, 1978, 376 p.

<http://www.diariodorioclaro.com.br/product.asp?pid=19553>

Jornal Cidade. *Santa Casa completa 130 anos*. Rio Claro, 28 março 2015, p. B-11.

<http://www.santacasaderioclaro.com.br/quemsomos.htm>



Clínica São Lucas, ex-maternidade, Rua 3 nº Av. 17. Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto

Igreja Matriz de São João Batista

Endereço: Rua 6, nº 950 Entre Avenidas 3 e 5

Tipologia: Edifício institucional de planta cruciforme e com duas longas torres

Ordem: Privado Religioso

Data de construção: 1926

Área do terreno: 5.005,00 m²

Área construída: 1.272,00 m²

Histórico

O primeiro ato religioso que ocorreu em Rio Claro foi a missa rezada pelo Padre Delfino, quando era Sesmaria de Francisco de Costa Alves. O Padre permaneceu na Sesmaria de Costa Alves, mas, por insistência dos habitantes do arraial, transferiu-se para o povoado, pois seus moradores desejavam ter o padre e uma capela perto de suas casas. Atendendo ao pedido dos cidadãos, o sacerdote, auxiliado pelos moradores do local, levantaram uma capela provisória, feita de taipa e coberta de sapé.

Foi a primeira Matriz de Rio Claro – erguida onde funcionou a Delegacia de Ensino – na Avenida 3 no canto da Rua 7. Na pequena capela, onde mal cabiam os fiéis nos domingos e dias santos, permaneceu o Padre Delfino ministrando os Sacramentos, à espera da construção de uma Igreja maior.

Em 1827, houve a elevação do povoado à hierarquia de “Capela Curada”. Como Capela Curada, havia necessidade de uma nova e definitiva Igreja. Com o auxílio da Sociedade do Bem Comum, com o dinheiro das vendas dos terrenos doados pelo Capitão Manoel Paes de Arruda – com o auxílio do Governador da Província que indicou o carpinteiro Manoel Rodrigues Sampaio, ergueu-se no próprio local onde se situa a atual Matriz, construída com paredes de barro socado e madeira lavrada com o sineiro ao lado.

O Padre Delfino mudou-se da Capela para a nova Igreja, ainda inacabada, em 1828. Esta foi a segunda Matriz de Rio Claro, e serviu seus fiéis por quarenta anos. Foi demolida pelo cônego Flaminio Álvares Machado de Vasconcellos, em 1869. No seu lugar o sacerdote ergueu um moderno Templo, de dois corpos, um coro e duas torres — gastaram-se nove anos na sua construção. Enquanto durou sua edificação, os ofícios religiosos da Igreja de São João Batista, passaram a ser realizados na Igreja Boa Morte, que funcionou como Matriz de Rio Claro até 1877.

Em 1912, a terceira Matriz começou a ser demolida pelo Cônego Francisco Botti. Demoliram-se primeiramente os fundos, levantando-se no lugar o segundo corpo da Matriz atual de Rio

Estilo Arquitetônico: Neorromânico

Fachada: O edifício possui fachada simétrica, constituída por duas grandes torres separadas por uma seção centralizada. O nível inferior da fachada apresenta um marcante portal românico, que possui, em cada um de seus lados, um grupo composto por três janelas, razoavelmente altas e visivelmente estreitas. Além disso, o nível inferior da fachada ainda possui duas janelas com verga em arco pleno, localizadas nas extremidades. Logo acima deles, uma cornija que se torna arqueada no espaço que envolve o portal de modo, que este trecho arqueado ostenta uma delicada ornamentação em alto-relevo. Acima dessa composição descrita, um conjunto de cinco janelas, sendo que cada conjunto é dotado de duas janelas em arco pleno, um óculo, três pilastras sem ornamentação e um grande arco pleno em alto relevo, coroando toda esta composição. A janela central é ladeada por duas pilastras, com base, fuste com caneluras e ca-

Claro e, assim, sucessivamente, até a completa demolição em 1917. A nova igreja foi erguida com auxílio do povo e do Conde Matarazzo, de quem o Cônego era particular amigo.

No entanto, a planta original sofreu diversas alterações. Diminuíram a altura do prédio, em consequência do que foi suprimido o abaulamento do forro que passou a ser retilíneo, suprimiram-se também as escadarias de acesso. A construção durou quatorze anos, iniciada em 1912 e terminada e sagrada pelo Bispo Diocesano D. Francisco de Campos Barreto, em 1926.

A Igreja Matriz tornou-se uma referência de valor para a cidade. Suas duas missas pela manhã, às 6 e 7 horas, recebia as senhoras donas de casa, diariamente, que queriam começar santamente os seus dias de trabalho familiar. Aos domingos, missas às 9 horas, às 11 e às 18 horas, todas concorridas.

Suas procissões eram famosas, às quais os fiéis acorriam em massa, seguindo e rezando por quarteirões a fio, dando volta em todo o centro da cidade, até retornar à Matriz, sempre acompanhadas pela Banda de Música, seus componentes ostentando uniformes de gala. Nas calçadas, o povo que não acompanhava andando nas filas, prestava homenagem assistindo e descobrindo-se (era o tempo dos chapéus) à passagem de cada santo nos ombros dos fiéis.



Fachada, Igreja Matriz de São João Batista
Acervo do APH



Acervo do APH

pitel florido, sustentando um arco pleno, nesse arco uma ornamentação em alto-relevo. Ainda no centro do corpo, acima da janela existe uma rosácea. Este corpo termina com uma volumosa cornija triangular, que embasa uma icônica escultura sacra do padroeiro. Nesse nível do edifício é contornado por uma lesena. As torres, que nessa construção são visualmente marcantes, possuem um formato predominantemente retangular, com exceção do trecho mais alto que possui um forma-

to octogonal e é coroado.

Cobertura: Telha de capa e canal em duas águas.
Mérito: Grande valor histórico e arquitetônico para o Município.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos e concreto armado.

Estado de Conservação: Bom

Observações: Esse edifício é a terceira matriz construída em Rio Claro e sua estátua do Padroeiro foi feita na Bahia.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Luiz C. Ramassotti



Luiz C. Ramassotti

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Maria Teresa de Arruda. **Acir, 90 anos de história:** Associação Comercial e Industrial de Rio Claro – SP: 1922-2012. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012.
PENTEADO, Oscar de Arruda. **Rio Claro:** Coletânea Histórica. Piracicaba: Franciscana, 1977.



Matriz S. J. Batista. Artista: Sebastião Emydio Moura. Acrilex s/ madeira. 2013

Seminário Claretiano

Atual: Centro Educacional Claretiano
Endereço: Avenida Santo Antônio Maria Claret, nº 1724
Tipologia: Edifício institucional apresenta volume retangular com três pavimentos sobre porão
Ordem: Privado
Data da construção: Entre 1928 e 1929
Área do terreno: 46.055,43 m²
Área construída: 10.764,00 m²

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: O primeiro nível da fachada é composto por uma varanda, dois portais de estilo romano, sendo o portal direito a entrada para uma capela. Do lado esquerdo, existem duas grandes janelas em verga com arco pleno. O segundo nível da fachada também é composto por uma varanda, sustentada por sei colunas de formato retangulares, um portal com verga em arco abatido que, em cada lado, possui um par de grandes janelas em verga com arco pleno. No último nível da fachada há ainda, cinco grandes janelas em verga, sendo que a janela central tem uma largura maior e abaixo dela, em alto relevo, lê-se "Colégio Claret". As laterais da fachada são compostas por uma pilastra seguida por uma fina cornija com entablamento com alguns ornamentos, que no centro do trecho fazem uma volta em arco pleno e abaixo desse arco um brasão em alto relevo.

Esquadrarias: Porta de madeira de duas folhas, bandeira também de madeira, janelas basculantes metálicas envidraçadas.



Acervo do APH



Acervo do APH

Cobertura: O edifício é composto por três volumes retangulares, sendo que na fachada e vista posterior possuem quedas de duas águas e o volume central possui telhado com quatro águas.
Mérito: Edifício construído na primeira metade do século XX, possui grande valor histórico arquitetônico para o Município.

Técnicas Construtivas: Alvenaria

Estado de Conservação: Bom

Observações: Analisando fotos foi possível perceber que o edifício passou por algumas alterações com o passar do tempo, sendo alteradas as esquadrias e o portal do segundo pavimento.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Histórico

Antônio Maria Claret nasceu no dia 23 de dezembro de 1807, em Sallent, Catalunha, Espanha. Em 16 de julho de 1849, na cidade espanhola de Vic, na Catalunha, fundou, com mais cinco amigos sacerdotes, a Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, cujos membros são conhecidos como Missionários Claretianos. Antônio Maria Claret faleceu em 24 de outubro de 1870 e foi beatificado no ano de 1937, sendo canonizado no dia 7 de maio de 1950.

De acordo com Contiero e Lorenzetti (2011, p. 47), os Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, conhecidos como Missionários Claretianos, marcam presença em Rio Claro e região, desde 1929, e são conhecidos pelo intenso trabalho desenvolvido na área educativa.

Para divulgar a Revista Ave-Maria, os Claretianos, no Brasil desde 1899, foram informados da oferta de uma chácara na cidade de Rio Claro. A chácara, chamada Paraíso, era considerada imensa: 26 alqueires, com gado, plantações de laranja e banana e água abundante. No dia 11 de abril de 1929, após



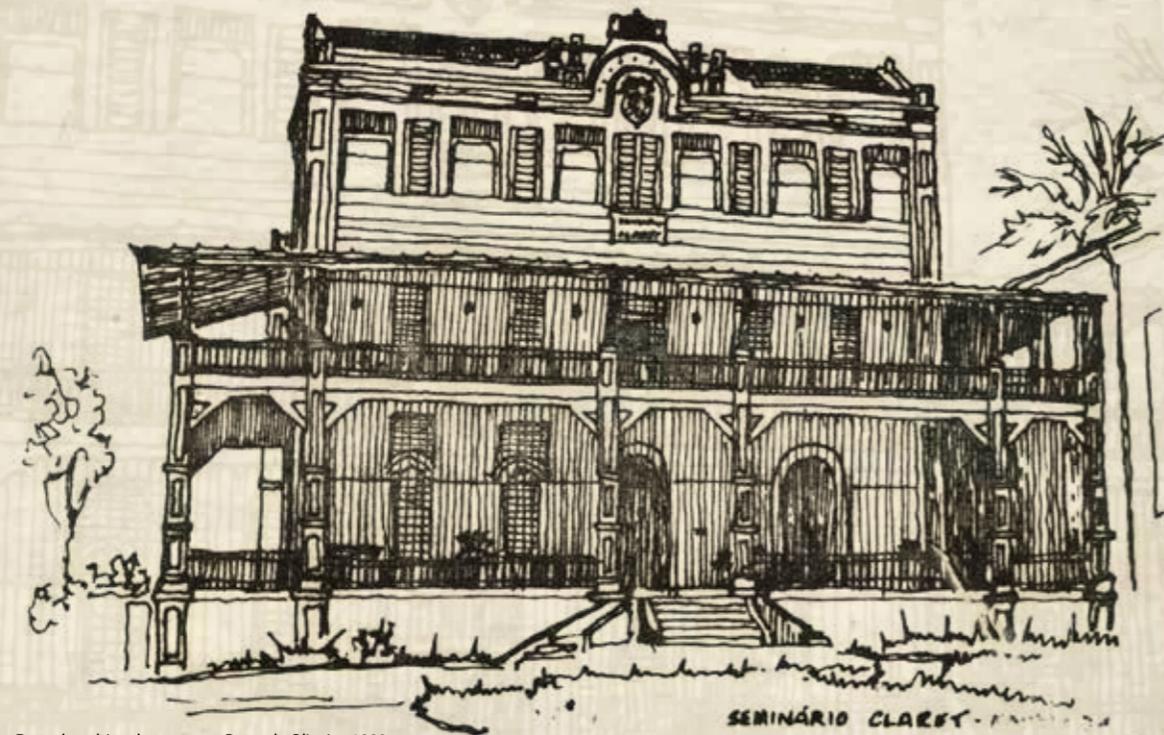
Acervo do APH

Colégio dos Padres Claret, Rio Claro



Acervo do APH

Claretianas 1998



Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira. 1989

terem adquirido a propriedade, os Missionários Claretianos transferiram alunos e professores do Colégio Guarulhense para as novas instalações na cidade de Rio Claro, mais precisamente para o edifício que estava ainda em fase final de construção, no interior da antiga Chácara Paraíso. (CONTIERO e LORENZETTI, 2011, pp. 49 e 50)

Contiero e Lorenzetti (2011, p. 50) explicam que, em decorrência do estilo do edifício, bem como pela beleza natural da chácara, as instalações da Comunidade tornaram-se um dos pontos mais belos da cidade. No dia 13 do mês de abril, ocorreu a instalação canônica da Comunidade, que recebeu o nome oficial de "Escholasticado Claret".

O edifício, construído entre os anos de 1928 e 1929, e tornou-se pequeno para abrigar a grande quantidade de postulantes que buscavam o ingresso na Congregação, fato que provocou a primeira obra de expansão da comunidade, iniciada no dia 24 de fevereiro de 1936 e que perdurou até 1939.

A Congregação Claretiana manteve seu centro formativo na cidade de Rio Claro até meados dos anos noventa. Em suas dependências na cidade, funcionou o Seminário Menor e, em diversos momentos alternados, o Seminário Maior da Congregação (curso livre de Filosofia). Ao mesmo tempo, durante todo esse período, os sacerdotes auxiliavam os párocos

de toda a região. (CONTIERO e LORENZETTI, 2011, p. 50)

As atividades educacionais na Unidade de Rio Claro tiveram início com a Sociedade Rioclarense de Ensino Superior, fundada em setembro de 1971, Hoje o Centro Educacional Claretiano abrange aproximadamente trinta cursos superiores, o Colégio Claretiano, o polo de Educação a Distância, a TV Claret, além da Faculdade da Terceira Idade". (CONTIERO e LORENZETTI, 2011, p. 50)



Acervo do APH



Wellington M. L. da Silva

Faculdade Claretianas

Referências Bibliográficas

CONTIERO, Tiago Tadeu; LORENZETTI, Brás. **Os Claretianos em Rio Claro**. Revista do Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro, nº 7, junho/2011.

Institucional: **Claretiano – Faculdade**. Disponível em: <<http://claretianorc.com.br/institucional/>> Acesso em: 21 janeiro 2015.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

Missionários Claretianos. Disponível em: <<http://claretianorc.com.br/p/institucional/missionarios-claretianos/>> Acesso em: 21 janeiro 2015.



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto

Fábrica Matarazzo

Atual: Shopping Center Rio Claro

Endereço: Avenida Conde Francisco Matarazzo Júnior, nº 205

Tipologia: Edifício recuado composto por três grandes volumes horizontais

Ordem: Privado

Data de construção: 1933

Área do terreno: 46.711,00 m²

Área construída: 18.237,00 m²

Estilo Arquitetônico: Industrial

Fachada: A fachada da antiga fábrica foi praticamente preservada, os dois grandes volumes que compõem a fachada são dotados de grandes janelas com verga reta.

Esquadrias: Vitrôs bandeira, portal com porta metálica de enrolar.

Cobertura: Duas águas, telhas de capa e canal.

Mérito: Valor histórico e arquitetônico para o Município.

Técnicas construtivas: Alvenaria de Tijolos.

Estado de Conservação: Satisfatório

Observações: O Jardim construído no seu interior,



Imagem de 1899



Acervo do APH

por Burle Marx, foi retirado para dar espaço a uma grande praça de alimentação.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado, Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior.

Histórico

O grande conjunto arquitetônico da antiga Indústria Têxtil Matarazzo, começou a ser construído em 1933, para sediar uma unidade de produção de seda da "Sociedade Anônima Indústria de Seda Nacional", de Campinas. De acordo com Selingardi-Sampaio e Custódio (1995, p. 27), "a ela a administração municipal concedeu isenção, por 20 anos, de todos os impostos de âmbito local e ainda um subsídio financeiro".

Antes que começasse a funcionar, contudo, tal instalação foi vendida às Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (grande grupo empresarial paulistano), que a inaugurou em 1939. A fábrica foi a primeira grande empregadora de mão de obra feminina. O grupo Matarazzo manteve-se em atividade até o início da década de 1980, quando foi comprado pela Cia. Nacional de Estamparias (Cianê), pertencente ao grupo Severino Pereira, com sede em Sorocaba, que operou a fábrica até a década de 1990, momento em que suas máquinas foram levadas para outra unidade industrial, permanecendo o prédio imponente, apenas testemunhando seu passado.

Segundo Selingardi-Sampaio (1987, pp. 42-43), as causas da retração da indústria têxtil em Rio Claro foram, em síntese: falta de algumas etapas da cadeia técnica da produção têxtil, falta de infraestrutura local de apoio e concorrência estabelecida pelo centro têxtil de Americana, o maior do Estado. Conforme Araújo (2009, p. 12), o fechamento da indústria têxtil no início da década de 1990 acarretou demissões de mão de obra especializada como tecelões, mestres e contramestres, operários, o abandono da área produtiva, e o prédio tornou-se um brownfield (entrevé) no espaço urbano e necessitando, portanto, ser revalorizado. Araújo

(2009, p. 19) afirma ainda que propriedades industriais (terrenos e/ou instalações) ou ligadas às antigas atividades primárias e terciárias transformam-se em brownfields espaciais porque perdem sua antiga função por vários motivos, e assim permanecem, até que sejam feitas várias intervenções para torná-las aptas a receber novas funções. Isso ocorreu anos mais tarde quando suas instalações, então reformadas, foram refuncionalizadas com a instalação do Shopping Center Rio Claro.

A construção do Shopping de Rio Claro tornou-se tangível através de um projeto que, em alguns momentos, parecia visionário. Ao entrar em contato com a família possuidora do prédio, logo houve interesse do grupo empresarial Portland Paraíso de entrar junto no negócio que se delineava como um Shopping Center.

Após as devidas apresentações de intenções houve uma consulta realizada pelo grupo Portland Paraíso para as Lojas Americanas que apresentaram um estudo de viabilidade, comprovando as possibilidades de mercado na cidade de Rio Claro, que entrariam, assim, como sócios minoritários. A sociedade ficou constituída com cotas majoritárias da empresa Portland Paraíso, além das Lojas Americanas (Imobiliária São Carlos) e Itaipu Participações (Família Hussni e Lunardi) como sócios minoritários. Uma área de 5.000 metros quadrados foi comprada pela família Hussni com a intenção de fazer um hotel anexo ao Shopping.

No contrato de constituição do Shopping, havia mais entu-

siasmo das lojas que tinham experiência em outros shoppings fora da cidade do que das lojas situadas em Rio Claro e que, tradicionalmente, atuavam no comércio de rua.

O prédio foi totalmente reformado e adequado às necessidades que, naquele momento, se apresentavam. Porém, um ponto era comum, manter a fachada que lembrava as antigas tecelagens que ali funcionaram, valorizando a tradição. Uma nova modalidade de comércio nascia conservando o velho estilo fabril.

Quando foi inaugurado, em 19 de outubro de 1995, apresentou-se como um Shopping realmente pitoresco. Apresentava toda a modernidade esperada de um Shopping, dentro de um clima que trazia sutilmente traços do passado. Os jardins projetados e executados por Burle Marx apresentavam-se deslumbrantes. Atualmente os jardins foram transformados em espaço para ampliação da praça de alimentação, perdendo-se o trabalho daquele famoso paisagista.

O Shopping Center Rio Claro, em sua construção, deu um novo destino ao imóvel da antiga fábrica de tecido Matarazzo. No projeto, foram preservados dois prédios históricos, para manter a antiga linguagem das fábricas e também pelo vínculo histórico que possui com a cidade, conservando, assim, a memória de um estabelecimento industrial que ainda vive no imaginário de muitos moradores.



Acervo do APH

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Thais Helena Buzzato de. **A (re)funcionalização de formas urbanas:** estudos sobre o Shopping Center Rio Claro. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio Claro: UNESP, 2009.
- CAMPOS, Maria Teresa de Arruda. **Acirc, 90 anos de história:** Associação Comercial e Industrial de Rio Claro – SP: 1922-2012. Rio Claro: Divisa Editora & Artes Gráficas, 2012.
- HUMMEL, Carla. **A memória do trabalho merece ser preservada.** Revista do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. N. 05, 2010, p. 5.
- KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- SELINGARDI-SAMPAIO, Sílvia; CRUZ, Raquel de Almeida Prado. **Estrutura, processo, espaço e política local: quatro faces da industrialização de Rio Claro-SP, no período 1980-1990.** In: Geografia, Rio Claro, v. 17(2), pp. 27-44, 1992.
- SELINGARDI-SAMPAIO, Sílvia. **A industrialização de Rio Claro.** Contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no Estado de São Paulo. Geografia, Rio Claro, v. 12 (24): 1-60, outubro/1987.
- SELINGARDI-SAMPAIO, Sílvia; CUSTÓDIO, Denise Leonardo. **Teoria e prática de políticas industriais: o exemplo de Rio Claro, S.P.** Geografia, Rio Claro, v. 20(1): 5-46, abril/1995.

Grupo Escolar Municipal "Barão de Piracicaba"

Atual: Escola Estadual Barão de Piracicaba
Endereço: Rua 8, nº 2.699, Santana
Tipologia: Edifício institucional, isolado, térreo com volume retangular
Ordem: Público
Data de construção: 1935
Área do terreno: 3.015,00 m²
Área construída: 914,00 m²

Estilo Arquitetônico: Há elementos sutis de Art Déco
Fachada: Jardim, marquise, porta de entrada com gradil de ferro.
Esquadrias: Basculantes metálicas com gradil de ferro.
Cobertura: Telhas de capa e canal
Mérito: Foi uma das escolas importantes do Município de Rio Claro.
Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.
Estado de Conservação: Regular
Observações: A marquise é o elemento preponderante que denota a classificação como Art Deco



Acervo do APH



Acervo do APH

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado, Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior

Histórico

A escola Barão de Piracicaba foi o primeiro Grupo Escolar Municipal de Rio Claro. Conforme Abreu (2013) destaca, em 1908, o vereador Zulmiro Ferraz de Campos, de Rio Claro, protocolou uma indicação à Câmara Municipal, solicitando a organização de um Grupo Escolar Municipal, considerando que, no Grupo, a educação primária poderia acontecer de forma mais efetiva.

Indicação

Considerando que existem na cidade quatro escolas públicas municipais isoladas, mas que é hoje público e notório que a instrução primária tem dados melhores resultados quando as escolas são reunidas ou em forma de Grupo;

Considerando que existe na cidade prédio escolar de propriedade do Estado onde já funcionam três dessas escolas, e que esse prédio oferece todas as comodidades necessárias para que nele possa funcionar todas as escolas em forma de grupo;

Considerando mais que, pouco deseja em argumentar na reunião das ditas escolas. Indico que a Câmara autorize o intendente a estabelecer o Grupo Escolar Municipal com o nome do benemérito "Barão de Piracicaba", abaixo para isso o crédito necessário.

Rio Claro, 06 de janeiro de 1908.

Zulmiro Ferraz Campos.

A indicação foi aprovada pela Câmara Municipal e o Grupo Escolar Municipal "Barão de Piracicaba", criado pela Lei 67/1908, reuniu as quatro escolas isoladas municipais em um único espaço. Cabe ressaltar que essas escolas isoladas estavam localizadas na área central da cidade e que muitas outras reivindicações por escolas provinham da zona rural. Os abaixo-assinados e pedidos aos governantes por escolas indicam que a oferta do Governo Estadual não era suficiente para atender à demanda de crianças em idade escolar.

De acordo com Abreu (2013), Antonio Paes de Barros, o 1º Barão de Piracicaba, que foi um dos fundadores da cidade de Rio Claro, doou o terreno para a construção da Igreja Matriz e outras quadras para a formação da área urbana da cidade. Foi fazendeiro e homenageado pela cidade com a criação, em 1908, do Grupo Escolar Municipal, que recebeu seu nome.

Quando foi fundada, a escola era composta por 4 classes, sendo dois primeiros anos masculinos, um primeiro ano feminino e um 2º ano misto. Funcionou em um prédio provisório, depois passou para o prédio do Grupo Escolar Marcello Schmidt e, somente em 1960, instalou-se no prédio que ocupa até hoje. O primeiro diretor que esteve à frente da escola, foi José Quirino Ribeiro e as primeiras professoras nomeadas foram: Josephina Pedrazzi, Elisa Camargo, Maria Gomes Pinto e Sílvia Rehder.

O prédio chegou a ser escolhido para abrigar inicialmente a

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Segundo Buschinelli (1988, p. 39), como natural, o edifício que fora projetado e vinha sendo construído para servir a Grupo Escolar teria que sofrer muitas modificações para ser utilizado como sede de uma Faculdade. Todavia, a empresa que vinha efetivando a construção não concordou com que o projeto fosse modificado e efetivou a construção até seu final dentro do projeto inicialmente estabelecido. Assim, recebido o edifício, a pedido do Diretor da Faculdade, a Prefeitura se propôs às demolições e à necessária reconstrução, que atendessem às novas exigências. Foram mudadas muitas paredes, abertas diversas janelas, organizados gabinetes, construídos os laboratórios, ampliado o galpão

existente, dando-se ao edifício condições de abrigar a Faculdade projetada.

Assim, a Escola Barão de Piracicaba continua na sua missão de ensinar cidadania e educação escolar aos alunos que a procuram.

Referências Bibliográficas

ABREU, Daniela Cristina Lopes de. **As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro** - São Paulo (1889-1920). Tese de Doutorado, Faculdade de Educação/USP. São Paulo: 2013.

Barão de Piracicaba exemplo de ensino. Diário do Rio Claro. Rio Claro, 11 junho 2005. Local, p. 8. Autor desconhecido.

BUSCHINELLI, Antonio. **Subsídios para a história do ensino superior oficial em Rio Claro.** Rio Claro: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1988.

CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. **Agenda Rio-Clarense 2012.** Editora Seta Regional. Rio Claro, 2011.

SANTANA, J. R. **Contexto sócio-econômico para a história da educação em Rio Claro.**



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto

Residência da Família Fontes

Atual: Prédio do Colégio Puríssimo Coração de Maria

Endereço: Avenida 3, nº 598 Esquina da Rua 7

Tipologia: Edifício sobrado isolado com volume retangular e planta assimétrica

Ordem: Privado

Data de construção: Primeira metade do século XX

Área do terreno: 1.206 m²

Área construída: 432 m²

Histórico

O sobrado foi construído no início do século XX pelo Dr. Alfredo José Fontes, conceituado advogado da época. Em meados de 1937, passou a residir na casa, juntamente com sua esposa D. Ida Penazzi e demais familiares. Ali, o Dr. Alfredo Fontes, sua mulher e sua sogra, D. Carmela, italiana de nascença, viveram por longos anos. Por sua localização e presença, foi o "quartel general" da primeira campanha de Ulysses Guimarães, sobrinho do Dr. Alfredo.

Depois da morte do Dr. Alfredo, a casa foi vendida para a família Vitti que a manteve por um tempo, e em 2009 foi adquirido pelo Colégio Puríssimo Coração de Maria.

Foi mantida a fachada original da casa sendo alterado apenas seu interior para adaptar a sua nova função.

Prédio com motivos decorativos típicos da época colonial. No pavimento térreo, na fachada principal tem uma varanda

Estilo Arquitetônico: Neocolonial

Fachada: O edifício possui varanda sustentada por quatro pilastras retangulares. Dotada de duas janelas estilizadas, e um portal com verga reta. O segundo pavimento é composto por uma sacada com balaustrada ladeada por volutas, com portal com verga reta em arco pleno composto por uma decoração em azulejo que lembra ornamentos no estilo barroco. Do lado direito, há uma janela com volume retângulas, estilizada. Por fim, um frontão cimbrado em estilo Barroco.

Esquadrias: Porta principal em verga reta de ferro envidraçada; Porta da sacada, em arco pleno, de madeira com veneziana de seis folhas, bandeira metálica envidraçada. Janelas com formas variadas metálicas envidraçadas.

suspensa de frente para o jardim, cuja laje é usada no andar superior como sacada com balaústres e ornamentos em volutas.

Sua cor original era vinho, com as molduras em branco, como se vê na foto. A tinta, feita com o pigmento vinho misturado ao leite, inédito na época, nunca desbotou nem precisou de quaisquer retoques, tendo permanecido sempre com sua cor original.

Popularmente a casa é conhecida como Casa do Ulysses, notável rio-clarense que era presente na casa do tio.



Roberto Franzoni



Gilberto de Campos Nogueira

Cobertura: Duas águas (telha cerâmica), tipo capa e canal.

Mérito: Grande valor arquitetônico e histórico para o município.

Técnicas construtivas: Alvenaria estrutural, tijolos, pintura tipo caiada cores clara azul e branca, azulejo na fachada.

Estado de Conservação: Bom

Observações: O edifício não tem mais a função de residência, passando por alterações internas para abrigar sua nova função: secretaria e direção da Escola Puríssimo Coração de Maria.

Está localizada próxima ao Fórum, Igreja Matriz e Casarão da Cultura, fazendo canto com a Praça da Liberdade.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Katia Guidotti



Acervo do APH



Casarão de Rio Claro. Artista: José F. Pensado. Aquarela. 2011

Referências Bibliográficas

ARQUIVO INTERMEDIÁRIO

Inventário realizado por alunos do 7º período de 2014 e 5º período de 2015 da Faculdade ASSER.

LIBERATI, Angela Inês. **Ulysses Guimarães:** pessoal – intransferível. Editora Boreal – Birigui, SP: Boreal Editora, 2008.

SELINGARDI, Jr Anselmo Ap. **Exemplos que arrastem...** Diário do Rio Claro. Rio Claro, 8 de maio de 2006, p.7.

Cine Excelsior

Atual: Lojas Americanas (térreo) e restaurante (pavimento superior); Sorveteria

Endereço: Rua 4, nº 1129 Entre Avenidas 1 e 2

Tipologia: Edifício com três pavimentos destinados à realização de festas; bar; restaurante; e até apartamentos. Alinhado com a calçada

Ordem: Privado

Data de construção: 1938

Área do terreno: 1.738 m²

Área construída: 1.494 m²



Acervo do APH

Cine Excelsior

Histórico

O Cine Excelsior, um dos empreendimentos de Antônio Padula Netto (Nico), construído pelos irmãos Medina, foi inaugurado em 16 de abril de 1938, contando com a presença do Prefeito Municipal, autoridades locais e público para os quais foram abertos os portões. Construído na administração do Prefeito Francisco Penteado Júnior, uma lei municipal incentivava empresas particulares a investir em teatro, cinema, clube ou hotel, beneficiando-as com subvenções e isenções de impostos.

Nico Padula, pai de cinco filhos, era um alfaiate, quando decidiu abrir seu primeiro cinema, o Cine Excelsior, em 1938. A família chegou a ter 27 salas de cinema em toda região. Em Rio Claro, o Cine Excelsior, o Cine Teatro Variedades e o Tabajara. Com a entrada dos anos 90, os cinemas foram acabando. O Tabajara foi fechado em 1992 e o Excelsior foi o último a ser fechado.

Das centenas de shows realizados por grandes "Companhias de Revista", trazidas pelo diretor da Empresa Cinematográfica (Antônio Padula Netto incentivou sobremaneira o teatro amador rio-clarense), destacam-se João Rios, Procópio Ferreira, Rosima Rimini (jovem cantora favorita de Getúlio Vargas), Walter D'Avila, Colé (Brotos em 3ª Dimensão), Lyson Gaster, Barreto Filho e, principalmente, Dalva de Oliveira (a Rainha da Voz), em agosto

Estilo Arquitetônico: Art Déco

Fachada: Edifício livre de ornamentação, composto por formas retangulares. Possui três entradas, sacadas que avançam ao Jardim Público, onde no segundo nível apresenta uma sacada contínua, no terceiro nível apresenta três sacadas com duas janelas em cada. A fachada possui quatro pilastras nas extremidades e entre uma sacada.

Esquadrias: Portas de entrada metálicas com vergas retas envidraçadas; portas de saídas do cinema madeira maciça almofada; janelas metálicas envidraçadas.

Mérito: Valor histórico e arquitetônico.

Técnicas construtivas: Concreto armado.

Estado de Conservação: Satisfatório

Observações: Atualmente o edifício Excelsior passa por precária preservação..



Acervo do APH



Ivo Reseck

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

de 1954.

Registre-se que a Câmara Municipal se instalou nas dependências do Excelsior, em março de 1957, permanecendo até março de 1958.

O amplo salão de entrada abrigava concorrida sorveteria, com seu famoso "sorvete de ovos".

O Cine Excelsior possuía todas as características dos cinemas modernos, desde as suas oitocentas poltronas de encosto côncavo e a rampa em declínio em direção à tela. O aparelho de projeção e de amplificação era da marca Zeisslkon, destacado como dos mais perfeitos. Ao redor, vinte frisas de alvenaria e madeira. No "Pullman"(ou balcão), trezentas confortáveis acomodações, com poltronas numeradas. Tapeçaria, cortinas e iluminação indireta impecáveis, embelezavam o interior. A sala de espetáculos era disposta com exatores que renovavam o ar mantendo a temperatura ambiente muito agradável. A decoração dos espaçosos banheiros realçava com a iluminação das bonitas arandelas. Possuía exatores o que tornava a temperatura controlada. Possuía saídas de emergência nas laterais e iluminação suficiente.

O Cine Excelsior I fechou suas portas em 3 de julho de 1997 e o Excelsior II em 30 de outubro de 1997. A última exibição foi às 21 horas, com portas abertas ao público, do filme 'Nirvana', com Christopher Lambert.

Em julho de 2010, o prédio passou por reforma geral para receber as Lojas Americanas e em sua calçada foi conservado o nome original.



Acervo do APH

Cine Excelsior à noite



Acervo do APH

Inauguração do Cine Excelsior

Referências Bibliográficas

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

Cine Excelsior: marcou a história de RC. Diário do Rio Claro. Rio Claro, 17 fevereiro 2005. Local, p. 13.

Guilherme, Vivian. <http://www.jornalcidade.net/rio-claro-noticias/?cat3=103531>. Disponível em 01.09.2015.

Maternidade Sant'Ana

Atual: Hospital UNIMED - Unidade II - Evangélico

Endereço: Rua 8 nº 2066, Santana

Tipologia: Edifício assobradado hospitalar

Ordem: Privado

Data de construção: Década de 1920



Histórico

Na década de 1930, foi fundado o Hospital e a Maternidade Sant'Ana que contou, no início, com a participação de José Pimentel de Oliveira e possuía dez leitos para enfermaria e doze apartamentos. Participaram do seu corpo clínico nesse início, além dos fundadores, os médicos Drs. Waldemar Bianchi e Djalma Troncoso.

Desde 1926, o coronel Joaquim Ribeiro organizara o Instituto Joaquim Ribeiro com o intuito de fundar escolas e cuidar da assistência social da cidade e, em 1950, estudava a possibilidade da fundação de um ambulatório médico para atender os necessitados. Com a ampliação dessa ideia, comprou o Hospital Sant'Ana, na década de 1930, e mudou seu nome para Hospital Evangélico Cel. Joaquim Ribeiro, inaugurado em 21 de julho de 1951. Como diretores, respondiam o Cel. Joaquim Ribeiro, Helvécio Gouvea, Reverendo José Carlos Nogueira, Reverendo Paschoal Luiz Pitta, o médico Eurico Ribeiro dos Santos, Antônio Lopes, Silvino Ribeiro dos Santos, Emílio e Gustavo Stein.

Estilo Arquitetônico: Art Déco

Fachada: Com elementos do Art Déco e marquise, além de elementos predominantemente verticais.

Esquadrias: Metálicas.

Cobertura: Telhas de barro e fibrocimento

Mérito: Exemplo de edificação voltada à saúde.

Técnicas construtivas: Alvenaria e concreto armado.

Estado de Conservação: Bom.

Observações: Provavelmente as venezianas originais eram em madeiras e foram substituídas pelas atuais em ferro. O acesso principal foi suprimido com a construção de parede com janela e um jardim frontal.



Pesquisa: Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior

Referências Bibliográficas

ABIB, Jamill. SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesqui-centenária**. Rio Claro, 1978.



Aeroporto "Adhemar de Barros"

Atual: Aeroclubes

Endereço: Avenida Presidente Kennedy, nº 601, Jardim Quitandinha

Tipologia: Conjunto de edifícios formado por hangares e administração

Ordem: Público

Data de construção: 07/10/1939

Estilo Arquitetônico: Modernista

Fachada: O edifício administrativo composto por volume único possui acesso avarandado com aberturas em arco e janelas em metal e vidro em toda a sua fachada.

Esquadrias: Em metal e vidro com algumas venezianas em madeira.

Cobertura: Estrutura de madeira com telhas de barro e estrutura e telhas metálicas.

Mérito: Valor histórico na aviação civil em Rio Claro.

Técnicas construtivas: Alvenaria em tijolos, concreto armado e estrutura metálicas.

Estado de Conservação: Razoável

Observações: A cobertura da torre de comandos



Aeroporto Adhemar de Barros
Acervo do APH



Aeroporto Adhemar de Barros
Acervo do APH

envidraçada e a torre propriamente dita ganham destaque do conjunto pelo seu estilo modernista tanto na concepção quanto no seu formato que permite uma visão de quase que 360 graus. O

prédio administrativo possui infraestrutura razoável que comporta os eventos realizados pelo Aeroclubes.

Pesquisa: Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior

Histórico

De acordo com Selingardi Jr. (2011, p. 14), o movimento para a construção do Aeroporto de Rio Claro, denominado "Adhemar de Barros", teve início na década de 30, tendo à frente os irmãos Scarpa. À época, o Prefeito de Rio Claro, Dr. Francisco Penteadado Júnior, construiu um Campo de Aviação em área Municipal de quase sete alqueires, onde ainda hoje se encontra.

Ainda segundo Selingardi Jr. (2011, p. 15), em 22 de agosto de 1938, o Prefeito Francisco Penteadado Jr. criou a Escola Municipal de Aviação (EMA), destinada à formação de pilotos. Já o Estatuto do Aeroclubes de Rio Claro foi publicado no Diário Oficial, em 27 de maio de 1939.

Oficialmente, o Aeroporto Municipal foi inaugurado pelo Intendente Federal Adhemar de Barros, em 7 de outubro de 1939. (SELINGARDI JR., 2011).

Conforme Selingardi Jr. (2011, p. 16), em 1950, criou-se em Rio Claro o primeiro curso de paraquedismo do interior Paulista; em 22 de julho de 1950, ocorreu o primeiro salto noturno sobre terra, feito que registrou o nome de Rio Claro em jornais do mundo. A partir de 1967, foi incorporado um Curso de Formação de Instrutores – CFI que formou numerosos instrutores de voo, atuantes em aeroclubes de todo o país.

Atualmente, do conjunto arquitetônico original do Aeroclubes, relevante patrimônio histórico rio-clarense, destacam-se a Torre de Controle; da bela cúpula envidraçada, recentemente restaurada e o prédio da "Estação de Passageiros", que exhibe placa comemorativa datada de 1949. (SELINGARDI JR., 2011).



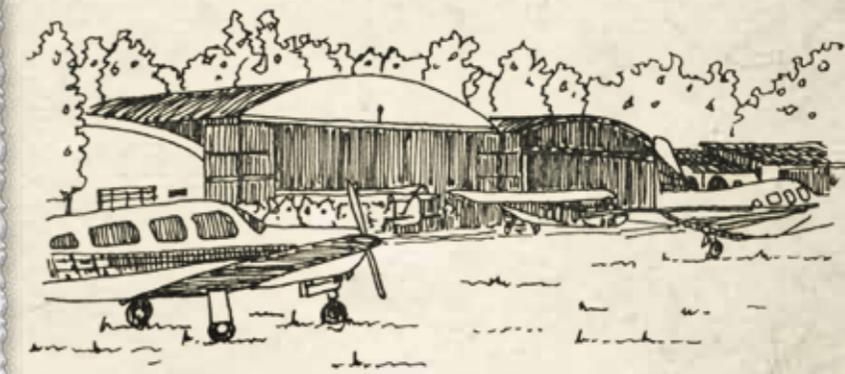
Aeroporto Adhemar de Barros
Acervo do APH



Aeroporto Adhemar de Barros
Acervo do APH

Referências Bibliográficas

SELINGARDI JR., Anselmo Ap. Aeroclubes: Completa setenta e dois anos de existência na mesma data em que se comemora a fundação de Rio Claro. *Revista do Arquivo*, nº 7 junho 2011.



AEROPORTO DR. ADEMAR DE BARROS - HANGARÉS

Desenho a bico de pena, por Percy de Oliveira. 1989



Sociedade Feminina de Instrução e Caridade Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado

Atual: Casa de Nossa Senhora

Endereço: Rua 2, esquina da Avenida 14, Centro

Tipologia: Edifício maciço composto por alojamentos com Capela em anexo

Ordem: Privado Religioso



Estilo Arquitetônico: Decó e Art Nouveau

Fachada: As janelas são preponderantes, criando um elemento de repetição. São adornadas com argamassa de cimento destacando os caixilhos.

É perceptível a troca das janelas originais por venezianas de ferro.

No nível superior, há uma cornija e logo acima dela encontra-se ainda uma platibanda tripartida.

Esquadrias: Metal e vidro na edificação principal e porta de madeira na capela.

Cobertura: Telhas de barro.

Mérito: Preservação necessária.

Técnicas construtivas: Alvenaria estrutural e concreto armado.



Acervo APH



Acervo APH

Estado de Conservação: Bom

Observações: O retorno das janelas originais devolveria a fidelidade histórica do conjunto. Capela com elementos modernistas, apresenta pilares e vigas triangulares em concreto armado sendo a nave principal no formato retangular.

Pesquisa: Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior

Histórico

A Casa de Nossa Senhora foi fundada em 11 de fevereiro de 1939. É considerado um dos patrimônios históricos do nosso município de Rio Claro. Sua formação deu-se com a congregação das Irmãs Maria Jesus Crucificado, contando no início com seis irmãs integrantes.

O prédio ainda preserva suas características físicas do passado, com chão de mosaico, porão e móveis antigos restaurados e conservados. Existe um dispensário antigo, junto ao porão, onde são armazenados mantimentos para as obras sociais, principalmente com a população mais necessitada. Sua faixa externa continua a mesma, recebendo apenas uma pintura para a conservação, segundo as irmãs que residem no local.



Imagem da internet



Ivo Reseck

Racionalismo Cristão

Atual: Racionalismo Cristão

Endereço: Rua 3, nº617, Esquina da Avenida 11

Tipologia: Edifício assobradado, formado por uma planta e volume predominantemente retangular

Ordem: Privado Religioso

Data de construção: 1943

Área do terreno: 851,93 m²

Área construída: 232,96 m²

C. Redentor Racion. Cristão



Acervo do APH

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: Fachada simétrica, composta por duas escadarias laterais idênticas que chegam à sacada do primeiro pavimento. Possui em seu nível inferior um pequeno pátio, e no fundo dele fica uma entrada em arco abatido, sustentado por dois pilotis e um portal de madeira. Um dos elementos mais característicos da fachada é um portal, localizado na sacada do primeiro pavimento, com verga em arco pleno com arquivolta, que ostenta em sua superfície um frontão.

Dois grandes janelas com verga em arco pleno, logo acima seguindo o caimento do telhado uma cornija dotada de uma faixa em relevo vertical em forma de arco pleno.

Esquadrias: Porta de quatro folhas almofadas de madeira, bandeira de ferro envidraçada em arco pleno. Janelas basculantes com bandeira de ferro, ambas envidraçadas.

Cobertura: Duas águas, telha capa e canal.

Histórico

Fundada em Rio Claro, em 18 de novembro de 1934, sob o comando do comerciante José Alves da Cunha, a filial cresceu e, em outubro de 1943, ergueu prédio próprio, cuja obra é assinada pelo engenheiro Augusto Schmidt Filho. A edificação é um dos marcos arquitetônicos da cidade e figura entre os imóveis mais antigos do município.

Muito importante para a expansão da doutrina, a filial de Rio Claro teve participação ativa no crescimento do Racionalismo Cristão. Na inauguração da nova sede, estiveram presentes grandes nomes da doutrina, incluindo o presidente perpétuo do Racionalismo Cristão, Antônio do Nascimento Cottas. Vale lembrar a importante participação do rio-clarense Humberto Romanelli no desenvolvimento da filosofia, pois atuou brilhantemente como secretário da filosofia na Capital.

Com uma importante participação na história do racionalismo, a casa passou a ser referência, por ser a primeira filial da doutrina na região, chegando a receber inúmeros ônibus com visitantes de cidades vizinhas. Em 2014, a filial completou 80 anos de existência.



Acervo do APH

Racionalismo Cristão

Mérito: Valor histórico e arquitetônico do Município.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Bom

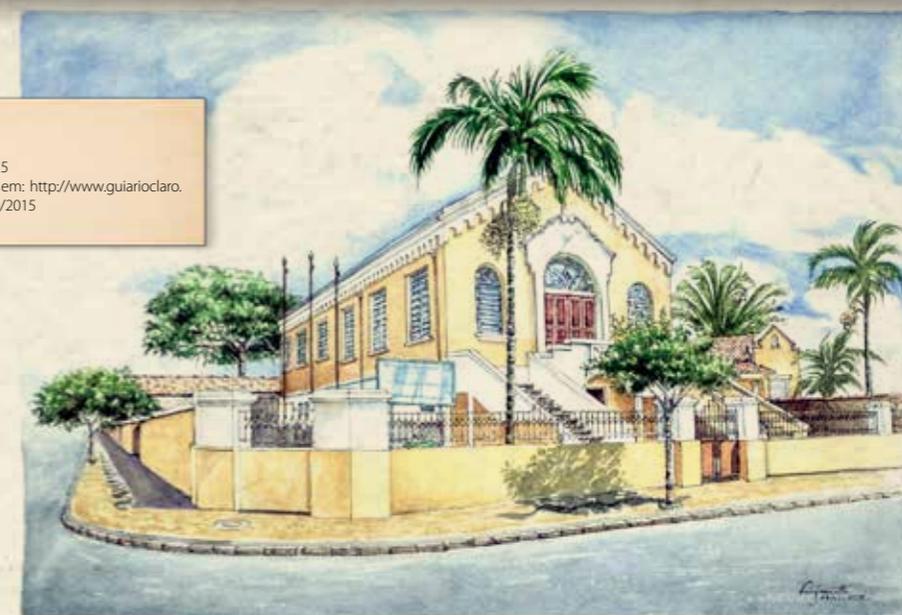
Observações: Atualmente o edifício Excelsior passa por precária preservação.

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Referências Bibliográficas

<http://racionalismocristao.org/rioclaro/ acesso em 04.09.2015>

Racionalismo Cristão: 80 anos em Rio Claro. Disponível em: <http://www.guiarioclaro.com.br/materia.htm?serial=206005052>; acessado em 01/09/2015



Racionalismo Cristão - Rua 3 nº 617, esq. Av. 11

Colégio Alem

Atual: Organização Escolar Alem

Endereço: Avenida 6, nº 536, Entre Ruas 6 e 7

Tipologia: Edifício de esquina, chanfrado, assobradado, dotado por dois volumes, alinhado à calçada de volume retangular, com porão

Ordem: Privado

Data de construção: 1949

Área do terreno: 2.366,00 m²

Área construída: 2.632,00 m²



Edmar B. de Assis

Histórico

O Colégio Alem, que começou em 1944, como Instituto de Educação Física e Preparatórios, fundado pelos professores Mário Alem, Felícia Alem, Michel Antônio Alem e Maria Vitória Alem Jorge, teve sua sede na antiga Sociedade Italiana de Rio Claro, onde hoje é o Paço Municipal. No final de 1945, foi cedido o salão de festas da Sociedade Italiana, que foi dividido em quatro salas de aula, ao mesmo tempo em que se preparava o processo de autorização para o início do Curso Comercial Básico, da Escola Comercial Alem (ECA).

Em 1946, foi criado o Curso Comercial Básico do Alem. E em 1948, foi autorizado a funcionar o curso ginasial diurno e noturno. Somente em 1949, adquiriu sede própria, onde se mantém até os dias atuais.

Estilo Arquitetônico: Modernista

Fachada: O primeiro volume do edifício, localizado na esquina, é o que mais se destaca por apresentar janela em fita. O segundo volume é composto por um conjunto assimétrico de janelas, nele se destaca a portela com verga em arco abatido.

Esquadrias: Vitrôs basculantes, portão de ferro fundido com ornamentos, e uma epigrafe de ferro fundido com o nome da escola.

Cobertura: Telhas de capa e canal.

Mérito: Valor histórico para o município.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Bom

Em 1952, foi criado o Curso de Contabilidade, em 1964 o Curso de Química Industrial e, em 1973, o de Eletrônica. Em 1975, iniciaram-se os cursos de 1º e 2º grau e em 2000, foi oferecido para os rio-clarenses o Curso de Técnico de Processamento de Dados. Pela Lei Municipal nº 1769, de 24 de setembro de 1982, a Organização Escolar Alem, mantenedora da Escola Alem de 1º e 2º graus, foi declarada de "Utilidade Pública Municipal", pelos relevantes serviços prestados à causa da Educação.

Com a ampliação da escola, foram sendo adquiridos outros prédios e terrenos. Hoje, a Escola conta com 22 salas de aula, 04 laboratórios, Biblioteca, anfiteatro com capacidade para 400 pessoas, central de áudio e vídeo, 2 salas de projeção, sala de direção, sala de Coordenação, sala de professores, 2 salas de matrícula, sala de fotocópias, Secretaria, Sala de arquivo morto, instalações sanitárias, inclusive adaptadas para educação infantil, quadra de esportes, pátio interno, pátio externo, cantina e parque infantil, além de salas de apoio.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; FERREIRA, Monica C. B. Frandi. **Agenda Rio-Clarenses 2012**. Editora Seta Regional, 2012.

Diário do Rio Claro. **Colégio Alem completa 58 anos em RC**. 13 e 14 junho 2004, p. 3.



Acervo do APH

Organização Escolar Alem



Edmar B. de Assis

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Edmar B. de Assis



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto

Residência da Família Vilmo Rosada

Atual: Residência da Família Vilmo Rosada

Endereço: Avenida 5 entre ruas 8 e 9, Centro

Tipologia: Casa térrea com porão

Ordem: Privado

Data de construção: 1944

Fachada: Reúne elementos de vários estilos arquitetônicos de forma ousada e coerente que valem destaque como a laje sinuosa moderna e elaborada em concreto armado; as colunas torsa com base e capitel em estilo dórico grego; o portão de entrada, a porta social e a esquadria em curva que remetem ao estilo Art Nouveau

Esquadrias: Madeira, vidro e metal.

Mérito: Valor arquitetônico e artístico.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos e concreto armado.

Estado de Conservação: Bom

Observações: O artista expressa seu conhecimento na concepção da fachada de sua residência misturando elementos arquitetônicos de estilos e épocas distintas trazendo um resultado inusitado.



Acervo do APH



Acervo do APH

Pesquisa: Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior.

Histórico

Essa é a primeira casa onde viveu o escultor italo-brasileiro, Vilmo Rosada na cidade de Rio Claro, quando se casou com Belmira Mônaco. A data constante da ficha do imóvel, no Arquivo é de 1944. Em sua parte externa, encontram-se preservados na parede lateral e frontal, duas esculturas de soldados romanos no período da guerra, feitas pelo próprio escultor, reacendendo a inspiração pelos traços arquitetônicos greco-romanos desse extraordinário artista. Na sala da residência ainda se encontram esculpidos na parede, Nossa Senhora e Jesus Cristo, feitos também pelo próprio Rosada. E próximo à mesa de jantar, um maravilhoso cenário da Santa Ceia, talhado e esculpido na parede, que exprime sua total admiração pela arte sacra. Os familiares que ainda residem no local, guardam as ferramentas de trabalho que eram utilizadas pelo patriarca.

Para entender o que é a residência de Vilmo Rosada, registramos aqui as palavras de José dos Santos Ferro, publicada em jornal local, com o título "Um Santuário de Arte", infelizmente sem data e sem o nome do periódico.

Vilmo Rosada definitivamente fixado em nossa terra não construiu apenas uma casa. Ele levantou, inspirado e prático, um santuário de arte, casando o clássico ao aerodinâmico, ligando, no estilo, duas épocas distanciadas por milênios, extraindo de civilizações diferentes, a expressão que encanta e a utilidade e que beneficia e se coaduna às múltiplas exigências da vida moderna.

Sua residência-estúdio à 5, entre ruas 8 e 9, é um primor de originalidade e serventia, ferindo a sensibilidade do observador sujeito às reações que o Belo produz. Nem exageros, nem lacunas, mas o preciso dentro de estilizações meticulosamente dosadas, o bastante pronunciadas para a cola, para traçar novos rumos à arquitetura de Rio Claro. É uma revolução no capítulo das construções desta cidade, uma revolução sem excessos, criando sem destruir, prodigalizando exemplos, convidando à renovação que a urbe reclama para assumir uma feição distinta e peculiar, tal como ocorre nas cidades que progridem sem deixar de conservar um caráter próprio, que as distingue das demais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Nelson Martins de. **Álbum de Rio Claro**. Documento Histórico Ilustrativo do Município de Rio Claro. Rio Claro, 1951

CAMPOS, Maria Teresa de A; FERREIRA, Monica B. F. **Agenda Rio-Clarense 2012**. Editora Seta Regional. Rio Claro, novembro 2011

CHRISTOFOLETTI, Midiel. **Bilac completa 83 anos no município de RC**. Diário do Rio Claro. Rio Claro, 6 e 7 junho 2004. Local, p. 11.

SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária**. Rio Claro, 1978



Acervo do APH



Cinema Tabajara

Atual: Comércio Casa & Vida

Endereço: Avenida 22, nº186 Esquina com a Rua 1

Tipologia: Edifício de esquina

Área do terreno: 2.990,00 m²

Área construída: 1.793,00 m²

Fachada: Em concreto armado, sustentada por pilotis, no centro da fachada apresenta uma "fita" de tijolos, abaixo da fita um letreiro escrito "TABAJARA" e acima um tipo de luminária de LED composta por dois coqueiros. Platibanda cimbrada.

Esquadrias: Valor histórico para o Município de Rio Claro.

Mérito: Valor histórico para o Município de Rio Claro.

Técnicas construtivas: Concreto armado.

Observações: O edifício passou por diversas descaracterizações: o edifício foi alinhado a calçada, o letreiro foi substituído por outro, a fita em tijolos coberta.



Acervo do APH



Edmar B. de Assis

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Histórico

O Cine Tabajara, localizado na Rua 1 com Avenida 22, foi um dos empreendimentos de Antônio Padula Netto (Nico). A família Padula chegou a ter 27 salas de cinema em nossa região.

Inaugurado no final de 1950, o Tabajara é um dos símbolos de uma época em que a grande tela despertava sonhos e carregava admiração. O Cine Tabajara também ficou popularizado por exibir, durante anos, filmes de conteúdo erótico, entre outros, em sua grade de programação final.

O Tabajara foi o sétimo cinema do Município, construído pela família Padula, com tradição no ramo. Marco Antonio, filho mais velho de Nico, era engenheiro e foi o responsável pela construção e reforma de todos os cinemas da família. A obra inteira do Tabajara foi elaborada por ele. "Comecei a desenhar o Tabajara em 1948, tentei fazer algo moderno que continuasse atual por muitos anos", acrescentou. O prédio levou dois anos para ficar pronto.

O Tabajara tinha lugar para mil pessoas, sentadas, com uma tela de 15 por 6 metros. A projeção funcionava primeiramente com arco voltaico de carvão, depois passou para gerador. No início, os filmes eram em preto e branco, passando o colorido. O público do cinema era fiel, em dias da semana mais da metade do salão estava cheio, e às quintas, sábados e domingos ficava completamente lotado. Pode parecer estranho o cinema estar

cheio às quintas-feiras, mas Marco explica, "havia a sessão das moças, com exibição de filmes românticos e mais apropriados para moças. E aí, não sei por que, os moços também iam atrás", brinca. Domingo de manhã era dia de matinê para as crianças e na quarta-feira sessão cultural para escolas.

Marco conta que o filme mais assistido no Tabajara foi "E o Vento Levou" com Clark Gable e Vivien Leigh.

No início, a ideia para o nome do cinema que seria implantado era Cine Aparecida. Na época, um jornal promoveu uma enquete com a população, pedindo sugestões para o nome. Tabajara foi uma delas, e então, escolhida pela família. Tabajara é um nome indígena. Na época em que o cinema foi construído, a Vila Aparecida, que hoje é região central da cidade, era apagada, com poucos moradores. O Tabajara foi o ponto de início de desenvolvimento do bairro. "O cinema trouxe a população de toda a cidade para o bairro, teve um ganho social muito grande", diz Marco. Além da sala de cinema, o Tabajara tinha uma área e de 600 metros quadrados para convívio social, com lanchonete, sorveteria, bar, café. "Era um ponto de encontro para a sociedade local".

Atualmente, o prédio do cinema abriga a Loja Casa & Vida. Marco disse que, por anos, a família teve a esperança de o lo-



Edmar B. de Assis



Edmar B. de Assis

cal ser encampado pela Prefeitura e se tornar um teatro, mas a deterioração do imóvel fez com que a família tomasse uma decisão." (GUILHERME, 2008)

Logo após ser fechado em 1992, foi utilizado pela Escola de Samba Grasifs para realização de shows, nos quais podemos destacar as presenças de Osvaldinho da Cuica e Clementina de Jesus.

Referências Bibliográficas

Guilherme, Vivian. <http://maosaiunojournal.blogspot.com.br/2008/10/rua-1.html>. Disponível em 01.09.2015

Instituto Joaquim Ribeiro

Atual: Escola Estadual Joaquim Ribeiro

Endereço: Rua 6 c/ Avs. 13 e 15. Centro

Tipologia: Edifício composto por três volumes sendo o central um auditório e os laterais reservados ao ensino

Ordem: Público

Estilo Arquitetônico: Eclético

Fachada: Simétrica com os três volumes definidos.

Cobertura: Telhas de barro

Esquadrias: Metal e vidro.

Mérito: Permanece com sua função original voltado ao ensino.

Técnicas Construtivas: Alvenaria estrutural

Observações: O pórtico principal e as varandas laterais compostos em arcos plenos robustos remetem ao estilo romano. Elementos circulares na fachada com função de janelas

Estado De Conservação: Bom



Escola Estadual Joaquim Ribeiro



Acervo do APH

Pesquisa: Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior

Histórico

O Instituto "Joaquim Ribeiro", fundado em 1926, teve à frente o Coronel Joaquim Ribeiro dos Santos (presbítero; jornalista, educador e fazendeiro de café) e sua esposa, D. Augusta Balbina de Lima.

Funcionou no casarão do Barão e Baronesa de Dourado, transformado, hoje, no Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga".

O Ginásio passou à Prefeitura Municipal em setembro de 1927, sendo anexado o curso primário ao término do exercício de 1935.

Em 1937, na administração do Prefeito Humberto Cartolano, ao casarão da avenida dois, esquina da rua sete, denominou-se Ginásio Municipal "Joaquim Ribeiro". A transação, de valor simbólico, custou apenas sessenta contos ao cofre público, pagáveis em seis prestações anuais.

De 1940 a 1950, embora ocupando o mesmo prédio, esteve sob direção do Estado, criando-se o Colégio, acrescido dos cursos Clássico e Científico (1943); e Normal (1947).

Na administração do Prefeito Dr. Sólon de Mendonça Rego Barros, meados de 1945, o Interventor Fernando Costa lançou a pedra fundamental do suntuoso edifício construído em quadra inteira, na rua seis, entre avenidas treze e quinze.

Oficialmente, o prédio do Colégio Estadual e Escola Normal

"Joaquim Ribeiro" foi inaugurado em 8 de outubro de 1949 pelo Governador Adhemar de Barros.

As festividades realizadas pelo Prefeito Benedicto Pires Joly foram prestigiadas pela população rio-clarense.

Muito embora inacabado, necessitando de obras complementares, houve a transferência para as novas instalações, que possuíam até mesmo farmácia escolar. Em março de 1951, as aulas se iniciaram já no prédio novo e no final desse mesmo ano, receberiam ali seus diplomas de normalista, alunos da primeira turma a inaugurar o belo salão nobre que tinha um grande palco e, no segundo andar, um balcão para acomodar os visitantes e participantes de eventos.

Como Diretor, João Batista Leme; Paraninfo; o Prof. Antônio Wiechmann, e Paraninfa religiosa, Profa. Delma Conceição Carchedi. Constituída pelos então formandos: Aroldo Martinho França Hunger, Benedito Ap. Santos Silva, Dilermando Lotti, Domingos A. Cúrcio, Elvio A. Surian, Francisco M. da Fonseca Nevoeiro Sobrinho, José Joaquim Garcia, Mário Marcherpe, Paulo Olivetti, Ruben Ruiz, Alda da C. C. Guimarães, Daisy Pinto Martinelli, Clementina Carelli, Clementina Schmidt, Conceição Ap. Brandt, Creusa Lautenschlaeger Crott, Elze Ruth Hengler, Enótria Dayse Bordin, Erothides Fantinatti, Inair Fabris, Júnia Olivetti, Jurema Cornacchioni, Maria Ap. Ferraz, Maria Antonia Furlan, Maria Dirce de Lima, Maria Jose Pimentel, Maria Luiza

Ribeiro dos Santos, Maria Teresa Couto, Marília Martinelli, Miriam Kerr Muzel, Myriam Therezinha Montesso, Rosária Garcia, Sônia Guarnieri, Theresinha App. Dória Molina, Valderes Paccioli e Wander Pereira Leão.

Cumpra lembrar os famosos concursos para a eleição da Rainha do Colégio e o concorrido baile realizado na "Filarmônica". Daquele ano inaugural, a Rainha dos Estudantes foi Ercillia Cagnin, seguida de Maria Rufini, Lourdes Silva, Neide Stancatti e Marília Marinho.

Falecido em janeiro de 1954, o féretro do Coronel Joaquim Ribeiro, velado na Primeira Igreja Presbiteriana, ao seu traslado para o Cemitério Evangélico, adentrou o "hall" do Colégio, onde o Prof. José Carlos Cardoso proferiu emocionadas palavras.

Em novembro, na cerimônia de inauguração de sua herma, da autoria do escultor Vilmo Rosada (proprietário da renomada Fundação "A Monumental"), discursaram Humberto Aldrovandi Jr. (Presidente da Fundação), Prof. Antônio Buschinelli (em nome dos docentes), Reverendo Renato Ribeiro dos Santos e o Secretário de Governo do Estado, Deputado José Romeiro Pereira, que afirmou ao final: "antes de terminar o meu mandato terei a satisfação de voltar a Rio Claro para dizer que o Colégio Estadual foi transformado em Instituto de Educação..". A parte artística do programa da solenidade coube à Profa. Heloísa L. Marasca, pianista e compositora do Hino da Escola. Na época, gestão

do Prefeito Fausto Santomauro, ocorreu a formação da praça de esportes, em terreno fronteiro ao Colégio, na Avenida 15. Somente em 1957 (Lei n. 3.796 de 6 de fevereiro), na administração do Prefeito Augusto Schmidt Filho, tornou-se o Colégio "Instituto de Educação".

Há que se destacar o grande empenho do então Deputado Estadual Dr. Francisco Scalamandrê Sobrinho nestes trâmites, tendo conseguido, inclusive, verba de oitocentos mil cruzeiros para a Maternidade da Santa Casa local.

Atualmente, o imponente edifício da Escola Estadual "Joaquim Ribeiro", de valor arquitetônico ambiental, principalmente cultural, encontra-se sem manutenção de há muito, necessitando urgentes reparos.

Registre-se que um grande acervo documental, iconográfico e objetos pessoais do ilustre Coronel Joaquim Ribeiro, ficavam expostos no Museu H. P. "Amador Bueno da Veiga", em sala especial, inaugurada em 29 de maio de 1976, lembrado que na Vila Alemã existe uma Avenida que leva seu nome, em justa homenagem.

Referências Bibliográficas:

FONTE DIÁRIO DE RIO CLARO, arquivo histórico da família rioclarense

Caixa Econômica do Estado

Atual: Banco do Brasil

Endereço: Avenida 4, nº 178

Esquina com a Rua 3 - Centro

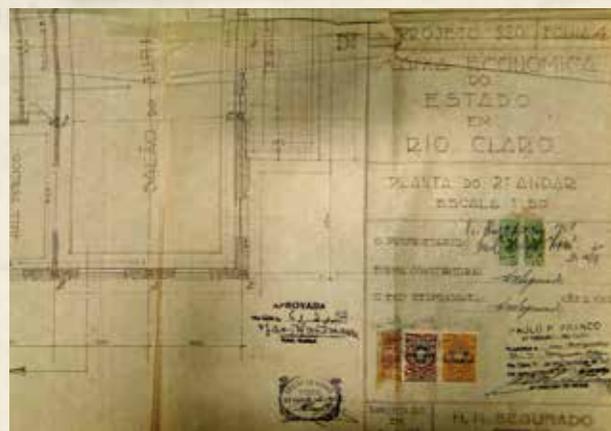
Tipologia: Edifício com três pavimentos com volume retangular

Ordem: Público

Data de construção: 1950

Área do terreno: 667,00 m²

Área construída: 1.005,00 m²



Caixa Econômica do Estado em Rio Claro - Planta do 2º andar

Histórico

A economia cafeeira sofreu com o corte quase total das exportações para a Europa, principal mercado do País, em função da I Guerra Mundial (1914-1918). A recessão provocada pelo conflito ajudou a agitar ainda mais o cenário social, político e, sobretudo, econômico. A instabilidade econômica fez com que os gastos da população fossem efetuados com moderação. A prioridade passou a ser a formação de poupanças.

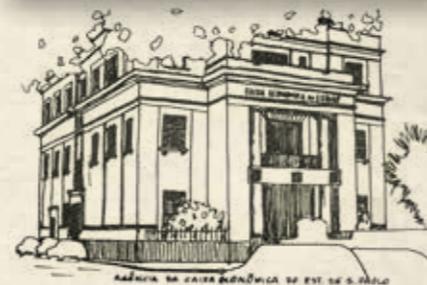
O momento era ideal para a criação das caixas econômicas paulistas, uma iniciativa que não obtivera sucesso em governos anteriores. Em 1892, o governo de Bernardino de Campos, propôs uma lei que autorizava a fundação de Caixas Econômicas no Estado de São Paulo. No entanto, por ser considerada antiquada, foi posteriormente revogada pela Assembleia Legislativa.

Estilo Arquitetônico: Híbrido (classicista e art déco)

Fachada: O edifício possui simetria, a fachada é constituída por dois volumes. O primeiro volume, centralizado composto por duas grandes colunas de fuste liso e capitel que remete ao estilo dórico, pela entrada principal de forma retangular e por uma sacada com gradil de ferro com detalhes em formas geométricas (circunferências, quadrados e losango) sustentada por um discreto consolo. As laterais idênticas são composta por duas grandes janelas, sendo uma em cada pavimento. Acima de tudo isso uma cornija. O terceiro pavimento é dotado de uma grande varanda, composto, também por quatro grandes janelas de formas retangulares e um portal no meio. Logo acima uma platibanda, dotadas de um sutil ornamento nas extremidades.

Esquadrias: Segundo material descritivo do plano de construção: Porta de madeira, imbuia ou cedro, almofadadas. As janelas serão todas em ferro perfilado do tipo de correr ou basculante conforme detalhe".

Cobertura: armadura do telhado de peroba e telhas de tipo Marselha.



Em 30 de dezembro de 1916, o então presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, promulgou a Lei nº 1.544, do Congresso Legislativo, criando as Caixas Econômicas na Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto. Elas foram destinadas a receber pequenos depósitos e estimular a formação de poupanças populares. O Decreto nº 2.765, de 19 de janeiro de 1917, regulamentou a Lei.

No dia 22 de março de 1917, a Caixa Econômica do Estado, na Capital, iniciava suas atividades. Em Rio Claro o banco foi construído entre 1950 e 1951, em área nobre central, na esquina da Avenida 2 com a Rua 4, na frente do Jardim Público, local que movimentado que favorece seus clientes.

Em 2009, foi vendido para o Banco do Brasil, permanecendo, porém, no mesmo local.



Caixa Econômica do Estado

Mérito: Edifício construído na metade do século XX, um dos poucos em seu estilo no município, possui grande valor arquitetônico.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos com argamassa de cal



Luiz Miotto

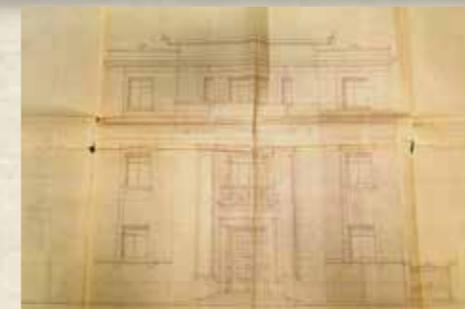
Observações: A porta da entrada principal sofreu alterações.

Estado de Conservação: Bom

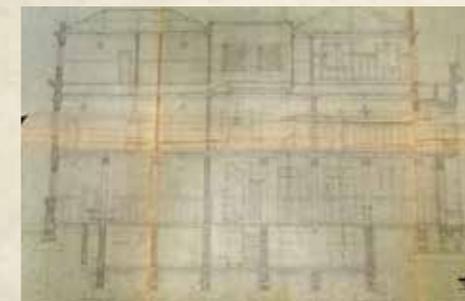
Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Referências Bibliográficas:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa_Caixa



Caixa Econômica do Estado em Rio Claro - fachada - vista frontal



Caixa Econômica do Estado em Rio Claro - corte



Banco do Brasil, ex-Caixa Econômica Estadual Av. 2 esq. Rua 3. Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto

Igreja Nossa Senhora Aparecida

Atual: Igreja Nossa Senhora Aparecida

Ordem: Privado Religioso

Tipologia: Edifício maciço retangular com nave central e campanário externo

Data de construção: 1954

Estilo Arquitetônico: Românico

Fachada: Grande volume avarandado encimado por rosácea e beiral preponderante.

Esquadrias: Em Metal e vidros coloridos.

Cobertura: Estrutura de madeira e telhas de barro em duas águas

Mérito: Preservação do seu estilo e funcionalidade

Técnicas construtivas: Alvenaria estrutural, paredes de tijolos e concreto armado

Observação: O grande maciço formado por sua estrutura e o campanário externo sem ornamentação e poucas janelas em sua fachada definem o estilo românico característico desta construção.

Estado de Conservação: Bom



Acervo do APH



Ivo Reseck

Pesquisa: Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior

Histórico

Em 1918, havia movimentação dos religiosos da cidade para a fundação de uma Irmandade de Nossa Senhora Aparecida, a qual conseguiu aprovação para seus estatutos em 20 de fevereiro de 1919. Ao que parece, após a morte do Monsenhor Botti, que era contra a instalação de uma nova paróquia, o vigário Pe. Antônio Martins da Silva, por Decreto de 20 de junho de 1941, desmembrou o território da Paróquia de São João Batista, criando, assim, uma segunda paróquia na cidade. Essa nova paróquia foi entregue aos cuidados do Pe. Paulo Pastana Smith, em janeiro de 1942. Em 1948 lançaram a pedra fundamental para ereção de uma nova igreja, inicialmente uma capela. (BUCHDID, 1991, p. 14-15) O novo templo, depois de muito esforço da comunidade da paróquia ficou pronto em 1954. A obra de edificação esteve a cargo dos construtores Mário Segala, João Godoy Bueno e como carpinteiro Carlos de Souza. A antiga capela, erigida no início da década de 1940, foi finalmente derrubada em 1972.

Referências Bibliográficas

BUCHDID, José Jorge. *História da Paróquia Nossa Senhora Aparecida*. Rio Claro: s/e, 1991.
SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". *Rio Claro Sesquicentenária*. Rio Claro, 1978.



Ivo Reseck

Pe. Pastana Smith



Ivo Reseck



Acervo do APH

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Atual: UNESP - Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Endereço: Rua 10, nº 2527

Tipologia: Edifício institucional isolado, sobrado, distribuídos por módulos, composto por formas geométricas

Ordem: Privado

Data de construção: 1958

Área do terreno: 8.258,00 m²

Área construída: 3.850 m²

Estilo Arquitetônico: Protomoderno

Fachada: Assimétrica, ornamentação ausente.

Esquadrias: metálicas basculantes.

Cobertura: Duas águas (telha cerâmica), tipo capa e canal.

Mérito: Valor histórico referente ao ensino superior para o Município e região.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Péssimo

Observações: O imóvel atualmente está em posse do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, no entanto, a situação precária continua.



FAFI - Bairro Santana



Camila Cordeiro Cherfen

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Histórico

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (FF-CLRC) foi criada pela Lei Estadual nº 3895, de 7 de junho de 1957, promulgada pelo Governador Jânio Quadros. A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) foi criada pela Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976, como autarquia de regime especial, com a incorporação, entre outras, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Seus Estatutos foram aprovados pelo Decreto nº 9.449, de 20 de janeiro de 1977. Nele ficou definido o "Campus" de Rio Claro como possuindo dois Institutos de Ensino Superior, o Instituto de Biociências e o Instituto de Geo-ciências e Ciências Exatas. Com a nova estrutura estabelecida, o "Campus" passou a ser definido como possuindo a Administração Geral, as Unidades Universitárias e outras Unidades.

Segundo Sant'Ana (2011, p. 28), o pioneirismo de Rio Claro em ter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, antes FAFI e hoje UNESP, mobilizou a vida acadêmica paulista em meados da década de 1950. Valeu de intenso desafio ao governador Jânio Quadros (1955/59) imposto pelos catedráticos da Universidade de São Paulo (USP), com apoio reacionário da União Democrática Nacional (UDN), partido que integrava a elite intelectual e econômica do país. "Interior é para se criar galinhas e não abrigar faculdades e cientistas" alardeavam os contrários à descentralização universitária.

As unidades escolares dispunham de Ensino Médio. Seus

alunos dependiam de alternativas de ensino superior ao final dos cursos. Como as alternativas não existiam, a proposta foi criá-la no próprio município através de uma faculdade estadual. As opções na época eram distantes, faculdades federais ou particulares ou na Capital. (SANT'ANA, 2011, p. 29)

Inicialmente, o prédio escolhido para abrigar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro foi o que estava sendo construído para o Grupo Escolar "Barão de Piracicaba", na Rua 10, entre Avenidas 28 e 30. Segundo Buschinelli (1988, p. 39), "como natural, o edifício que fora projetado e vinha sendo construído para servir a Grupo Escolar teria que sofrer muitas modificações para ser utilizado como sede de uma Faculdade". Todavia, a empresa que vinha efetivando a construção não concordou com e efetivou a construção até seu final, dentro do projeto inicialmente estabelecido.

Assim, recebido o edifício, a pedido do Diretor da Faculdade, Dr. João Dias da Silveira, a Prefeitura se propôs às demolições e à necessária reconstrução que atendesse às novas exigências. "Foram mudadas muitas paredes, abertas diversas janelas, organizados gabinetes, construídos os laboratórios, ampliado o galpão existente, dando-se ao edifício condições de abrigar a Faculdade projetada". A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro foi inaugurada em 27 de setembro de 1958. A aula inaugural aconteceu em 16 de março de 1959.

Referências Bibliográficas

BUSCHINELLI, Antonio. **Subsídios para a história do ensino superior oficial em Rio Claro**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1988.

GARCIA, Lílana Bueno dos Reis. História e Memória – **Os 50 anos do Ensino Superior Público em Rio Claro**: da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – 1958 a 2008. Rio Claro: IGCE: IB - UNESP, 2008.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

Programas para o concurso de habilitação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Rio Claro: Tip. Brasil, 1960.

SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". **Rio Claro Sesquicentenária**. Rio Claro, 1978

SANT'ANA, José Roberto. **A origem universitária**: criação da Fafi sob fogo da USP. In: Revista do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, nº 7, junho/2011.

UNESP inaugura Instituto de Pesquisa em Bioenergia em Rio Claro, SP. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/12/unesp-inaugura-instituto-de-pesquisa-em-bioenergia-em-araraquara-sp.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto

Grupo Escolar Vila Indaiá

Atual: E. E. Carolina Augusta Seraphim
Endereço: Rua 5B, nº 1119, Vila Indaiá
Tipologia: Edifício institucional de ensino integral, sobrado isolado, volume retangular
Ordem: Privado
Data de construção: 1959
Área do terreno: 7.993,00 m²
Área construída: 1.917,00 m²

Fachada: Edifício cercado por um grande jardim. Primeiro andar composto por um tijolo à vista, grandes janelas distribuídas igualmente; epígrafe localizada no centro do imóvel.

Esquadrias: Vitrôs basculantes.

Cobertura: Duas águas, telhas de capa e canal

Mérito: Valor histórico e arquitetônico.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.



Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

Histórico

Escola fundada em 1959, pelo Decreto nº 17.698 de 26/11/47, com o nome de "Grupo Escolar Vila Indaiá". O terreno para construção do prédio escolar foi doado por Augusto Schmidt Filho; nos seus arredores, restam ainda traços arquitetônicos da comunidade formada pelos integrantes da Antiga Companhia Paulista das Estradas de Ferro (FEPASA).

Para a formação desse educandário foram incorporadas cinco escolas mistas dos bairros: Cidade Nova, Vila Nova, Vila dos Alemães, Vila Paulista e Vila Martins. O Grupo Escolar contava com doze classes. Com o decorrer do tempo, a escola passou a funcionar com trinta classes em com três turnos: manhã, tarde e noite, inclusive com salas para deficientes auditivos. Nessa época, o nome da escola era "Escola Estadual de 1º Grau Indaiá", alterado em função da reforma do ensino em 1971, que uniu antigos cursos primários e ginasiais num único grau de ensino.

Na década de oitenta, a escola contava com classes de ensino supletivo de 1º grau noturno.

Em 16 de maio de 1991, passou a denominar-se "Escola Estadual de 1º Grau Profª Carolina Augusta Seraphim". A partir de 2013, a Escola aderiu ao programa Escola de Ensino Integral que

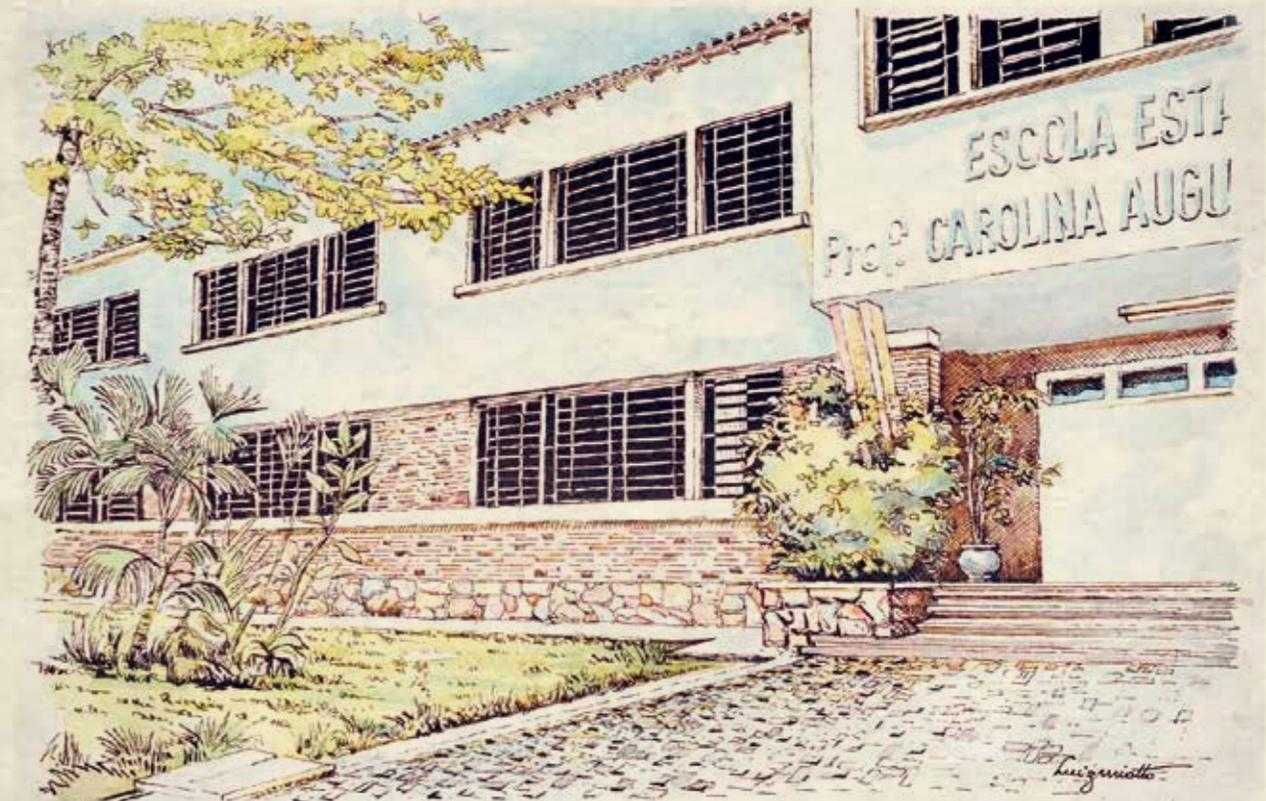
tem suas ações voltadas para Excelência Acadêmica e Projeto de Vida dos Alunos. Esse modelo de Ensino visa à formação do jovem competente, autônomo e solidário.

Seu prédio, característico dos anos 50, possui um piso térreo onde se localizam a secretaria, direção, almoxarifado, coordenação, sala dos professores, sanitários dos professores, duas salas de aula, laboratório de ciências (práticas e experiências), sala de uso multiuso (arte), sala de informática e sala de leitura. No piso superior há seis salas e dois sanitários para alunos. O prédio possui um grande galpão coberto, extensos jardins frontais e laterais, uma quadra de esportes coberta, saleta de materiais de educação física, depósito, cozinha refeitório, mais três sanitários de alunos, sendo um para deficientes. Além disso, possui um enorme espaço para brincadeiras e socialização escolar.

Referências Bibliográficas

Diário do Rio Claro. Escola Profª "Carolina Seraphim" comemora 48 anos de fundação, 20 abril 2007, p. 8.

Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. *Agenda Rio-Clarense 2012*. Editora Seta Regional. Rio Claro, novembro 2011.



Desenho a bico de pena e aquarelado, por Luiz Miotto, 2014

Escola Estadual Chanceler Raul Fernandes

Atual: Escola Estadual Chanceler Raul Fernandes
Endereço: Rua 2, nº 2877, Vila Operária
Tipologia: Edifício público destinado à educação onde cada módulo é composto por salas, laboratórios ou dormitórios
Ordem: Privado
Data de construção: 1968
Área do terreno: 25.186 m²
Área construída: 13.598 m²

Histórico

A Escola Estadual Chanceler Raul Fernandes tem grande importância na história do município de Rio Claro, já que foi construída para abrigar o Ginásio Vocacional, experiência de renovação educacional realizada na década de 1960.

Na Primeira Gestão (1º Semestre de 1963), o Prof. Celestino Alves da Silva Júnior foi escolhido para diretor do Ginásio Vocacional de Rio Claro, visando testar a viabilidade de se conciliar direção e orientação pedagógica. (MARQUES, 1985, p. 108). Celestino permaneceu no cargo por oito meses, quando foi demitido por razões desconhecidas, causando surpresa, indignação e protesto do grupo de professores de Rio Claro. Em seu lugar, a professora Branca Teixeira Young assumiu a direção e a orientação pedagógica na Segunda Gestão (Agosto de 1963 – Março de 1967). Segundo Marques (1985, p. 150) na Terceira Gestão (Março – 1967 / dezembro de 1969), a professora Edneth Ferrite Sanches foi convidada por Maria Nilde Mascellani a assumir a direção do Ginásio Vocacional de Rio Claro, que estava em fase de crescimento o preparo para a mudança para o prédio novo. Seu trabalho iniciou-se no Horto onde, apesar das dificuldades, desenvolveu um bom trabalho. A escola permaneceu em funcionamento na sede administrativa do Horto Florestal, no período de 1963 a 1968.

O projeto da escola foi elaborado pelo arquiteto Pedro Torrano, pai de dois alunos, que fez o projeto do Ginásio Vocacional de Rio Claro em dois meses. Este projeto representou um marco em termos de construção escolar. De acordo com Mascellani (Marques, 1985, p. 152), "o projeto do Ginásio Vocacional de Rio Claro foi um projeto-modelo em termos de Brasil todo. Pela

Estilo Arquitetônico: Moderno

Fachada: A fachada principal da EEPSP (pela rua dois) apresenta nove módulos, de tal modo que oito módulos estão na posição horizontal e um, centralizado, na posição vertical. Todos os módulos, com exceção do módulo vertical centralizado, não apresentam janelas, essas estão voltadas para as fachadas norte e sul. No segundo módulo, uma epígrafe com o escrito "EE Chanceler Raul Fernandes".

Esquadrias: Portas de vergas retas metálicas, vidros basculantes.

Cobertura: Duas águas, telha de fibrocimento.

Mérito: Grande valor histórico na formação da

primeira vez, uma equipe que desenvolvendo um trabalho educativo sentou com os projetistas e o prédio correspondeu aos pressupostos de uma pedagogia renovada" (MARQUES, 1985, p. 152).

O prédio foi construído através de módulos. A ideia de módulos não é uma ideia nova. Não foi este grupo de arquitetos e engenheiros que a apresentou. Mas, enfim, se a gente pensasse numa escola que pudesse se expandir, a de Rio Claro permitiria a expansão sem mexer em grandes estruturas; primeiro porque o bloco todo era térreo, e segundo porque havia muitos espaços livres como jardins e passarelas formando um recanto gostoso. Então, se você fizesse mais umas salas, era questão de derrubar uma parede ou construir a sala em anexo. Você não teria que mexer com instalações hidráulicas, elétricas, estruturas de concreto, grandes paredes, grandes telhados. Isto facilitaria bastante (MARQUES, 1985, p.153).

Em 20 de maio de 1968, o Ginásio Vocacional mudou-se para sua sede própria, passando a denominar-se Ginásio Estadual Vocacional "Chanceler Raul Fernandes" de Rio Claro.

De acordo com Neves (2010, p. 311), no dia 12 de dezembro de 1969, todos os ginásios foram ocupados por agentes da Po-



Acervo do APH



Edmar B. de Assis

educação dos cidadãos do Município de Rio Claro.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos e concreto armado.

Estado de Conservação: Péssimo

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira

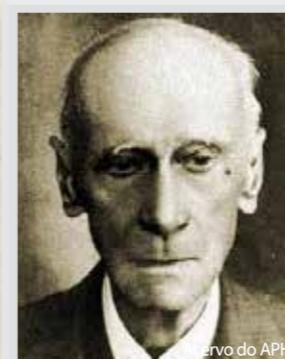
lícia Federal e do Quinto Grupo de Canhões 90 mm Antiaéreos — 5º GCam — sediado em Campinas, dando fim à experiência educacional.

Conforme Marques (2013, p. 25), no dia 12 de dezembro de 2009, houve a realização do "Abraço ao Chanceler", para registrar os 40 anos da invasão e fechamento dos Vocacionais. O evento reuniu mais de uma centena de professores e ex-alunos vindos dos mais diversos cantos do país para participar. Coube à Profª Edneth Ferrite Sanches fazer um breve relato sobre a invasão ocorrida em 1969. Lado a lado ex-alunos e professores deram-se as mãos para abraçar o grande complexo do Chanceler.



Acervo do APH

Prédio onde funcionou o Colégio Vocacional



Acervo do APH

Raul Fernandes

Referências Bibliográficas

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **Os Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo** — um projeto experimental em busca de uma educação transformadora. In: Revista do Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro, nº 13, junho/2014.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **História & Memória da Inovação Educacional no Brasil: o caso dos Ginásios Vocacionais (1961-70)**. Curitiba: Appris, 2014.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

MARQUES, Sandra Machado Lunardi. **Contribuição ao estudo dos Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo: o Ginásio Vocacional "Chanceler Raul Fernandes" de Rio Claro**. Dissertação de Mestrado em Filosofia da Educação. São Paulo: PUC/SP, 1985.

MARQUES, Luiz Carlos; MARQUES, Imma. **Gvive nos 50 anos de implantação dos Ginásios Vocacionais em Rio Claro (1963/2013)**. Revista do Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro, nº 11, junho/2013.

MASCELLANI, Maria Nilde. **Uma pedagogia para o trabalhador: o Ensino Vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados (Programa Integrar CNM/CUT)**. Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação. São Paulo: USP, 1999. Disponível em <http://www.iiep.org.br/sistema/arquivos/docs/pedagogia.pdf>.

NEVES, Joana. **O Ensino Público Vocacional em São Paulo: renovação educacional como desafio político — 1961-1970**. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2010.

OLIVEIRA, Mariângela de Paiva. **A memória do Ensino Vocacional: contribuição informacional de um núcleo de documentos**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1986.

Igreja do Senhor Bom Jesus

Atual: Paroquia do Senhor Bom Jesus
Endereço: Rua 12, nº1230
Tipologia: Edifício institucional alinhado a calçada, volume retangular
Ordem: Privado
Data de construção: 1921
Área construída: 63,00 m²

Histórico

Com a chegada, em 1920, de uma imagem do Senhor Bom Jesus, doada por Francisco Cordeiro da Cruz, surgiu a ideia de se construir uma capela para o culto dessa entidade. A partir disso, constituiu-se um grupo de pessoas, a que chamaram "Irmandade de São Bom Jesus de Rio Claro", que conseguiu a doação de terreno pela Câmara Municipal, em 13 de abril de 1921 e a licença para as obras, em 25 de maio de 1922.

Em 1932, a pequena capela erigida estava relegada ao desuso quando foi entregue pelo Monsenhor Francisco Botti à Irmandade do Rosário que, unindo-se com a comissão da capela, trabalharam para o seu revigoramento.

Em 1941, em virtude da abertura da Via da Saudade, os planos de ampliação do templo foram prejudicados. Após oito anos, em 20 de novembro de 1949, o Pe. Olavo Pezzotti lançou a pedra fundamental da nova capela, concluída em dezembro de 1961.

Devido à localização do novo templo e ao desenvolvimento da cidade foi baixado um Decreto que criou a 6ª paróquia de Rio Claro, em 26 de novembro de 1966. Em 1967, deu-se a instalação da paróquia na nova Matriz do Senhor Bom Jesus.

Referências Bibliográficas

ABIB, Jamil Nassif. **Subsídios para a História das Instituições Religiosas em Rio Claro.** MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO "AMADOR BUENO DA VEIGA" SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Rio Claro Sesquicentenária.** Rio Claro, 1978, p. 342.

Fachada: Simétrica, portela ladeada por meias colunas de fuste liso e capitel ornamentado acima do portal um frontão ondulado. No segundo pavimento uma rosácea centralizada. Os vitrôs apresentam vitrais em forma de crucifixo.

Esquadrias: Portela e vitrôs em arco pleno.

Cobertura: Telhas de capa e canal.

Mérito: Valor histórico.

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos.

Estado de Conservação: Fachada completamente alterada

Observações: Em 1949 foi doado terreno pela prefeitura de Rio Claro, em 1979 iniciaram-se obras para a construção da nova Igreja. Em 1998 o edifício da primeira igreja foi descaracterizado, dando início à construção da casa paroquial e Salão São José.



Antiga Igreja do Senhor Bom Jesus



Angela P. Amaral

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado. **Orientação Técnica:** Marcelo Cachioni e Monica Frandi Ferreira



Primeira Igreja do Bom Jesus



Acervo do APH

Antiga Igreja do Senhor Bom Jesus



Ivo Reseck

Banco Mercantil

Atual: Bradesco Prime

Endereço: São Benedito

Tipologia: Edifício único, maciço e simétrico

Ordem: Privado

Data de construção: 1960

Estilo Arquitetônico: Eclético com fortes elementos racionalistas

Fachada: Platibanda modesta com beiral volumoso sobre elementos verticais criando efeito repetitivo com aberturas equidistantes e idênticas.

Esquadrias: Metal e Vidro

Cobertura: Indeterminada

Mérito: Merece ser preservado

Técnicas construtivas: Alvenaria de tijolos e concreto armado

Observação: Apesar de as fachadas apresentarem elementos ecléticos é isento de adornos.

Estado de Conservação: Bom



Edilan de Araújo Silva



Eder R. Varussa

Pesquisa: Camila Cordeiro Cherfen, Marcela Brasil Bueno, Pedro B. B. do Prado, Nelson França Junior e Sergio A. Marconi Junior



Projeto elaborado pelo Escritório Ramos de Azevedo, em 1960.



Edilan de Araújo Silva

Histórico

O Banco Mercantil foi fundado por empresários de Curvelo, Minas Gerais, na década de 1940. Mudou para Belo Horizonte, em 1953, abrindo o capital para novos acionistas em 1955, passando a Banco Industrial Minas Gerais.

Na década de 1970, passou a atuar fora do Estado de Minas Gerais, e assumiu o nome de Mercantil do Brasil. Em 2015, com 72 anos de história, possui mais de 100 agências espalhadas pelo Brasil.

Sua posição central na cidade, na esquina da Avenida 1 com a Rua 4, bem em frente ao do Anjo da Concórdia, do Jardim Público, recebia com facilidade seus clientes, muitos dos quais aguardavam a abertura de suas portas, acomodados nos bancos do jardim e batendo papo com conhecidos.

O processo que está no Arquivo, aponta para a demo-

lição de um imóvel e construção pelo Banco Mercantil. O projeto de construção, de 1960, é do Escritório Técnico "Ramos de Azevedo" Engenharia-Arquitetura-construções Severo e Villares S.A, com escritório em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Guarujá, dirigido ao Prefeito Francisco Scarpa. Em Rio Claro, o engenheiro responsável foi Marco Antonio Padula. Foi inaugurado em 1962.

Em 1983, passou por reformas e em 2011 foi transferido para Everest Holding Ltda.

Referências Bibliográficas

ABIB, Jamil Nassif. *Subsídios para a História das Instituições Religiosas em Rio Claro*. In: MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO "AMADOR BUENO DA VEIGA" SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Rio Claro Sesquicentenária*. Rio Claro, 1978, p. 342.

Moradias Urbanas Rio-clarenses (1936-1960)¹

Mônica Cristina Brunini Frandi Ferreira*

Em 8 de janeiro de 1948, o engenheiro Dr. Pelágio Rodrigues dos Santos (registro nº3622), solicitou ao Prefeito Municipal a aprovação para edificar dois prédios residenciais na cidade de Rio Claro. Para tanto, apresentava os seguintes documentos: a) o pedido para construção, onde relatava o nome e o endereço do proprietário do lote urbano e a natureza da edificação, por exemplo, prédio residencial (PC 30/48)², prédio duplo (PC 01/48), sobrado (PC 200/48), pequena residência “estilo operária” (PC 96/52), prédio de apartamentos (PC 392/60) ou outro; b) a guia de recolhimento de impostos municipais, com o registro do pagamento das taxas relativas ao alinhamento (cobrado por metro linear de testada) e à construção (co-

brado por metro quadrado construído); c) o material gráfico, com as plantas arquitetônicas e os desenhos de implantação, fachadas, cortes e detalhes construtivos; e d) o memorial descritivo com os materiais utilizados e a obediência aos preceitos da legislação municipal sobre construções. (fig.1)

Na primeira solicitação, protocolada como de número 08, de propriedade do Sr. Sebastião Manoel, a construção estaria situada na Avenida 5M, entre as Ruas 1 e 2M e a segunda, de protocolo número 12, pertencente ao Sr. Américo Bovo, estaria localizada na Avenida 24, Ruas 4 e 5, ambas no perímetro urbano e, dessa forma, sujeitas às determinações da Legislação Municipal sobre construções. (fig.2)



FIG.01: Processos de Construção: capa (1936), solicitação (1936), guia de recolhimento de impostos (1948) e memorial descritivo (1948). (APH-RC)³

* Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Campinas (1990). Mestre e Doutora pela Universidade de São Paulo. Coordenadora pedagógica e docente da área de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, na Asser-Rio Claro.

¹ O artigo objetiva apontar determinadas questões formais e funcionais do espaço arquitetônico que possam contribuir para a definição da moradia urbana construída na cidade de Rio Claro/SP, em meados do século XX. O estudo completo integra a dissertação de mestrado “A edificação residencial urbana paulista. Estudo de caso: Rio Claro, 1936-1960” (FAU/USP, 2002), que privilegiou fontes originais, com destaque para a legislação municipal sobre construções e a série documental denominada “Processos de Construção”, ambos disponíveis para pesquisa no Arquivo Público e Histórico “Oscar de Arruda Penteador”.

² A sigla PC. 30/48 refere-se ao Processo de Construção de nº30, do ano de 1948. Essa forma será utilizada em todo o texto, principalmente nas legendas.

³ A sigla APH-RC refere-se ao Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, “Oscar de Arruda Penteador”, local onde os Processos de Construção estão disponíveis para pesquisa.

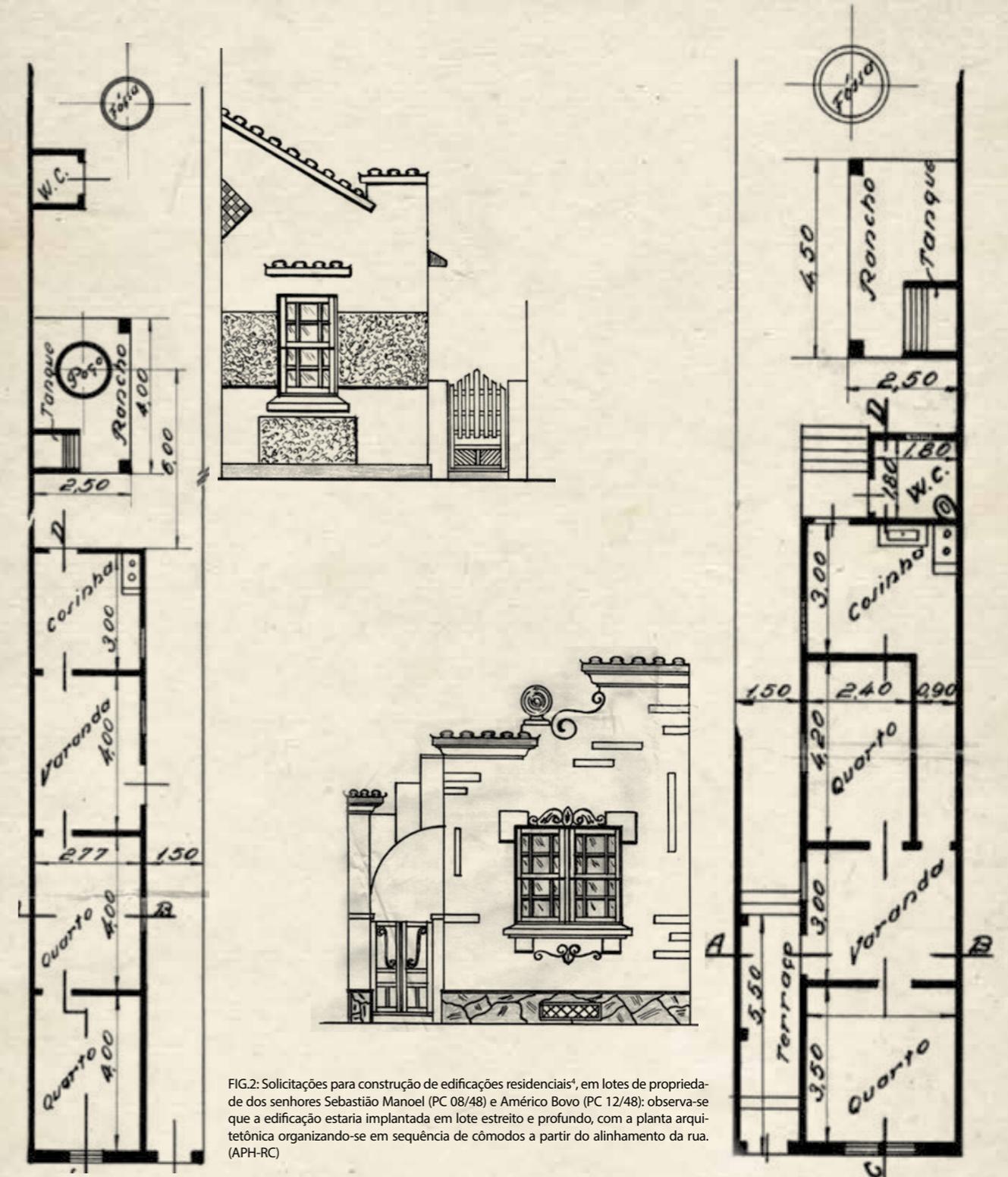


FIG.2: Solicitações para construção de edificações residenciais⁴, em lotes de propriedade dos senhores Sebastião Manoel (PC 08/48) e Américo Bovo (PC 12/48); observa-se que a edificação estaria implantada em lote estreito e profundo, com a planta arquitetônica organizando-se em seqüência de cômodos a partir do alinhamento da rua. (APH-RC)

⁴ Os desenhos são cópias dos originais e mantêm a ortografia antiga.

Esse era o procedimento obrigatório para toda construção e reconstrução, de acordo com a legislação municipal, e os documentos mencionados fariam parte de um procedimento administrativo que deveria ser elaborado pelos proprietários de lotes urbanos, ou por seus representantes legais, os engenheiros ou responsáveis técnicos pela obra, os quais tivessem a intenção de construir, reconstruir ou reformar qualquer tipo de edificação na cidade. A solicitação era endereçada ao Prefeito Municipal e seria analisada pelo Setor de Obras Públicas, onde seria verificada a adequação da planta arquitetônica e dos materiais utilizados em relação às determinações da legislação municipal sobre construções.

A exigência da apresentação de projetos elaborados por profissionais competentes apareceu no Código de Obras Municipal de 1918 e foi ratificada pela Lei de 1921 e, de acordo com a Lei de 1935, eles deveriam ser legalmente habilitados⁵. A análise dos processos permitiu verificar que nem sempre o autor do projeto era o responsável pela construção da edificação. Em 1936, apareceram os nomes dos engenheiros Eugênio Romano e Milton Silveira, o primeiro trabalhando com João Caly (desenhista e construtor) e Baptista Rattin (construtor) e o segundo, com Augusto Schmidt Filho (construtor) que, em 1940, assinou como projetista construtor, ano em que a maioria dos projetos de 1940 foi de autoria e execução de Flávio Santomauro.

Em 1944, os mesmos A.S. Filho e F. Santomauro assinaram como autores dos projetos e construtores das novas moradias. Junto com Eugênio Romano, outros dois engenheiros, Francisco de Godoy (com registro nº3582/1942) e o citado Dr. Pelágio Rodrigues dos Santos responsabilizaram-se pelos novos projetos, em 1948, além de A.S. Filho e F. Santomauro, ambos projetistas e construtores licenciados, e também, sem atribuição profissional definida, Juvenal B.M. Campos, José Francisco Hermini e Odorico Glória.

Em 1956, além de José F. Hermini como projetista e construtor licenciado, os engenheiros citados foram: Hélio Hussni (engenheiro civil electricista, com registro no CREA nº8489-D), Dr. Luiz Gonzaga Nery (com registro no CREA nº4178), Newton Faria Wood (engenheiro civil electricista, com registro no CREA nº6552-D) e Roberto Leonardo (com registro no CREA nº2642). Além de Hélio Hussni, Newton F. Wood e Roberto Leonardo, em 1960, o destaque dos no-

vos projetos foi para os engenheiros Vital Pereira Lima (com registro no CREA nº5400/3848), do escritório "Tecnolar" e Rodolpho Schmidt (com registro no CREA nº9285), responsável técnico da Diretoria Municipal de Obras, no setor de "Plantas Populares". Além de Luiz Amaro, ainda aparecem em 1960, como projetistas e construtores licenciados os nomes de J.B.M. Campos, Odorico Glória e Flávio Santomauro.

A casa do Sr. Sebastião Manoel estaria implantada no alinhamento do terreno estreito (4,5m de frente) e profundo (44,00 de fundos), provavelmente resultante da subdivisão do lote tradicional que, segundo observado nas plantas dos loteamentos rio-clarenses, apresentava de 8,00m a 10,00m de frente, por 30,00m a 44,00m de fundos. A mesma subdivisão do lote pode ser verificada no terreno do Sr. Américo Bovo: 5,25m de frente por 30,00m de fundos. Esse esquema racional de divisão dos terrenos provém, possivelmente, do retalhamento inicial das terras urbanas em "tabuleiro de xadrez", no ano de 1830, e que se manteve nos parcelamentos posteriores. (Fig.3) Ambas são tipicamente representativas das solicitações para a construção de edificação residencial unifamiliar da cidade de Rio Claro, entre os anos de 1936 e 1960: térreas, com uso exclusivamente residencial, implantadas em lotes estreitos e profundos, com planta arquitetônica desenvolvida em sequência de cômodos, organizada a partir do alinhamento da rua, em atividades de estar, repouso/intimidade e serviços⁶.

Ambas as habitações estariam afastadas de um dos limites laterais do terreno, deixando estreito corredor com 1,50m de largura, tal qual determinado pela legislação municipal, para que todos os cômodos recebessem, através das janelas laterais, iluminação e ventilação naturais, ambas consideradas de importância capital para a higiene das construções. A grande maioria das edificações residenciais urbanas em Rio Claro, cuja construção foi solicitada entre os anos de 1936 e 1960, apresentou esse tipo de implantação: no alinhamento da via pública e com afastamento lateral para a abertura de janelas. Esta situação estava presente em 64,7%⁷ das novas construções e favorecia uma dinâmica relação de acessibilidade e de permeabilidade visual da casa em relação à rua, que era proporcionada pelos terraços e janelas dos cômodos frontais, sempre utilizados pelos habitantes para participar do intenso e cotidiano movimento que acontecia no espaço público. (Fig.04)

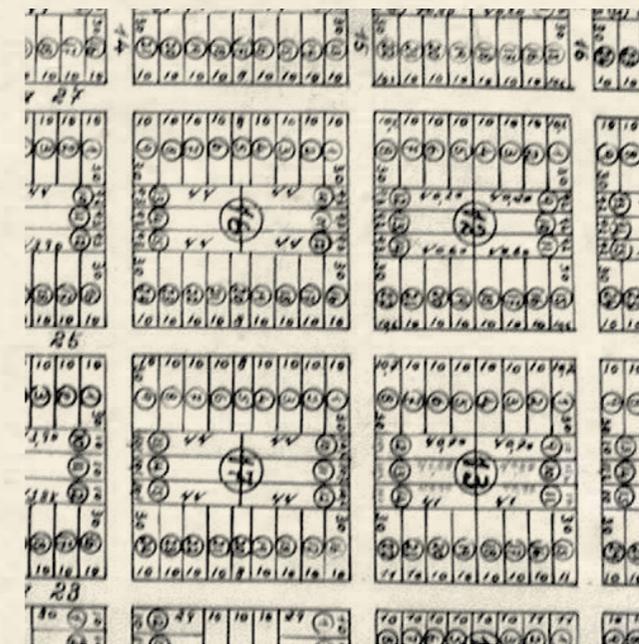
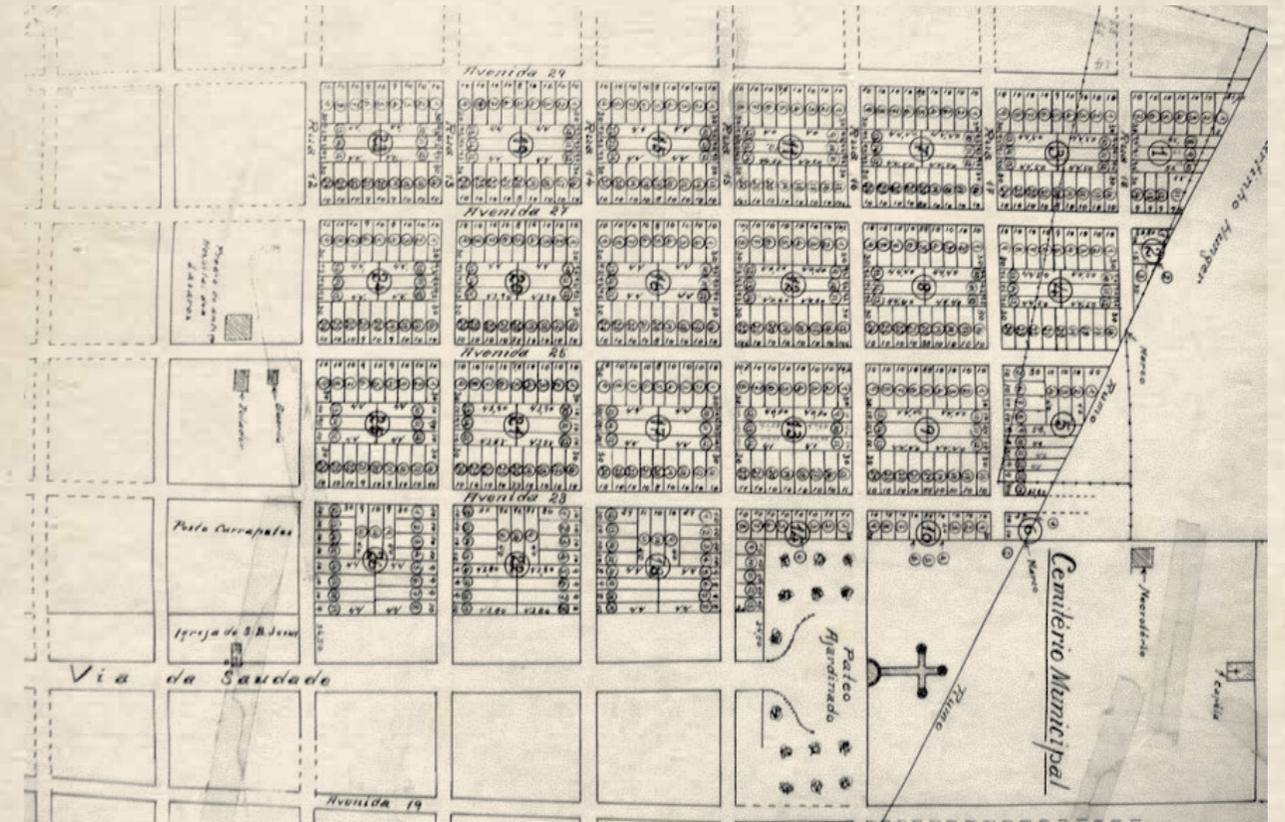


FIG.3: Planta de loteamento urbano, onde se observa a padronização dos terrenos, com estreita testada e grande profundidade, o que geralmente possibilitava extensas áreas destinadas aos quintais. Plano geral e detalhes dos lotes. (APH-RC)

⁵ Foram pesquisadas todas as leis municipais sobre construções, desde o primeiro Código de Posturas de 1867 até a Lei Municipal de 1935, texto esse que, até 1960, apontou as determinações legais em Rio Claro. Os principais textos foram: Código de Posturas de 1867, de 1884 e de 1893; Lei nº 88 (15/09/1911); Lei nº 122 (16/07/1917); Código de Obras de 1918; Lei nº143 (15/07/1921) e Lei nº96 (01/07/1935), todas relativas à construção e reconstrução de edificações residenciais na cidade de Rio Claro.

⁶ Para a pesquisa e análise da edificação residencial urbana na cidade de Rio Claro, embora não diretamente expressa neste texto, foi consultada ampla bibliografia, com destaque para os estudos de LEMOS, C.A.C e REIS FILHO, N.G. sobre a casa paulista.

⁷ A regularidade dos Processos de Construção, disponíveis para consulta no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro tem início em 1936, apesar de que, desde 1911, a Legislação Municipal obrigava a apresentação de requerimento acompanhado de planta do prédio. Entre 1936 e 1960, dado o volume de processos, cerca de 10.450, foram selecionados sete exercícios, em intervalos regulares (1936, 1940, 1944, 1948, 1952, 1956 e 1960) e, dentre as solicitações completas (com material gráfico) e consideradas válidas (novas construções de uso residencial, excluindo as reformas e os usos diferentes do residencial), foram pesquisados 1.430 processos que solicitaram a construção de 1.762 moradias.

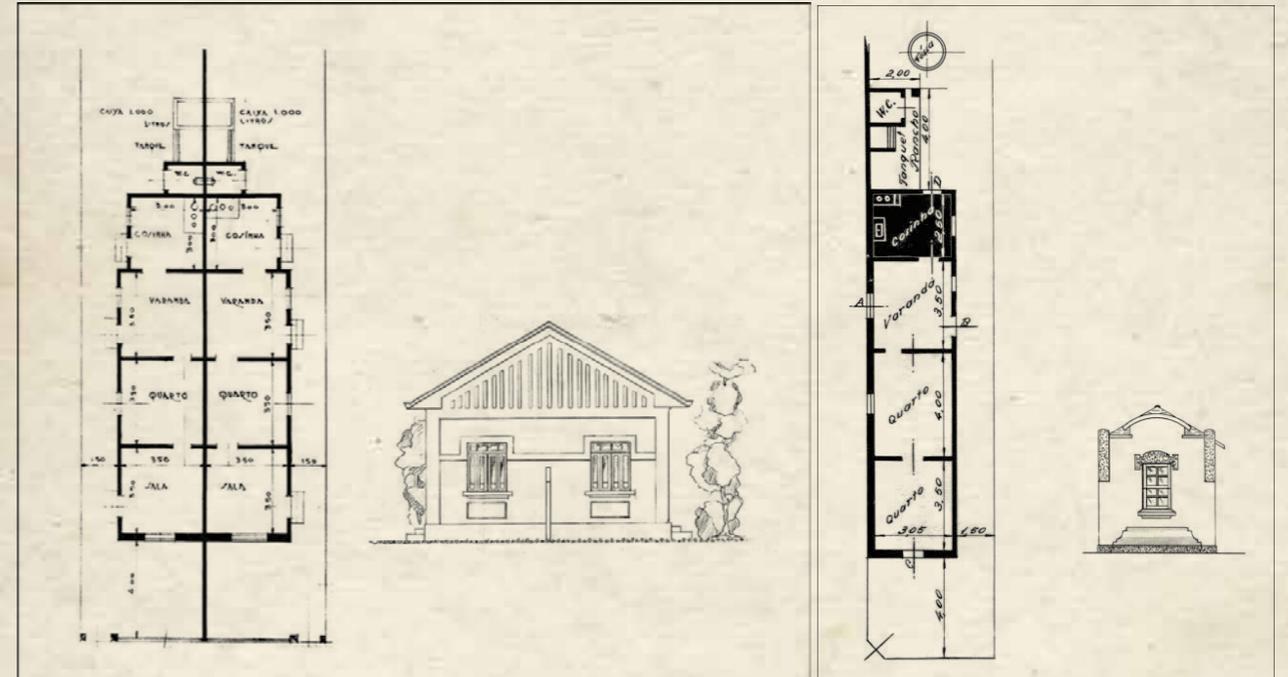
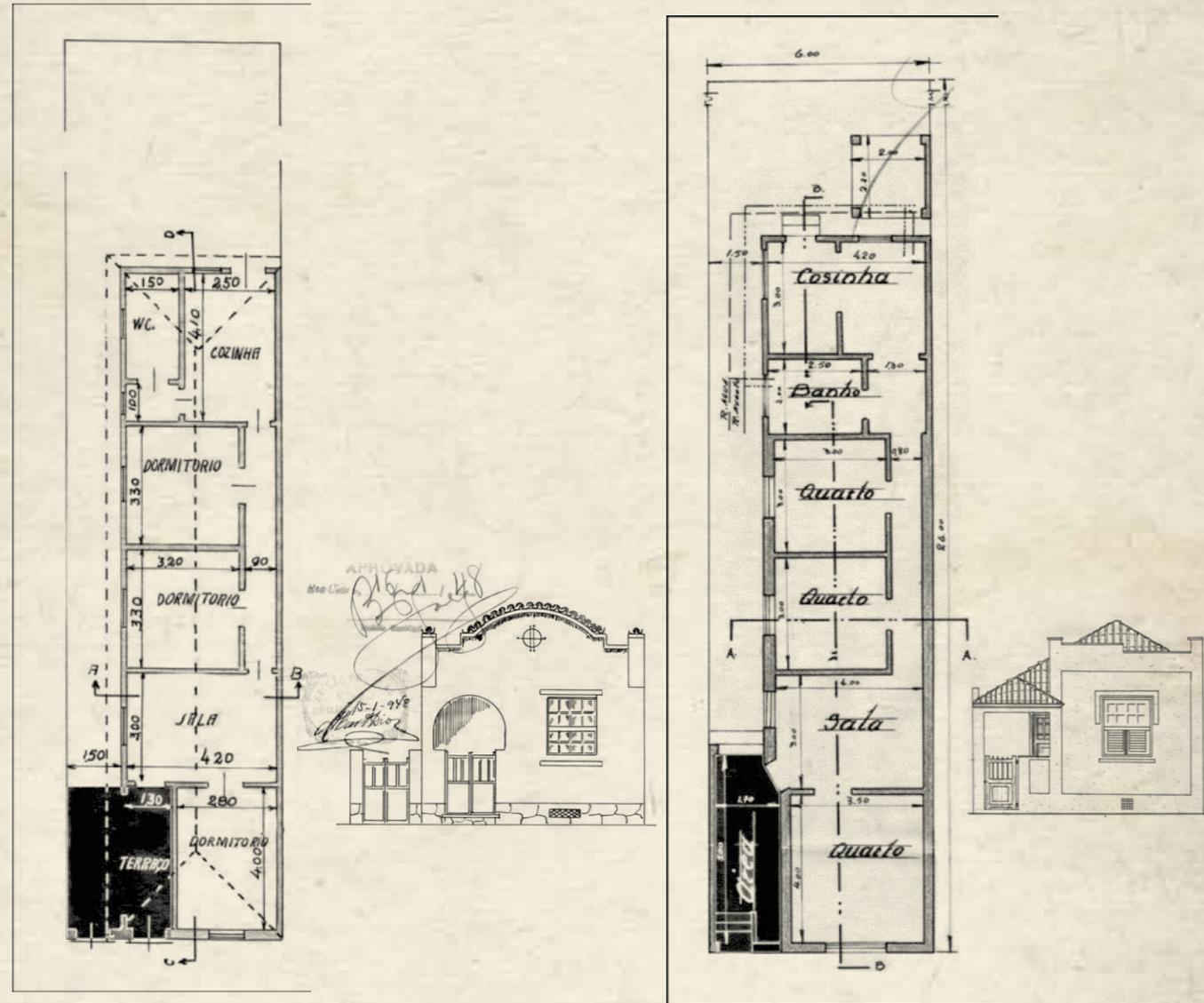


FIG.5: Plantas arquitetônicas e fachadas de três edificações residenciais com afastamento lateral (1,50m) e recuo frontal (4,00m), cujo limite frontal do lote estaria marcado por muro baixo e gradil de ferro. PC 76/48 e PC 179/48. (APH-RC)

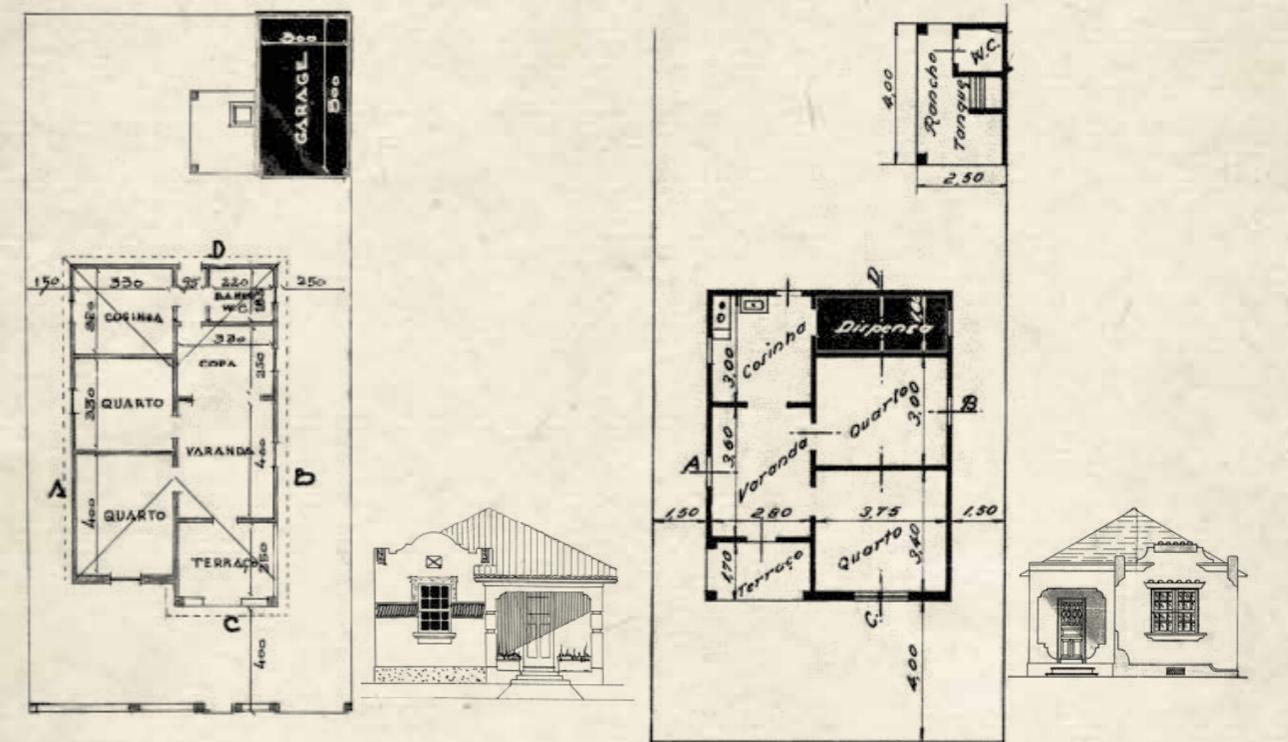


FIG.6: Edificação isolada no lote, com possibilidade de acessos e de aberturas em todas as faces da construção. PC 21/48 e PC 95/48. (APH-RC)

FIG.4: Tipologia bastante comum de disposição da casa no lote urbano rio-clarense: construção no alinhamento da rua e afastada de uma das laterais do terreno, permitindo os acessos e as aberturas para iluminação e ventilação em todos os cômodos, o que favoreceria as condições de higiene na construção. PC 13/48 e PC 218/48. (APH-RC)

Havia outras quatro formas de implantação da edificação no lote urbano, menos significativas, que possibilitariam outro tipo de relação entre a casa e a rua. Em 15,4% delas, as construções apresentavam, além do já conhecido afastamento lateral de 1,50m, o recuo frontal de 4,00m, também padronizado na legislação municipal, configurando um distanciamento do alinhamento com a rua, que era delimitado por muro baixo e gradil de ferro.^(Fig.5) Independentemente do tamanho do lote, de maior área ou padronizado em cerca de 300m², 11,8% das novas construções estavam implantadas no centro dos terrenos, possibilitando acessos e aberturas em todas as suas faces.^(Fig.6)

Representando situação de adensamento do lote urbano, 6,3% das novas moradias seriam construídas nos fundos de terrenos que já apresentavam construção principal anterior, situada na parte frontal do lote, cujo acesso nem sempre era independente.^(Fig.07) Por fim, as edificações com uso misto complementar ao residencial, que representaram 1,8% das solicitações para construção, geralmente pequeno comércio ou serviço de pequeno porte, estavam localizadas em lotes de esquina, ocupando quase toda a extensão dos dois alinhamentos, possibilitando acesso direto à rua, e quase sempre sem comunicação direta com o restante da moradia.^(Fig.08)

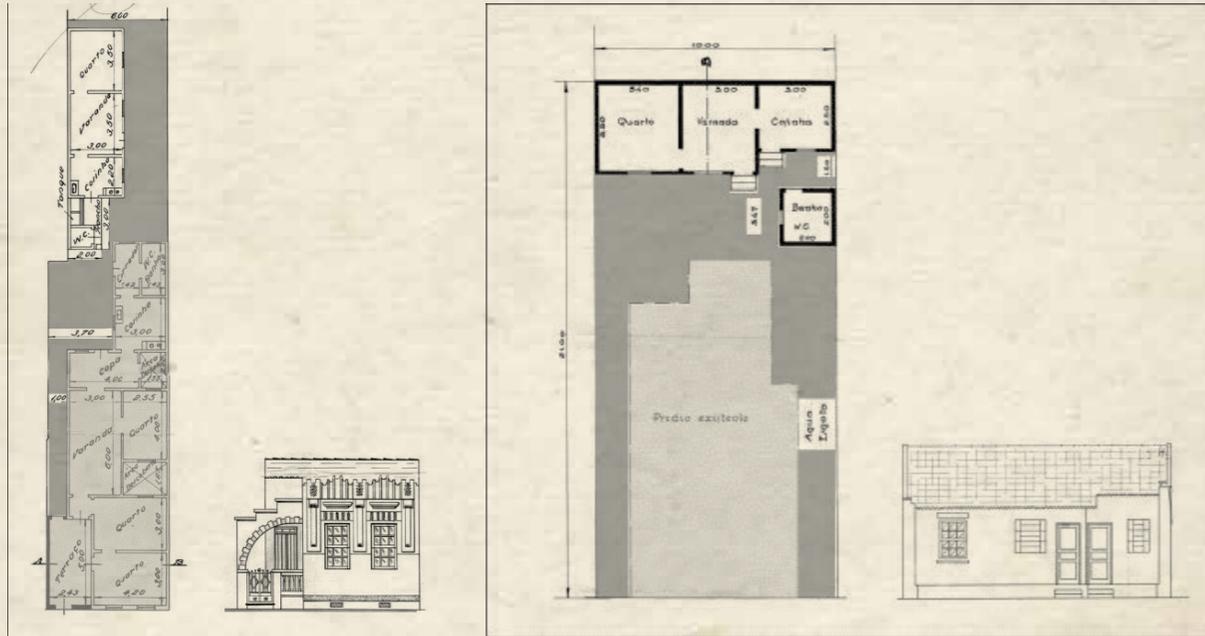


FIG.7: Edificação implantada nos fundos do terreno urbano que apresentava edificação anteriormente construída, em que o acesso nem sempre era independente. PC 85/48 e PC 98/48. (APH-RC)

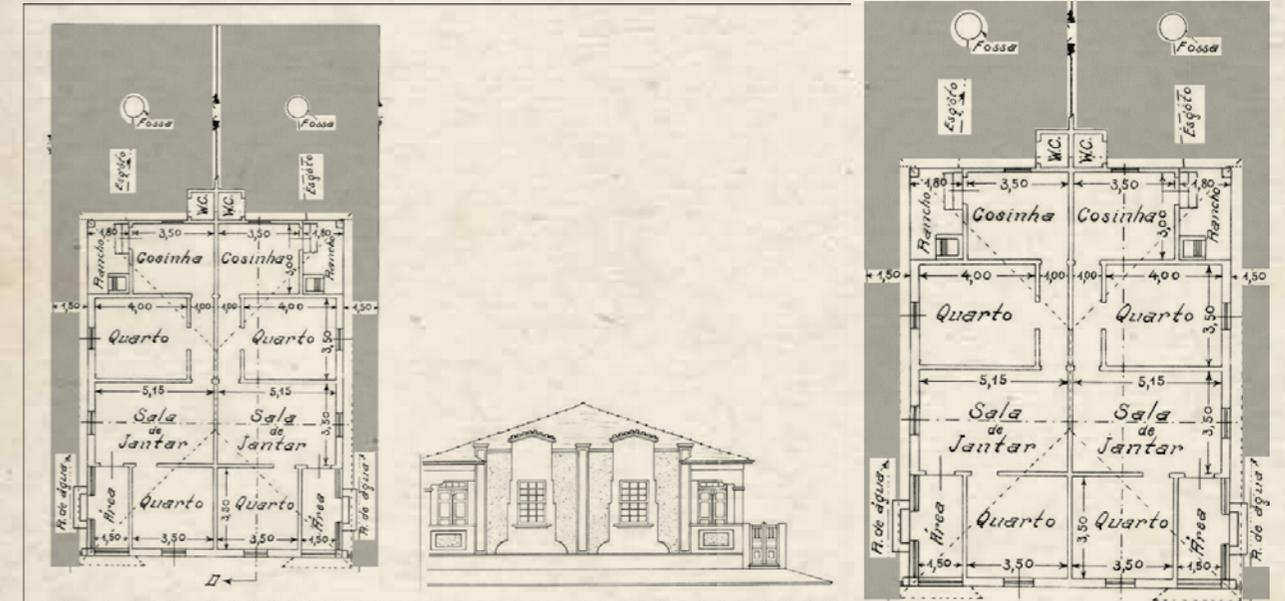


FIG.09: Planta arquitetônica e detalhe. Duas edificações geminadas em espelho, compartilhando muro divisorio central, com planta arquitetônica idêntica. Os afastamentos unilaterais de 1,50m ficam nas laterais opostas do lote urbano, subdividido para comportar as duas residências unifamiliares. PC 153/48. (APH-RC)

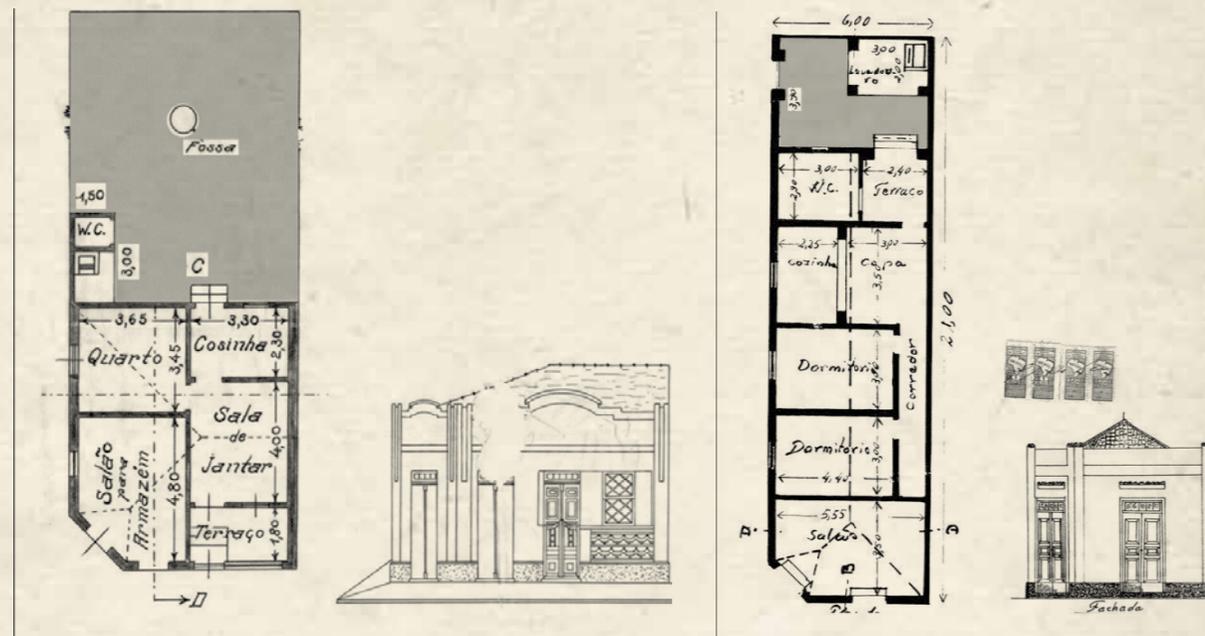


FIG.8: Moradia com uso complementar ao residencial, cujo espaço destinado ao comércio ou aos serviços de pequeno porte situava-se no alinhamento da rua e sem comunicação direta com o interior do domicílio. PC 81/48 e PC 248/48. (APH-RC)

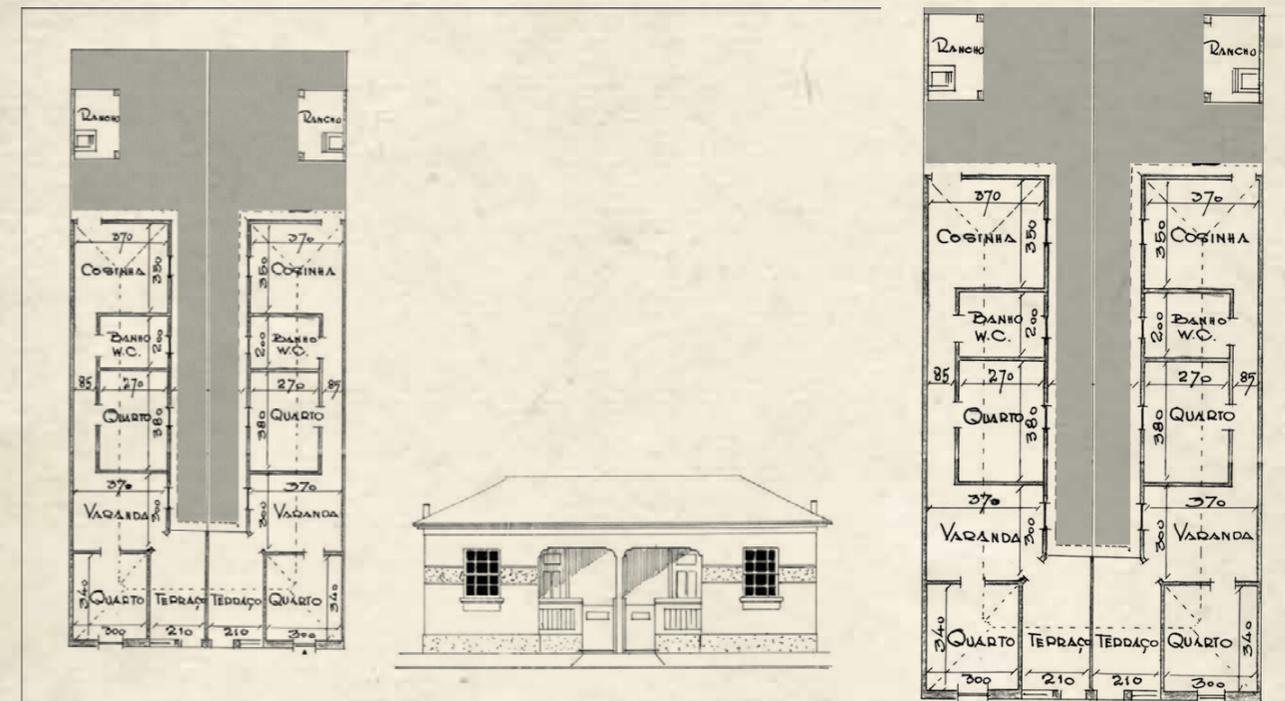


FIG.10: Planta arquitetônica e detalhe. Duas edificações geminadas com planta invertida, encostadas em muros laterais opostos. Os afastamentos unilaterais de 1,50m, cada um, são somados na parte central do lote, aumentando a área de iluminação natural para 3,00m, apesar do muro divisorio central. PC 389/48. (APH-RC)

Ainda em relação à implantação das moradias, independentemente do seu posicionamento no lote urbano (com ou sem afastamentos laterais e recuo frontal), foram encontradas solicitações para construção de mais de uma edificação no terreno (subdividido ou com maiores dimensões), geralmente duas e, nos casos excepcionais, de conjunto de moradias

independentes. As edificações estavam implantadas em quatro situações de posicionamento das plantas arquitetônicas: a) geminadas e em espelho, compartilhando um dos muros laterais^(Fig.9); b) geminadas e invertidas, encostadas nos muros laterais opostos^(Fig.10); c) em dupla, com posicionamento idêntico^(Fig.11), e d) em grupos de mais de duas moradias^(Fig.12).

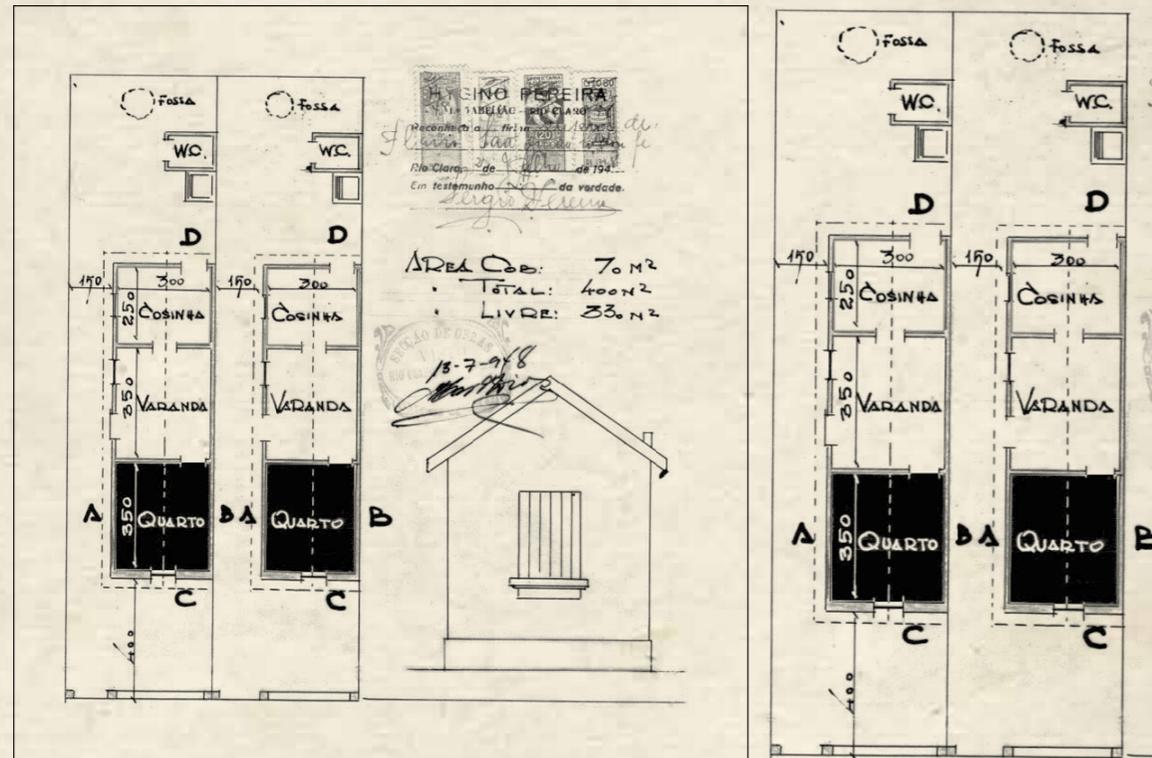


FIG.11: Planta arquitetônica e detalhe. Duas edificações geminadas com planta idêntica, em lote urbano subdividido para comportar duas moradias de dimensões reduzidas. PC 295/48. (APH-RC)

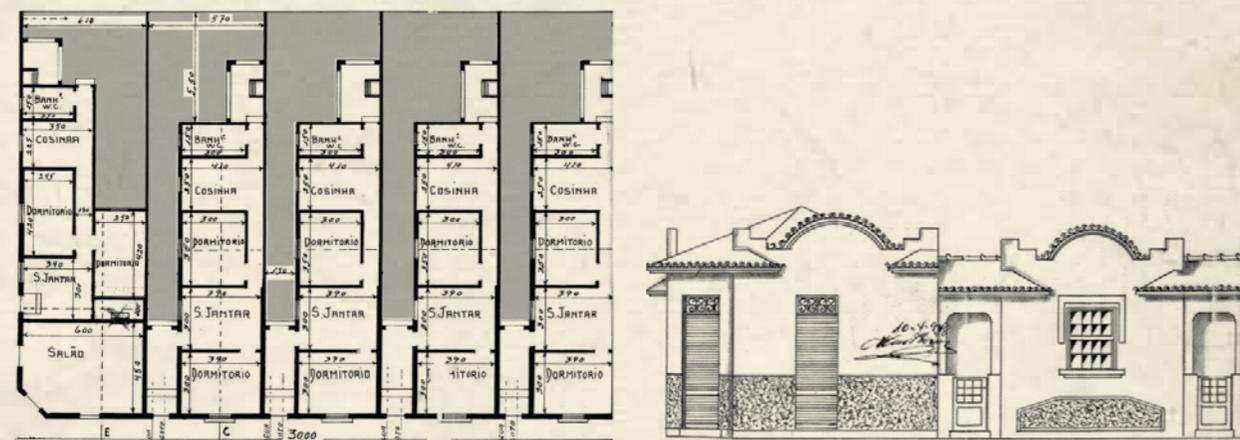


FIG.12: Planta arquitetônica e detalhe. Conjunto de edificações residenciais unifamiliares, de plantas idênticas, sendo que a construção da esquina apresenta uso misto complementar (salão). PC 152/48. (APH-RC)

Nesse padrão tradicional de lote, com reduzida testada e grande profundidade, a casa desenvolveu-se basicamente como sequência de cômodos. As plantas arquitetônicas apresentaram área média entre 70,00 e 80,00m², com 6 cômodos por habitação e, relacionadas aos lotes, com área média entre 250,00 e 280m², ocupavam somente metade do terreno urbano, determinando padrão de ocupação com baixa densidade construtiva. Na situação mais frequente, na parte frontal da

edificação localizavam-se a peça de recepção, denominada terraço ou área, e um dos dormitórios. No centro da planta, a sala articulava a circulação interna e distribuía os passos para o quarto frontal, um segundo quarto central e a cozinha, que ficava na sua parte posterior, com saída para o quintal. Em prolongamento do telhado da edificação principal ou em construção anexa havia o rancho para tanque e o W.C. (abreviação de *water closet*), com a marcação de fossa nos fundos do quintal.

Analisando as plantas arquitetônicas, observou-se que a entrada nas moradias geralmente se fazia pelo afastamento lateral, com muro baixo de tijolos e estreito portão em ferro marcando o alinhamento da rua. A pesquisa permitiu apontar que esse acesso poderia ser feito de três formas: a) por estreito corredor externo e descoberto, sempre com 1,50m de largura⁸ (Fig.13), tal qual na residência do Sr. Sebastião Manoel; b) por estreito corredor também externo, porém coberto, com 1,50m de largura e cerca de 3,50m a 4,00m de extensão⁸ (Fig.14), como na casa do Sr. Américo Bovo, ou c) ainda através do terraço frontal, que às vezes era

denominado alpendre ou área, com área construída média⁸ de 5,74m².⁸ Nas edificações implantadas no centro do lote, com diversas possibilidades de acesso, às vezes, o mesmo padrão de acesso pela lateral se repetia. Nas edificações de planta mais reduzida, quando não havia o terraço, o acesso lateral dava-se diretamente pela sala ou pela varanda, geralmente localizada no centro da planta.⁸ Destaca-se que os terraços, quando configurados como cômodos frontais, representavam importante peça do setor de estar da moradia, local que permitia aos moradores participar ativamente do movimento das ruas.

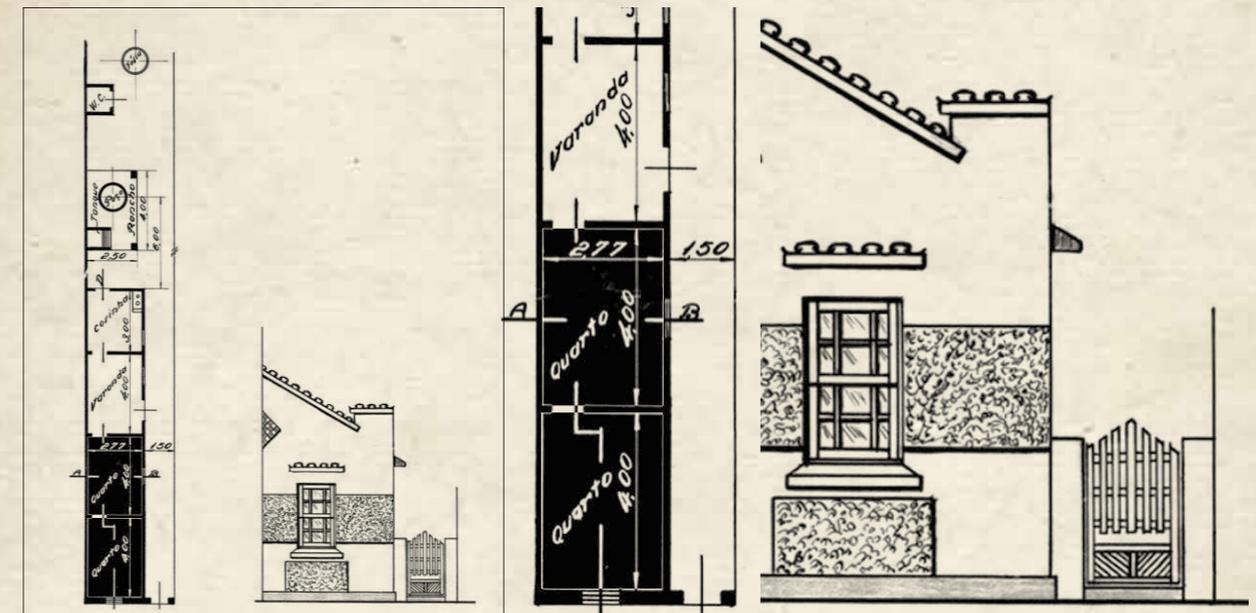


FIG.13: Acesso lateral ao interior do domicílio do Sr. Sebastião Manoel, feito através de corredor externo e descoberto, delimitado por muro ou gradil, neste caso, mais simples e confeccionado em ripas de madeira. PC 08/48. (APH-RC)

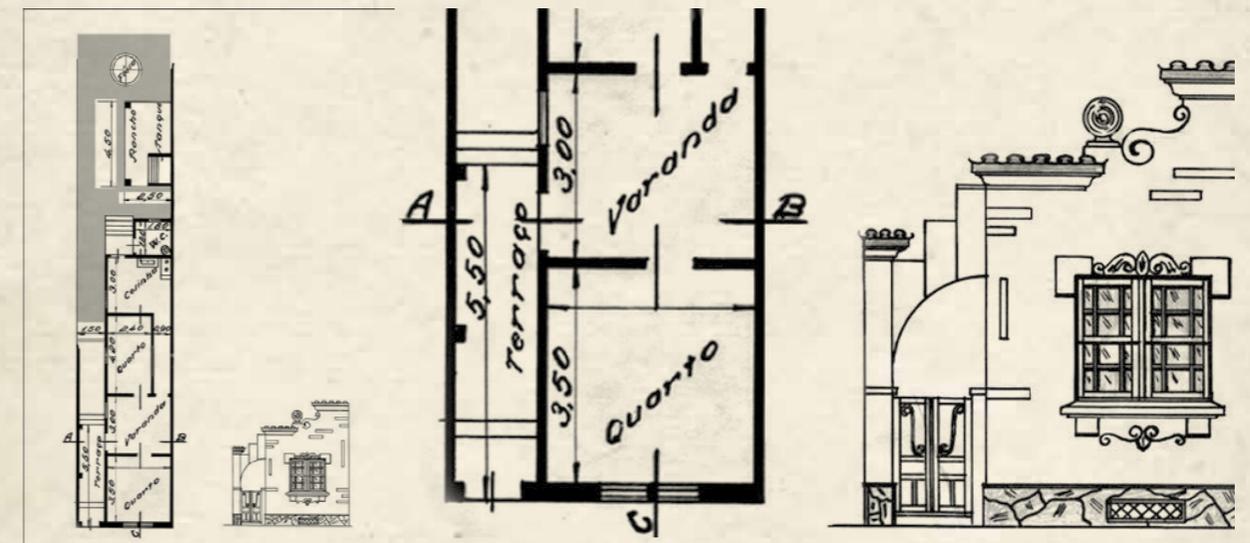


FIG.14: Planta arquitetônica e detalhe. Acesso lateral ao interior do domicílio do Sr. Américo Bovo, pelo corredor externo e coberto, que também fazia parte da composição formal da fachada. PC 12/48. (APH-RC)

⁸ A área média dos cômodos foi estimada pela média aritmética simples das medidas de todas as peças encontradas nas 1.762 plantas arquitetônicas estudadas entre 1936 e 1960.



FIG.15: Planta arquitetônica e detalhe. Acesso lateral ao interior do domicílio, pelo terraço frontal, que configurava cômodo de 8,75m² (2,50m X 3,50m), superior à média encontrada nas residências rio-clarenses. Notar na composição da fachada que o peitoril, que divide o acesso frontal com o portão de madeira, era geralmente fechado por balaústres. PC 72/48. (APH-RC)

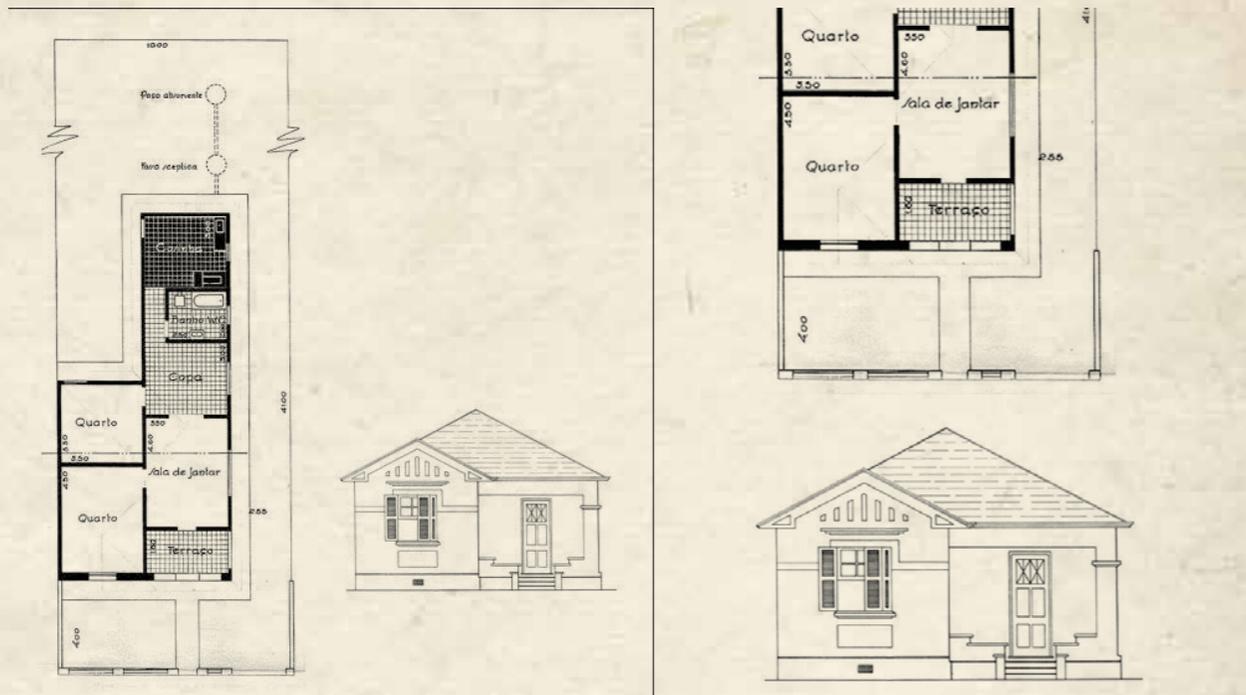


FIG.16: Planta arquitetônica e detalhe. Acesso ao interior do domicílio nas habitações com recuo de 4,00m, feito pelo terraço, com área de 6,30m² (3,50m X 1,80m), localizado na parte frontal da planta. PC 292/48. (APH-RC)

Na sequência da organização da planta arquitetônica, a sala era o cômodo destinado a receber visitas e, na inexistência de outra peça destinada ao estar íntimo, poderia acumular as funções de estar social e de convivência intrafamiliar. Com cerca de 12,00m², às vezes recebendo a denominação de varanda, [ou terraço coberto, alpendre, nunca uma sala, numa reminiscência da antiga casa rural, na grande maioria dos exemplos pesquisados a sala estava localizada

de duas maneiras: a) na parte frontal da planta, dividindo o espaço do alinhamento com o terraço^(Fig.17), b) ou ainda no centro dela, quando então organizava a circulação interna, dispensando, às vezes, os corredores.^(Fig.18) Foram encontrados exemplos em que as plantas, com maiores dimensões, apresentavam mais de uma peça destinada ao estar, cujos espaços foram denominados como sala de visitas e sala de jantar.^(Fig.19)

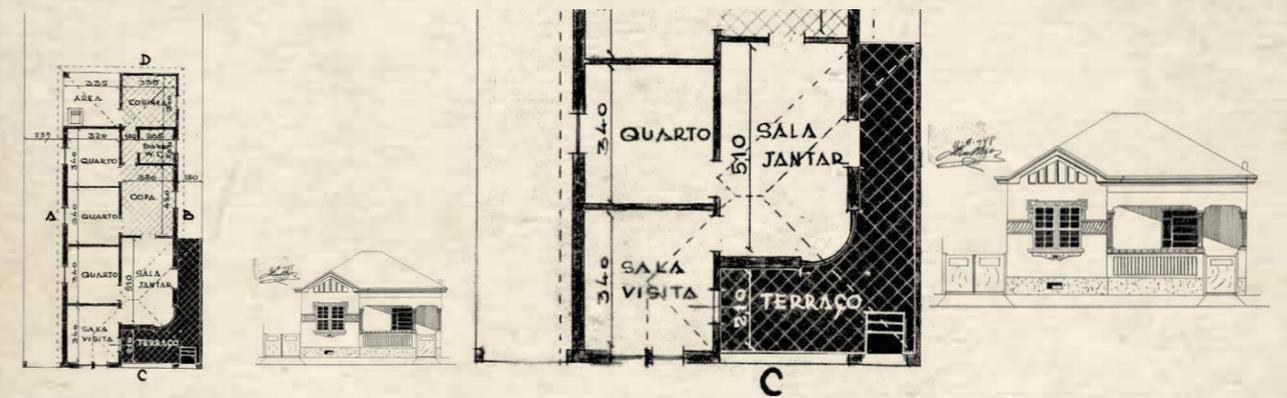


FIG.17: Planta arquitetônica e detalhe. Sala localizada na parte frontal da planta, dividindo com o terraço o espaço do alinhamento. Nota-se o destaque na composição formal da fachada, cuja abertura recebe parapeito e elementos decorativos. O terraço permite o acesso às duas salas, de visita (mais formal) e de jantar (mais íntima). PC 262/48. (APH-RC)

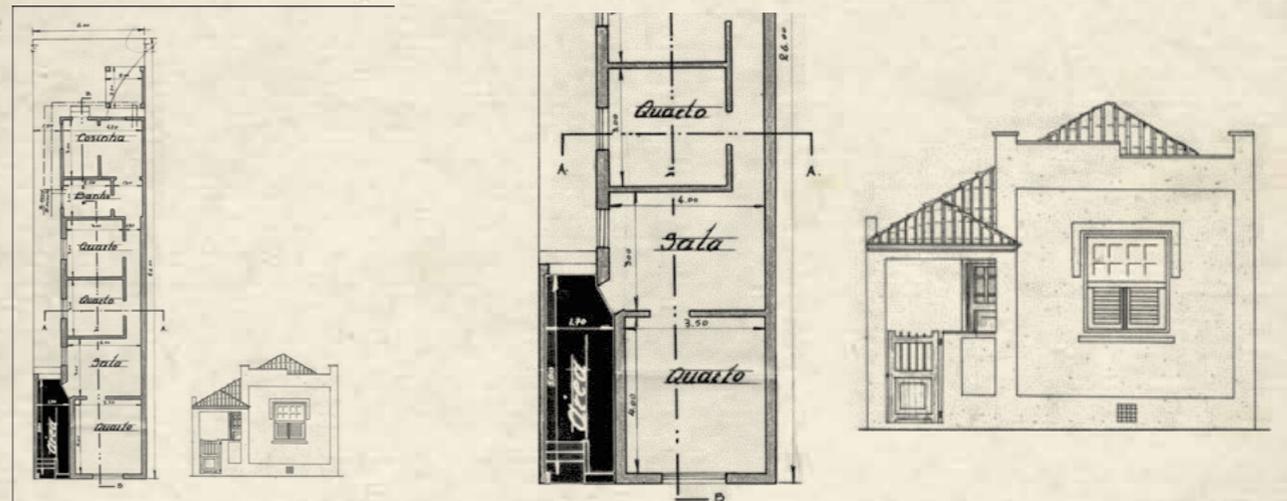


FIG.18: Planta arquitetônica e detalhe. Sala localizada no centro da planta, organizando a circulação interna para o quarto frontal e o restante da habitação, que é ainda individualizado pelo corredor interno. PC 218/48. (APH-RC)

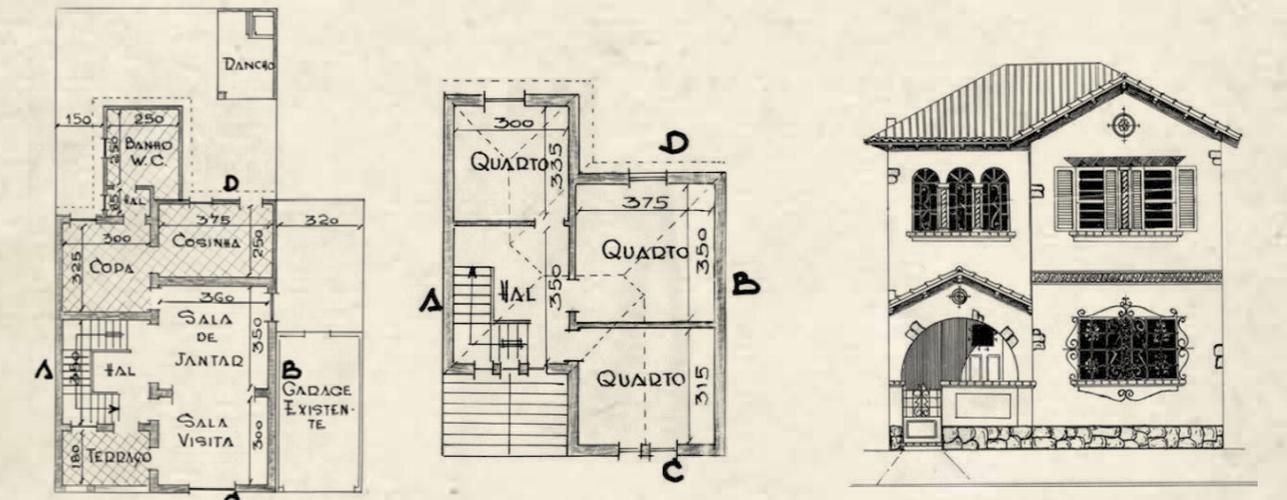


FIG.19: Salas de visitas e de jantar nas plantas de maiores dimensões, ambas com acesso pelo terraço e, neste caso de edificação sobradada, há o hall de distribuição da circulação vertical, que permite acesso ao pavimento superior. Na fachada, nota-se o destaque do arco do terraço e da janela da sala de visitas, valorizada por gradil em ferro. PC 292/48. (APH-RC)

Na situação mais frequente, tal como nas moradias dos Srs. Sebastião Manoel (PC 08/48) e Américo Bovo (PC 12/48), eram dois os quartos ou dormitórios, um frontal (com janela aberta diretamente para a rua, destacada na fachada por elementos decorativos) e outro localizado no centro da planta, com área média muito semelhante, em torno de 11,00m².^(Fig.20) Geralmente, as dimensões das plantas alteravam-se em área, para mais ou para menos, em virtude da maior ou menor ocorrência dos dormitórios, respectivamente, apesar de ser mais frequente o número reduzido de um^(Fig.21) dormitório do que o de três quartos de dormir.

O esquema de circulação interna, ora pela varanda ou sala, ora pelos estreitos corredores, garantia a privacidade, diferentemente do que ocorria na edificação colonial, onde as alcovas, localizadas no centro da planta, constituíam passagem para os cômodos situados na parte posterior da moradia. Importante apontar, nos exemplos estudados entre 1936 e 1960, a inexistência das alcovas, cômodos de permanência noturna, escuros e abafados por não possuírem aberturas para insolação e ventilação naturais, e que passaram a ser proibidas pela legislação municipal sobre construções, dada a sua situação de insalubridade.

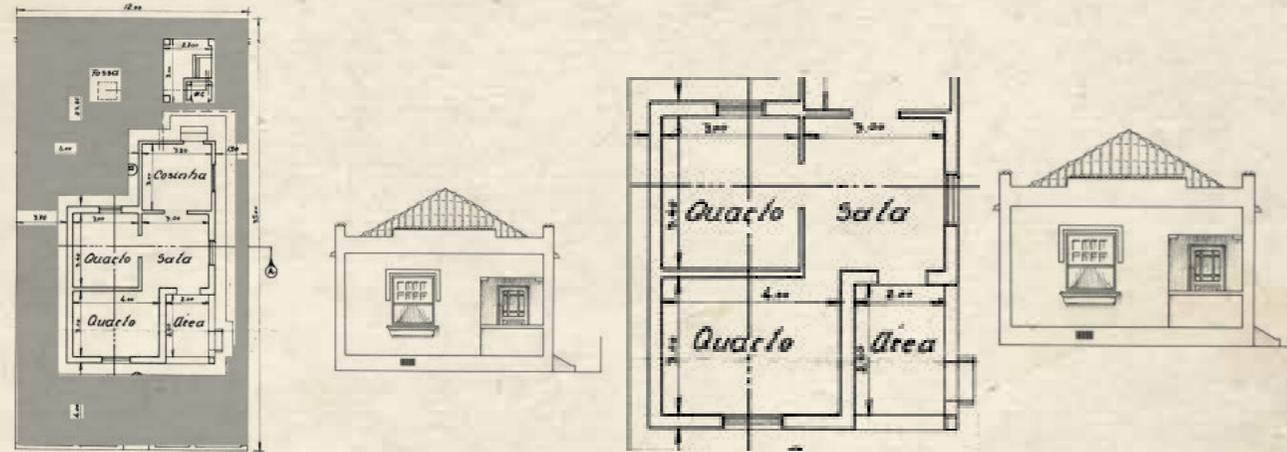


FIG.20: Planta arquitetônica e detalhe. Edificação residencial típica com dois dormitórios: o frontal, geralmente maior, neste caso, com 12,00m² (4,00m X 3,00m), e o segundo, no centro da planta, com 10,20m² (3,00m X 3,40m), representativos da média geral. PC 198/48. (APH-RC)

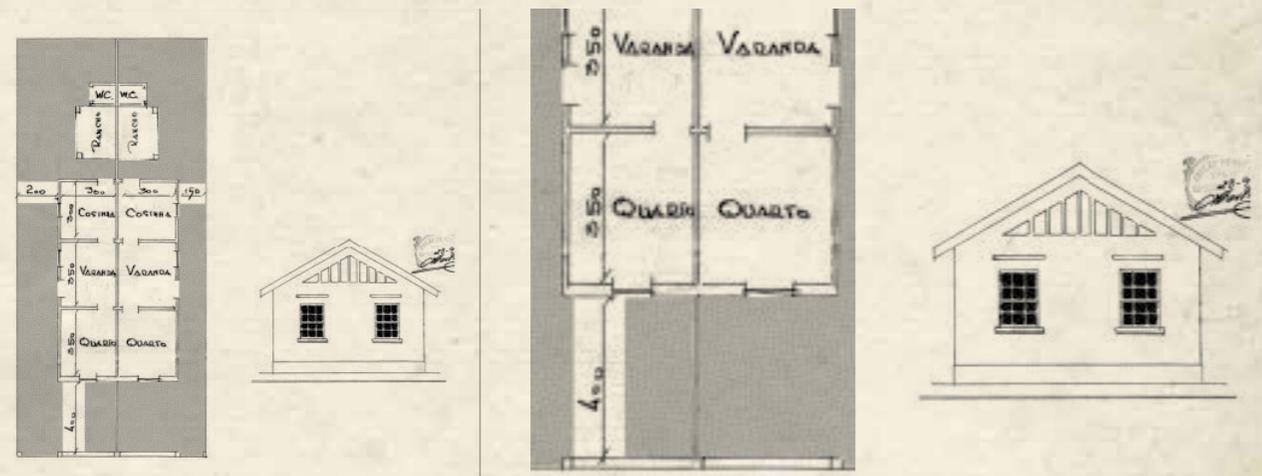


FIG.21: Planta arquitetônica e detalhe. Duas moradias, geminadas, de dimensões reduzidas, com um único dormitório de 10,50m² (3,00m X 3,50m), cuja janela frontal, em virtude do recuo de 4,00m, estava distante do movimento da rua. PC 398/48. (APH-RC)

A cozinha fazia parte do setor de serviços da casa e, em virtude das atividades de preparo dos alimentos, que exalavam odores e espalhavam fumaça, estava localizada na parte posterior da planta, próxima aos quintais, ainda utilizados como local de plantação de alimentos e criação de animais para consumo doméstico. Com média geral de 9,68m², essa peça

poderia constituir prolongamento da construção principal, com pé-direito baixo e espessura das paredes reduzida, muitas vezes sem forro no teto e sem ladrilhos no chão^(Fig.22) ou, nos casos mais recentes, fazia parte da edificação e, por economia de encaimento, estava próxima ao banheiro interno, constituindo com ele o convencional "par-hidráulico".^(Fig.23)



FIG.22: Planta arquitetônica e detalhe. Duas moradias, geminadas, com cozinha de 11,45m² (3,27m X 3,50m) na parte posterior da planta principal, próxima ao quintal. PC 108/48. (APH-RC)

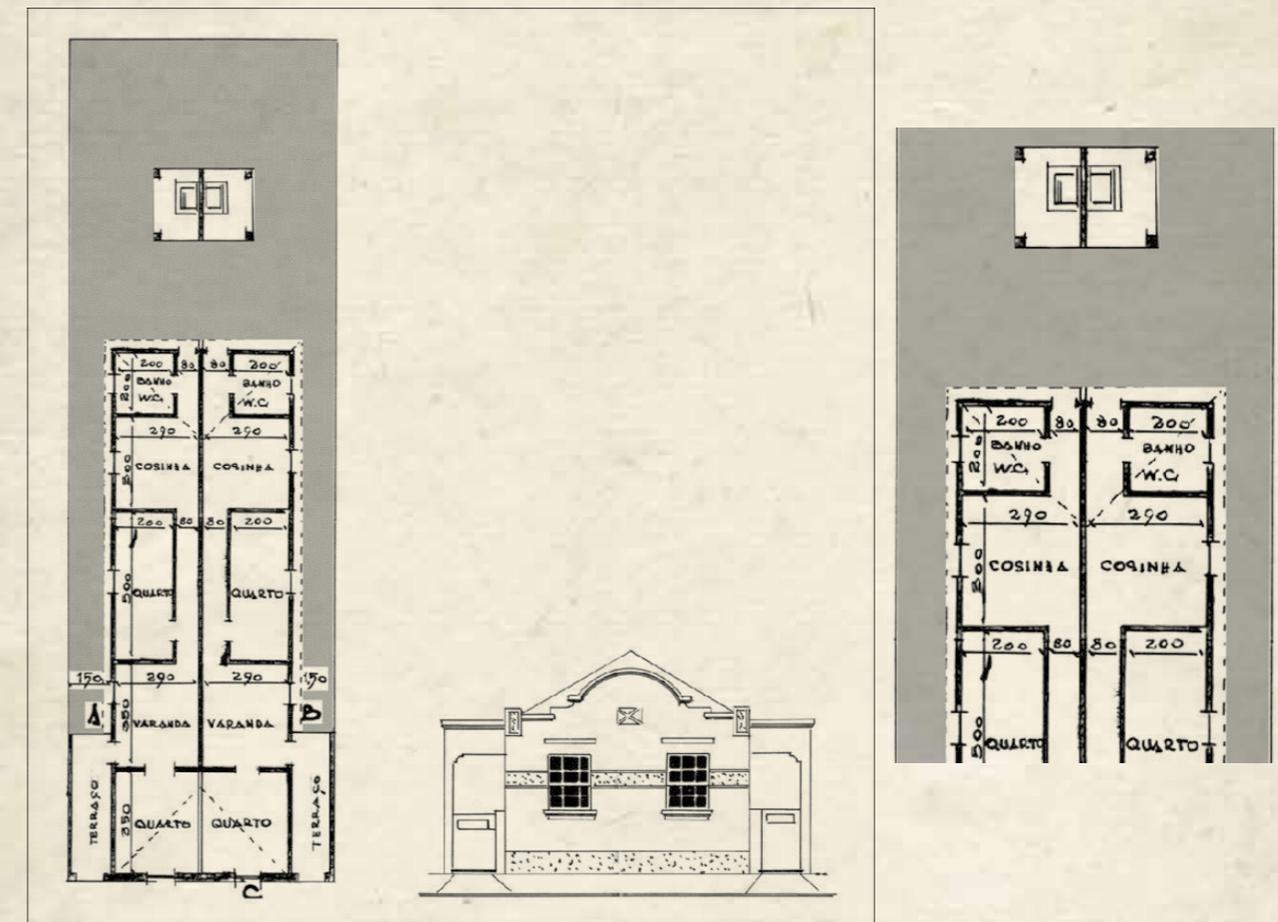


FIG.23: Planta arquitetônica e detalhe. Duas moradias, geminadas, com cozinha de 8,70m² (2,90m X 3,00m) compondo o "par-hidráulico" com o banheiro interno, com acesso ao quintal por estreito corredor interno. PC 150/48. (APH-RC)

Nos casos mais recentes, e nas plantas de maiores dimensões, observou-se que a cozinha estava associada à "copa", compondo conjunto destinado, respectivamente, ao preparo e à tomada das refeições.

(Fig.24) Em raros exemplos, a cozinha também estava acompanhada da despensa, com média geral de 6,96m², que era o cômodo específico para guardar certos alimentos e utensílios domésticos. (Fig.25)



FIG.24: Planta arquitetônica e detalhe. No setor de serviços da moradia, a cozinha de dimensão reduzida (5,42m², sendo 1,55m X 3,50m) era o local destinado ao preparo dos alimentos, e a copa, de maior área (8,75m², sendo 2,50m X 3,50m) era utilizada para a tomada das refeições. Notar que a cozinha estava próxima ao banheiro interno, compondo o "par-hidráulico". PC 72/48. (APH-RC)

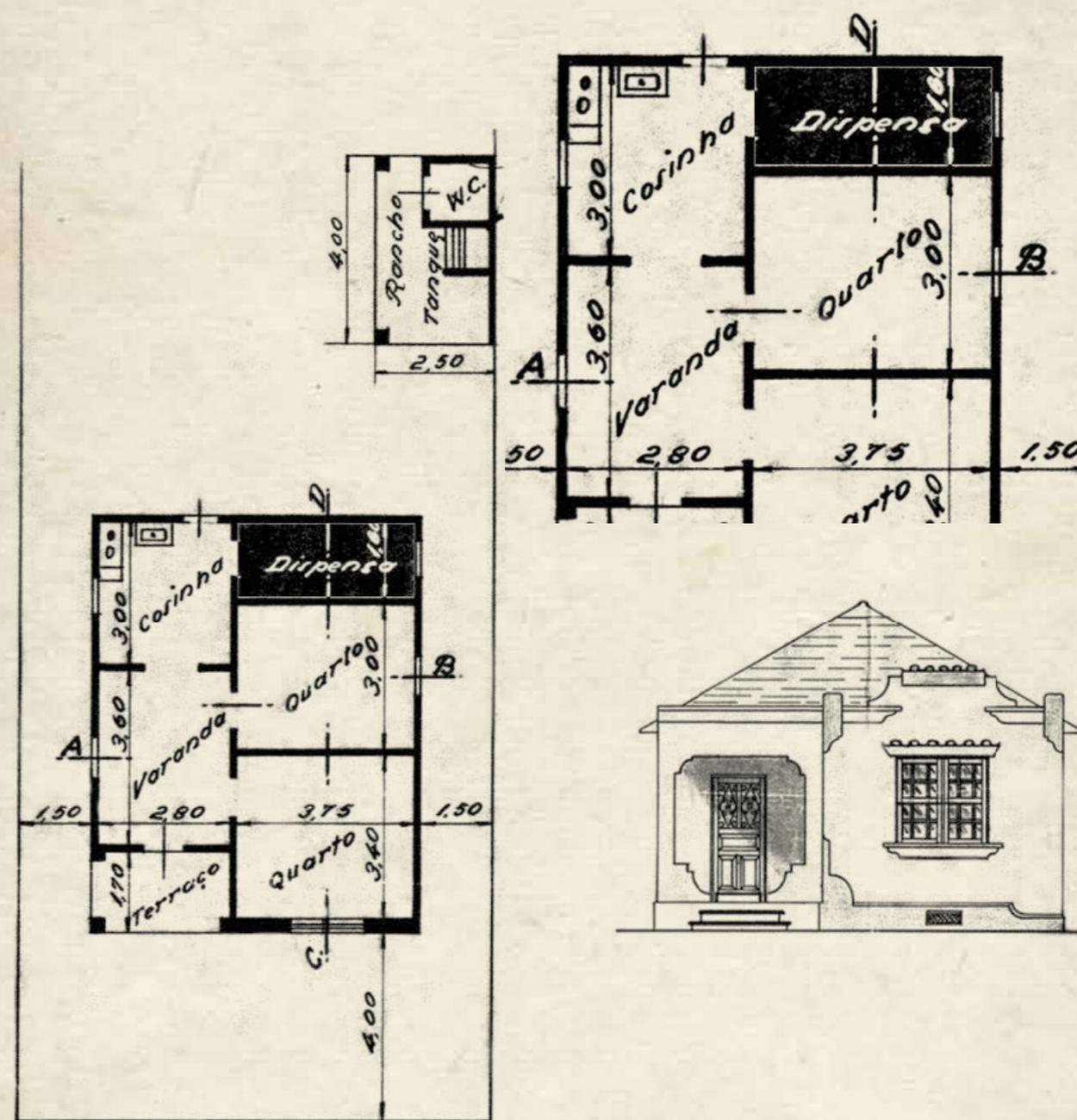


FIG.25: Planta arquitetônica e detalhe. No setor de serviços, a cozinha estava acompanhada de despensa, com 6,75m² (3,75m X 1,80m), que era o local para guardar certos alimentos e utensílios domésticos. Possivelmente, a família fazia suas refeições na varanda que, neste caso, acumulava as funções de estar social e íntimo, uma vez que a casa não possuía outro cômodo destinado ao recebimento de visitas. PC 95/48. (APH-RC)

Os banheiros poderiam estar localizados de duas maneiras: a) na situação mais frequente (Fig.26), o cômodo estava disposto no exterior do domicílio, em edificação anexa no quintal, junto do rancho para tanque ou em construção precária, de dimensões reduzidas, e isolada do corpo da casa e b) na situação menos fre-

quente (Fig.27), o cômodo fazia parte da edificação principal, próximo da cozinha e compondo com ela o referido "par-hidráulico", ainda que sem comunicação direta com os demais cômodos da moradia, conforme determinava a Legislação Municipal sobre construções.

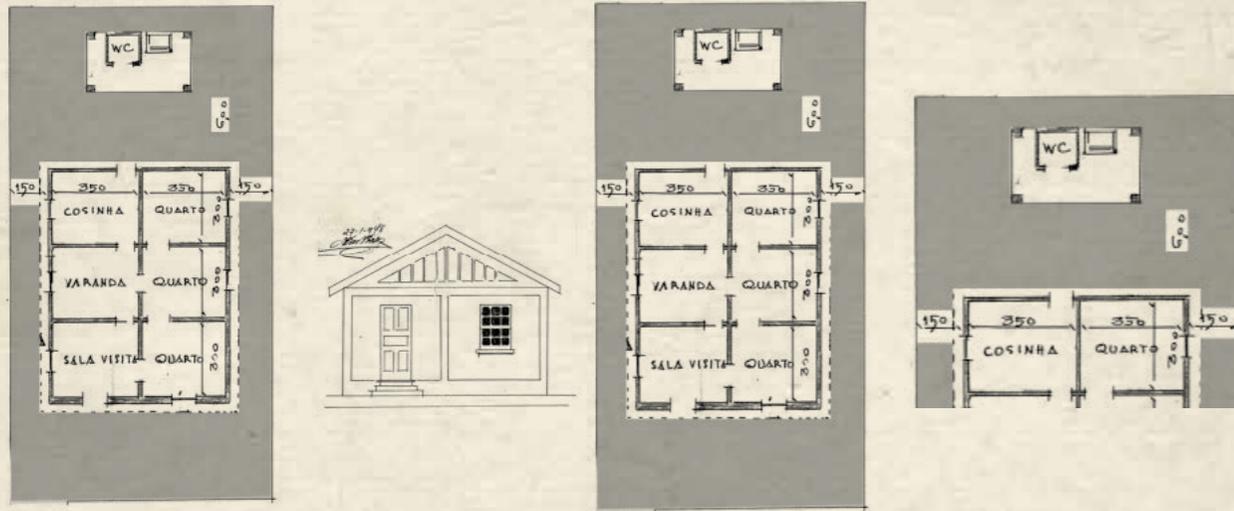


FIG.26: Planta arquitetônica e detalhe. No quintal, distanciada da edificação principal, com área reduzida e quase sempre com uma porta e sem janelas, precária construção era utilizada para banheiro, dispondo de pequena pia, chuveiro e vaso sanitário, raramente desenhados na planta. Neste caso, o W.C. (abreviação de "water-closet") dividia o espaço da construção com o tanque de lavar roupas. PC 30/48. (APH-RC)

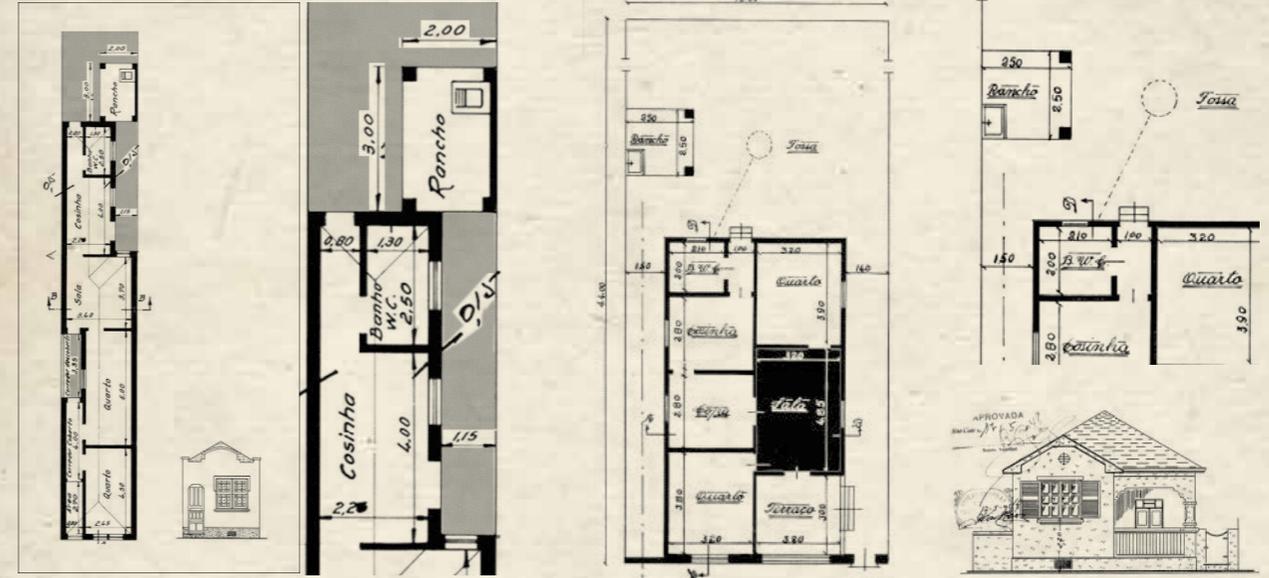


FIG.28: Plantas arquitetônicas e detalhe. No primeiro exemplo, no setor de serviços, na parte posterior da planta e vinculada à construção principal, o rancho para tanque era construção simplificada, sem paredes laterais, próximo ao quintal (utilizado para estender as roupas ao sol) e à cozinha (para economia dos encanamentos). No segundo exemplo, o rancho para tanque estava desvinculado da construção principal, em precária edificação anexa PC 19/52 e PC 209/48. (APH-RC)

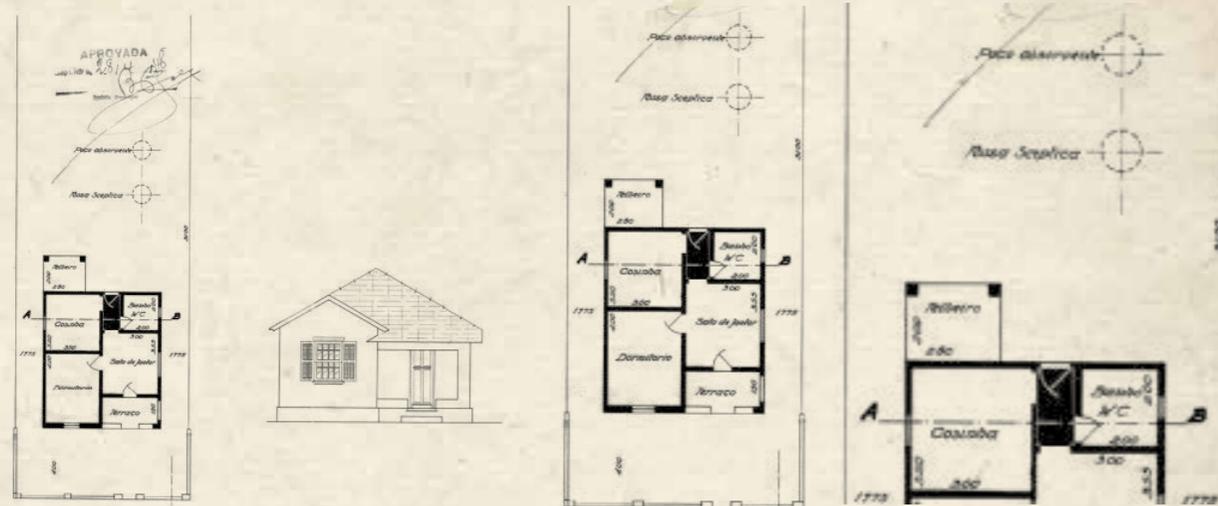


FIG.27: Planta arquitetônica e detalhe. No setor de serviços, o banheiro interno aparece nas plantas, sempre próximo da cozinha, mas sem comunicação direta com ela, de acordo com a legislação municipal sobre construções. Neste caso, verificou-se a marcação de fossa séptica no quintal, possivelmente local para a localização de outro W.C. externo, embora não desenhado na planta arquitetônica. PC 185/48. (APH-RC)

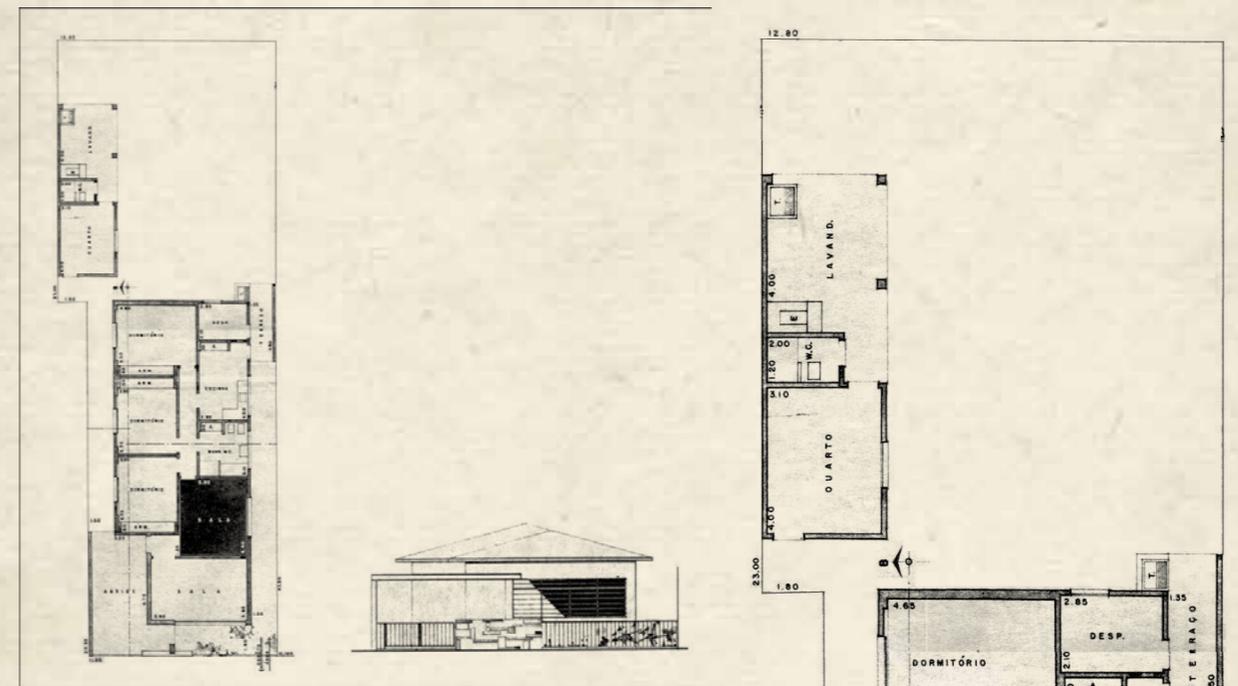


FIG.29: Planta arquitetônica e detalhe. No setor de serviços, na parte posterior da planta de 1960, a lavanderia estava localizada em construção anexa, que ainda apresentava dois cômodos designados como quarto e W.C., possivelmente utilizados para moradia do empregado doméstico ou para despejos. PC 278/60. (APH-RC)

O banheiro interno apareceu em 23,8% das novas edificações em 1936 e em 29,2% em 1948, com pequena redução nas dimensões médias do cômodo (de 5,17m² para 4,97m²). O considerável aumento da ocorrência ocorreu no banheiro externo que, em 1936, representava 26,2% e em 1948 estava presente em 70,0% das novas edificações residenciais, inclusive com o aumento da área de 1,36m² para 1,90m², ainda bastante menor que a dimensão da peça interna. Em 1936, metade (cerca de 50,0%) das novas construções não apresentava na planta arquitetônica peça destinada ao banheiro, fosse interno ou externo, taxa essa que foi reduzida significativamente para 0,8% em 1948.

A atividade de lavagem da roupa era resolvida no local denominado rancho para tanque que consistia em prolongamento da edificação principal, ou ainda estava improvisado em precária construção anexa (Fig.28), parcialmente fechada por paredes, ambas situadas na parte posterior da edificação, próximo da cozinha. Nos casos mais recentes, pode-se verificar peça destinada à lavanderia (Fig.29), com maior dimensão (12,40m², sendo 3,10m X 4,00m) e padrão construtivo igual ou semelhante à edificação principal. O rancho estava presente em 19,0% das casas em 1936 e em 83,3% em 1948, também com o aumento da área média de 4,93m² para 7,70m².

O depósito externo ou edícula (Fig.30) também estava localizada em edificação anexa, situada na parte posterior da edificação, tendo sua ocorrência aumentada de 7,1% em 1936, para 11,4% em 1948, assim como sua dimensão média de 6,83m² para

15,18m². Observou-se nas plantas dos exercícios finais, próximos ao ano de 1960, a maior frequência da peça denominada abrigo, localizada na parte frontal da moradia, destinada à guarda do automóvel particular.



FIG.30: Planta arquitetônica e detalhe. No setor de serviços, na parte posterior da planta de 1960, a lavanderia estava localizada em construção anexa, que ainda apresentava dois cômodos designados como quarto e W.C., possivelmente utilizados para moradia do empregado doméstico ou para despejos. PC 17/60. (APH-RC)

Quando existem, os espaços destinados à circulação podem ser denominados corredores e *halls* ou vestíbulos, cuja função é organizar os passos no interior do domicílio. Os primeiros normalmente são estreitos e compridos, longitudinais e conduzem os passos das peças frontais para as posteriores, isolando e garantindo a privacidade dos cômodos situados no centro da planta, frequentemente os dormitórios. Podem também constituir uma antecâmara, impedindo o acesso direto entre o banheiro interno e a cozinha^(Fig.31). Os segundos têm maiores dimensões, aparecem no centro da planta e no pavimento térreo das edificações sobra-

dadas, cuja escada possibilita o acesso ao pavimento superior.^(Fig.32) No geral, esses espaços aumentaram sua incidência de 28,6%, em 1936 para 43,2%, em 1948, inclusive na área média, respectivamente, de 1,80m² para 4,20m². Esses dados permitiram inferir que a maior parte das moradias rio-clarenses ainda não apresentavam esse dispositivo que permitia a individualização total das peças e que a circulação interna era, com frequência, resolvida através da sala, que distribuía os passos para a parte frontal, geralmente um quarto, e a parte posterior da planta, onde se localizavam os cômodos do setor de serviços.^(Fig.33)

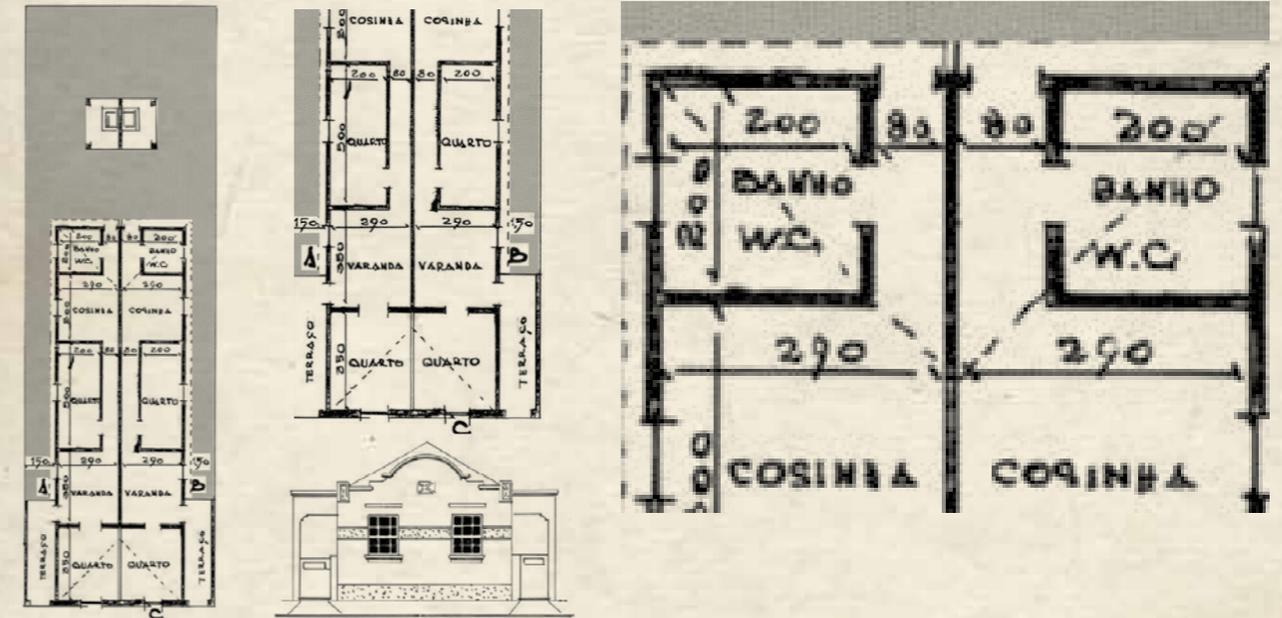


FIG.31: Planta arquitetônica e detalhes (corredor e antecâmara). Os corredores permitiam a circulação individualizada no interior da casa, garantindo a privacidade dos cômodos, diferentemente do que ocorria na casa tradicional, nas quais as peças situadas no centro da planta, geralmente as alcovas, constituíam passagem para as demais, localizadas na parte posterior da construção e ainda para o quintal. PC 150/48. (APH-RC)

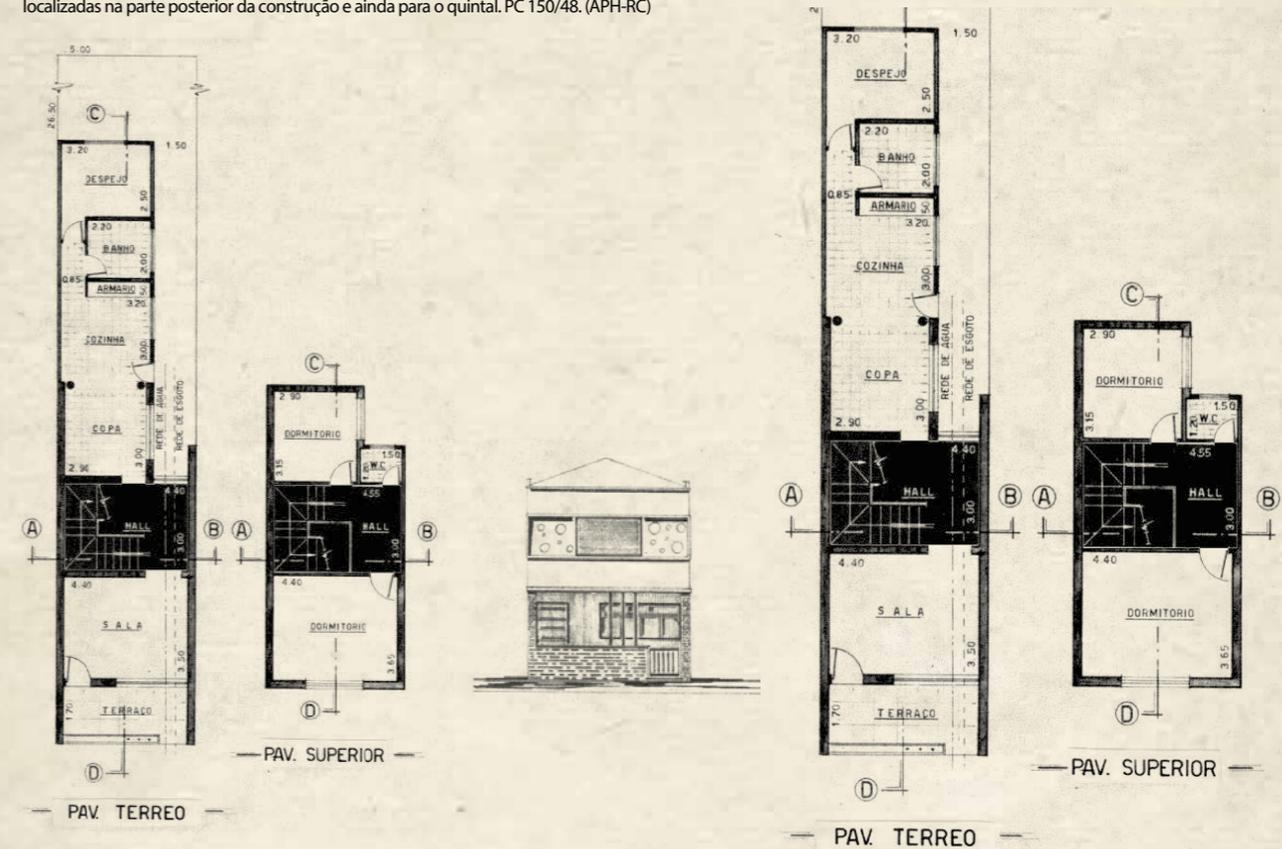


FIG.32: Planta arquitetônica e detalhe. Nas construções residenciais sobradadas, geralmente a escada para o acesso ao pavimento superior estava localizada no vestíbulo ou hall. PC 553/60. (APH-RC)

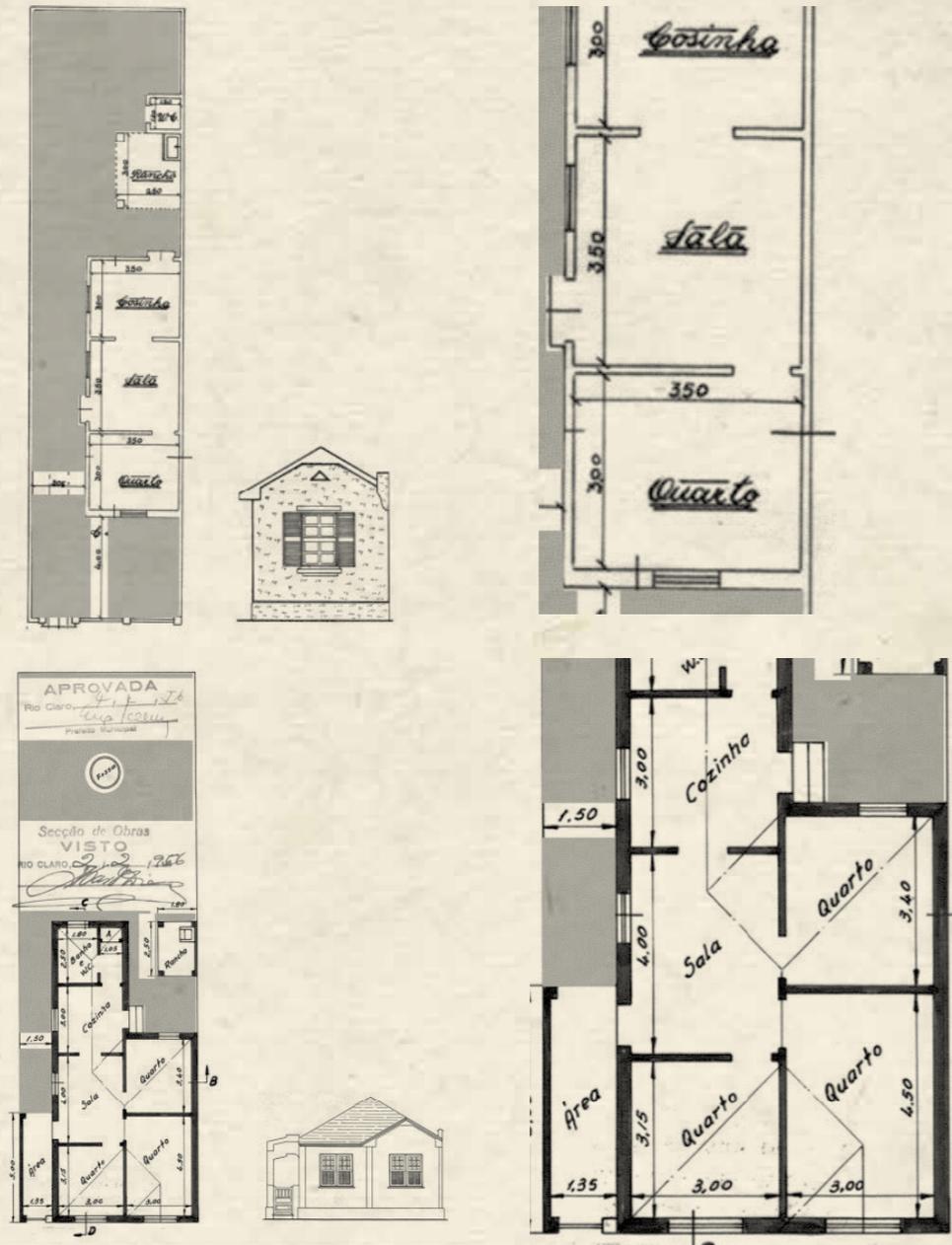


FIG.33: Planta arquitetônica e detalhe. Na maior parte das construções residenciais rio-clarenses a sala organizava a circulação e distribuía os passos para as partes frontal (quarto) e posterior da edificação (cozinha e banheiro) e o quintal. PC 286/48 e PC 28/56. (APH-RC)

Observou-se que a expressiva maioria das moradias era térrea e de uso unicamente residencial, com taxas médias de 96,9% e 95,5%, respectivamente. Poucas foram as solicitações para construções sobradadas, em que a casa se organizava na sequência tradicional, porém com os dormitórios localizados no pavimento superior independentemente da dimensão da planta arquitetônica.^(Fig.34) A peça destinada ao uso misto complementar (loja, armazém e salão) sempre estava localizada na parte frontal da edificação e no alinhamento

(valendo-se da proximidade com a rua), preferencialmente em lote de esquina e, raramente, apresentava comunicação direta com o interior do domicílio. Após esse cômodo, a planta organizava-se na conhecida sequência de peças, iniciando geralmente pela sala ou dormitório. O uso misto sempre estava localizado no pavimento térreo, ocupando parte dele tanto nas edificações de um só pavimento^(Fig.36) como nos sobrados^(Fig.37), ou ainda a sua totalidade nas edificações de mais de um pavimento.^(Fig.38)

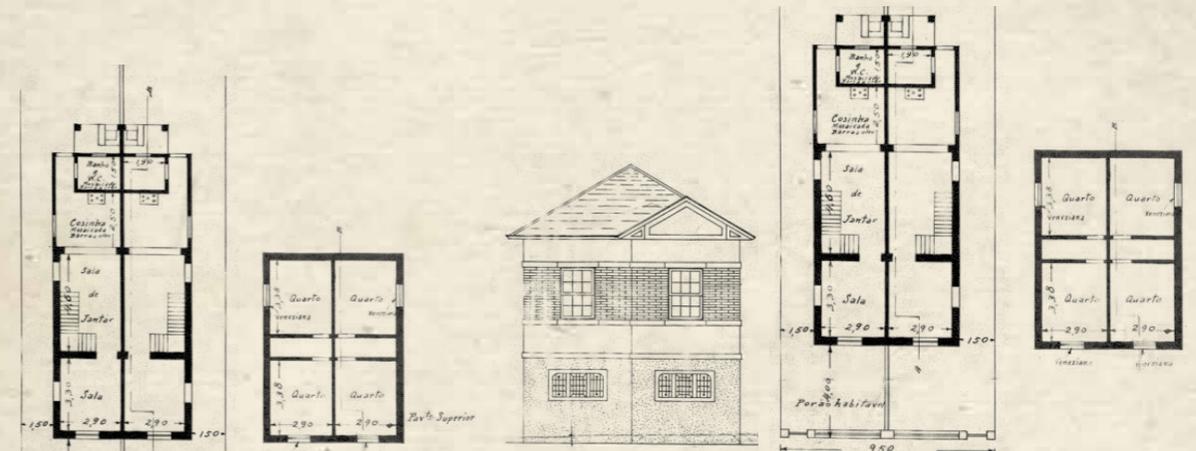


FIG.34: Planta arquitetônica e detalhe. Sobrado geminado em espelho, cujas plantas arquitetônicas das duas moradias idênticas organizavam-se como sequência de cômodos, como nas plantas tradicionais, com os quartos localizados no pavimento superior, acessados por escada que ocupava parte da sala de jantar. Notar que o banheiro permanece no pavimento térreo, na parte posterior da planta, próximo da cozinha. PC 01/36. (APH-RC)

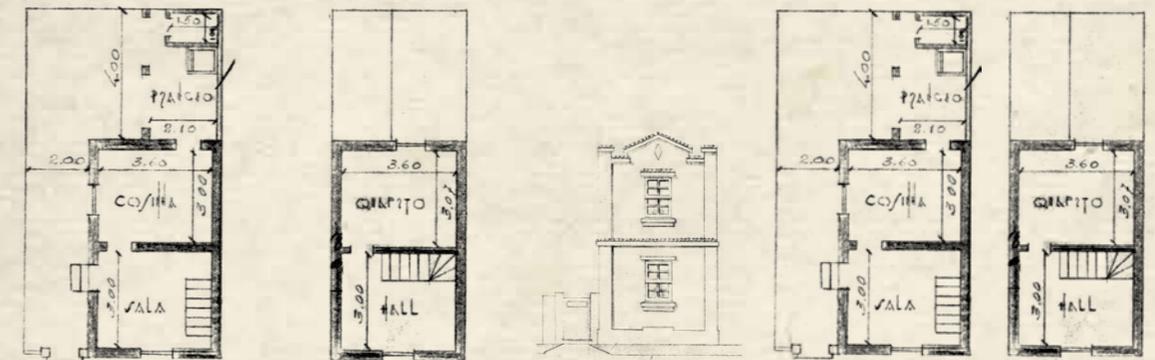


FIG.35: Planta arquitetônica e detalhe. Edificação sobradada, com reduzidas dimensões de lote e de planta arquitetônica, organizada na tradicional sequência de cômodos, com o único quarto localizado no pavimento superior, acessado por escada que ocupava parte da sala. PC 252/48. (APH-RC)

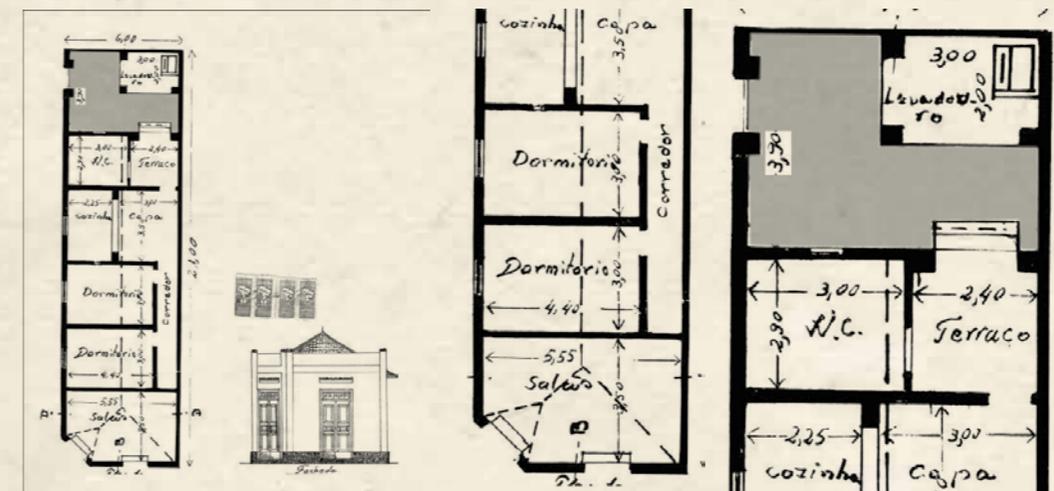


FIG.36: Planta arquitetônica e detalhes. Edificação térrea com uso misto complementar localizado na parte frontal da planta, em comunicação direta com a rua, mas sem acesso ao interior do domicílio. Valendo-se das duas possibilidades de alinhamento do lote de esquina, a entrada da casa acontecia na lateral do lote, em acesso secundário pelo quintal e pelo terraço. PC 224/48. (APH-RC)

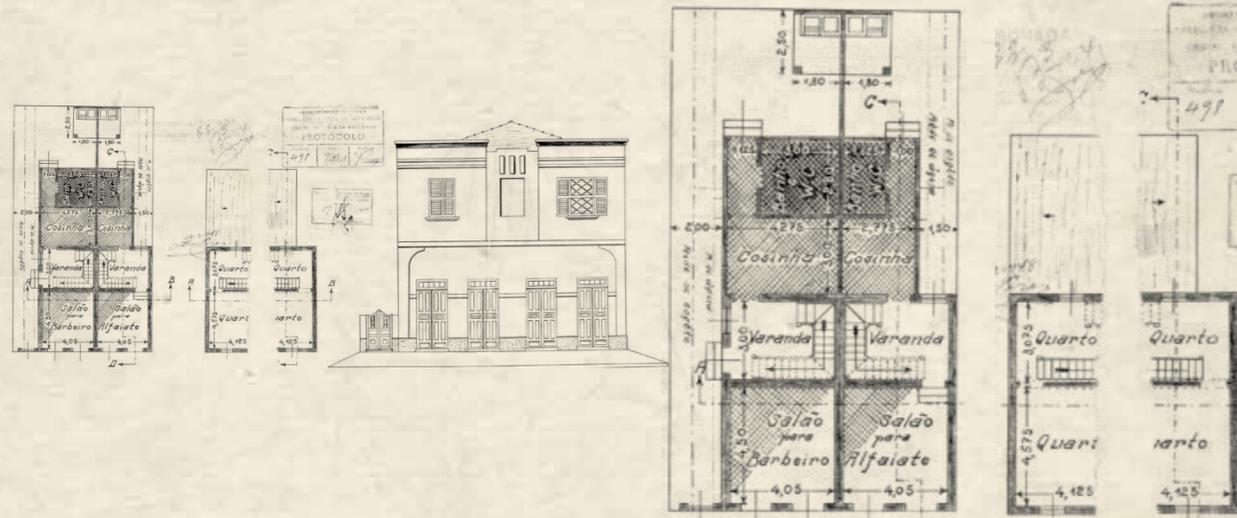


FIG.37: Planta arquitetônica e detalhe. Sobrado com uso misto complementar ocupando parte da área do primeiro pavimento. Os espaços destinados às duas moradias (edificação geminada em espelho) estavam localizados tanto no térreo (setores de estar e de serviços) quanto no pavimento superior (dois quartos cada uma), com acessos independentes. PC 116/48. (APH-RC)

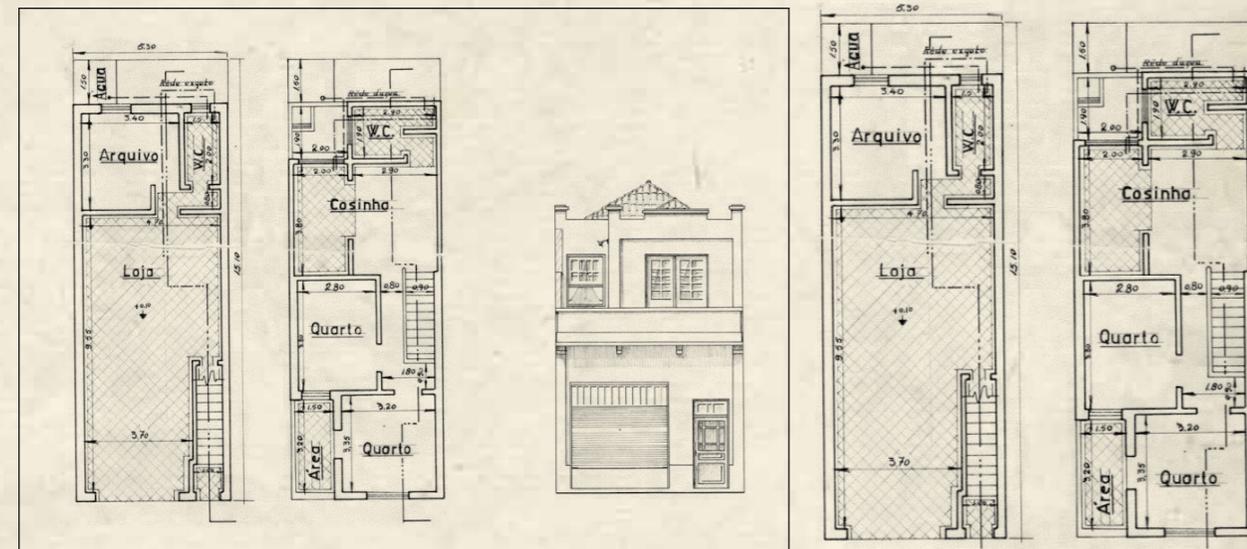


FIG.38: Planta arquitetônica e detalhe. Sobrado com uso misto complementar ocupando toda a área do pavimento térreo. A moradia propriamente dita estava localizada no pavimento superior, com acesso independente. PC 200/48. (APH-RC)

Em toda a extensão do período estudado, observou-se pouca variação no estilo arquitetônico e na composição das fachadas, basicamente restrita aos detalhes de ornamentação dessa face principal da construção.^(Fig.39) Muitos foram os exemplos em que a composição da fachada apresentava bastante semelhança, independentemente do responsável pela sua concepção.^(Fig.40) Na expressiva maioria dos exemplos, a porta principal e as janelas frontais receberam moldu-

ras e acabamentos em cimento, os terraços tiveram seu parapeito ornamentado por balaústres e, no caso das construções recuadas ou afastadas da lateral dos lotes, a marcação do alinhamento estava garantida pelo muro e gradil em madeira ou em ferro trabalhado. A obrigatoriedade da elaboração desse desenho estava determinada na legislação municipal sobre construções, que solicitava harmonia na composição.

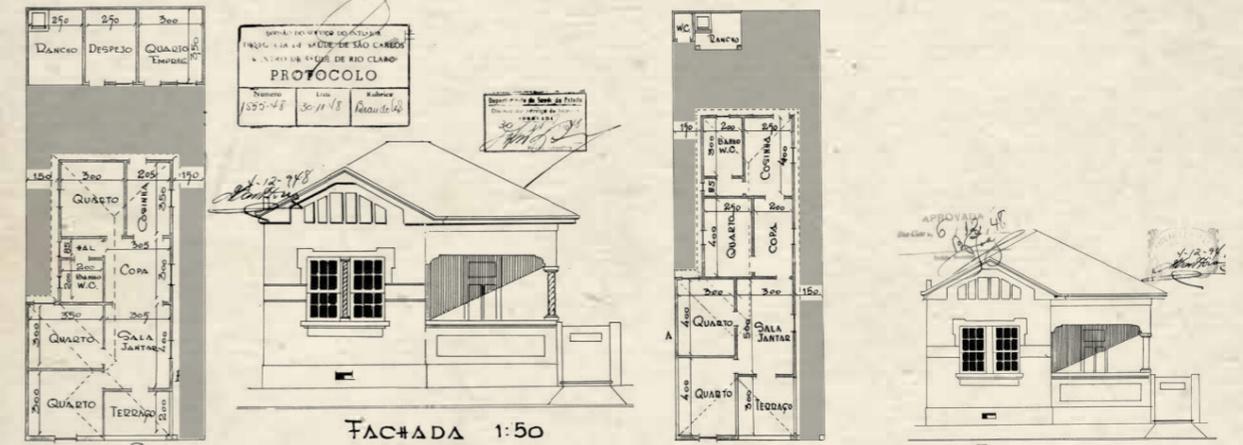


FIG.39: Planta arquitetônica e desenho da fachada. Nota-se que, embora haja pequena diferença na organização das plantas arquitetônicas, que têm praticamente as mesmas implantação e área interna, as fachadas recebem elementos compositivos idênticos. Ambas foram projetadas pelo engenheiro Flávio Santomauro. PC 482/48 e PC 483/48. (APH-RC)



FIG.40: Desenho da fachada. Observou-se bastante semelhança na organização compositiva das fachadas. Nos dois primeiros exemplos, os projetos são do engenheiro Flávio Santomauro e nos dois outros, do projetista e construtor licenciado, Odorico Glória, todas do ano de 1948. PC 482/48, PC 483/48, PC 375/48 e PC 184/48. (APH-RC)

Na análise dos desenhos observou-se a ocorrência de porões nas construções mais antigas, com a função de isolar o pavimento da umidade do solo, e o seu desaparecimento nas mais recentes, em virtude da utilização de materiais para impermeabilização do terreno e dos alicerces.^(Fig.41) Verificou-se a utilização de platibandas ocultando

os telhados em “duas águas”, ainda ornamentadas com elementos da arquitetura tradicional, numa mistura de estilos, e o início da utilização das coberturas executadas em concreto, do tipo “laje andorinha”, mais próximas do repertório formal da arquitetura moderna brasileira, seja na solicitação individual^(Fig.42), como na construída em conjunto.^(Fig.43)



FIG.41: Desenho da fachada. Observar a existência do porão nas moradias do ano de 1948, presença denunciada pela abertura sob a janela frontal, fechada por gradil de ferro (que permitia a entrada e a constante renovação do ar) e a sua ausência na construção de 1952 que, possivelmente, utilizou material para impermeabilização do solo e dos alicerces. PC 12/48, PC 13/48, PC 461/60 e PC 66/60. (APH-RC)

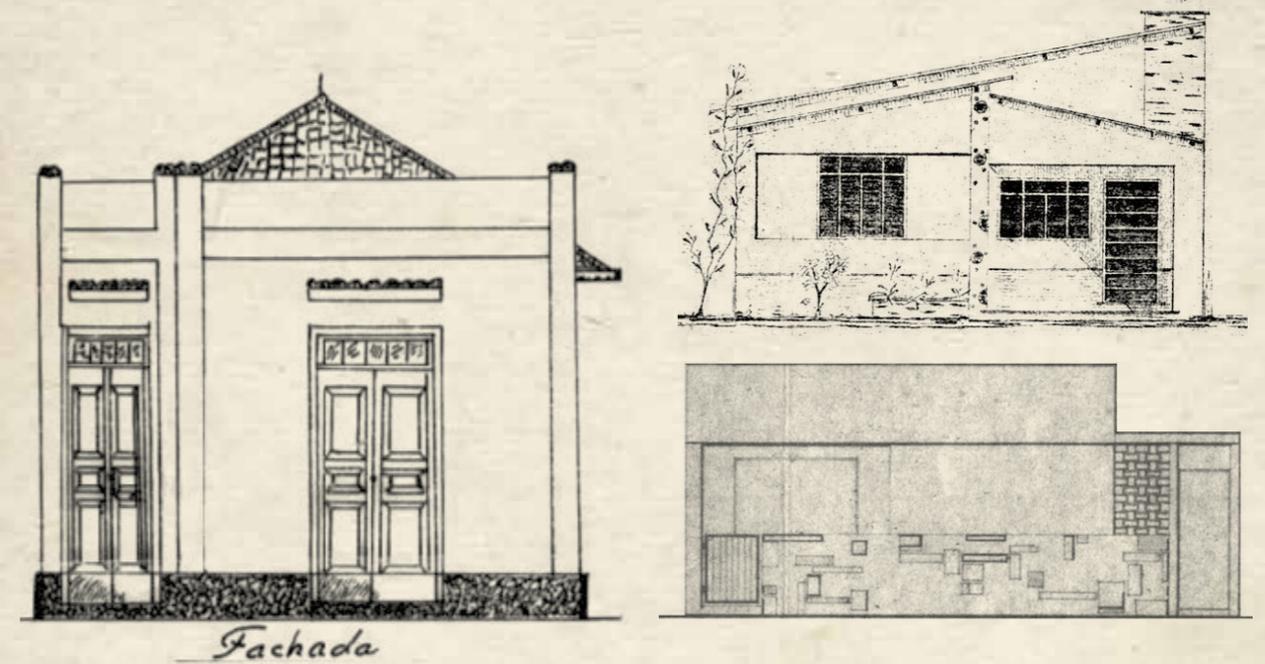


FIG.42: Desenho da fachada. Nos primeiro desenho, a construção com platibanda ocultava o telhado em “duas águas” na solicitação de 1948, e nos dois últimos, as coberturas em laje plana nas construções de 1960. PC 224/48, PC 17/60 e PC 235/60. (APH-RC)

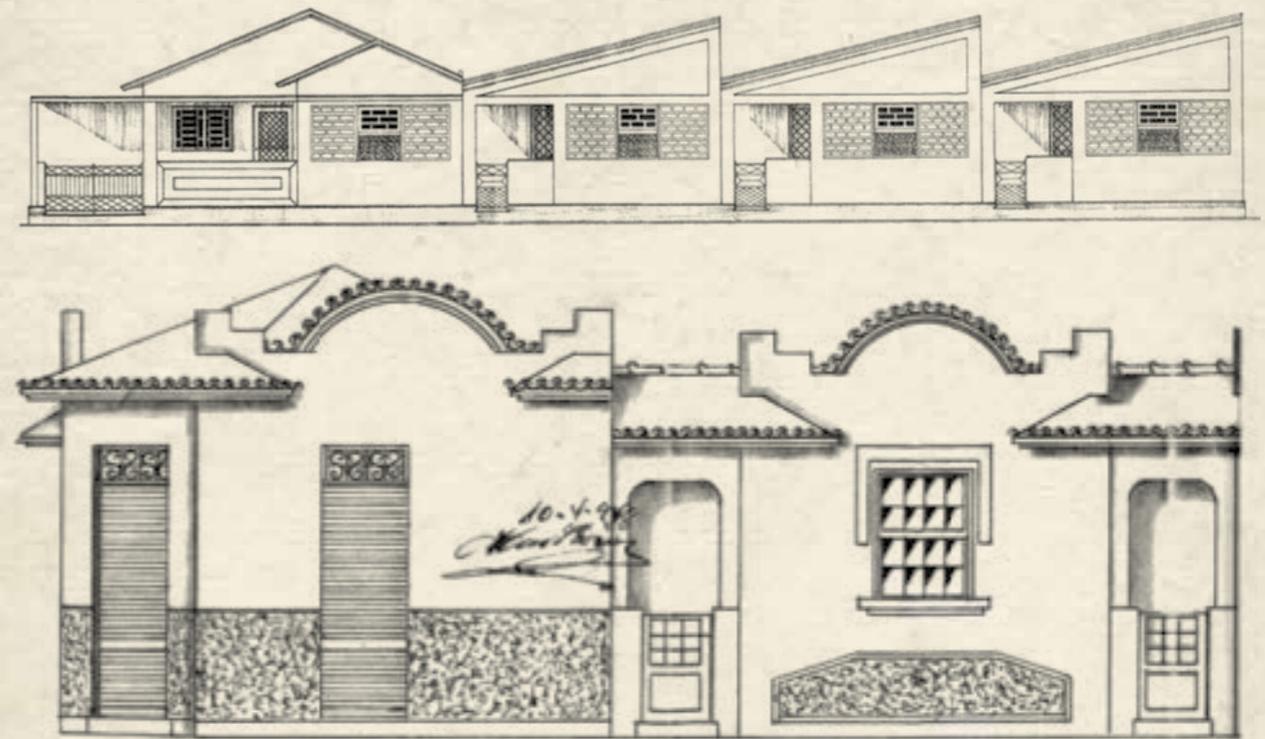


FIG.43: Desenho da fachada. Construções com platibanda ocultando os telhados em “duas águas” na solicitação de conjunto de moradias em 1948 e coberturas em laje de andorinha nas construções em conjunto de 1960. PC 152/48 e PC 327/60. (APH-RC)

Legislação

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 5 DE OUTUBRO DE 1988*

Título VIII

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção II

Da Cultura

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - produção, promoção e difusão de bens culturais;

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV - democratização do acesso aos bens de cultura;

V - valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na for-

ma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

[...]

*Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> [Cap-turado em 14 abr. 2009]

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. *

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;

2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país;

3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;

4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;

5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II

DO TOMBAMENTO

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Art. 9º O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, den-

tro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, si o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.

2) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo.

3) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, afim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equiparará ao definitivo.

CAPÍTULO III

DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 11. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios,

inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3º A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14. A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultu-

ral, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15. Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do país, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá, nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, não podendo os

respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 21. Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 22. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º É nula alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o seqüestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta, enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Art. 24. A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus

nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único. A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração, que exceder.

Art. 29. O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único. Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente, antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 6.12.1937

*Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del0025.htm> [Capturado em 14. 04.2009]

PORTARIA FEDERAL Nº 11/1986/SPHAN*

Dispõe as normas para a instauração dos processos de tombamento.

O **SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o disposto no Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

Considerando especialmente o disposto no artigo 16, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional, aprovado pela Portaria Ministerial n. 313, de 8 de agosto de 1986; e Considerando a necessidade de consolidação das normas de procedimento para os processos de tombamento, no âmbito da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, resolve:

Da Instauração do Processo de Tombamento

Art. 1º. A inscrição de bens os Livros de Tombo a que se refere o Decreto-Lei nº 25/37 será precedida de processo.

Art. 2º. Toda pessoa física ou jurídica será parte legítima para provocar, mediante proposta, a instauração do processo de tombamento.

Art. 3º. A proposta de tombamento poderá ser dirigida:

I - às Diretorias Regionais da SPHAN em cuja área de jurisdição o bem se situar;

II - ao Secretário da SPHAN; ou

III - ao Ministro de Estado da Cultura.

Art. 4º. Proposto o tombamento perante as Diretorias Regionais ou quando destas for a proposição, o respectivo pedido, devidamente instruído, será encaminhado à Coordenadoria de Proteção, que o remeterá à Coordenadoria de Registro e Documentação para a abertura do competente processo de tombamento.

§ 1º No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens imóveis, a instrução do pedido constará de estudo, tanto quanto possível minucioso, incluindo a descrição do(s) objeto(s) de sua(s) área(s), de seu(s) entorno(s), a apreciação do mérito de seu valor cultural, existência de reiteração e outras documentações necessárias ao objetivo da proposta, tais como informações precisas sobre a localização do bem ou dos bens, o(s) nome(s) do(s) seu(s) proprietário(s), certidões de propriedade e de ônus reais do(s) imóvel(s), o(s) seu(s) estado(s) de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e plantas.

§ 2º No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens móveis, a instrução do pedido constará de descrição pormenorizada do objeto, se se tratar de peça única ou da relação detalhada de peças componentes de coleção, listadas uma a uma, mencionando-se o material empregado, as dimensões de cada unidade e outras características que as individualiza, assim como de informações precisas sobre a localização, o proprietário e/ou responsável pela guarda do(s) objeto(s) e seu estado de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e análise do valor desses bens para o patrimônio cultural do País.

Art. 5º. Na hipótese de ser a proposta de tombamento dirigida ao Secretário da SPHAN ou ao Ministro de Estado da Cultura, esta será remetida à Coordenadoria de Registro e Documentação para a abertura do competente processo de tombamento.

Art. 6º. Instaurado o processo de tombamento, a Coordenadoria de Registro e Documentação o remeterá à Coordenadoria de Proteção, que, em se tratando do previsto no artigo anterior, o enviará à Diretoria Regional em cuja jurisdição o bem se localizar, a fim de que seja observado o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 4º.

Art. 7º. Em caso de urgência decorrente de ameaça, iminente à integridade do patrimônio cultural do País, a Coordenadoria de Proteção poderá, excepcionalmente, dispensar a instrução técnica da Diretoria Regional respectiva.

Art. 8º. Uma vez instaurado o processo, e se se verificar a ocorrência de reiteração pela Coordenadoria de Proteção, esta determinará que

seja apensado aos autos o material constitutivo da proposta anterior.

Art. 9º. A Coordenadoria de Proteção comunicará ao proponente e à Diretoria Regional respectiva, por ofício, a instauração do processo de tombamento, cujas cópias serão encaminhadas ao Secretário da SPHAN.

Da Avaliação Técnica da Proposta

SEÇÃO I

Da Apreciação pelos Órgãos da SPHAN

Art. 10. Para avaliação técnica da proposta de tombamento, a Coordenadoria de Proteção promoverá a complementação dos elementos indispensáveis ao ajuizamento dos requisitos necessários, a fim de que o objeto da proposta deva constituir parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 11. A Coordenadoria de Proteção contará, no desempenho de suas atribuições, com o apoio dos diversos órgãos da SPHAN e da Fundação Nacional Pró-Memória, valendo-se de serviços externos públicos ou privados, sempre que se fizer necessário.

Art. 12. Ultimada a instrução, a Coordenadoria de Proteção emitirá pronunciamento acerca da proposta de tombamento. Sendo favorável, encaminhará o processo respectivo à Coordenadoria Jurídica da SPHAN.

Art. 13. Na hipótese de a Coordenadoria de Proteção pronunciar-se contrária à proposta de tombamento, encaminhará o processo ao Secretário da SPHAN, que determinará o seu arquivamento ou reestudo.

Parágrafo Único. Ficará a critério do Secretário da SPHAN a apreciação pelo Conselho Consultivo dos casos previstos no “caput”, “in fine”, desse artigo.

Art. 14. À Coordenadoria Jurídica caberá o exame do processo sob os aspectos da legalidade, motivação e instrução do ato administrativo.

Art. 15. Examinado o processo, a Coordenadoria Jurídica sugerirá ao Secretário da SPHAN:

I - a notificação cabível, prevendo a possibilidade de impugnação, bem como as implicações decorrentes do tombamento, em se tratando de pessoa física ou jurídica de direito privado;

II - a notificação cabível, para cumprimento dos efeitos do tombamento, sempre que se tratar de bem particular cuja proposta haja sido feita pelo respectivo proprietário ou, ainda, em caso de bens pertencentes a pessoas jurídicas de direito público.

Parágrafo único. A notificação ao proprietário será feita por edital ou individualmente, a critério da Coordenadoria Jurídica, conforme recomende a natureza do bem objeto do tombamento e/ou a documentação de propriedade constante do processo.

Art. 16. Expedida a notificação a que se refere o artigo anterior, dela e de seus efeitos legais a Coordenadoria Jurídica dará imediato conhecimento à Prefeitura o Município onde o bem se achar localizado, sempre que se tratar de imóvel.

Art. 17. O proprietário, no caso tratado pelo artigo 15, inciso I, terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para anuir ou impugnar o tombamento.

§ 1º Anuído, expressa ou tacitamente o tombamento, o processo será imediatamente remetido ao Secretário da SPHAN.

§ 2º Impugnado o tombamento, será o processo encaminhado à Coordenadoria de Proteção, para sustentar a iniciativa quanto ao mérito, e à Coordenadoria Jurídica, para opinar sobre os aspectos legais eventualmente suscitados, após o que, o processo será encaminhado ao Secretário da SPHAN.

SEÇÃO II

Do Julgamento pelo Conselho Consultivo e pelo Ministro de Estado da Cultura

Art. 18. Recebendo o processo de tombamento devidamente instruído, o Secretário da SPHAN o distribuirá, em reunião do Conselho Consultivo, a um dos seus membros. Quando convier à Administração, poderá a distribuição efetivar-se por despacho.

Parágrafo único. Conforme o disposto no inciso 3º, do artigo 9º, do Decreto-Lei n. 25/37, contar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da distribuição referida no “caput”, para decisão do Conselho a respeito da matéria.

Art. 19. A decisão do Conselho Consultivo, certificada pelo Secretário da SPHAN, constará do processo, ao qual se juntará também cópia da ata da respectiva reunião.

Art. 20. Sendo favorável a decisão, o processo retornará à Coordenadoria Jurídica para exame das formalidades legais e elaboração de minuta de ofício, encaminhando o processo ao Ministro de Estado da Cultura.

Art. 21. A homologação ou não do tombamento compete ao Ministro de Estado da Cultura, conforme estabelecido em lei.

Art. 22. Negada homologação à decisão do Conselho Consultivo, o Secretário da SPHAN ordenará o arquivamento do processo, expedindo comunicação ao Conselho Consultivo, ao proprietário, ao proponente e à Diretoria Regional correspondente.

Art. 23. Homologada a decisão do Conselho Consultivo, o Secretário da SPHAN, ouvidas a Coordenadoria de Proteção e a Coordenadoria Jurídica, determinará a inscrição do bem no Livro ou nos Livros de Tombo correspondentes.

Art. 24. O Secretário da SPHAN determinará o imediato cumprimento da disposição de que trata o artigo anterior, cabendo-lhe também, providenciar seja feita a inscrição:

I - publicada na Imprensa Oficial Federal; e/ou

II - comunicada, por qualquer meio:

- à Diretoria Regional sob cuja jurisdição se encontrar o bem tombado, assim como ao Governador do Estado e ao Prefeito do Município e, quando for o caso, à Capitania dos Portos, Regiões Metropolitanas e entidades que tenham interesse direto ou indireto no bem tombado; - ao proprietário, quando se tratar de bem particular, ou tratando-se de bem público, à entidade a que pertencer e, sendo diversa, também àquela sob cuja guarda estiver.

Art. 25. A Coordenadoria Jurídica minutará o expediente necessário para atendimento das providências de que trata o artigo anterior.

Das Disposições Gerais

Art. 26. O Secretário da SPHAN poderá delegar, no todo ou em parte, as atribuições a ele conferidas na presente Portaria, desde que não se-

jam conflitantes com a sua competência privativa, determinada pelo Decreto-Lei n. 25/37.

Art. 27. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ângelo Oswaldo de Araújo Santos

*Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_11_de_11_de_setembro_de_1986.pdf [Capturado em 26.08.2015]

LEI Nº 10.247, DE 22/OUT/1968, CRIA O CONDEPHAAT*.

Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo Artigo 128 da Constituição Estadual e dá outras providências: O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º – O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado, criado pelo art. 128 da Constituição Estadual, fica diretamente subordinado ao Secretário de Cultura Esportes e Turismo, e se regerá pelo disposto nessa lei.

Artigo 2º – Competirá ao Conselho a adoção de todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou turístico, bem assim dos recantos paisagísticos, que mereçam ser preservados.

Parágrafo Único – Caberá ao Conselho, para efetivação do disposto neste Artigo:

I – propor às autoridades competentes o tombamento de bens nele referidos, bem como solicitar a sua desapropriação quando tal medida se fizer necessária;

II – celebrar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, visando à preservação do patrimônio de que trata este Artigo;

III – propor a compra de bens móveis ou seu recebimento em doação;

IV – sugerir a concessão de auxílio ou subvenções a entidades que objetivem as mesmas finalidades do Conselho, ou a particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico ou turístico;

V – ter a iniciativa de projetar e executar às expensas do Estado as obras de conservação e restauração de que necessitem os bens públicos ou particulares discriminados neste Artigo;

VI – cadastrar os bens tombados na forma da legislação vigente;

VII – adotar outras providências previstas em regulamento.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de outubro de 1968. ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, Governador do Estado

Orlando Gabriel Zancaner, Secretário de Cultura, Esportes e Turismo

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de outubro de 1968

*Disponível em http://www.cultura.sp.gov.br/SEC/Condephaat/Legislacao/LEI%2010.247.%20DE%2022.10.1968_cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20CONDEPHAAT.pdf [captura em 26.08.2015]

Decretos a serem considerados:

O [Decreto Estadual nº 13.426](#), de 16/mar/1979, revogado pelo de nº 20.955, de 01/jun/1983 – exceto quanto aos Artigos 134 a 149 que permanecem em vigor por força do Artigo 158 do Decreto 50.941 – disciplina o processo de tombamento, o [Decreto Estadual nº 48.137](#), de 07/out/2003, altera a redação do Artigo 137 do Decreto nº 13.426, de 16/mar/1979, no que se refere à área envoltória dos bens imóveis tombados pelo CONDEPHAAT, o [Decreto Estadual nº 50.941](#), de 05/jul/2006, reorganiza a Secretaria da Cultura e dá providências correlatas, entre elas a criação da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), o [Decreto nº 53.571](#), de 17/out/2008, altera dispositivos do Decreto nº 50.941, de 5 de julho de 2006, que reorganiza a Secretaria da Cultura, e dá providências correlatas e o [Decreto nº 57.439](#), de 17/out/2011, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo, cria o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial e dá providências correlatas.

Créditos

Organizadores da publicação

Amilson Barbosa Henriques
Consuelo Carolina Perinotto
Ivo Reseck
Maria Teresa de Arruda Campos
Milton José Hussni Machado Luz

Coordenação do Projeto Gráfico

Amilson Barbosa Henriques
Ivo Reseck
Consuelo Carolina Perinotto
Maria Teresa de Arruda Campos

Pesquisa de conteúdo

Camila Cordeiro Cherfen
Carolina Hirai
Eder Rodrigo Varussa
Marcela Pires de Oliveira
Marcela Brasil Bueno
Nelson França Junior
Pedro Beinotti B. do Prado
Sergio A. Marconi Junior

Fotografias

Acervo fotográfico do Arquivo Público e Histórico
“Oscar de Arruda Pentedo”
Acervo digital - Museu da Imigração
Acervo digital - Jornal Cidade de Rio Claro
Google Maps - Imagens
Acervo fotográfico do Museu Histórico e Pedagógico
“Amador Bueno da Veiga”

Fotógrafos

Aline Soares de Carvalho Beto Colangelo
Angela P. Amaral
Camila Cordeiro Cherfen
Danilo C. Bernardes
Éder Rodrigo Varussa
Edilan de A. Silva
Edmar B. de Assis

Edson Facuri
Fabiana G. Munhoz
Fabiola P. Custódio
Gilberto de C. Nogueira
Giorgi Bastos Coelho
Ivo Reseck
João Paulo Corrêa
José Fr. de Faria Jr
Katia Guidotti
Luis C. Ramassotti
Luiz Miotto
Marcela Brasil Bueno
Marcelo C. Rodini
Marcelo N. Abreu
Marcelo R. Ribeiro
Raphael A. Prado
Roberto Franzoni
Rogério L. Gomes
Tiago Pinto
Vagner Alexandre
Vitor Fajiolli Pavan
Vitor Pavan
Wellington M. L. da Silva
Wladimir Anunciato

Artistas

Claudio Lorri
Iray Denzin P. Mouro
José Fernando Pensado
Luiz Miotto
Maria Eneide B. Penteadado
Maria Helena L. P. de Oliveira
Maryzilda C. Campos
Neusa Inforzato
Nicola Petti
Percy de Oliveira
Renê Mainardi
Vania Maria Duarte
Vivian Pereira da Silva

Imagens das Capas

Fotografia de 1927, comemoração do centenário de Rio Claro. Foto provavelmente tirada da sacada do Cine Variedades. Avenida 1, da Rua 6 para o Jardim Público

Projeto Gráfico e Diagramação

Phábrica de Produções Ltda

Revisão

Mariliana A. F. A. Penteadado

Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadado”

Rua 6, nº 3265 - Alto do Santana - CEP 13504-099
Rio Claro-SP | Fones: (19) 3522-1935 | 3522-1948
www.aphrioclaro.sp.gov.br / www.memoriaviva.sp.gov.br
arquivo@aphrioclaro.sp.gov.br

Conselho Editorial

José Roberto Sant'Ana
Marcela Pires de Oliveira
Maria Teresa de Arruda Campos

Conselho Superior

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro
Daniela Cristina Lopes de Abreu
Hélia Gimenez Machado (Presidente)
José Roberto Sant'Ana
Milton José Hussni Machado Luz
Monica C. B. Ferreira Frandi
Odaléia Talles Marcondes Meira Queiróz
Percy de Oliveira
Sebastião Luiz Miotto (Vice-presidente)

Superintendente

Maria Teresa de Arruda Campos

Servidores da Autarquia

André Telles
Amilson Barbosa Henriques
Carolina Hirai
Consuelo Carolina Perinotto
Elaine de Andrade
Ednaldo Ap. Rodrigues da Mata
Emerson Espinoza
Geraldo Francisco Antonello
Gisele Cristina dos Santos Macedo
Luiz Gustavo Barrotte

Marli Ap. Corrêa Bueno
Noemi Andreza da Penha
Onivaldo Donisete Dagnolo
Talita Gouvea Basso

Servidores da Prefeitura – Secretaria de Cultura

Arthur Fernando Carvalho
Pedro Beinotti B. do Prado

Assessora

Marcela Pires de Oliveira

Estagiários

Portal Memória Viva

Danilo Craveiro Cardoso
Mariana Ciscato B. P. Mello
Raphael Augusto Carbinatto Dias

Setor de Pesquisa

Leonardo Nicolau de Barros

Aprendiz – Guarda Mirim

Henrique Catharino
Jean Fernando de Lima
Vinícius Macedo Custódio de Oliveira

Programa de Capacitação

Márcia Regina Francisco
Marinilda Silva Rufino

Voluntários em projetos

Ciça Alves da Cunha
Ivan Souza Bonifácio
Ivo Reseck
Renê Mainardi
Sandra Rossi de Mattos
Maria Amélia Bortolin Cestaro
Sebastião Luiz Miotto
Hélia Gimenez Machado

Pesquisadores voluntários

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro
Daniela Cristina Lopes de Abreu
Eder Rodrigo Varussa
José Roberto Sant'Ana

